



CADERNOS DE ACORDOS COMERCIAIS BRASIL - CANADÁ

Coordenação: Vera Thorstensen

Organização: Catherine Rebouças Mota

CENTRO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO GLOBAL E INVESTIMENTOS

EESP – FGV

CADERNOS DE ACORDOS COMERCIAIS

BRASIL - CANADÁ

Coordenação: Vera Thorstensen
Organização: Catherine Mota Rebouças

Fevereiro de 2022

**CCGI - CENTRO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO
GLOBAL E INVESTIMENTOS
EESP – FGV**

O CCGI foi criado em 2010 com objetivo de analisar e discutir temas relevantes da Política de Comércio Internacional do Brasil, com ênfase em: regulação do comércio, acordos preferenciais, barreiras técnicas, sanitárias e fitossanitárias, sustentabilidade, e modelagem econômica.

Equipe

Vera Thorstensen (coordenação geral)
Catherine Rebouças Mota (organização)

Pesquisadores

Amanda Mitsue Zuchieri
Antonio Pedro Faria
Fabio Jorge Thomazella
Catherine Rebouças Mota
Maria Isabel Cunha Mathias
Luciana Maria de Oliveira
Mauro Kiithi Arima Junior
Tiago Matsuoka Megale

© VT Assessoria Consultoria e Treinamento Ltda

Cadernos de Acordo Comerciais: Brasil-Canadá / Vera Thorstensen (coordenação);
Catherine Rebouças Mota (organização) – São Paulo: Centro de Estudos do Comércio
Global e Investimentos e VT Assessoria Consultoria e Treinamento Ltda., 2022.

PDF

Vários autores

Bibliografia

ISBN 978-65-87811-03-1

1. Brasil – Relações econômicas exteriores 2. Canadá 3. Relações econômicas
internacionais. 4. Acordos Preferenciais de comércio

I. CDD 338.91 20-39362

APRESENTAÇÃO

A modernização da economia brasileira passa por uma nova visão da Política de Comércio Exterior para o País. Questões sobre abertura da economia via tarifas, negociação de acordos de comércio, adoção das políticas públicas defendidas pela OCDE são os grandes temas do momento atual. São elas que permitirão ao Brasil maior inserção no comércio internacional, uma vez que representam instrumentos fundamentais para o Brasil aumentar sua produtividade, competitividade e sustentabilidade do crescimento econômico. Alcançar esses objetivos não é tarefa fácil, na medida em que deve ser acompanhada por redução de tarifas sobre bens, abertura na área de serviços e de propriedade intelectual, e medidas de harmonização das normas brasileiras a normas internacionais, incluindo a convergência e a coerência regulatória, o aumento da segurança jurídica de investidores, estímulos a investimentos e empreendimentos de multinacionais.

O tema da abertura comercial do Brasil está sempre presente nas discussões atuais. Depois das negociações Mercosul-UE e Mercosul-EFTA, em 2019, ainda enfrentando questionamentos na área ambiental, o cenário está aberto para novas negociações. Atualmente, e de acordo com decisão da CAMEX, o País se encontra em fase de negociação ou de diálogo exploratório, de forma independente ou junto ao Mercosul, com diferentes parceiros como Canadá, Coreia do Sul, Indonésia, Líbano, Cingapura e Vietnã, além de Índia e Reino Unido. Segundo informações do portal do MRE, as negociações entre Mercosul e Canadá foram anunciadas, ainda, em 9 de março de 2018 e, desde então, já possuem 7 Rodadas Negociadoras. Também em 2018, foram lançadas em 25 de maio, as negociações do Mercosul com a Coreia do Sul, possuindo 7 Rodadas Negociadoras. As negociações entre Indonésia e Mercosul já são mais recentes, iniciando em 16 de dezembro de 2021 e, apesar de não ter nenhuma Rodada de Negociação, houve troca de informações e de documentos sobre comércio de bens, regras de origem, medidas sanitárias e fitossanitárias, defesa comercial, entre outros. Apesar das negociações entre Mercosul e Líbano terem sido lançadas, ainda, em 2015, apenas em 2019 houve a primeira Rodada de Negociação com o país. Já a relação Brasil-Cingapura é marcada com as negociações lançadas em 2018, entre o Mercosul e a Aliança do Pacífico, cuja primeira Rodada foi em 2019. Por fim, em 2020, foi concluído o Diálogo Exploratório entre Mercosul e Vietnã.

Temas fundamentais de negociações de acordos preferenciais de comércio no momento atual compreendem bens, serviços, propriedade intelectual, investimentos, comércio digital e meio ambiente. E implicam negociações sobre tarifas, quotas, defesa comercial, medidas técnicas e facilitação de comércio. Em suma, o melhor entendimento das regulações de cada parceiro e como tais regras podem ser harmonizadas entre as partes.

Tendo em vista o presente cenário de novas eleições, e de apresentação de propostas para novas políticas, o CCGI/FGV (Centro de Estudos do Comércio Global e Investimentos), da Escola de Economia de São Paulo, vem realizando uma série de estudos sobre o quadro regulatório dos países com os quais o Brasil teria interesse em negociar acordos comerciais. O objetivo é o de oferecer um panorama das políticas comerciais dos países que se encontram em negociação ou em diálogo exploratório com o Brasil.

O CCGI apresenta, assim, uma nova série de publicações, os Cadernos de Acordos Comerciais, onde os interessados terão acesso a dados de comércio e informações relevantes sobre temas de comércio de possíveis acordos com o Brasil. Essas informações incluem aspectos históricos e estrutura governamental, além de perfil tarifário, incluindo quotas tarifárias e restrições quantitativas, estrutura de regulação de medidas técnicas e sanitárias e fitossanitárias, incluindo meio ambiente; as políticas de sustentabilidade; regulação de serviços, de propriedade intelectual, investimentos, bem como acordos internacionais de comércio. Ao discorrer essas informações, apresenta-se, quando relevante, paralelo com a realidade brasileira.

Os textos permitem identificar diferenças e semelhanças de medidas de comércio entre os países sob análise de modo a aprofundar o conhecimento dos principais temas do processo de negociação e explicitar os possíveis pontos sensíveis a serem superados.

O leitor interessado, certamente, encontrará informações relevantes nos Cadernos de Acordos Comerciais.

Boa leitura!

Comentários serão bem-vindos!

Vera Thorstensen

Coordenadora do CCGI-EESP-FGV

E-mail: vera.thorstensen@fgv.br

Sumário

1. Introdução	11
2. Aspectos gerais e estrutura governamental	12
2.1. Aspectos gerais do federalismo canadense.....	12
2.2. Poder Executivo	14
2.3. Parlamento	17
2.4. Poder Legislativo	17
2.5. Quebec	18
3. O Canadá no comércio internacional.....	19
3.1. Aspectos gerais.....	19
3.2. Principais parceiros comerciais do Canadá.....	20
3.3. Performance do comércio de bens: exportação	22
3.4. Desempenho no comércio de bens: importações	24
3.5. Fluxo bilateral Brasil-Canadá.....	26
4. Perfil tarifário do Canadá.....	30
4.1. Introdução	30
4.2. Agricultura.....	30
4.3. Minério e Químicos	32
4.4. Têxteis	32
4.5. Vestuário.....	33
4.6. Materiais	34
4.7. Maquinário, veículos e demais equipamentos	34
4.8. Manufaturados e outros.....	35
4.9. Comparativo geral de tarifas e quadro de tarifas aplicadas.....	35
4.10. Restrições quantitativas, quotas tarifárias e tarifas específicas e tarifas mistas.....	41
4.10.1. Restrições Quantitativas	42
4.10.2. Quotas-Tarifárias	42
4.10.3. Tarifas Específicas e Mistas	42
4.10.4. Quotas tarifárias, tarifas específicas e mistas aplicadas pelo Canadá.....	42
5. Barreiras Técnicas, Medidas Sanitárias, Fitossanitárias e Ambientais na Canadá.....	48
5.1. Barreiras técnicas ao comércio no Canadá	48
5.1.1. Aspectos gerais.....	48
5.1.2. Atividade do Canadá no Comitê TBT da OMC	49
5.1.3. Regulações Técnicas	54
5.1.4. Normas Técnicas	57
5.1.5. Avaliação de conformidade.....	60
5.1.6. Coerência e Convergência Regulatória	64
5.2. Medidas sanitárias e fitossanitárias no Canadá.....	65
5.2.1. Considerações gerais.....	65
5.2.2. Atividade do Canadá no Comitê SPS.....	66
5.2.3. Estrutura de normalização.....	71
5.2.4. Medidas sanitárias e fitossanitárias	72
5.2.5. Harmonização	73
5.3. Canadá e Desenvolvimento Sustentável.....	73
5.3.1. Considerações Gerais	73
5.3.2. Política Ambiental do Canadá: visão panorâmica.....	74
5.3.3. Comércio e Meio Ambiente.....	76
6. Serviços no Canadá.....	82
6.1. Serviços Financeiros	83
6.1.1. Quadro geral.....	83
6.1.2. Marco legal.....	83
6.2. Serviços Bancários - Bancos Comerciais	85
6.2.1. Quadro geral.....	85
6.2.2. Marco legal.....	85
6.3. Serviços de Seguros	90
6.3.1. Quadro geral.....	90
6.3.2. Marco legal.....	90
6.4. Títulos.....	93
6.4.1. Quadro geral.....	93
6.4.2. Marco legal.....	93
6.5. Telecomunicações.....	94

6.5.1. Quadro geral.....	94
6.5.2. Marco legal.....	95
6.6. Transporte.....	96
6.6.1. Transporte Aéreo.....	96
6.6.2. Serviços marítimos e fluviais.....	99
6.7. Turismo.....	102
6.7.1. Quadro geral.....	102
6.7.2. Quadro Legal e Regulamentar.....	102
6.8. Comércio Eletrônico.....	103
6.8.1. Quadro geral.....	103
6.8.2. Marco legal e regulamentar.....	103
7. Propriedade intelectual no Canadá.....	105
7.1. Aspectos gerais.....	105
7.2. Quadro institucional e regulatório canadense na área de propriedade intelectual.....	107
7.3. Patentes.....	109
7.4. Desenhos Industriais.....	111
7.5. Marcas.....	112
7.6. Indicações Geográficas.....	112
7.7. Segredos de Comércio Proteção de Dados (inclusive dados de ensaios clínicos).....	115
7.8. Proteção de Variedades de Plantas.....	116
7.9. Direitos Autorais.....	116
7.10. <i>Enforcement</i> dos direitos de propriedade intelectual.....	119
7.11. Proteção dos direitos de propriedade intelectual no Canadá na visão americana.....	120
8. Investimento.....	122
9. Compras governamentais.....	125
9.1. Regras gerais.....	125
9.2. Arranjos interprovinciais em compras públicas.....	125
9.3. Compras governamentais do Canadá: compromissos plurilaterais e preferenciais.....	126
10. Acordos de livre comércio do Canadá.....	128
10.1. Acordo Integral de Economia e Comércio (<i>Comprehensive Economic and Trade Agreement</i> – CETA) e Acordo de Continuidade do Comércio Canadá-Reino Unido (<i>Canada-UK Trade Continuity Agreement</i> – Canada-UK TCA).....	128
10.2. Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífica (<i>Comprehensive and Progressive Agreement for Trans-Pacific Partnership</i> – CPTPP).....	131
10.3. Acordo de Livre Comércio da América do Norte (North American Free Trade Agreement – NAFTA) e Acordo Canadá-Estados Unidos-México (CUSMA).....	133
11. Conclusões.....	137

Índice de tabelas e figuras

Tabela 1 - Gabinete do Canadá.....	15
Tabela 2 - Fluxo de comércio Brasil-Canadá em US\$ entre 2016-2020.....	27
Tabela 3 - Produtos exportados pelo Canadá para o Brasil.....	27
Tabela 4 - Produtos importados pelo Canadá do Brasil.....	28
Tabela 5 - Tabela de Tarifas.....	37
Tabela 6 - Tarifas específicas do Canadá.....	43
Tabela 7 - STC suscitado pelo Canadá.....	68
Tabela 8 - STCs contra o Canadá.....	70
Tabela 9 - Temas da Política Ambiental do Canadá.....	74
Tabela 10 - Acordos vinculados ao comércio e meio ambiente relevantes para o Canadá.....	76
Tabela 11 - Acordos Comerciais do Canadá vigentes e as obrigações de meio ambiente e de desenvolvimento sustentável.....	77
Tabela 12 - Análise panorâmica dos Acordos Comerciais do Canadá quanto ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.....	79
Tabela 13 - Revisão da regulação financeira.....	84
Tabela 14 - Conteúdo dos regulamentos de Bail-in.....	89
Tabela 15 - Participação do Canadá em acordos internacionais sobre propriedade intelectual....	105
Tabela 16 - Indicações geográficas do Canadá.....	113
Tabela 17 - IG com exceções no CETA.....	114
Tabela 18 - Acordos bilaterais de investimentos.....	123

Tabela 19 - Tratados de Acordos Preferenciais	135
Figura 1 - Sistema de Governo do Canadá	13
Figura 2 - Principais destinos das exportações do Canadá em 2019	20
Figura 3 - Principais origens das importações do Canadá.....	21
Figura 4 - Produtos exportados pelo Canadá em 2019.....	23
Figura 5 - Exportações do Canadá no período 2008-2019	24
Figura 6 - Produtos importados pelo Canadá.....	26
Figura 7 - Importações do Canadá no período 2008-2019	26
Figura 8 - Fluxo de comércio bilateral Brasil-Canadá.....	27
Figura 9 - Comparativo tarifas Canadá e Brasil (SH 01 a 24).....	31
Figura 10 - Comparativo tarifas Canadá e Brasil (SH 25 a 40)	32
Figura 11 - Comparativo tarifas Canadá e Brasil (SH 41 a 60)	32
Figura 12 - Comparativo tarifas Canadá e Brasil (SH 61 a 67)	33
Figura 13 - Comparativo tarifas Canadá e Brasil (SH 68 a 83)	34
Figura 14 - Comparativo tarifas Canadá e Brasil (SH 84 a 91)	34
Figura 15 - Comparativo tarifas Canadá e Brasil (SH 92 a 97)	35
Figura 16 - Tarifas geral (exceto laticínios e albuminoides).....	36
Figura 17 - Evolução das notificações canadenses e brasileiras ao Comitê TBT (2000 a 2020).....	51
Figura 18 - Objetivos principais dos atos regulamentares notificados pelo Canadá ao Comitê TBT – de 2000 a 2020	51
Figura 19 - Tipos de notificações – de 2000 a 2020: Total de 979.....	53
Figura 20 - STCs suscitados contra o Canadá e contra o Brasil no Comitê TBT	54
Figura 21 - STCs suscitados pelo Canadá e pelo Brasil no Comitê TBT.....	54
Figura 22 - Organizações de Desenvolvimento de Normas – SDOs (Standards Development Organizations).....	58
Figura 23 - Comparação Canadá e Brasil no número de notificações ao Comitê SPS	66
Figura 24 - Tipos de notificações	67
Figura 25 - Conteúdo das notificações	67
Figura 26 - Comparativo de STC: Canadá e Brasil	68
Figura 27 - Comparativo de STCs suscitada contra Canadá e Brasil.....	70
Figura 28 - Principais Requisitos para os Negócios envolvendo Seguros.....	91

Siglas e acrônimos

ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas
ANSI *American National Standards Institute*
APEC *Asia-Pacific Economic Cooperation*
APLAC *Asia-Pacific Laboratory Accreditation Cooperation*
AVE *ad valorem equivalent*
BSI *British Standards Institute*
CBSA *Canadian Border Service Agency* (Agência Canadense de Serviços de Fronteiras)
CEN *European Committee for Standardization*
CENELEC *European Committee for Electro-Technical Standardization*
CETA *Comprehensive and Economic Trade Agreement* (Acordo Integral de Economia e Comércio)
CFIA Agência de Inspeção Alimentar Canadense
CITES *Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora* (Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Silvestres Ameaçadas de Extinção)
CLAS *Calibration Laboratory Assessment Service*
CPC *Committee of Queen's Privy Council for Canada*
CTPP *Comprehensive and Progressive Agreement for Trans-Pacific Partnership*
CUSMA *Canada, United States, Mexico Agreement*
DFATD (*Department of Foreign Affairs, Trade and Development*) Departamento de Relações Exteriores
Comércio e Desenvolvimento
ISED *Innovation, Science and Economic Development Canada* (Departamento federal de Inovação, Ciência e Desenvolvimento Econômico do Canadá)
DGN *Mexico's Dirección General de Normas*
EUA Estados Unidos da América
FOB *Free on Board*
PCO *Privy Council Office* (Gabinete do Conselho Privado)
GATS *General Agreement on Trade in Services* (Acordo Geral para o Comércio em Serviços)
GATT *General Agreement on Tariffs and Trade* (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio)
IAAC *Inter-American Accreditation Cooperation*
IAF *International Accreditation Forum*
IBNORCA *Plurinational State of Bolivia's Instituto Boliviano de Normalización y Calidad*
IMS *Information Management System*
INACAL *Peru's Instituto Nacional de Calidad*
INMS *Institute for National Measurement Standards*
INTECO *Costa Rica's Instituto de Normas Técnicas de Costa Rica*
IPPC *International Plant Protection Convention* (Convenção Internacional de Proteção Vegetal)
ISDS *Investor-State Dispute Settlement* (Solução de Disputas entre Investidor e Estado)
KATS *Korean Agency for Standards and Technology*
MASM *Mongolian Agency for Standardization and Metrology*
MFN *Most Favored Nation* (Nação Mais Favorecida)
MRL *Maximum Residue Limits* (limites máximos de resíduos)
NAFTA *North American Free Trade Agreement*
NINT *National Institute for Nanotechnology* (Instituto de Metrologia canadense)
NRC *National Research Council Canada's* (Conselho Nacional de Pesquisa do Canadá)
OCDE Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIE Organização Mundial de Saúde Animal
OMA Organização Mundial das Aduanas
OMC Organização Mundial do Comércio
OMPI Organização Mundial da Propriedade Intelectual
PAHS *Plant and Animal Health Strategy* (Estratégia de Saúde Vegetal e Animal)
PRA Avaliações de Risco de Pragas
RCMP *Royal Canadian Mounted Police*
RIA *Regulatory Impact Analysis* (Análise de Impacto Regulatório)
SAC *Standardization Administration of China*
SCC Conselho de Normas do Canadá
SDO *Standards Development Organization*
SFCR *Safe Food for Canadian Regulation*
SH Sistema Harmonizado
NSS *National Standards System* (Sistema Nacional de Normas)

SPS Sanitary and Phytosanitary (Medidas Sanitárias e Fitossanitárias)

TBT Technical Barriers to Trade (Barreiras Técnicas ao Comércio)

TIB Divisão de Barreiras e Regulamentações Técnica

TIF Divisão de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias

TPP Parceria Transpácífica

TSACC *Telecommunications Standards Advisory Council of Canada*

UKAS *United Kingdom Accreditation Service*

UkrNDNC *Ukrainian Research and Training Center for Standardization, Certification and Quality*

UPOV *International Union for the Protection of New Varieties of Plants*

Cadernos de Acordos Comerciais

Brasil - Canadá

1. Introdução

O Canadá é um Estado federativo constituído por dez províncias e três territórios. O governo canadense pode ser caracterizado como monarquia constitucional parlamentar, com a rainha Elizabeth II como chefe de Estado, simbolizando os laços históricos do Canadá com o Reino Unido. A chefia de governo é de responsabilidade do Primeiro Ministro, cargo ocupado, na atualidade, por Justin Trudeau. Um dos países mais desenvolvidos do mundo (o Produto Interno Bruto do Canadá é de US\$ 1,808 trilhão), o Canadá tem grande território (9.093.507 km²), pequena população (38.005.238 habitantes), produção diversificada, baseada nos abundantes recursos naturais do país e fortemente dependente do comércio internacional, particularmente das relações com os Estados Unidos América (EUA), país que absorve três quartos das exportações canadenses¹.

A despeito do peso desproporcional dos EUA nas relações econômicas do Canadá, o país tem, em anos recentes, celebrado acordos comerciais com diversos países e blocos comerciais. Destaca-se, por exemplo, o acordo de livre comércio firmado com a União Europeia (UE), o qual é dotado de disposições sobre temas variados, que extrapolam a dimensão da economia.

Em razão da importância econômica, do domínio de tecnologias avançadas em determinadas áreas, da abundância de capitais para investimento, uma parceria econômica com o Canadá pode ser considerada de interesse pelos países que, na atualidade, buscam incrementar a qualidade da inserção econômica internacional. Esse é o caso do Brasil.

O presente relatório procura examinar a estrutura de decisão do Canadá e os principais instrumentos de sua Política de Comércio Internacional. Analisa o perfil tarifário e as mais relevantes regras de comércio como barreiras técnicas, fitossanitárias, ambientais, e regras sobre investimentos. Por fim, procura-se uma síntese de seus maiores acordos preferencias.

¹ Ver: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/canada/>. Acesso em 23/02/2021.

2. Aspectos gerais e estrutura governamental

As informações desta seção foram obtidas em fontes variadas, com destaque para os sítios eletrônicos oficiais do Canadá e do CIA World Factbook.

2.1. Aspectos gerais do federalismo canadense

O Canadá é um Estado Federativo, integrado pela União, dez províncias (*Alberta, British Columbia, Manitoba, New Brunswick, Newfoundland and Labrador, Nova Scotia, Ontario, Prince Edward Island, Quebec e Saskatchewan*), três territórios (*Northwest Territories, Nunavut e Yukon*) e municípios².

Foi criado, por meio de ato legal do Parlamento do Reino Unido, o *British North American Act*, 1867, que uniu as colônias britânicas de *United Province of Canada, Nova Scotia e New Brunswick*. Esse instrumento legal, posteriormente, passou a ser chamado *Constitution Act* de 1867, tornando-se a primeira Constituição do Canadá, a qual, anos depois, seria emendada pelo *Constitution Act* de 1982.

O federalismo canadense pode ser qualificado como resultado de processo de agregação, pois decorreu da necessidade de acomodar territórios política e culturalmente distintos, de origem francesa e britânica. Em estudo comparativo sobre o federalismo na América Norte, explica-se:

O federalismo foi identificado como uma das características definidoras do sistema constitucional canadense e de sua história política. A união que criou o Domínio do Canadá em 1867 baseou-se em antecedentes que tentaram consolidar, de diferentes maneiras, as diversas colônias que constituíam a América do Norte britânica. A esse respeito, o maior desafio foi a tentativa de reconciliar os descendentes da Nova França, que persistiram em manter sua identidade separada, o que era uma fonte de preocupação para as autoridades imperiais britânicas, em conexão com a ameaça de rebelião entre as colônias americanas ao Sul. O Parlamento britânico aprovou a Lei de Quebec de 1774, que afirmava a identidade jurídica, religiosa e política distinta desta parte da América do Norte britânica.

Na verdade, a tentativa de combinar essas duas entidades distintas (embora a divisão administrativa do Canadá Oeste e Canadá Leste fosse mantida) em uma unidade política (conforme recomendado pelo Relatório Durham, criado em resposta às rebeliões em ambas as colônias em 1838) demonstrou a necessidade de acomodar essas identidades culturais e políticas separadas, para que qualquer tipo de autogoverno seja bem-sucedido. A base do federalismo canadense foi estabelecida como um resultado desse reconhecimento, particularmente no que diz respeito às demandas do Quebec e dos sujeitos francófonos.³

A força do federalismo canadense, portanto, decorre dessa dualidade de nacionalidades coloniais, que constitui a base do Estado independente que se construía. A Constituição canadense, considerada a lei suprema no país, além de dispor sobre as instituições e a divisão de poderes do governo (executivo, legislativo e judiciário) e de definir os poderes e atribuições de cada um deles, reafirma o sistema legal dual vigente no país (*Common Law e Civil Law*) e corrobora a elevada autonomia das unidades subnacionais.

² Ver: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/canada/>. Acesso em: 23/02/2021.

³ Ver: <http://www.scielo.org.mx/pdf/namerica/v4n1/v4n1a3.pdf>. Acesso em: 23/02/2021.

No que diz respeito à forma de governo, o Canadá é estruturado como monarquia constitucional e possui governo democrático parlamentar⁴. A monarquia constitucional canadense prescreve deveres distintos ao chefe de Estado e ao chefe de governo. O país é membro da *Commonwealth* e a atual chefe de Estado é a Sua Majestade (*Her Majesty The Queen*), Rainha Elizabeth II. A rainha também é investida do poder de governar, mas o Governador Geral e os dez Vice-Governadores das províncias são aqueles que representam a Coroa no Canadá e detêm poderes para executar deveres e responsabilidades ao atuar em nome da Rainha.

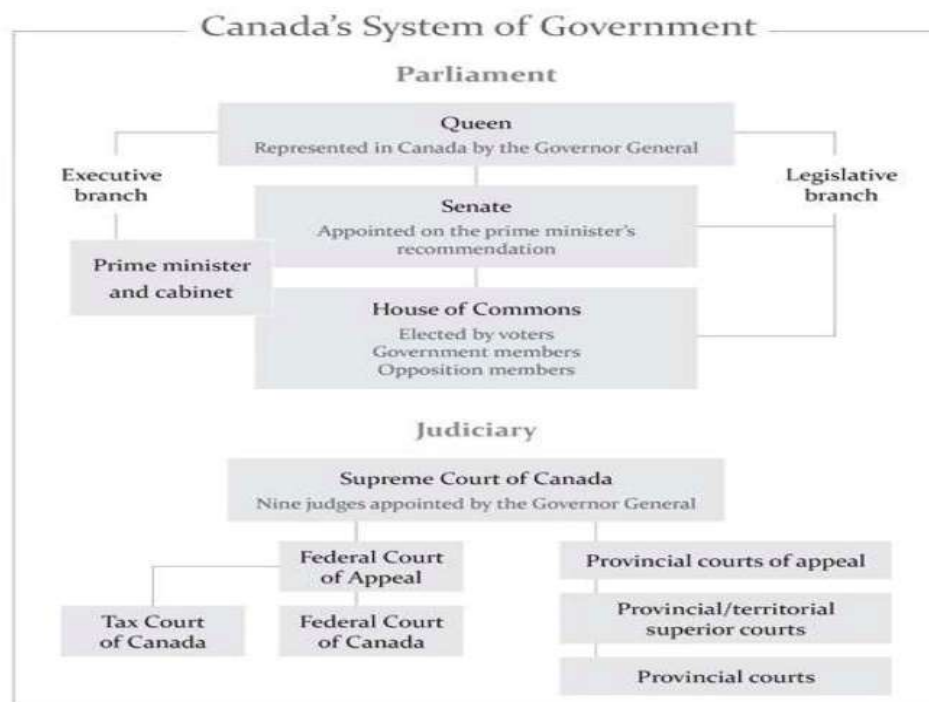
O Poder Executivo federal, embora seja constitucionalmente investido na Rainha e no Governo Geral, na prática é exercido pelo Primeiro-Ministro e pelos Ministros de seu Gabinete. O Poder Legislativo federal é integrado pelo Senado e pela Casa dos Comuns. É representado pelo Parlamento, embora a Rainha também faça parte do Parlamento. Nas províncias, as legislaturas consistem nos Vice-Governadores e Assembleias eleitas.

Formalmente, o Parlamento canadense é integrado por três partes: a Rainha (representada pelo Governador Geral), o Senado e a Casa dos Comuns. O Governador Geral deve dar aprovação real a um projeto de lei, a fim de que se torne lei. Por meio de convenção constitucional, o consentimento real é sempre dado a projetos de lei aprovados pelo Senado e pela Câmara dos Comuns.

O sistema legal do Canadá fundamenta-se nos sistemas inglês e francês, levados ao país pelos exploradores e colonizadores ingleses e franceses nos séculos XVII e XVIII. Após a Batalha do Quebec, em 1759, o país adotou a *Common Law*, exceto o Quebec, que aderiu a *Civil Law*. Com efeito, o Quebec é a única província com um Código Civil, fundado no Código Napoleônico enquanto, no restante do Canadá, vigora a *Common Law*. O Canadá se tornou uma combinação entre os sistemas *Common Law* e *Civil Law*. As leis federais e regulações devem respeitar os dois sistemas, expressando os conceitos legais em inglês e em francês. O país também possui um Código Criminal, considerado um Código de aplicação em todo o país.

Figura 1 - Sistema de Governo do Canadá

⁴ Ver: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/canada/>. Acesso em: 23/02/2021.



Fonte: Departamento de Justiça do Canadá. Elaboração: CCGI/FG-EESP

2.2. Poder Executivo⁵

A Rainha é a chefe formal do governo do Canadá e é representada federativamente pelo Governador Geral e, nas províncias, pelos Vice-Governadores. O Parlamento e a legislatura da província se reúnem exclusivamente mediante convocação real. A rainha pode dar o seu consentimento pessoal aos atos federais, mas, na maioria das vezes, a tarefa é desempenhada pelo Governador Geral e, nas províncias, pelos Vice-Governadores.

O Governador Geral exerce os poderes e responsabilidades do Chefe de Estado do Canadá e atua como representante de Sua Majestade, de forma não partidária e apolítica, no âmbito do governo federal. Deve ser indicado pela Rainha, uma vez aconselhada pelo Primeiro-Ministro inglês, e ocupa o posto em geral por cinco anos.

Dentre as atribuições do Governador Geral, merecem destaque: a execução de deveres constitucionais; servir como Comandante-Chefe das forças armadas; representar o Canadá em eventos e cerimônias nacionais e no exterior; incentivar a excelência apresentando honras e prêmios para reconhecer pessoas extraordinárias em nome de todos os canadenses, e promover a união do povo canadense. Uma das suas mais relevantes responsabilidades constitucionais consiste em garantir que o Canadá tenha sempre um Primeiro-Ministro e um governo com a confiança do Parlamento, podendo aconselhá-lo.

O Governador Geral, ademais, possui como deveres: presidir o juramento do Primeiro-Ministro, de seus Ministros e do Chefe de Justiça; convocar, prorrogar e dissolver o Parlamento; entregar os discursos da Rainha; conceder aprovação real aos atos do Parlamento; nomear membros do Conselho Privado, Vice-Governadores e determinados juízes, aconselhado pelo Primeiro Ministro; e assinar documentos oficiais.

⁵ Ver: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/canada/>. Acesso em: 23/02/2021.

Os Vice-Governadores devem complementar as funções e responsabilidades da Rainha nas províncias, da mesma forma que o Governador Geral no âmbito federal. Cada uma das províncias conta com um Vice-Governador, indicado pelo Governo Geral, conforme recomendação do Primeiro-Ministro, para um mandato de cinco anos. São considerados os mais elevados oficiais no interior das províncias e representação da Rainha em suas jurisdições.

O Governador Geral governa por meio de um Gabinete, que vem a ser um órgão encarregado de estabelecer as políticas de governo e prioridades para o país. O Gabinete é integrado pelos Ministros nomeados e dirigido pelo Primeiro-Ministro. O Primeiro-Ministro, em regra, é indicado ao cargo pelo Governador Geral, de forma direta. Em geral, o indicado é membro da Câmara dos Comuns e, caso não seja, deve buscar a posição nas próximas eleições. Uma vez indicado, o Primeiro-Ministro deve escolher os outros Ministros que farão parte do Gabinete, devendo ser formalmente nomeados pelo Governador Geral ou, nas províncias, pelos Vice-Governadores.

O Gabinete atua como fórum do Primeiro-Ministro para a criação de consenso e para assegurar o acordo entre os Ministros. O princípio da responsabilidade ministerial coletiva confere aos Ministros o dever de serem francos sobre os seus posicionamentos, quando estão em particular no Gabinete, devendo, contudo, apoiar as decisões do Governo em público. Como um grupo, os Ministros são responsáveis pelas ações de seu governo perante o Parlamento e podem falar sobre políticas de governo apenas após tomarem decisões em particular entre si. As decisões do Gabinete não passam, necessariamente, por maioria de votos, devendo prevalecer a opinião do Primeiro-Ministro.

Ao Primeiro-Ministro é facultado solicitar a qualquer um de seus Ministros que renuncie e a aconselhar o Governador Geral a removê-lo. Após uma eleição, caso mais da metade dos assentos na Câmara dos Comuns ou nas legislaturas forem ocupados por um partido contrário ao Gabinete no cargo, o Gabinete deve renunciar e o Governador Geral ou um Vice-Governador convida o líder do partido vitorioso para se tornar Primeiro Ministro e compor um novo gabinete.

Cada um dos Ministros do Gabinete possui uma responsabilidade individual e, em geral, é encarregado de gerir um departamento de governo. Atualmente, o Gabinete do Canadá conta com 36 integrantes, incluindo-se o Primeiro Ministro e os Ministros responsáveis pelos departamentos a seguir:

Tabela 1 - Gabinete do Canadá

Gabinete do Canadá
Prime Minister
Minister of Public Safety and Emergency Preparedness
Minister of Veterans Affairs
Minister of National Defence
Minister of Crown-Indigenous Relations
Minister of Intergovernmental and Northern Affairs and Internal Trade

Minister of Innovation, Science and Economic Development
Minister of Finance
Minister of Foreign Affairs
Minister of Families, Children and Social Development
Minister of Transport
Minister of Agriculture and Agri-Food
Minister of International Trade Diversification
Minister of Tourism, Official Languages and La Francophonie
Minister of National Revenue
Minister of Environment and Climate Change
Minister of National Defence
Minister of Natural Resources
Minister for Women and Gender Equality
Minister of International Development
Minister of Public Services and Procurement
Minister of Accessibility
Minister of Science and Sport
Minister of Employment, Workforce Development and Labour
Leader of the Government in the House of Commons
Minister of Infrastructure and Communities
Minister of Democratic Institutions
Minister of Immigration, Refugees and Citizenship
Minister of Health
Minister of Indigenous Services
Minister of Canadian Heritage and Multiculturalism
Minister of Border Security and Organized Crime Reduction
Minister of Small Business and Export Promotion
Minister of Seniors
Minister of Fisheries, Oceans and the Canadian Coast Guard
Minister of Justice
Attorney General of Canada
Minister of Rural Economic Development
President of the Treasury Board
Minister of Digital Government

Fonte: Parlamento do Canadá. Elaboração: CCGI/FGV-EESP

Os Ministros escolhidos para o Gabinete devem ser membros da Casa dos Comuns ou do Senado, assim como membros do Conselho Privado da Rainha para o Canadá. Em regra, os Conselheiros Privados são nomeados pelo Governo Geral, sob o conselho do Primeiro-Ministro, e a associação é vitalícia, salvo em caso de demissão.

O Conselho Privado da Rainha para o Canadá é integrado não somente pelo grupo de Ministros do Gabinete, como também por ex-Ministros, Chefe de Justiça atual e anteriores, ex-Governadores Gerais, ex-oradores da Casa dos Comuns e do Senado e por canadenses de destaque, designados para aconselhar a Rainha em assuntos de importância para o país, incluindo-se assuntos de Estado e constitucionais.

O Conselho Privado dificilmente se reúne por completo, somente Ministros e alguns não Ministros atendem as raras cerimônias. Em geral, o Conselho é requisitado para se reunir em ocasiões como: a proclamação de um novo Rei e requerimento de consentimento para a realização de um casamento real. A última reunião formal do Conselho Privado do Canadá ocorreu em 1981, para conferir o consentimento formal ao casamento do Príncipe de Wales com Lady Diana Spencer.

Vale destacar que, no Conselho Privado da Rainha, opera o Conselho do Tesouro, de fundamental importância para a regulamentação no Canadá, incluindo-se regulações concernentes ao comércio internacional.

2.3. Parlamento⁶

Nos termos do *Constitution Act*, de 1867, o Parlamento canadense é formado pelo poder executivo, representado pela Rainha, e pelo poder legislativo, preconizado pelo Senado e pela Casa dos Comuns (poder legislativo), os quais, juntos, estabelecem as leis do Canadá.

O Parlamento compreende as três instituições, a Rainha (representada pelo Governo Geral), o Senado e a Casa dos Comuns, e atua em nome dos canadenses em todo o país e conta com parlamentares oriundos de todas as províncias e territórios.

2.4. Poder Legislativo⁷

No Senado e na Casa dos Comuns há um orador, o qual representa a respectiva casa em meio a negociações com uma das outras partes do Parlamento (Rainha-Governador Geral, Senado e Casa dos Comuns). Os oradores também são encarregados de garantir que as regras de ordem sejam cumpridas em cada uma das casas.

O processo legislativo no Canadá segue o sistema bicameral, e compõe-se pelo Senado (*Upper House*) e pela Casa dos Comuns (*House of Commons*, ou *Lower House*). Propostas de novas legislações são sugeridas, debatidas e sujeitas à votação em ambas as casas. Somente após receberem aprovação em cada uma das duas casas, os projetos de lei podem seguir para receber “Aprovação Real” pelo Governador Geral e serem transformados em lei.

O Senado foi criado para contrabalancear a representação da população na Câmara dos Comuns. Compreende 115 senadores, que examinam a legislação, sugerem melhorias, corrigem erros, propõem emendas e rejeitam projetos de lei em caso de necessidade. Antes de se tornarem leis, os projetos devem passar pela aprovação do Senado.

Aos Senadores é conferida a prerrogativa de propor os seus próprios projetos de lei e debates sobre temas de relevância nacional, devendo iniciar qualquer projeto de lei (exceto projetos que prevejam gasto de dinheiro público ou imposição de tributos). A maior parte do trabalho do Senado é desenvolvida por seus Comitês, que analisam projetos, cláusula por cláusula e ouvem as partes interessadas. Ademais, o Senado conduz investigações em assuntos de interesse público, que ensejam alterações ou propostas de leis.

De maneira distinta aos integrantes da Câmara dos Comuns, os Senadores não são eleitos pela população. São indicados para o exercício de suas funções pelo Governador Geral, segundo as recomendações do Primeiro Ministro.

A Câmara dos Comuns (*House of Commons*) é o principal órgão legislativo do Canadá. Reúne, atualmente, 335 membros, eleitos pela população em eleição federal. Os assentos da Câmara dos Comuns são distribuídos proporcionalmente à população de cada uma das províncias ou territórios e estes devem contar, na Câmara dos Comuns, com a mesma quantidade de assentos do Senado.

⁶ Ver: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/canada/>. Acesso em: 23/02/2021.

⁷ Ver: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/canada/>. Acesso em: 23/02/2021.

A Câmara dos Comuns, por ser um órgão integrado por uma grande quantidade de membros eleitos pelo povo, opera como um grande fórum de debate da nação. De acordo com os procedimentos da Câmara dos Comuns, o Primeiro-Ministro e o Gabinete apenas podem exercer a sua autoridade com o consentimento e a aprovação da maioria dos membros da Câmara dos Comuns. Somente a Casa dos Comuns possui legitimidade para apresentar projetos de lei sobre tributação e gastos públicos, embora dependam de aprovação do Senado. Dificilmente o Senado obstrui a aprovação de projetos de lei iniciados pela Casa dos Comuns.

2.5. Quebec

Na análise da estrutura política do Canadá, como explicado nas origens do federalismo canadense, destaca-se o caso de Quebec, província que, ao ter peculiaridades culturais e históricas, decorrentes da colonização francesa, é dotada de maior autonomia política e jurídica. O tenente-governador representa a rainha do Reino Unido no Canadá e atua como Chefe de Estado da província. O chefe de governo é o *premier* (chamado *premier ministre* em francês), líder do partido da Assembleia Nacional unicameral, ou *Assemblée Nationale*. O Conselho Executivo do Quebec é composto por membros da Assembleia Nacional.

Importante destacar que, até 1968, a legislatura do Quebec era bicameral, consistindo do Conselho Legislativo e da Assembleia Legislativa. Naquele ano, o Conselho Legislativo foi abolido e a Assembleia Legislativa foi renomeada como Assembleia Nacional. Quebec foi a última província canadense a abolir seu conselho legislativo. O sistema legal do Quebec é de *civil law*, diferentemente do resto do país, que adota o sistema da *common law*.

3. O Canadá no comércio internacional

Os dados de comércio do Canadá foram obtidos do United Nations Commodity Trade Statistics Database (UN Comtrade). O ComexStat foi usado para extrair os dados do comércio bilateral entre Brasil e Canadá.

3.1. Aspectos gerais

O comércio é considerado pilar fundamental para a economia canadense, correspondendo a quase dois terços da economia nacional e provendo direta ou indiretamente cerca de 3.3 milhões de empregos, conforme dados de 2019.⁸ No entanto, segundo o governo canadense, as cadeias globais de valor no país estão sofrendo grandes pressões e, assim, por meio da Estratégia Nacional de Diversificação, o governo optou por estabelecer novas formas de criar investimentos e empresas.

A exportação canadense de bens e serviços somou US\$ 729 bilhões em 2019, crescendo cerca de 2,2% em comparação com 2018. As exportações de bens cresceram 1,7% enquanto as exportações de serviços cresceram 4,4%. Os três principais produtos canadenses exportados, produtos energéticos, veículos automotores e suas partes e bens de consumo, perfizeram cerca de 45% do total de exportações e cresceram ainda mais que as outras exportações.⁹

O comércio exterior canadense não foi tão pujante em 2019, se comparado com a média entre 2010 e 2019. As exportações de bens aumentaram 1,7%, enquanto as exportações de serviços aumentaram 4,4%. Este crescimento geral nas exportações de bens e serviços foi fraco em comparação com a última década, quando as exportações de bens e serviços cresceram anualmente em média 4,6%, conforme apontam as informações do relatório *State of Trade* do governo canadense.¹⁰

Embora as exportações de serviços representem 18% das exportações canadenses, elas tiveram uma média de crescimento anual de 5,7% entre 2010 e 2019, superando o crescimento anual de 4,4% nas exportações de bens, que respondem por uma parcela muito maior (82%) das exportações canadenses. O crescimento das exportações de serviços também foi menos volátil do que o das exportações de bens: o crescimento anual das exportações de serviços variou entre 1,4% e 6,9% durante a década, enquanto para as exportações de bens variou entre -1,0% e 13%.¹¹

Já as importações canadenses de bens e serviços aumentaram para US\$ 768 bilhões em 2019, um aumento de 1,5% em relação a 2018. Assim como o crescimento das exportações, o crescimento das importações de bens e serviços em 2019 foi fraco em comparação com o crescimento médio anual de 4,5% na última década. O crescimento

⁸ GOVERNMENT OF CANADA. Canada's State of Trade. Disponível em: [State of trade 2020 \(international.gc.ca\)](https://international.gc.ca). Acesso em: 18/01/2020.

⁹ GOVERNMENT OF CANADA. Canada's State of Trade. Disponível em: [State of trade 2020 \(international.gc.ca\)](https://international.gc.ca). Acesso em: 18/01/2020.

¹⁰ GOVERNMENT OF CANADA. Canada's State of Trade. Disponível em: [State of trade 2020 \(international.gc.ca\)](https://international.gc.ca). Acesso em: 18/01/2020.

¹¹ GOVERNMENT OF CANADA. Canada's State of Trade. Disponível em: [State of trade 2020 \(international.gc.ca\)](https://international.gc.ca). Acesso em: 18/01/2020.

das importações de serviços também foi menos volátil ao longo da década do que o crescimento das importações de bens.¹²

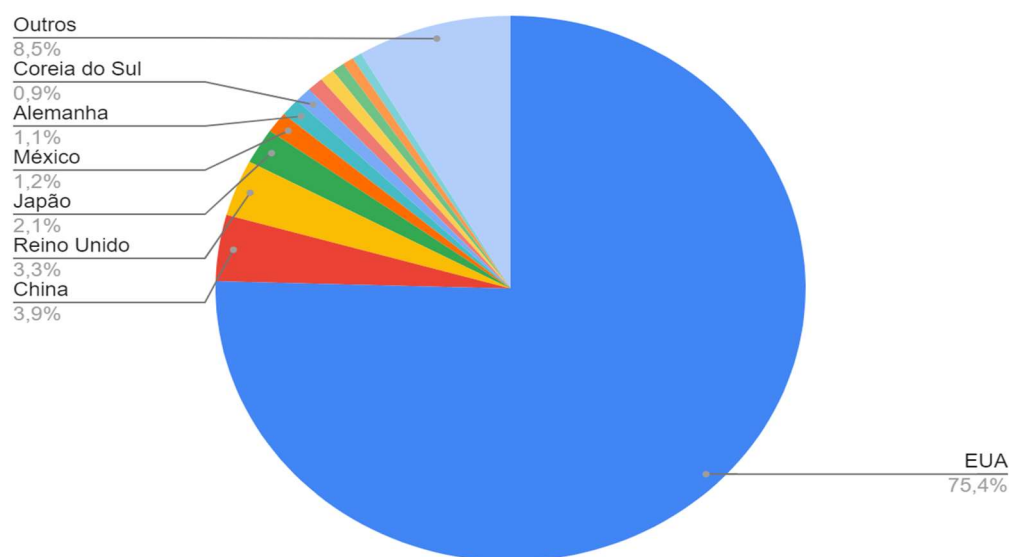
O déficit comercial do Canadá aumentou na segunda metade da década, em razão do crescimento levemente maior das importações em comparação com as exportações de bens. A melhora do déficit comercial de serviços no mesmo período mitigou parcialmente o déficit comercial geral. Em contraste, o déficit de renda primária diminuiu significativamente, resultando em um déficit em conta corrente menor. Como resultado, o endividamento líquido canadense de contas correntes e de capital diminuiu na última década.¹³

3.2. Principais parceiros comerciais do Canadá

Em termos dos parceiros comerciais, o Canadá tem uma ligação bastante estreita com a economia americana. Em 2019, as exportações para os EUA perfizeram cerca de 75,428 % do total exportado pelo país. Em um distante segundo lugar está a China, representando cerca de 3,924% das exportações. Em terceiro lugar, tem-se o Reino Unido com 3,343% e em quarto o Japão com 2,113%, em quinto, o México com 1,235%, em sexto, a Alemanha com 1,062% em sétimo, a Coreia do Sul com 0,926%, em oitavo, os Países Baixos com 0,875%, em nono, a Índia com 0,807%, e em décimo, Hong Kong com 0,679%.

A figura abaixo mostra no gráfico quais foram os principais destinos das exportações canadenses em 2019.

Figura 2 - Principais destinos das exportações do Canadá em 2019



Fonte: UN Comtrade. Elaboração: CCGI-EESP/FGV.

Em termos dos principais blocos econômicos, o Canadá exportou para o NAFTA 76,67% de suas exportações. Já para a APEC, as exportações perfazem 86,67%. Para a União

¹² GOVERNMENT OF CANADA. Canada's State of Trade. Disponível em: [State of trade 2020 \(international.gc.ca\)](https://www.international.gc.ca/state-of-trade). Acesso em: 18/01/2020.

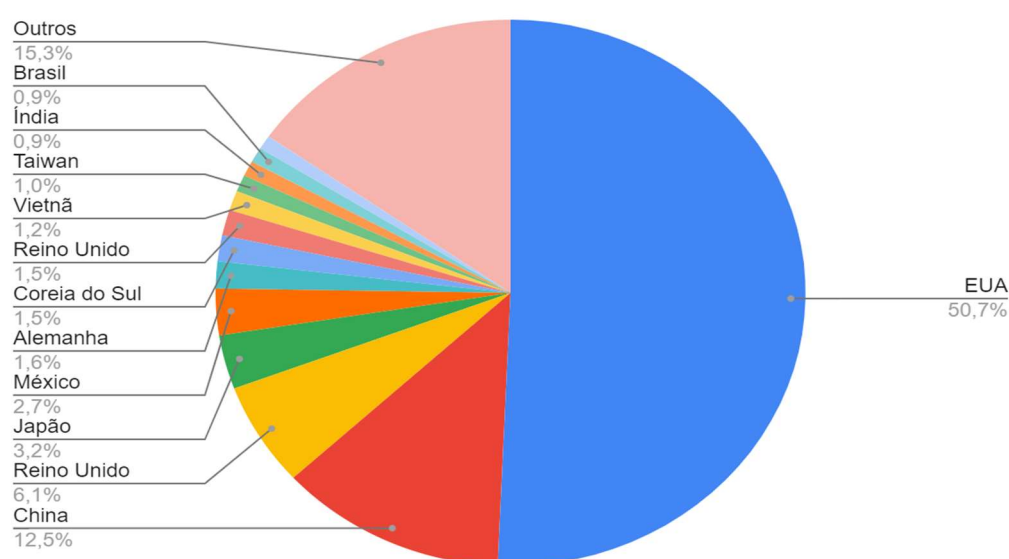
¹³ GOVERNMENT OF CANADA. Canada's State of Trade. Disponível em: [State of trade 2020 \(international.gc.ca\)](https://www.international.gc.ca/state-of-trade). Acesso em: 18/01/2020.

Europeia, são destinadas cerca de 8,13% das exportações. Para o total dos países da OCDE, o Canadá exporta cerca de 89,22%.

Em termos das importações, fica também clara a ligação da economia canadense com os EUA. Os EUA correspondem a 50,697% das importações canadenses, seguido pela China com 12,472%, México com 6,139%, Alemanha com 3,197%, Japão com 2,747%, Coreia do Sul com 1,6%, Reino Unido com 1,529%, Vietnã com 1,162%, Taiwan com 0,993%, Índia com 0,908%, Brasil com 0,898% e Bélgica com 0,825%.

Na figura seguinte, é possível observar as origens das importações canadenses. A importância dos EUA é bastante grande, ainda que menor do que no caso das exportações, indicando a grande dependência que o Canadá tem em relação à economia americana.

Figura 3 - Principais origens das importações do Canadá



Fonte: UN Comtrade. Elaboração: CCGI-EESP/FGV.

Em termos dos blocos econômicos, as principais importações do Canadá provêm do NAFTA, com 56,84%, APEC 79,45%, União Europeia 12,83% e todos os países da OCDE perfazem 76,28% das importações canadenses.

Em termos do fluxo comercial total, os principais países parceiros do Canadá são os seguintes: Estados Unidos com 62,972%, China com 8,229%, México com 3,705%, Japão com 2,43%, Reino Unido com 2,249% e Alemanha com 2,137%.

Os bens exportados para os EUA e União Europeia cresceram devido aos acordos de livre-comércio, conforme aponta o documento do governo canadense¹⁴. Em particular, o *Canada-European Union Comprehensive Economic and Trade Agreement* (CETA), em seu segundo ano de aplicação provisória, continua a estimular as exportações canadenses para o bloco europeu, além do novo NAFTA (*Canada-United States-Mexico Agreement-CUSMA*).

¹⁴ GOVERNMENT OF CANADA. Canada's State of Trade. Disponível em: [State of trade 2020 \(international.gc.ca\)](https://international.gc.ca). Acesso em: 18/01/2020.

Ao contrário, as exportações canadenses para a China, por outro lado, tiveram uma queda substantiva de 16%. Por trás dessa queda estão as medidas comerciais que a China impôs aos produtos alimentícios canadenses. Esse revés estava, no entanto, longe de ser representativo da relação comercial da China com o Canadá na década de 2010. Entre 2010 e 2019, as exportações de bens do Canadá para a China cresceram em média 6,3% ao ano, enquanto as importações da China cresceram 6,6%. Desse modo, é possível estimar que as relações comerciais sino-canadenses sofreram um revés no ano de 2019, possivelmente dentro do contexto da guerra comercial entre EUA e China.

3.3. Performance do comércio de bens: exportação

Em 2019, os 3 produtos canadenses mais importantes para exportação foram os produtos da matriz energética, veículos automotores e suas partes e bens de consumo. Esses três setores juntos correspondem a 47% das exportações canadenses.¹⁵

Os produtos energéticos foram o gênero de mercadorias mais exportado, perfazendo 20% do total de exportações do Canadá na década passada. Embora as exportações de produtos energéticos tenham crescido um pouco mais rápido que as exportações totais do Canadá em 2019, o setor experimentou a terceira menor taxa de crescimento na última década.

Depois de experimentar um crescimento expressivo na primeira metade da década, as exportações canadenses de energia experimentaram um declínio drástico entre 2014 e 2016.

Veículos automotores e suas partes foram o segundo setor mais exportado na década pelo Canadá. Diferentemente dos produtos energéticos, a exportação de veículos automotores experimentou um crescimento expressivo entre 2010 e 2019, exibindo a segunda taxa de crescimento médio anual mais rápida entre as exportações de bens. Este forte crescimento anual foi resultado do crescimento entre 2010 e 2016, a que se seguiu um crescimento negativo entre 2016 e 2018. O ano de 2019 foi o primeiro ano de crescimento positivo após 2 anos de quedas.

Bens de consumo iniciaram a década em quarto lugar entre as maiores exportações do Canadá e terminaram a década em terceiro, superando as exportações de minérios de metal e produtos minerais não-metálicos.

O setor de aeronaves e outros equipamentos de transporte é pequeno, respondendo por menos de 5% das exportações de bens canadenses; no entanto, este setor experimentou o crescimento mais rápido na última década, incluindo em 2019. O crescimento mais rápido ocorreu entre 2013 e 2015. Em contraste, as exportações de produtos químicos, plásticos e borracha diminuíram em 2019, e tiveram a menor taxa média de crescimento anual entre bons setores na última década.

Entre os principais produtos exportados pelo Canadá, destacam-se: produtos energéticos com total exportado de US\$ 114 bilhões e crescimento de 3,2% na década entre 2010-2019 e veículos automotores e suas partes, com valor exportado de US\$ 93 bilhões e crescimento anual de 5,7% na década 2010-2019. Em terceiro, bens de consumo com valor total exportado de US\$ 71 bilhões e crescimento anual de 5,6% ao longo da década

¹⁵ GOVERNMENT OF CANADA. Canada's State of Trade. Disponível em: [State of trade 2020 \(international.gc.ca\)](https://international.gc.ca). Acesso em: 18/01/2020.

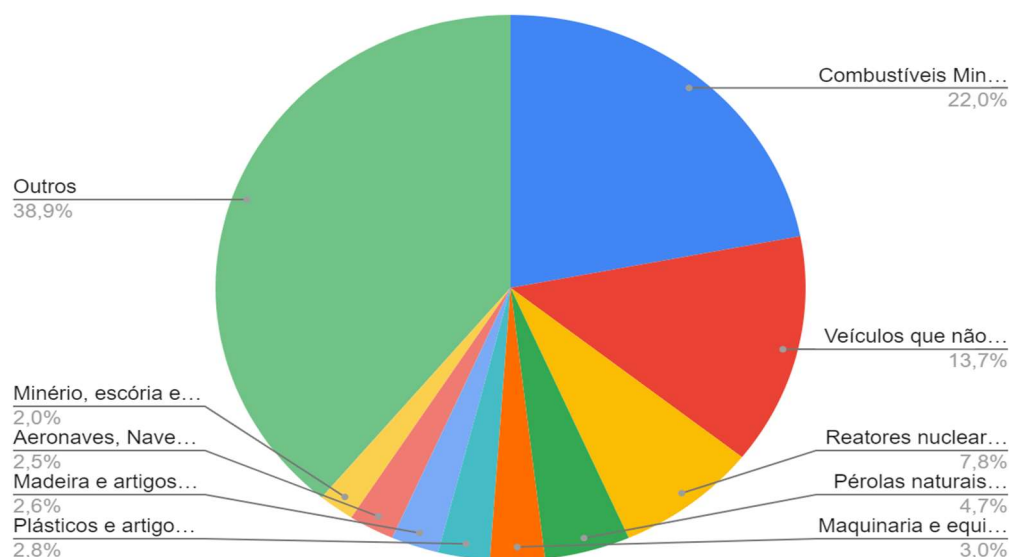
de 2010-2019. Em quarto lugar, minérios de metal e produtos minerais não-metálicos com US\$ 65 bilhões e crescimento de 3,7%. Em quinto lugar, produtos florestais e materiais de construção e empacotamento, com 42 bilhões exportados e crescimento de 4%.

Os produtos mais exportados pelo Canadá, conforme classificação de dois dígitos em 2019, foram:

- 1- Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos de sua destilação, substâncias betuminosas e ceras minerais correspondendo a 22% ou US\$ 98 bilhões.
- 2- Veículos outros que não sejam material ferroviário ou de rolamento de bonde, e peças e acessórios dos seus correspondendo a 13,7% ou US\$ 61 bilhões.
- 3- Reatores nucleares, caldeiras, máquinas e aparelhos mecânicos; partes do mesmo, correspondendo a 7,8% ou US\$ 34 bilhões.
- 4- Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas, metais preciosos, metais revestidos com metais preciosos e seus artigos: 4,7% ou US\$ 20 bilhões.
- 5- Máquinas elétricas e equipamentos e peças dele; gravadores de som e reprodutores, gravadores de imagem e som de televisão e reprodutores, e peças e acessórios de tais artigos: 2,99% ou US\$ 13.3 bilhões.
- 6- Plásticos e artigos derivados: 2,84% ou US\$ 12.7 bilhões.
- 7- Madeira e artigos de madeira e carvão vegetal: 2,62% ou US\$ 11,7 bilhões.
- 8- Aeronaves, espaçonaves e suas partes: 2,51% ou US\$ 11,2 bilhões.
- 9- Minérios, escória e cinzas: 1,98% ou US\$ 8,83 bilhões.

Na figura abaixo, é possível observar as principais exportações canadenses por produto.

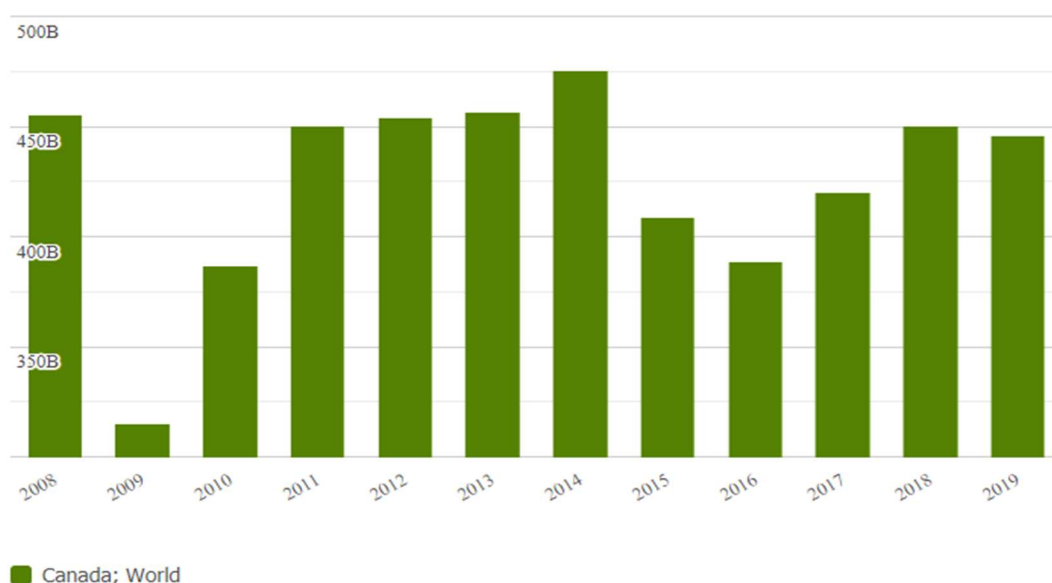
Figura 4 - Produtos exportados pelo Canadá em 2019



Fonte: UN Comtrade. Elaboração: CCGI-EESP/FGV.

Na figura seguinte, tem-se a evolução das exportações canadenses no período 2008-2019. As exportações tiveram relativa estabilidade, com exceção de 2009, provavelmente em virtude da crise financeira que se desenvolvia e um período de menor dinamismo entre 2015 e 2017.

Figura 5 - Exportações do Canadá no período 2008-2019



Fonte: UN Comtrade. Elaboração: CCGI-EESP/FGV.

3.4. Desempenho no comércio de bens: importações

O ranking dos principais bens importados se manteve constante ao longo da década, com os bens de consumo em primeiro lugar, seguido por veículos automotores e suas partes e equipamentos e partes elétricas. Esses 3 produtos importados, juntos perfizeram pouco mais de 50% de todos os bens importados do Canadá em 2019, conforme aponta o relatório *State of Trade*.

Bens de consumo tiveram crescimento em 2019 de 3,3%, em comparação com 1.1% de taxa de crescimento para os bens importados como um todo. Esse setor também cresceu constantemente ao longo da última década, apresentando crescimento constante todo ano.

O crescimento das importações de veículos automotores e suas partes declinou nos últimos dois anos em comparação com a média de crescimento da última década. Devido à natureza integrada da cadeia de valor global da América do Norte, onde partes e produtos não finalizados atravessam a fronteira muitas vezes antes de se tornar um bem final, as tendências de crescimento para as exportações e importações de veículos automotores e suas partes é em geral similar.

Embora as importações canadenses de equipamentos eletroeletrônicos e suas partes tenham continuado a ser o terceiro maior grupo de importações do Canadá em 2019, o setor teve a terceira menor taxa de crescimento na última década.

Aeronaves e outros equipamentos e peças de transporte respondem por uma pequena parcela das importações de bens pelo Canadá, assim como ocorre com as importações de bens. No entanto, as importações desses produtos cresceram a uma porcentagem maior que as importações totais de bens na última década, incluindo 2019.

As importações canadenses de produtos energéticos, que diminuíram em 2019, foram as únicas importações de bens que decresceram na última década.

Em termos dos produtos importados, os bens de consumo são os produtos mais importados pelo Canadá, perfazendo US\$ 125 bilhões, com crescimento de 5% na última década. Em segundo lugar, as importações de veículos automotores e suas partes com US\$ 115 bilhões e crescimento de 5,5%. Em terceiro lugar, equipamentos eletroeletrônicos e suas partes com US\$ 72 bilhões e crescimento de 3,4%. Em quarto lugar, maquinário industrial, equipamentos e suas partes com US\$ 69 bilhões e crescimento de 5,7%. Em quinto lugar, produtos industriais, plásticos e borracha com US\$ 45 bilhões e crescimento de 5,5% na última década.

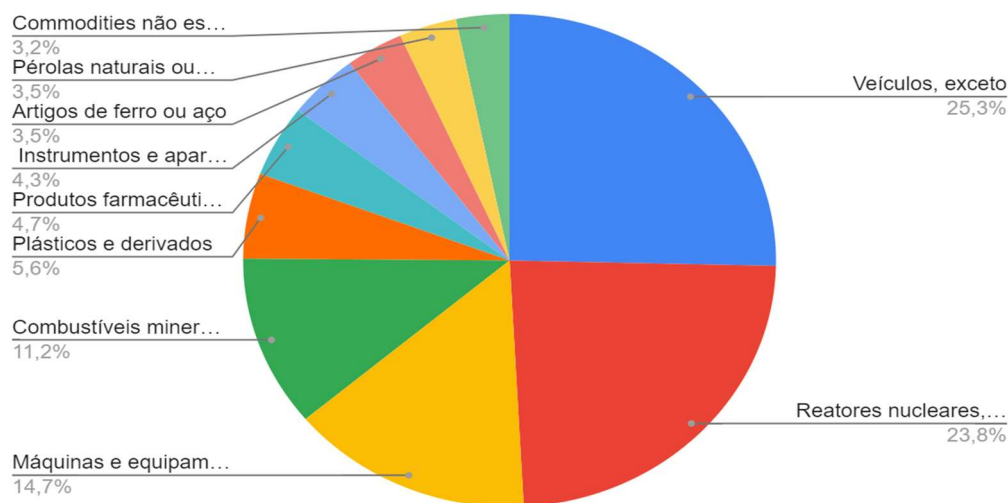
A ordem de produtos importados é a seguinte:

- 1- 16,4% (US\$ 74 bilhões): Veículos, exceto material rodante ferroviário ou elétrico, e suas partes e acessórios.
- 2- 15,4% (US\$ 69 bilhões): Reatores nucleares, caldeiras, máquinas e aparelhos mecânicos; partes dele.
- 3- 9,53% (US\$ 43 bilhões): Máquinas e equipamentos elétricos e suas partes; gravadores e reprodutores de som, gravadores e reprodutores de imagem e som de televisão e peças e acessórios de tais artigos.
- 4- 7,27% (US\$ 33 bilhões): Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos de sua destilação; substâncias betuminosas; ceras minerais.
- 5- 3,62% (US\$ 16,4 bilhões): Plásticos e derivados.
- 6- 3,04% (US\$ 13,8 bilhões): Produtos farmacêuticos.
- 7- 2,81% (US\$ 12,7 bilhões): Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia, cinematografia, medida, verificação, precisão, instrumentos médicos ou cirúrgicos; suas partes e acessórios.
- 8- 2,27% (US\$ 10,3 bilhões): Artigos de ferro ou aço.
- 9- 2,27% (US\$ 10,2 bilhões): Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas, metais preciosos, metais folheados e metais preciosos e suas obras; jóia de imitação; moeda.
- 10- 2,09% (US\$ 9,5 bilhões): Commodities não especificadas segundo a espécie.

Na figura que se segue, têm-se os principais produtos importados pelo Canadá.

Figura 6 - Produtos importados pelo Canadá

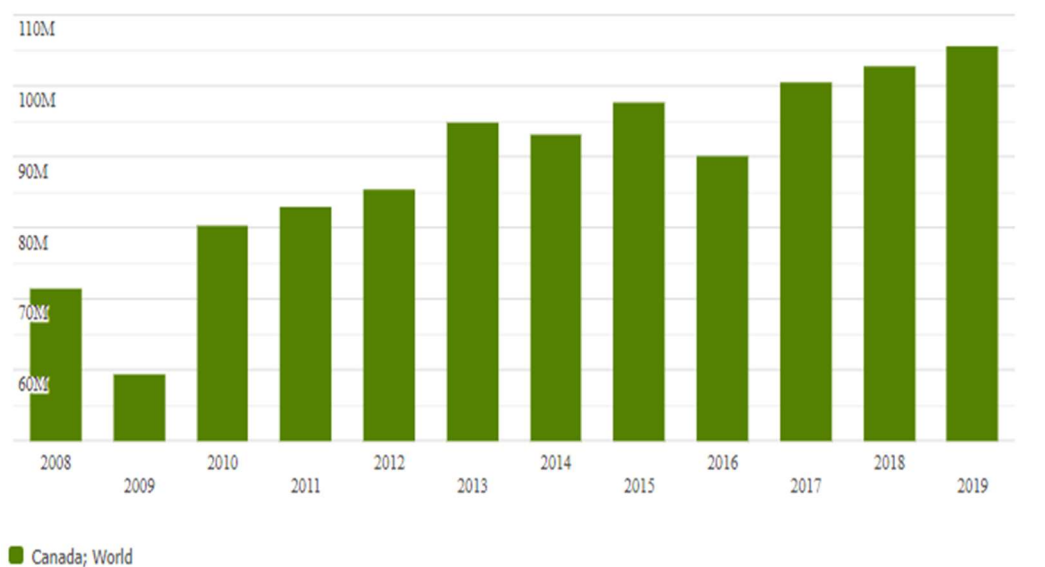
Produtos importados pelo Canadá



Fonte: UN Comtrade. Elaboração: CCGI-EESP/FGV.

Na figura abaixo, tem-se a evolução das importações canadenses na última década. É possível analisar uma evolução positiva das importações na última década.

Figura 7 - Importações do Canadá no período 2008-2019



Fonte: UN Comtrade. Elaboração: CCGI-EESP/FGV.

3.5. Fluxo bilateral Brasil-Canadá

Em termos de valor exportado, o Brasil exportou, aproximadamente, US\$ 2,36 bilhões de dólares ao Canadá em 2016, US\$ 2,72 bilhões em 2017, US\$ 3,35 bilhões em 2018, US\$ 3,38 bilhões em 2019 e US\$ 4,23 bilhões em 2020, um crescimento expressivo correspondente de 79% no período. Para o mesmo país, importou US\$ 1,87 bilhão em 2016, US\$ 1,76 bilhão em 2017, US\$ 2,25 bilhões em 2018, US\$ 2,26 bilhões em 2019 e US\$ 1,8 bilhão em 2020, um decréscimo de aproximadamente 3,74% no período.

Em relação ao saldo da balança comercial, o Brasil apresentou superávit nos últimos cinco anos em sua relação bilateral com o Canadá. Em 2016, o Brasil apresentou superávit de quase US\$ 500 milhões, aumentando para cerca de US\$ 958 milhões em 2017, US\$ 1,1 bilhão em 2018, US\$ 1.2 bilhão em 2019 e US\$ 2,43 bilhões em 2020. O resultado de 2020 foi bastante expressivo, representando um crescimento de 100% em relação ao saldo de 2019 e cerca de 386% de crescimento no quinquênio analisado.

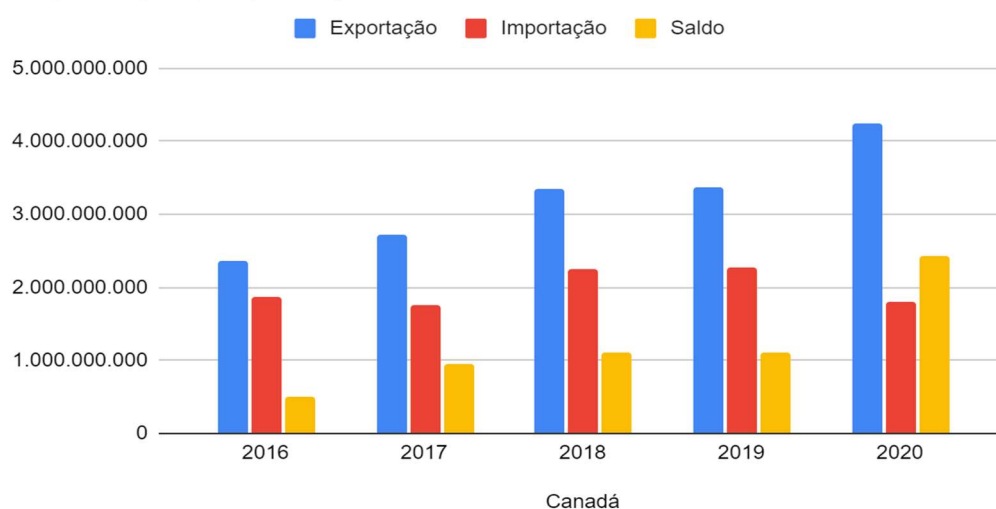
Tabela 2 - Fluxo de comércio Brasil-Canadá em US\$ entre 2016-2020

Canadá	2016	2017	2018	2019	2020
Exportação	2.365.967.102	2.719.391.044	3.354.525.770	3.381.606.817	4.235.605.707
Importação	1.866.033.307	1.760.982.167	2.251.726.760	2.264.272.558	1.805.933.919
Saldo	499.933.795	958.408.877	1.102.799.010	1.117.334.259	2.429.671.788

Fonte: Comexstat. Elaboração: CCGI-EESP/FGV.

Figura 8 - Fluxo de comércio bilateral Brasil-Canadá

Exportação, Importação e Saldo



Fonte: Comexstat. Elaboração: CCGI-EESP/FGV.

As tabelas abaixo contêm os principais produtos do comércio bilateral Brasil-Canadá.

Tabela 3 - Produtos exportados pelo Canadá para o Brasil

Código SH2	Descrição SH2	2020 - Valor FOB (US\$)
31	Adubos (fertilizantes)	855.876.897
88	Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes	199.823.491
84	Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes	169.884.314
30	Produtos farmacêuticos	81.120.185
39	Plásticos e suas obras	80.870.074
85	Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios	46.588.006
27	Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais	42.131.354

90	Instrumentos e aparelhos de óptica, de fotografia, de cinematografia, de medida, de controle ou de precisão; instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos; suas partes e acessórios	37.076.617
10	Cereais	32.879.230
76	Alumínio e suas obras	29.569.144
07	Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos, comestíveis.	18.643.951
29	Produtos químicos orgânicos	17.363.640
23	Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares; alimentos preparados para animais	16.877.997
87	Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios	16.297.918
72	Ferro fundido, ferro e aço	13.735.819
48	Papel e cartão; obras de pasta de celulose, de papel ou de cartão	13.037.911
81	Outros metais comuns; ceramais (cermets); obras dessas matérias	10.079.924
75	Níquel e suas obras	9.868.309
28	Produtos químicos inorgânicos; compostos inorgânicos ou orgânicos de metais preciosos, de elementos radioativos, de metais das terras raras ou de isótopos	9.018.333
38	Produtos diversos das indústrias químicas	8.783.363

Fonte: Comexstat. Elaboração: CCGI-EESP/FGV.

Tabela 4 - Produtos importados pelo Canadá do Brasil

Código SH2	Descrição SH2	2020 - Valor FOB (US\$)
71	Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas e semelhantes, metais preciosos, metais folheados ou chapeados de metais preciosos (plaqué), e suas obras; bijuterias; moedas	1.876.689.245
28	Produtos químicos inorgânicos; compostos inorgânicos ou orgânicos de metais preciosos, de elementos radioativos, de metais das terras raras ou de isótopos	1.009.059.115
72	Ferro fundido, ferro e aço	297.955.544
17	Açúcares e produtos de confeitaria	283.595.938
84	Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes	133.785.215
09	Café, chá, mate e especiarias	103.494.064
26	Minérios, escórias e cinzas	90.513.923
85	Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios	44.704.021
44	Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	32.894.721
73	Obras de ferro fundido, ferro ou aço	28.600.369
02	Carnes e miudezas, comestíveis	26.141.349
08	Frutas; cascas de frutos cítricos e de melões	24.778.720
25	Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento	20.159.883
27	Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais	18.423.103
21	Preparações alimentícias diversas	17.905.213
40	Borracha e suas obras	17.520.492
29	Produtos químicos orgânicos	17.437.866
16	Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos, de moluscos ou de outros invertebrados aquáticos	12.867.559

94	Móveis; mobiliário médico-cirúrgico, colchões, almofadas e semelhantes; aparelhos de iluminação não especificados nem compreendidos em outros capítulos;	12.347.457
30	Produtos farmacêuticos	11.652.136

Fonte: Comexstat. Elaboração: CCGI-EESP/FGV.

4. Perfil tarifário do Canadá

O presente capítulo tem como intuito apresentar um panorama da política tarifária do Canadá vis-à-vis a política tarifária brasileira, informando o leitor quais são os setores mais protegidos e menos protegidos de cada país. Para isso, foram levantadas informações referentes às tarifas efetivamente aplicadas e tarifas sobre nação mais favorecida (em inglês, most favoured nation ou simplesmente MFN) nos bancos de dados da Organização Mundial do Comércio (WTO Data) e do Banco Mundial (World Integrated Trade Solution, ou simplesmente WITS).

4.1. Introdução

As informações tarifárias seguem o Sistema Harmonizado (HS) da Organização Mundial de Aduanas (OMA), com base na metodologia de 2017. O Sistema Harmonizado consiste em uma nomenclatura universal para todos os bens comercializáveis entre diferentes países, agregados em pouco mais de 5.000 grupos de bens, na classificação a 6 dígitos, podendo ser agregados em posições de quatro dígitos, que por sua vez são agregados em 97 capítulos de dois dígitos e finalmente em 21 seções temáticas.

Para os fins do presente trabalho, serão abordados os 96 capítulos, separados em sete itens: (i) agricultura; (ii) minério e químicos; (iii) têxteis; (iv) vestuário; (v) materiais; (vi) máquinas, veículos e demais equipamentos e (vii) bens manufaturados e outros. Gráficos contendo uma comparação da média simples tarifária, ou seja, sem a ponderação dos valores da pauta de importação, das alíquotas MFN, ilustram cada um dos itens. Ao final, uma tabela contendo tarifas MFN nos termos da WTO Data e tarifas MFN, bem como efetivamente aplicadas, tanto por critérios simples como ponderados pela pauta de importação do WITS serão apresentadas.

Para cada seção, serão comparadas as tarifas MFN e as efetivamente aplicadas entre Canadá e Brasil se forem díspares das tarifas MFN. Tarifas efetivamente aplicadas são as tarifas que consideram quaisquer vantagens ou preferências que um país pode receber em relação ao outro, ou seja, a menor tarifa possível dentro de uma relação bilateral específica. Em ambos os casos, tanto nas tarifas MFN e efetivamente aplicadas, sejam da WTO Data ou do WITS do Banco Mundial, os números levam em consideração os efeitos Equivalentes *Ad-Valorem* (AVE), que consistem em um valor tarifário que simula a imposição de barreiras não-tarifárias como quotas de importação, restrições sanitárias, fitossanitárias, barreiras técnicas ao comércio, dentre outros.

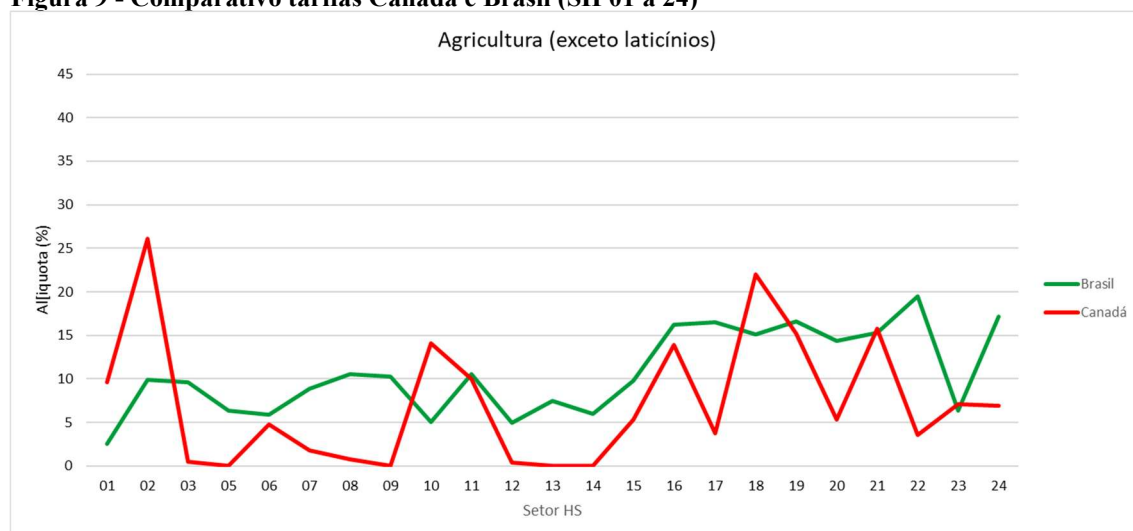
Importante frisar que o uso de duas bases de dados distintas, OMC e Banco Mundial, somado ao fato de que as organizações utilizam critérios de cálculo para AVE distintos, implica em uma certa diferença entre seus números. Contudo, uma avaliação preliminar demonstrou que os valores são próximos, diferindo de forma significativa apenas para setores excessivamente protegidos. Por exemplo, o Canadá conta com uma tarifa simples MFN no setor de laticínios, ovos e mel de 187,42% de acordo com a WTO Data e 111,73% de acordo com o WITS, contudo, diferenças significativas são a exceção e os números de setores protegidos com tarifas “normais” que convergem entre si.

4.2. Agricultura

O Brasil é competitivo e protege pouco os seus setores agropecuários quando comparado com seus demais setores e quando comparado com o padrão de proteção dos demais países, especialmente o Canadá. O setor 04 de laticínios, ovos, mel, dentre outros, foi

excluído do gráfico, porque o Canadá conta com uma tarifa (média simples) de 187,42% de acordo com a WTO-Data e tarifa (média simples) de 96,23% e ponderada de 111,73% de acordo com o WITS. Contudo, o WITS informa que a tarifa aplicada para o Brasil, ponderada, é de apenas 0,34%¹⁶. O Brasil, por sua vez, aplica uma tarifa de aproximadamente 14% para o setor 04, passando para aproximadamente 20% quando utilizados critérios de ponderação.

Figura 9 - Comparativo tarifas Canadá e Brasil (SH 01 a 24)



Fonte: WTO Data. Elaboração: CCGI/FGV

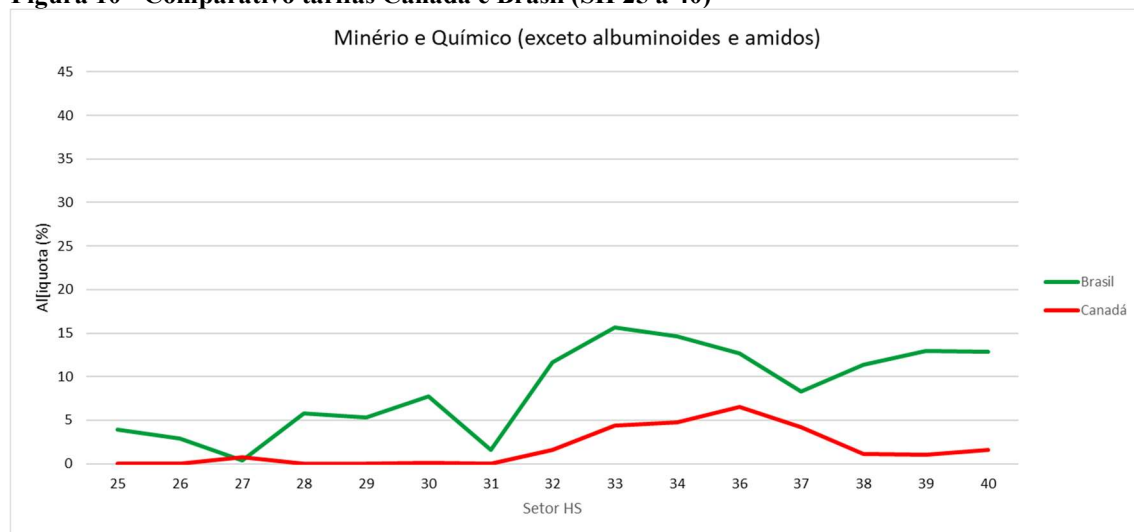
O setor 04, contudo, não é o único com alta proteção canadense. Dos 10 setores nos quais o Canadá possui tarifa simples média maior do que o Brasil, sete são setores agropecuários¹⁷: carnes, cereais, animais vivos, cacau e preparados de cacau, resíduos da indústria de alimentos e preparados homogêneos são todos mais protegidos no Canadá do que no Brasil.

¹⁶ Provavelmente, o valor é reduzido, porque as exportações brasileiras no Cap 04 concentram-se (cerca de 80%) em mel natural (SH 0409), que tem a tarifa zerada, induzindo o valor ponderado das tarifas para baixo. Para mais detalhes, consultar fluxo comercial entre Brasil e Canadá (<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>) e tarifas canadenses anteriores à 2021 (<https://www.cbsa-asfc.gc.ca/trade-commerce/tariff-tarif/archive-eng.html>). Acesso em: 12 de maio de 2021.

¹⁷ Setores HS nº 02, 10, 01, 18, 23 e 21.

4.3. Minério e Químicos

Figura 10 - Comparativo tarifas Canadá e Brasil (SH 25 a 40)

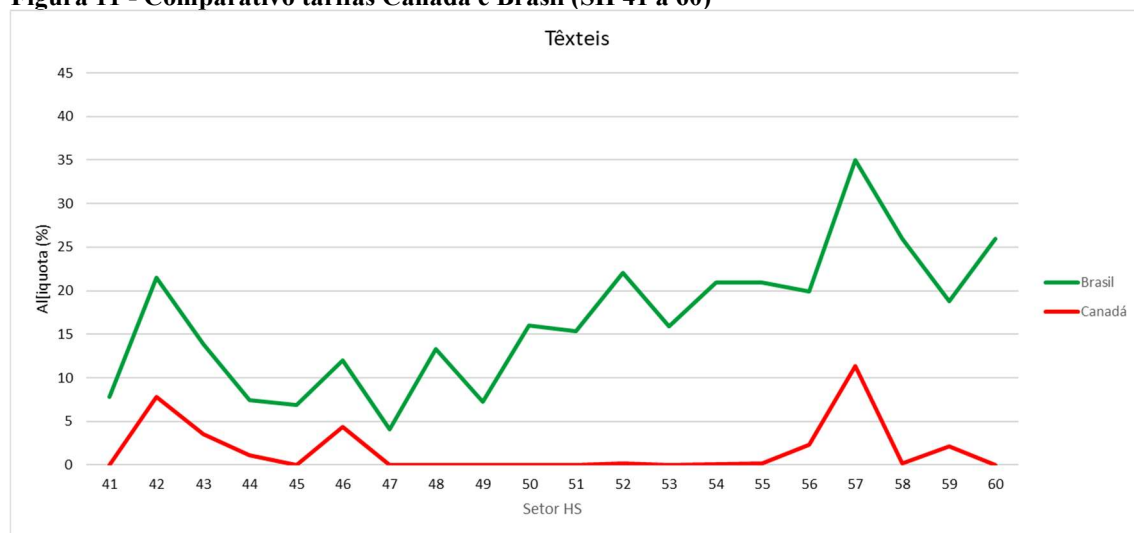


Fonte: WTO Data. Elaboração: CCGI/FGV.

A partir dos setores de minérios (25, 26 e 27) e de produtos químicos (28 ao 40), começa a se desenhar um padrão onde a proteção brasileira é maior do que a proteção canadense em virtualmente todos os setores. Contudo, nesta seção existem dois setores cuja proteção canadense é maior do que a brasileira: o setor de combustíveis minerais, óleos minerais e derivados, cuja proteção é praticamente idêntica entre os países (0,38% no Brasil e 0,72% no Canadá) e o setor de albuminoides e amidos, também excluído do gráfico considerando que a proteção canadense é de 57,57%, sendo de apenas 13,43% no Brasil.

4.4. Têxteis

Figura 11 - Comparativo tarifas Canadá e Brasil (SH 41 a 60)



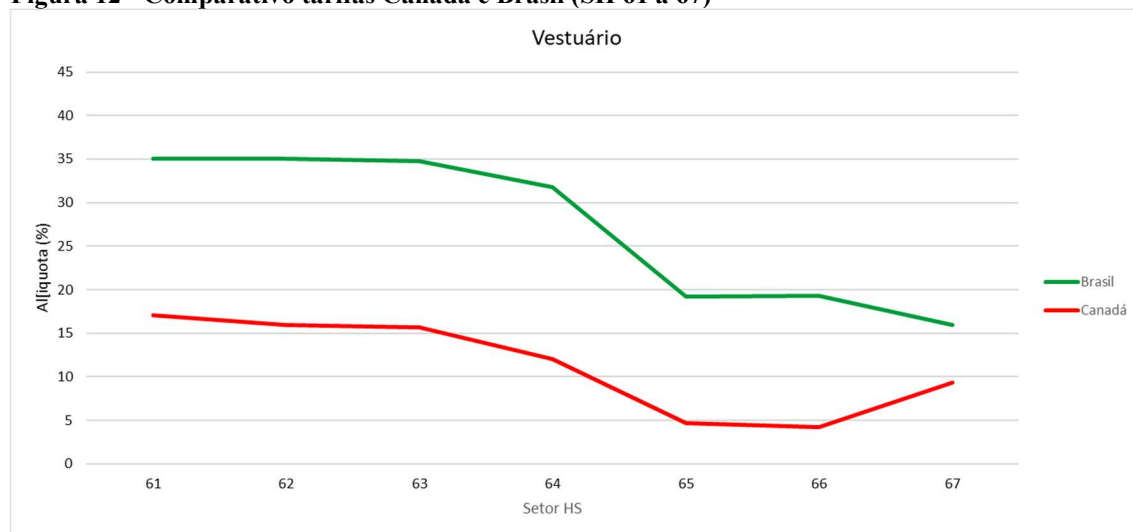
Fonte: WTO Data. Elaboração: CCGI/FGV

Os setores têxteis são os setores mais protegidos pelo Brasil, especialmente o setor número 57: carpetes, com uma proteção média de 35%, o valor mais alto aplicado pelo Brasil, correspondendo a sua tarifa consolidada.

O Canadá, por sua vez, aplica tarifa de aproximadamente 11,35% para o setor nº 57, o mais protegido da presente seção, 7,81% para artigos de couro e tarifas baixas ou quase nulas para os demais setores. Os valores são consistentes nas bases WTO Data, WITS, tanto a média simples como ponderada, inclusive a tarifa efetivamente aplicada, ponderada para artigos de couro é ligeiramente mais baixa para o Brasil: 5,39%.

4.5. Vestuário

Figura 12 - Comparativo tarifas Canadá e Brasil (SH 61 a 67)



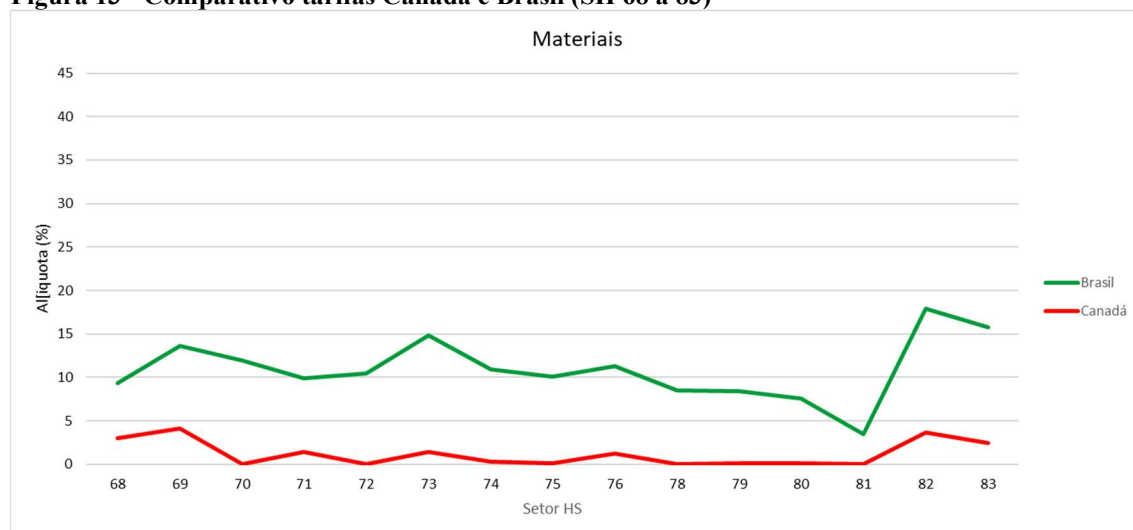
Fonte: WTO Data. Elaboração: CCGI/FGV.

Os setores vestuários também figuram entre os mais protegidos pelo Brasil. Os artigos de vestuário, representados pelos itens 62 e 61 contam com a proteção máxima de 35%, já os demais artigos têxteis que podem ser usados como vestimenta e os calçados, itens 63 e 64 contam com uma proteção de aproximadamente 34,8% e 31,7%, valores próximos da tarifa consolidada.

O Canadá ainda possui tarifas relativamente elevadas, maiores do que 15% para artigos de vestuário e demais tecidos, com uma proteção ligeiramente menor, de 12%, para calçados.

4.6. Materiais

Figura 13 - Comparativo tarifas Canadá e Brasil (SH 68 a 83)



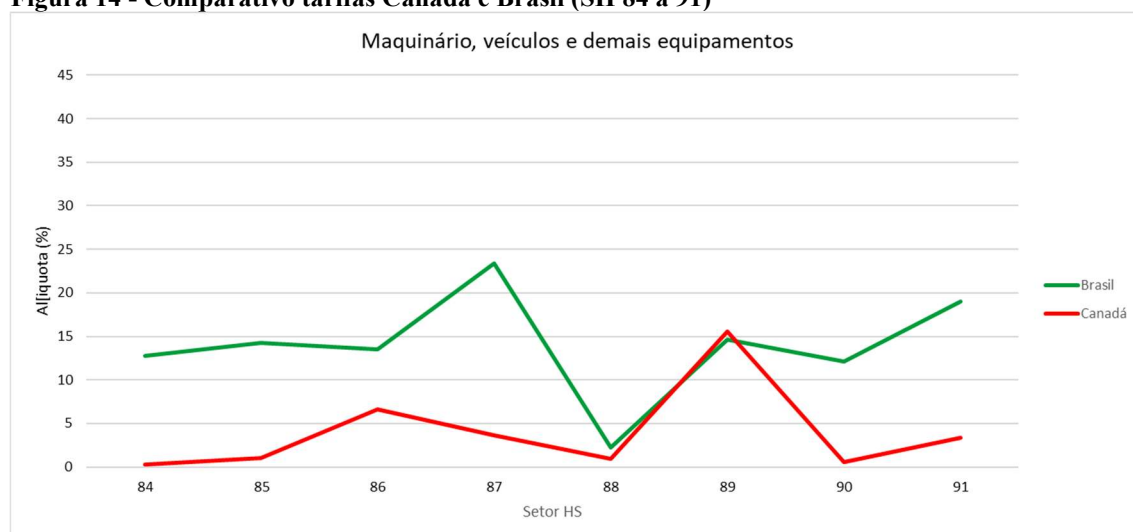
Fonte: WTO Data. Elaboração: CCGI/FGV.

O Brasil protege seus materiais, aqui compreendidos como artigos feitos de pedras, cerâmica, vidro, pedras preciosas, ferro, aço, cobre, níquel, alumínio, chumbo, zinco, lata, dentre outros materiais e produtos deles derivados com tarifas relativamente elevadas, como pode ser visto no gráfico. Os artigos feitos de metais não citados entre os itens anteriores, representados pelo nº 81, possuem tarifas menos elevadas, enquanto ferramentas e objetos derivados de metais (nº 82 e 83) possuem tarifas elevadas de 17,9% e 15,81% respectivamente.

O Canadá, por sua vez, adota tarifas consistentemente baixas em todos os setores supracitados.

4.7. Maquinário, veículos e demais equipamentos

Figura 14 - Comparativo tarifas Canadá e Brasil (SH 84 a 91)

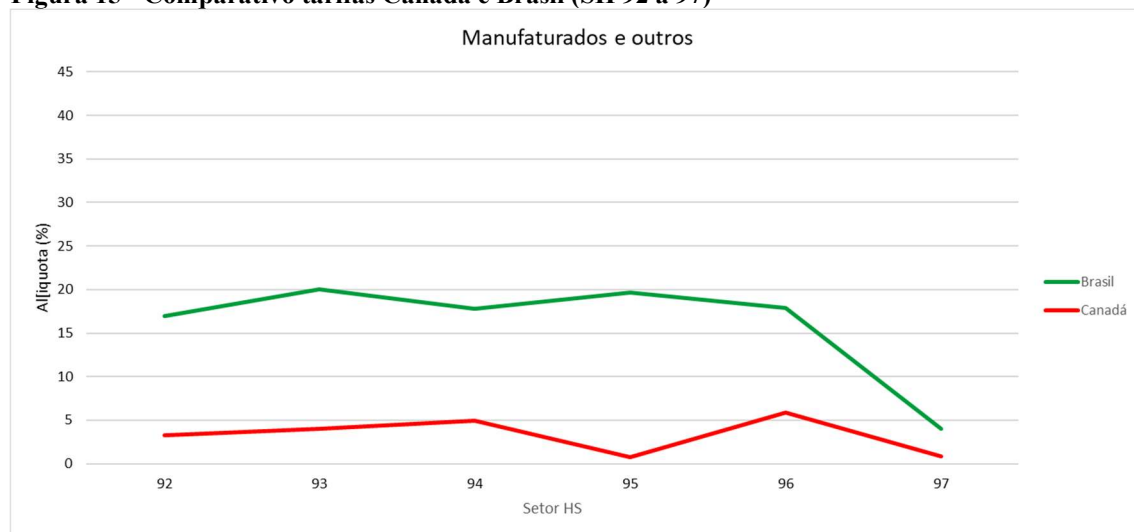


Fonte: WTO Data. Elaboração: CCGI/FGV

O Brasil pratica tarifas elevadas nesses setores, salvo aeronaves, espaçonaves e suas partes, com tarifas de aproximadamente 2,27%, valor próximo ao Canadá. O setor 89, navios e demais embarcações são o último setor na presente lista onde o Canadá é mais protetivo do que o Brasil, embora as tarifas sejam muito próximas: 14,67% no Brasil e 15,54% no Canadá.

4.8. Manufaturados e outros

Figura 15 - Comparativo tarifas Canadá e Brasil (SH 92 a 97)



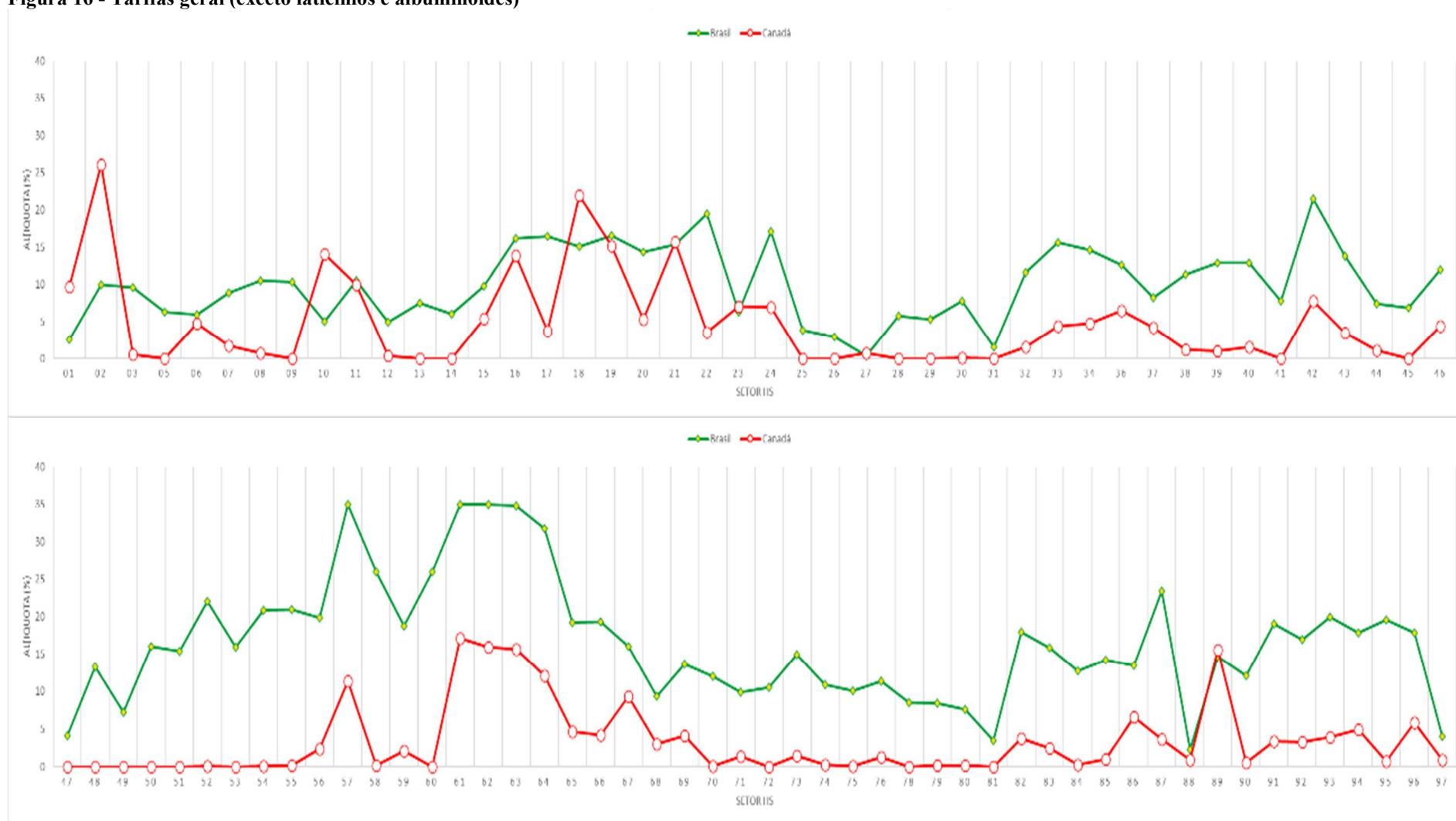
Fonte: WTO Data. Elaboração: CCGI/FGV

Mais uma seção onde as tarifas brasileiras são consistentemente mais elevadas do que aquelas de seu parceiro comercial, com destaque para armas e munições, representadas pelo setor nº 93 e brinquedos, setor nº 95.

4.9. Comparativo geral de tarifas e quadro de tarifas aplicadas

As diferenças tarifárias entre Brasil e Canadá podem ser apreciadas de maneira mais completa nos dois gráficos abaixo, que abarcam todos os setores destacados acima.

Figura 16 - Tarifas geral (exceto laticínios e albuminoides)



Fonte: OMC. Elaboração: CCGI-EESP/FGV.

Tabela 5 - Tabela de Tarifas

Product/Sector	HS No.	WTO Data (MFN, Média Simples)	WITS (MFN, Média Simples)	WITS (MFN, Média Ponderada)	WITS (Efetivamente aplicada para o Brasil, Ponderada)
HS - 01 - Live animals	01	9,66	6,07	7,86	0
HS - 02 - Meat and edible meat offal	02	26,1	18,52	24,83	124,71
HS - 03 - Fish and crustaceans, molluscs and other aquatic invertebrates	03	0,51	0,51	0,27	1,14
HS - 04 - Dairy produce; birds' eggs; natural honey; edible products of animal origin, not elsewhere specified or included	04	187,42	96,23	111,73	0,34
HS - 05 - Products of animal origin, not elsewhere specified or included	05	0	0	0	0
HS - 06 - Live trees and other plants; bulbs, roots and the like; cut flowers and ornamental foliage	06	4,79	4,79	4,24	2,03
HS - 07 - Edible vegetables and certain roots and tubers	07	1,76	1,76	4,15	1,57
HS - 08 - Edible fruit and nuts; peel of citrus fruit or melons	08	0,77	0,77	1,18	0,09
HS - 09 - Coffee, tea, mate and spices	09	0,04	0,04	0,02	0,01
HS - 10 - Cereals	10	14,1	7,07	1,63	0
HS - 11 - Products of the milling industry; malt; starches; inulin; wheat gluten	11	9,96	5,35	5,1	0,47
HS - 12 - Oil seeds and oleaginous fruits; miscellaneous grains, seeds and fruit; industrial or medicinal plants; straw and fodder	12	0,37	0,37	0,39	0,21
HS - 13 - Lac; gums, resins and other vegetable saps and extracts	13	0	0	0	0
HS - 14 - Vegetable plaiting materials; vegetable products not elsewhere specified or included	14	0	0	0	0
HS - 15 - Animal or vegetable fats and oils and their cleavage products; prepared edible fats; animal or vegetable waxes	15	5,36	4,26	6,92	1,22
HS - 16 - Preparations of meat, of fish or of crustaceans, molluscs or other aquatic invertebrates	16	13,92	11,47	23,47	6,82
HS - 17 - Sugars and sugar confectionery	17	3,76	3,59	3,34	0,2
HS - 18 - Cocoa and cocoa preparations	18	21,98	16,14	44,29	4,82
HS - 19 - Preparations of cereals, flour, starch or milk; pastrycooks' products	19	15,19	11,08	11,88	8,41
HS - 20 - Preparations of vegetables, fruit, nuts or other parts of plants	20	5,33	5,33	4,59	0,14
HS - 21 - Miscellaneous edible preparations	21	15,75	12,47	22,89	2,8
HS - 22 - Beverages, spirits and vinegar	22	3,54	215,27	390,57	33,76

HS - 23 - Residues and waste from the food industries; prepared animal fodder	23	7,08	2,51	4,95	4,5
HS - 24 - Tobacco and manufactured tobacco substitutes	24	6,95	6,95	7,73	8,37
HS - 25 - Salt; sulphur; earths and stone; plastering materials, lime and cement	25	0,02	0,02	0,23	0,03
HS - 26 - Ores, slag and ash	26	0	0	0	0
HS - 27 - Mineral fuels, mineral oils and products of their distillation; bituminous substances; mineral waxes	27	0,72	0,72	0,03	0
HS - 28 - Inorganic chemicals; organic or inorganic compounds of precious metals, of rareearth metals, of radioactive elements or of isotopes	28	0,02	0,02	0	0
HS - 29 - Organic chemicals	29	0	0	0	0
HS - 30 - Pharmaceutical products	30	0,07	0,07	0	0
HS - 31 - Fertilisers	31	0	0	0	0
HS - 32 - Tanning or dyeing extracts; tannins and their derivatives; dyes, pigments and other colouring matter; paints and varnishes; putty and other mastics; inks	32	1,55	1,55	3,63	4,41
HS - 33 - Essential oils and resinoids; perfumery, cosmetic or toilet preparations	33	4,42	4,42	4,56	1,55
HS - 34 - Soap, organic surfaceactive agents, washing preparations, lubricating preparations, artificial waxes, prepared waxes, polishing or scouring preparations, candles and similar articles, modelling pastes	34	4,74	4,74	5,03	4,45
HS - 35 - Albuminoidal substances; modified starches; glues; enzymes	35	57,57	14,02	14,28	9,16
HS - 36 - Explosives; pyrotechnic products; matches; pyrophoric alloys; certain combustible preparations	36	6,5	6,5	6,5	6,5
HS - 37 - Photographic or cinematographic goods	37	4,24	3,95	1,22	1,5
HS - 38 - Miscellaneous chemical products	38	1,17	1,17	1,04	0,03
HS - 39 - Plastics and articles thereof	39	0,99	0,97	1,48	0,89
HS - 40 - Rubber and articles thereof	40	1,59	1,59	3,87	4,7
HS - 41 - Raw hides and skins (other than furskins) and leather	41	0	0	0	0
HS - 42 - Articles of leather; saddlery and harness; travel goods, handbags and similar containers; articles of animal gut (other than silkworm gut)	42	7,81	7,81	8,13	3,62
HS - 43 - Furskins and artificial fur; manufactures thereof	43	3,5	3,5	2,55	1,31

HS - 44 - Wood and articles of wood; wood charcoal	44	1,1	1,1	1,07	1,48
HS - 45 - Cork and articles of cork	45	0	0	0	0
HS - 46 - Manufactures of straw, of esparto or of other plaiting materials; basketware and wickerwork	46	4,41	4,41	6,05	4,23
HS - 47 - Pulp of wood or of other fibrous cellulosic material; recovered (waste and scrap) paper and paperboard	47	0	0	0	0
HS - 48 - Paper and paperboard; articles of paper pulp, of paper or of paperboard	48	0	0	0	0
HS - 49 - Printed books, newspapers, pictures and other products of the printing industry; manuscripts, typescripts and plans	49	0	0	0	0
HS - 50 - Silk	50	0	0	0	0
HS - 51 - Wool, fine or coarse animal hair; horsehair yarn and woven fabric	51	0	0	0	0
HS - 52 - Cotton	52	0,13	0,13	0,4	2,51
HS - 53 - Other vegetable textile fibres; paper yarn and woven fabrics of paper yarn	53	0	0	0	0
HS - 54 - Manmade filaments	54	0,06	0,06	0,03	0
HS - 55 - Manmade staple fibres	55	0,15	0,15	0,65	7,03
HS - 56 - Wadding, felt and nonwovens; special yarns; twine, cordage, ropes and cables and articles thereof	56	2,34	2,34	1,29	0,68
HS - 57 - Carpets and other textile floor coverings	57	11,35	11,35	11,56	12,37
HS - 58 - Special woven fabrics; tufted textile fabrics; lace; tapestries; trimmings; embroidery	58	0,18	0,18	0,01	0
HS - 59 - Impregnated, coated, covered or laminated textile fabrics; textile articles of a kind suitable for industrial use	59	2,1	2,23	0,58	0
HS - 60 - Knitted or crocheted fabrics	60	0	0	0	0
HS - 61 - Articles of apparel and clothing accessories, knitted or crocheted	61	17,11	17,11	17,22	16,52
HS - 62 - Articles of apparel and clothing accessories, not knitted or crocheted	62	15,95	16,06	16,51	16,63
HS - 63 - Other made up textile articles; sets; worn clothing and worn textile articles; rags	63	15,67	15,79	15,99	16,89
HS - 64 - Footwear, gaiters and the like; parts of such articles	64	12,08	12,25	14,35	11,92
HS - 65 - Headgear and parts thereof	65	4,67	4,67	7,28	7,79
HS - 66 - Umbrellas, sun umbrellas, walkingsticks, seatsticks, whips, ridingcrops and parts thereof	66	4,25	4,25	6,38	3,5

HS - 67 - Prepared feathers and down and articles made of feathers or of down; artificial flowers; articles of human hair	67	9,34	9,34	9,38	0,21
HS - 68 - Articles of stone, plaster, cement, asbestos, mica or similar materials	68	3,04	3,04	3,29	3,81
HS - 69 - Ceramic products	69	4,11	4,11	4,78	6,19
HS - 70 - Glass and glassware	70	0,05	0,05	0,05	0
HS - 71 - Natural or cultured pearls, precious or semiprecious stones, precious metals, metals clad with precious metal, and articles thereof; imitation jewellery; coin	71	1,41	1,41	0,65	0,02
HS - 72 - Iron and steel	72	0	0	0	0
HS - 73 - Articles of iron or steel	73	1,45	1,45	1,3	0,29
HS - 74 - Copper and articles thereof	74	0,28	0,28	0,11	0,05
HS - 75 - Nickel and articles thereof	75	0,09	0,09	0,19	0,25
HS - 76 - Aluminium and articles thereof	76	1,24	1,24	1,25	0,27
HS - 78 - Lead and articles thereof	78	0	0	0	0
HS - 79 - Zinc and articles thereof	79	0,17	0,17	0,51	1,5
HS - 80 - Tin and articles thereof	80	0,15	0,15	0,1	0
HS - 81 - Other base metals; cermets; articles thereof	81	0	0	0	0
HS - 82 - Tools, implements, cutlery, spoons and forks, of base metal; parts thereof of base metal	82	3,71	3,71	2,47	1,54
HS - 83 - Miscellaneous articles of base metal	83	2,44	2,44	1,74	0,93
HS - 84 - Nuclear reactors, boilers, machinery and mechanical appliances; parts thereof	84	0,27	0,26	0,18	0,01
HS - 85 - Electrical machinery and equipment and parts thereof; sound recorders and reproducers, television image and sound recorders and reproducers, and parts and accessories of such articles	85	1,05	0,82	0,47	0,11
HS - 86 - Railway or tramway locomotives, rollingstock and parts thereof; railway or tramway track fixtures and fittings and parts thereof; mechanical (including electromechanical) traffic signalling equipment	86	6,61	6,61	7,45	3,21
HS - 87 - Vehicles other than railway or tramway rollingstock, and parts and accessories thereof	87	3,63	3,63	4,97	1,53
HS - 88 - Aircraft, spacecraft, and parts thereof	88	0,94	0,78	0,01	0
HS - 89 - Ships, boats and floating structures	89	15,54	15,54	14,51	8,43
HS - 90 - Optical, photographic, cinematographic, measuring, checking, precision, medical or surgical instruments and apparatus; parts and accessories thereof	90	0,58	0,5	0,2	0,15

HS - 91 - Clocks and watches and parts thereof	91	3,35	3,35	5,04	3,84
HS - 92 - Musical instruments; parts and accessories of such articles	92	3,26	3,26	3,58	2,49
HS - 93 - Arms and ammunition; parts and accessories thereof	93	3,97	3,97	4,01	3,93
HS - 94 - Furniture; bedding, mattresses, mattress supports, cushions and similar stuffed furnishings; lamps and lighting fittings, not elsewhere specified or included; illuminated signs, illuminated nameplates	94	4,97	4,97	4,38	7,64
HS - 95 - Toys, games and sports requisites; parts and accessories thereof	95	0,76	0,76	1,47	0,27
HS - 96 - Miscellaneous manufactured articles	96	5,88	5,88	8,21	7,04
HS - 97 - Works of art, collectors' pieces and antiques	97	0,89	0,89	1,49	0,64

4.10. Restrições quantitativas, quotas tarifárias e tarifas específicas e tarifas mistas

A seção sobre tarifas incorpora informações da base de dados do Banco Mundial (WITS) e da base de dados da OMC (WTO Data). Ambas as bases de dados trabalham com valores tarifários ad valorem ou com valores tarifários com equivalentes ad valorem.

Tarifas *ad valorem* são tarifas aplicadas ao valor comercializado de um bem (x%), cobradas sobre o valor comercializado, independentemente da quantidade ou peso adquiridos.

Por outro lado, no Canadá, encargos tarifários podem ser aplicados sobre determinado volume ou peso de produtos, como tarifas específicas. Existe uma série de barreiras comerciais que não são consideradas tarifas, tais como: formalidades de inspecionamento, controle de preços interno, restrições quantitativas (como quotas, licenças prévias e controle de quantidades), impostos e encargos paralelos, restrições financeiras, medidas antitruste, medidas voltadas para investimentos que afetam indiretamente o comércio, restrições na distribuição de produtos, dentre outros.

Nestes casos, OMC, UNCTAD, Banco Mundial e demais instituições interessadas sobre o tema buscam calcular qual seria a tarifa que causaria um efeito equivalente sobre o preço de um produto, portanto o nome “equivalente *ad valorem*”. O cálculo de equivalentes *ad valorem* normalmente emprega o uso de modelos quantitativos para contrastar uma política tarifária oficial *vis-à-vis* o quanto é efetivamente importado quando levamos em consideração demais barreiras tarifárias, estipulando a partir de então a alíquota que geraria efeito similar.

Serão abordados os conceitos das três barreiras não tarifárias quantitativas mais comuns: quotas, quotas-tarifárias e tarifas específicas ou mistas. Em seguida, analisam-se os dois instrumentos empregados pelo Canadá: quotas tarifárias e tarifas específicas ou mistas.

4.10.1. Restrições Quantitativas

Restrições Quantitativas são todas aquelas que envolvem a imposição de restrições de importação a partir de uma determinada quantidade de importações. Podendo ser determinada em volume, peso ou valor. Normalmente o país que adere à prática opera mediante a venda de licenças de importação. Contudo, o Artigo XI do *General Agreement on Trade and Tariffs* (GATT) restringiu as modalidades de restrições quantitativas, ainda que não as tenha eliminado por completo, ainda no âmbito de antigos direitos adquiridos.

4.10.2. Quotas-Tarifárias

Quotas tarifárias são um sistema misto entre quotas de importação e tarifas. No caso, um país determina uma tarifa até um determinado valor ou quantidade importados, a partir do momento que o fluxo de importações excede o estipulado, as tarifas aumentam até que atinjam um novo valor e assim sucessivamente até uma tarifa máxima.

4.10.3. Tarifas Específicas e Mistas

Tarifas *ad valorem* incidem sob o valor dos produtos comercializados, portanto, a quantidade de bens importados ou seu peso não influem nos direitos alfandegários pagos. Já tarifas específicas são justamente aquelas que incidem não sobre o valor da importação, mas de alguma característica específica do produto, comumente seu peso, por vezes a quantidade de bens importados. Tarifas mistas, por sua vez, são aquelas que combinam valores *ad valorem* e valores específicos, ou que utilizam critérios para determinar se uma tarifa será *ad valorem* ou específica para cada ato de importação.

4.10.4. Quotas tarifárias, tarifas específicas e mistas aplicadas pelo Canadá

O Canadá possui uma série de quotas-tarifárias em diversos setores diferentes: ovos e pintos para incubação de frangos de corte; frangos vivos, carne e derivados; perus vivos, carne e produtos; carne bovina; leite líquido; creme; creme concentrado ou condensado; iogurte; leite em pó; soro de leite seco; produtos compostos por produtos naturais constituintes do leite, com ou sem adição de açúcar ou de outros edulcorantes; laticínios não especificados nem compreendidos em outras posições; manteiga; queijo; outros laticínios; sorvete; ovos e produtos feitos de ovos; trigo; cevada; produtos à base de trigo; produtos de cevada; e margarina¹⁸.

A lista de produtos é extensa e normalmente envolve linhas tarifárias nacionais, ultrapassando os seis dígitos do Sistema Harmonizado da OMA. O país diferencia países que acessam o seu mercado via a OMC, ou CUSMA (acordo substitutivo do NAFTA), ou CETA (*Canada-European Union Comprehensive Economic and Trade Agreement*), ou CPTPP (*Comprehensive and Progressive Agreement for Trans-Pacific Partnership*), também emprega uma linha tarifária para certo limite da quota e outra linha após atingir o limite para esse produto.

A enorme quantidade de produtos e indisponibilidade da informação sobre quais são as alíquotas aplicáveis para os membros da OMC, aliada ao uso de linhas tarifárias

¹⁸ Código dos produtos supracitados de acordo com o Sistema Harmonizado utilizando 4 dígitos: 0105, 0407, 0207, 0209, 0210, 1601, 1602, 0201, 0202, 0401, 0402, 0403, 0404, 0405, 0406, 1901, 2105, 0408, 2106, 3502, 1001, 1003, 1101, 1103, 1104, 1108, 1109, 1902, 1904, 1905, 2302, 1102, 1107, 1517, 3504.

específicas para cada produto, exportador e situação “dentro” ou “fora” da quota e considerando-se que o Canadá não compilou as informações supracitadas em tabelas em formatos uniformes fazem com que uma compilação final não esteja disponível. Contudo, pode-se acessar cada produto individualmente na página sobre comércio canadense¹⁹.

Atualmente, o Canadá aplica 125 tarifas específicas ou mistas, a maior parte concomitantemente com as referidas quotas-tarifárias. Exemplos de itens atingidos são galináceos, leite, iogurte, leiteiro, *whey*, manteiga e demais laticínios, bem como as gorduras derivadas do leite, queijos, ovos, legumes, sementes, cereais, trigo, malte, amidos, margarina, preparados de origem animal, açúcar, chocolate, massas, pães, bebidas como vinho, rum, gim, vodka, albumina e peptonas. Dos 125 itens citados, 28 são laticínios diversos.

A lista abaixo com os itens já apresenta tarifas específicas e quotas tarifárias:

Tabela 6 - Tarifas específicas do Canadá

Produto	Código HS	Tarifa
Live fowls of the species <i>Gallus domesticus</i> , weighing <= 185 g (excl. turkeys and guinea fowls)	010511	[238% but not less than 30.8 ¢each]
Live fowls of the species <i>Gallus domesticus</i> , weighing > 185	010594	[238% but not less than \$1.25/kg] [2.82 ¢/kg]
Live domestic ducks, geese, turkeys and guinea fowls, weighing > 185 g	010599	[154.5% but not less than \$1.60/kg]
Fresh or chilled fowls of the species <i>Gallus domesticus</i> , not cut in pieces	020711	[238% but not less than \$1.67/kg]
Frozen fowls of the species <i>Gallus domesticus</i> , not cut in pieces	020712	[238% but not less than \$1.67/kg]
Fresh or chilled cuts and edible offal of fowls of the species <i>Gallus domesticus</i>	020713	[249% but not less than \$6.74/kg] [249% but not less than \$3.78/kg]
Frozen cuts and edible offal of fowls of the species <i>Gallus domesticus</i>	020714	[238% but not less than \$6.45/kg] [249% but not less than \$6.74/kg] [249% but not less than \$3.78/kg]
Fresh or chilled turkeys of the species domesticus, not cut in pieces	020724	[154.5% but not less than \$2.11/kg] [154.5% but not less than \$1.95/kg]
Frozen turkeys of the species domesticus, not cut into pieces	020725	[154.5% but not less than \$2.11/kg] [154.5% but not less than \$1.95/kg]
Fresh or chilled cuts and edible offal of turkeys of the species domesticus	020726	[165% but not less than \$4.82/kg] [165% but not less than \$2.94/kg]
Frozen cuts and edible offal of turkeys of the species domesticus	020727	[165% but not less than \$4.82/kg] [154.5% but not less than \$4.51/kg] [165% but not less than \$2.94/kg]
Poultry fat, not rendered or otherwise extracted, fresh, chilled, frozen, salted, in brine, dried or smoked	020990	[165% but not less than \$4.82/kg] [249% but not less than \$6.74/kg]
Meat and edible offal, salted, in brine, dried or smoked, and edible flours and meals of meat and meat offal (excl. meat of bovine animals and swine and meat and edible offal of primates, whales, dolphins and porpoises "mammals of the order Cetacea", manatees and dugongs "mammals of the order Sirenia", seals, sea lions and walruses "mammals of the suborder Pinnipedia" and reptiles)	021099	[249% but not less than \$10.36/kg] [249% but not less than \$5.81/kg] [165% but not less than \$3.67/kg] [165% but not less than \$6.03/kg]
Milk and cream of a fat content by weight of <= 1%, not concentrated nor containing added sugar or other sweetening matter	040110	[241% but not less than \$34.50/hl]
Milk and cream of a fat content by weight of > 1% but <= 6%, not concentrated nor containing added sugar or other sweetening matter	040120	[241% but not less than \$34.50/hl]
Milk and cream of a fat content by weight of > 6% but <= 10%, not concentrated nor containing added sugar or other sweetening matter	040140	[292.5% but not less than \$2.48/kg]
Milk and cream of a fat content by weight of > 10%, not concentrated nor containing added sugar or other sweetening matter	040150	[292.5% but not less than \$2.48/kg]
Milk and cream in solid forms, of a fat content by weight of <= 1,5%	040210	[201.5% but not less than \$2.01/kg]
Milk and cream in solid forms, of a fat content by weight of > 1,5%, unsweetened	040221	[243% but not less than \$2.82/kg] [295.5% but not less than \$4.29/kg]
Milk and cream in solid forms, of a fat content by weight of > 1,5%, sweetened	040229	[243% but not less than \$2.82/kg] [295.5% but not less than \$4.29/kg]
Milk and cream, concentrated but unsweetened (excl. in solid forms)	040291	[259% but not less than 78.9 ¢/kg]

¹⁹ GOVERNMENT OF CANADA. International Trade. Disponível em: https://www.international.gc.ca/trade-commerce/controls-controles/supply_managed-gestion_offre.aspx?lang=eng&type=Utilization%20Tables#data. Acesso em: 02/03/2021.

Milk and cream, concentrated and sweetened (excl. in solid forms)	040299	[255% but not less than 95.1 ¢/kg]
Yogurt, whether or not flavoured or containing added sugar or other sweetening matter, fruits, nuts or cocoa	040310	[237.5% but not less than 46.6 ¢/kg]
Buttermilk, curdled milk and cream, kephir and other fermented or acidified milk and cream, whether or not concentrated or flavoured or containing added sugar or other sweetening matter, fruits, nuts or cocoa (excl. yogurt)	040390	[208% but not less than \$2.07/kg] [216.5% but not less than \$2.15/kg]
Whey and modified whey, whether or not concentrated or containing added sugar or other sweetening matter	040410	[208% but not less than \$2.07/kg] [4.94 ¢/kg]
Products consisting of natural milk constituents, whether or not sweetened, n.e.s.	040490	[270% but not less than \$3.15/kg]
Butter (excl. dehydrated butter and ghee)	040510	[298.5% but not less than \$4.00/kg]
Dairy spreads of a fat content, by weight, of $\geq 39\%$ but $< 80\%$	040520	[274.5% but not less than \$2.88/kg]
Fats and oils derived from milk, and dehydrated butter and ghee (excl. natural butter, recombined butter and whey butter)	040590	[313.5% but not less than \$5.12/kg]
Fresh cheese "unripened or uncured cheese", incl. whey cheese, and curd	040610	[245.5% but not less than \$4.52/kg]
Grated or powdered cheese, of all kinds	040620	[245.5% but not less than \$3.58/kg] [245.5% but not less than \$5.11/kg]
Processed cheese, not grated or powdered	040630	[245.5% but not less than \$4.34/kg]
Blue-veined cheese and other cheese containing veins produced by "Penicillium roqueforti"	040640	[245.5% but not less than \$5.33/kg]
Cheese (excl. fresh cheese, incl. whey cheese, curd, processed cheese, blue-veined cheese and other cheese containing veins produced by "Penicillium roqueforti", and grated or powdered cheese)	040690	[245.5% but not less than \$5.15/kg] [245.5% but not less than \$5.08/kg] [245.5% but not less than \$4.34/kg] [245.5% but not less than \$5.26/kg] [245.5% but not less than \$4.23/kg] [245.5% but not less than \$3.53/kg] [245.5% but not less than \$4.34/kg] [245.5% but not less than \$3.53/kg] [245.5% but not less than \$5.50/kg] [245.5% but not less than \$3.53/kg] [245.5% but not less than \$5.78/kg] [245.5% but not less than \$5.08/kg]
Fertilised eggs for incubation, of domestic fowls	040711	[163.5% but not less than 79.9 ¢/dozen] [238% but not less than \$2.91/dozen]
Fresh eggs of domestic fowls, in shell (excl. fertilised for incubation)	040721	[163.5% but not less than 79.9 ¢/dozen]
Birds' eggs, in shell, preserved or cooked	040790	[163.5% but not less than 79.9 ¢/dozen]
Dried egg yolks, whether or not sweetened	040811	[\$6.12/kg]
Egg yolks, fresh, cooked by steaming or boiling in water, moulded, frozen or otherwise preserved, whether or not sweetened (excl. dried)	040819	[\$1.52/kg]
Dried birds' eggs, not in shell, whether or not sweetened (excl. egg yolks)	040891	[\$6.12/kg]
Birds' eggs, not in shell, fresh, cooked by steaming or boiling in water, moulded, frozen or otherwise preserved, whether or not sweetened (excl. dried)	040899	[\$1.52/kg]
Seed potatoes	070110	[\$4.94/tonne]
Fresh or chilled potatoes (excl. seed)	070190	[\$4.94/tonne]
Tomatoes, fresh or chilled	070200	[4.68 ¢/kg but not less than 12.5%] [4.68 ¢/kg but not less than 12.5%]
Fresh or chilled onions and shallots	070310	[2.81 ¢/kg but not less than 12.5%] [2.81 ¢/kg but not less than 12.5%] [4.68 ¢/kg but not less than 10.5%] [4.23 ¢/kg but not less than 9.5%]
Fresh or chilled cauliflowers and headed broccoli	070410	[1.88 ¢/kg but not less than 4%] [1.88 ¢/kg but not less than 4% plus 4%]
Brussels sprouts, fresh or chilled	070420	[5.62 ¢/kg but not less than 10.5%] [5.62 ¢/kg but not less than 10.5% plus 4%]
Fresh or chilled cabbages, kohlrabi, kale and similar edible brassicas (excl. cauliflowers, headed broccoli and Brussels sprouts)	070490	[2.35 ¢/kg but not less than 12.5%] [2.35 ¢/kg but not less than 12.5%] [4.68 ¢/kg but not less than 12.5%]
Fresh or chilled cabbage lettuce	070511	[2.35 ¢/kg but not less than 12.5%] [2.35 ¢/kg but not less than 12.5% plus 4%]
Fresh or chilled lettuce (excl. cabbage lettuce)	070519	[2.35 ¢/kg but not less than 12.5%] [2.35 ¢/kg but not less than 12.5% plus 4%]
Fresh or chilled carrots and turnips	070610	[0.94 ¢/kg] [0.94 ¢/kg plus 4%] [1.88 ¢/kg but not less than 4%] [1.88 ¢/kg but not less than 4% plus 4%]
Fresh or chilled salad beetroot, salsify, celeriac, radishes and similar edible roots (excl. carrots and turnips)	070690	[1.41 ¢/kg but not less than 6%] [1.88 ¢/kg but not less than 8.5%] [1.88 ¢/kg but not less than 8.5% plus 4%]
Cucumbers and gherkins, fresh or chilled	070700	[4.22 ¢/kg but not less than 12.5%]
Fresh or chilled peas "Pisum sativum", shelled or unshelled	070810	[3.75 ¢/kg but not less than 8.5%]
Fresh or chilled beans "Vigna spp., Phaseolus spp.", shelled or unshelled	070820	[3.75 ¢/kg but not less than 8.5%] [3.75 ¢/kg but not less than 8.5% plus 4%]
Fresh or chilled asparagus	070920	[10.31 ¢/kg but not less than 12.5%]
Fresh or chilled celery (excl. celeriac)	070940	[3.75 ¢/kg but not less than 12.5%] [3.75 ¢/kg but not less than 12.5% plus 4%]
Fresh or chilled mushrooms of the genus "Agaricus"	070951	[8.43 ¢/kg but not less than 8.5%]

Fresh or chilled edible mushrooms and truffles (excl. mushrooms of the genus "Agaricus")	070959	[8.43 €/kg but not less than 8.5%]
Fresh or chilled fruits of the genus Capsicum or Pimenta	070960	[3.75 €/kg but not less than 8.5%]
Fresh or chilled vegetables n.e.s.	070999	[2.81 €/kg but not less than 12.5%] [2.81 €/kg but not less than 12.5% plus 4%] [3.28 €/kg but not less than 8.5%]
Fresh grapes	080610	[1.41 €/kg]
Fresh pears	080830	[2.81 €/kg but not less than 10.5%]
Fresh apricots	080910	[4.68 €/kg but not less than 10.5%]
Fresh sour cherries "Prunus cerasus"	080921	[5.64 €/kg but not less than 8%]
Fresh cherries (excl. sour cherries)	080929	[5.62 €/kg but not less than 8.5%]
Fresh peaches, incl. Nectarines	080930	[5.62 €/kg but not less than 10.5%]
Fresh plums and sloes	080940	[3.75 €/kg but not less than 10.5%] [2.81 €/kg but not less than 10.5%]
Fresh strawberries	081010	[5.62 €/kg but not less than 8.5%]
Frozen fruit and nuts, uncooked or cooked by steaming or boiling in water, whether or not sweetened (excl. strawberries, raspberries, blackberries, mulberries, loganberries, black, white or red currants and gooseberries)	081190	[9.37 €/kg but not less than 12.5%]
Wheat or meslin flour	110100	[\$139.83/tonne]
Cereal flours (excl. wheat, meslin and maize)	110290	[\$213.80/tonne plus 8.5%]
Groats and meal of wheat	110311	[\$105.33/tonne]
Groats and meal of cereals (excl. wheat and maize)	110319	[\$177.50/tonne plus 6.5%]
Cereal pellets	110320	[\$15.90/tonne plus 7%] [\$98.60/tonne plus 7%]
Rolled or flaked grains of cereals (excl. oats)	110419	[\$106.50/tonne plus 7%] [\$177.50/tonne plus 8.5%]
Grains of cereals, hulled, pearled, sliced, kibbled or otherwise worked (excl. rolled, flaked, flour, pellets, and oats and maize, and husked and semi- or wholly milled rice and broken rice)	110429	[\$177.50/tonne plus 8.5%] [\$113.40/tonne plus 7%]
Germ of cereals, whole, rolled, flaked or ground	110430	[\$98.60/tonne plus 7%]
Malt (excl. roasted)	110710	[\$160.10/tonne] [\$157.00/tonne]
Roasted malt	110720	[\$141.50/tonne]
Wheat starch	110811	[\$237.90/tonne]
Starch (excl. wheat, maize, potato and manioc)	110819	[\$188.50/tonne]
Wheat gluten, whether or not dried	110900	[\$397.30/tonne plus 14.5%]
Margarine (excl. liquid)	151710	[82.28 €/kg]
Edible mixtures or preparations of animal or vegetable fats or oils and edible fractions of different fats or oils (excl. fats, oils and their fractions, partly or wholly hydrogenated, inter-esterified, re-esterified or elaidinised, whether or not refined, but not further prepared, mixtures of olive oils and their fractions, and solid margarine)	151790	[218% but not less than \$2.47/kg]
Meat or offal of turkeys "Gallus domesticus", prepared or preserved (excl. sausages and similar products, and finely homogenised preparations put up for retail sale as infant food or for dietetic purposes, in containers of a net weight of ≤ 250 g, preparations of liver and meat extracts and juices)	160231	[165% but not less than \$6.03/kg] [165% but not less than \$3.67/kg] [169.5% but not less than \$6.18/kg] [169.5% but not less than \$3.76/kg]
Meat or offal of fowls of the species "Gallus domesticus", prepared or preserved (excl. sausages and similar products, finely homogenised preparations put up for retail sale as infant food or for dietetic purposes, in containers of a net weight of ≤ 250 g, preparations of liver and meat extracts and juices)	160232	[249% but not less than \$10.36/kg] [249% but not less than \$5.81/kg] [253% but not less than \$10.54/kg] [253% but not less than \$5.91/kg]
Raw beet sugar (excl. added flavouring or colouring)	170112	[\$24.69/tonne]
Raw cane sugar, in solid form, not containing added flavouring or colouring matter, obtained without centrifugation, with sucrose content 69° to 93°, containing only natural anhydral microcrystals (see subheading note 2.)	170113	[\$22.05/tonne]
Refined cane or beet sugar, containing added flavouring or colouring, in solid form	170191	[\$30.86/tonne]
Cane or beet sugar and chemically pure sucrose, in solid form (excl. cane and beet sugar containing added flavouring or colouring and raw sugar)	170199	[\$30.86/tonne]
Sugars in solid form, incl. invert sugar and chemically pure maltose, and sugar and sugar syrup blends containing in the dry state 50% by weight of fructose, not flavoured or coloured, artificial honey, whether or not mixed with natural honey and caramel (excl. cane or beet sugar, chemically pure sucrose, lactose, maple sugar, glucose, fructose, and syrups thereof)	170290	[\$4.52/tonne] [\$26.67/tonne] [2.12 €/kg] [15.17/tonne] [14.11/tonne] [13.90/tonne] [13.69/tonne] [13.47/tonne] [13.26/tonne] [13.05/tonne] [11.99/tonne]
Chocolate and other food preparations containing cocoa, in blocks, slabs or bars weighing > 2 kg or in liquid, paste, powder, granular or other bulk form, in containers or immediate packings of a content > 2 kg (excl. cocoa powder)	180620	[265% but not less than \$1.15/kg]
Chocolate and other preparations containing cocoa, in containers or immediate packings of ≤ 2 kg (excl. in blocks, slabs or bars and cocoa powder)	180690	[265% but not less than \$1.15/kg]
Mixes and doughs of flour, groats, meal, starch or malt extract, not containing cocoa or containing < 40% by weight of cocoa calculated on a totally defatted basis, n.e.s. and of mixes and doughs of milk, cream, butter milk, sour milk, sour cream, whey, yogurt, kephir or similar goods of heading 0401 to 0404, not containing cocoa or containing < 5% by weight of cocoa calculated on a	190120	[11.93 €/kg plus 6%] [244% but not less than \$2.83/kg] [11.93 €/kg plus 8.5%] [246% but not less than \$2.85/kg]

totally defatted basis, n.e.s., for the preparation of bakers' wares of heading 1905		
Malt extract; food preparations of flour, groats, meal, starch or malt extract, not containing cocoa or containing < 40% by weight of cocoa calculated on a totally defatted basis, n.e.s. and food preparations of milk, cream, butter milk, sour milk, sour cream, whey, yogurt, kephir or similar goods of heading 0401 to 0404, not containing cocoa or containing < 5% by weight of cocoa calculated on a totally defatted basis, n.e.s. (excl. for infant use, put up for retail sale, and mixes and doughs for the preparation of bakers' wares of heading 1905)	190190	[250.5% but not less than \$2.91/kg] [267.5% but not less than \$1.16/kg] [250.5% but not less than \$2.91/kg] [267.5% but not less than \$1.16/kg] [19.78 €/kg plus 17%]
Uncooked pasta, not stuffed or otherwise prepared, containing eggs	190211	[16.27 €/kg plus 8.5%]
Uncooked pasta, not stuffed or otherwise prepared, not containing eggs	190219	[16.27 €/kg plus 8.5%] [16.27 €/kg]
Pasta, cooked or otherwise prepared (excl. stuffed)	190230	[4.01 €/kg plus 8.5%]
Prepared foods obtained by swelling or roasting cereals or cereal products, e.g. corn flakes	190410	[12.6 €/kg plus 8.5%] [11.64 €/kg plus 8.5%]
Prepared foods obtained from unroasted cereal flakes or from mixtures of unroasted cereal flakes and roasted cereal flakes or swelled cereals	190420	[9.95 €/kg plus 6%] [9.17 €/kg plus 6%] [9.95 €/kg plus 8.5%] [9.17 €/kg plus 8.5%]
Bulgur wheat in the form of worked grains, obtained by cooking hard wheat grains	190430	[9.17 €/kg plus 6%] [9.17 €/kg plus 8.5%]
Cereals (excl. maize [corn]) in grain or flake form or other worked grains, pre-cooked or otherwise prepared, n.e.s. (excl. flour, groats and meal, food preparations obtained by swelling or roasting or from unroasted cereal flakes or from mixtures of unroasted cereal flakes and roasted cereal flakes or swelled cereals and bulgur wheat)	190490	[9.95 €/kg plus 6%] [9.17 €/kg plus 6%] [9.95 €/kg plus 8.5%] [9.17 €/kg plus 8.5%]
Crispbread	190510	[13.51 €/kg plus 6%] [13.51 €/kg plus 8.5%] [13.51 €/kg]
Sweet biscuits	190531	[5.42 €/kg plus 4%] [5.42 €/kg plus 4%]
Waffles and wafers	190532	[5.42 €/kg plus 4%]
Rusks, toasted bread and similar toasted products	190540	[13.51 €/kg plus 7.5%] [13.51 €/kg]
Bread, pastry, cakes, biscuits and other bakers' wares, whether or not containing cocoa; communion wafers, empty cachets of a kind suitable for pharmaceutical use, sealing wafers, rice paper and similar products (excl. crispbread, gingerbread and the like, sweet biscuits, waffles, wafers not mentioned, rusks, toasted bread and similar toasted products)	190590	[13.11 €/kg plus 4%] [5.42 €/kg plus 4%] [5.42 €/kg plus 4%] [8.47 €/kg plus 6%] [8.47 €/kg plus 8.5%]
Ice cream and other edible ice, whether or not containing cocoa	210500	[277% but not less than \$1.16/kg]
Food preparations, n.e.s.	210690	[274.5% but not less than \$2.88/kg] [\$1.45/kg] [212% but not less than \$2.11/kg] [212% but not less than \$2.11/kg]
Non-alcoholic beverages (excl. water, fruit or vegetable juices, milk and beer)	220299	[256% but not less than \$36.67/hl] [3.3 €/litre]
Wine of fresh grapes, incl. fortified wines, and grape must whose fermentation has been arrested by the addition of alcohol, in containers of <= 2 l (excl. sparkling wine)	220421	[4.68 €/litre] [1.87 €/litre]
Cider, perry, mead and other fermented beverages and mixtures of fermented beverages and non-alcoholic beverages, n.e.s. (excl. beer, wine or fresh grapes, grape must, vermouth and other wine of fresh grapes flavoured with plants or aromatic substances)	220600	[12.28 €/litre of absolute ethyl alcohol] [12.28 €/litre of absolute ethyl alcohol] [12.28 €/litre of absolute ethyl alcohol] [12.95 €/litre] [12.95 €/litre] [12.21 €/litre] [11.48 €/litre] [10.73 €/litre] [10 €/litre] [9.25 €/litre] [8.52 €/litre] [7.78 €/litre] [2.11 €/litre] [2.11 €/litre] [7.04 €/litre] [2.82 €/litre] [28.16 €/litre] [28.16 €/litre] [21.12 €/litre] [21.12 €/litre] [7.74 €/litre] [7.74 €/litre] [28.16 €/litre] [28.16 €/litre]
Denatured ethyl alcohol and other spirits of any strength	220720	[4.92 €/litre of absolute ethyl alcohol] [4.92 €/litre of absolute ethyl alcohol]
Rum and other spirits obtained by distilling fermented sugar-cane products	220840	[12.28 €/litre of absolute ethyl alcohol] [24.56 €/litre of absolute ethyl alcohol]
Gin and Geneva	220850	[4.92 €/litre of absolute ethyl alcohol]
Vodka	220860	[12.28 €/litre of absolute ethyl alcohol]
Liqueurs and cordials	220870	[12.28 €/litre of absolute ethyl alcohol]
Ethyl alcohol of an alcoholic strength of < 80% vol, not denatured; spirits and other spirituous beverages (excl. compound alcoholic preparations of a kind used for the manufacture of beverages, spirits obtained by distilling grape wine or grape marc, whiskies, rum and other spirits obtained by distilling fermented sugar-cane products, gin, geneva, vodka, liqueurs and cordials)	220890	[12.28 €/litre of absolute ethyl alcohol] [12.28 €/litre of absolute ethyl alcohol] [35.2 €/litre] [35.2 €/litre] [4.92 €/litre of absolute ethyl alcohol]
Bran, sharps and other residues of wheat, whether or not in the form of pellets, derived from sifting, milling or other working	230230	[\$98.60/tonne plus 4%]
Bran, sharps and other residues of cereals, whether or not in the form of pellets, derived from sifting, milling or other working (excl. maize and wheat)	230240	[\$106.91/tonne]
Preparations of a kind used in animal feeding (excl. dog or cat food put up for retail sale)	230990	[205.5% but not less than \$1.64/kg]
Egg albumin, dried "e.g. in sheets, scales, flakes, powder"	350211	[\$6.12/kg]
Egg albumin (excl. dried [e.g. in sheets, scales, flakes, powder])	350219	[\$1.52/kg]

Peptones and their derivatives; other protein substances and their derivatives, n.e.s.; hide powder, whether or not chromed (excl. organic or inorganic compounds of mercury whether or not chemically defined)	350400	[270% but not less than \$3.15/kg]
---	--------	------------------------------------

Fonte: OMC. Elaboração: CCGI-EESP/FGV.

5. Barreiras Técnicas, Medidas Sanitárias, Fitossanitárias e Ambientais no Canadá

Nesta seção, são analisados aspectos de barreiras técnicas ao comércio (TBT), medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS) e requisitos ambientais, com base no relatório do Secretariado da Revisão de Políticas Comerciais (TPR de 2019) e nos dados do sistema de gestão de informações (information management system - IMS) dos acordos TBT e SPS da OMC. No texto, sempre que oportuno, estabelece-se comparação entre instituições e práticas em matéria de TBT, SPS e meio ambiente.

Na atualidade, algumas das barreiras mais relevantes ao comércio internacional são constituídas de atos regulatórios. A despeito da existência de regras multilaterais específicas e de organismos internacionais de normalização dedicados à harmonização regulatória, as barreiras de conteúdo técnico, sanitário e fitossanitário continuam a causar dificuldades crescentes ao comércio internacional.

5.1. Barreiras técnicas ao comércio no Canadá

5.1.1. Aspectos gerais

O Canadá faz uso de regulamentos técnicos (*technical regulation*) e normas técnicas (*standards*), além de procedimentos de avaliação de conformidade (*conformity assessment*), para garantir padrões de saúde e de segurança de seus cidadãos, bem como de proteção ao meio ambiente e aos consumidores. O sistema canadense assemelha-se, em muitos aspectos, ao que, no Brasil, constitui o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Sinmetro)²⁰.

Assim como o Brasil, o Canadá possui um sistema de normalização próprio, constituído por mais de 350 organizações e 15.000 membros envolvidos no desenvolvimento de normas, certificação de produtos ou serviços, testes e registros de sistema de gestão.²¹

A produção de regulações técnicas no país é descentralizada (no Brasil, a descentralização é relativa, uma vez que o Inmetro tem competência regulatória mais ampla), podendo ser criadas por autoridades federais e provinciais, conforme as regras contidas na Diretiva do Gabinete sobre Regulação (*Cabinet Directive on Regulation*) e na Política de Desenvolvimento Regulatório (*Policy on Regulatory Development*). Ambas as regras estabelecem os procedimentos que devem ser observados para a criação de atos regulatórios em geral, inclusive regulações técnicas. O Conselho do Tesouro tem a responsabilidade de realizar a supervisão do estoque regulatório do Canadá, o que inclui o conjunto de regulações técnicas.

A produção de normas técnicas, por sua vez, é realizada por oito Organizações de Desenvolvimento de Normas – SDOs (*Standards Development Organizations*), acreditadas pelo Conselho de Normas do Canadá – SCC (*Standards Council of Canada*). Em comparação com o Brasil, a normalização canadense é mais descentralizada, embora haja supervisão do SCC. No Brasil, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT),

²⁰ O Sinmetro foi instituído pela Lei nº 5.966 de 11 de dezembro de 1973.

²¹ WORLD TRADE ORGANIZATION. Trade Policy Review: Report by the Secretariat, Canada. WT/TPR/S/314/Rev.1 30 September 2015. Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/tptr_e/s314_e.pdf. Acesso em: 04/01/2022.

por meio de seus diversos comitês, centraliza, formalmente, a produção de normas técnicas no país.

A avaliação de conformidade é realizada por organizações acreditadas, também, pelo SCC, o qual assume, nesse sentido, a função que, no Brasil, é desempenhada pela Coordenação Geral de Acreditação (Cgcre), do Inmetro. Os organismos de avaliação da conformidade canadenses são dos seguintes tipos: laboratórios de ensaio e calibração; órgãos de registro de sistemas de gestão; organismos de certificação de pessoal; organismos de certificação de produtos; órgãos de inspeção e provedores de cursos de auditoria.²²

Os integrantes do sistema reconhecem que os regulamentos e normas podem ter efeito de restringir ou de distorcer o comércio. Assim, por meio de sua participação na Organização Mundial do Comércio – OMC, no Tratado do Atlântico Norte – NAFTA, e em outras negociações bilaterais de livre comércio, o Canadá busca promover a adoção e o cumprimento de regras e procedimentos relacionados a regulações técnicas e normas privadas, de forma a não criar barreiras desnecessárias.²³

Para atendimento dos compromissos assumidos pelo Canadá perante a OMC, o país designou a Divisão de Barreiras e Regulamentações Técnicas (*Technical Barriers and Regulations Division*), do Departamento de Relações Exteriores, Comércio e Desenvolvimento – DFATD (*Department of Foreign Affairs, Trade and Development*), para atuar como Autoridade Notificadora Nacional canadense e Ponto Focal de informações sobre barreiras fitossanitárias – SPS e barreiras técnicas ao comércio – TBT junto à Organização Mundial do Comércio.²⁴

5.1.2. Atividade do Canadá no Comitê TBT da OMC

O Canadá reconhece que utiliza regulações técnicas e normas privadas para atingir objetivos políticos de proteção da saúde, segurança e meio ambiente dos consumidores. No entanto, o país reconhece que as regulações e normas podem ter um efeito de distorção não desejável ao comércio.

Assim, é membro e defensor do Acordo da OMC sobre Barreiras Técnicas ao Comércio – TBT (*WTO Agreement on Technical Barriers to Trade*) que objetiva garantir que regulações técnicas, normas, testes e procedimentos de certificação não criem barreiras desnecessárias ao comércio. O Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias – SPS *Agreement* possui o mesmo objetivo de não criar barreiras com relação a medidas de segurança alimentar, saúde animal e vegetal. Os acordos TBT e SPS impõem a observância dos princípios da transparência, uso de normas técnicas internacionais, proporcionalidade (medidas não devem ser mais restritivas que o necessário) e equivalência (países devem aceitar as normas uns dos outros quando oferecem um nível equivalente de proteção).²⁵

²² SCC. Disponível em: <https://www.scc.ca>. Acesso em: 04/01/2022.

²³ GOVERNMENT OF CANADA. 2019. Disponível em: <https://www.canada.ca>. Acesso em: 04/01/2022.

²⁴ GOVERNMENT OF CANADA. 2019. Disponível em: <https://www.canada.ca>. Acesso em: 04/01/2022.

²⁵ GOVERNMENT OF CANADA. 2019. Disponível em: <https://www.canada.ca>. Acesso em: 04/01/2022.

De maneira geral, as normas privadas e regulações técnicas do Canadá são consideradas seguidoras dos princípios básicos dos acordos da OMC e, desta forma, procuram não criar barreiras desnecessárias ao comércio.²⁶

A Divisão de Barreiras e Regulamentações Técnicas (*Technical Barriers and Regulations Division*) do Departamento de Relações Exteriores Comércio e Desenvolvimento, DFATD (*Department of Foreign Affairs, Trade and Development*), é a autoridade canadense que atua como Autoridade Notificadora Nacional e Ponto Focal de informações sobre barreiras fitossanitárias (SPS)²⁷ e barreiras técnicas ao comércio (TBT)²⁸ junto à Organização Mundial do Comércio.²⁹

O Canadá cumpre a obrigação assumida perante a OMC de regularmente notificar os seus projetos de regulamentos técnicos, portarias e procedimentos de avaliação para o Comitê TBT. As notificações são realizadas à OMC pela Autoridade Notificadora Nacional e Ponto Focal, ou seja, pela Divisão de Barreiras e Regulamentações Técnicas do Canadá.³⁰

Os membros da OMC também podem, perante o Comitê TBT, apresentar “preocupações comerciais específicas” (*Specific Trade Concerns* - STCs) sobre as medidas TBT (regulações técnicas, normas voluntárias, avaliação de conformidade e outros temas relacionados) mantidas pelos demais membros.

São os reguladores federais, provinciais ou territoriais que apresentam as notificações à Autoridade Notificadora Nacional e Ponto Focal. Sempre que considerarem necessário, os reguladores podem consultar oficiais da Divisão de Barreiras e Regulamentações Técnicas (TIB) ou da Divisão de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (TIF) do Departamento de Relações Exteriores Comércio e Desenvolvimento – DFATD (*Department of Foreign Affairs, Trade and Development*) para aconselhamento sobre se uma medida precisa ser notificada e sobre o conteúdo dessa notificação.³¹

Todas as notificações e STCs apresentadas pelo Canadá e pelos demais membros da OMC podem ser consultadas no site <http://tbttims.wto.org/>.

O gráfico abaixo demonstra a quantidade de notificações apresentadas pelo Canadá e pelo Brasil, por ano, ao Comitê TBT. Interessante observar que os dois países efetuavam número similar de notificações até meados de 2010. Depois disso, o Brasil passa a efetuar número substancialmente superior de notificações.

²⁶ EXPORT.GOV. Standards for Trade. Disponível em: <https://www.trade.gov/country-commercial-guides/canada-standards-trade>. Acesso em: 04/01/2022.

²⁷ No Brasil, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) são pontos focais para o Acordo SPS.

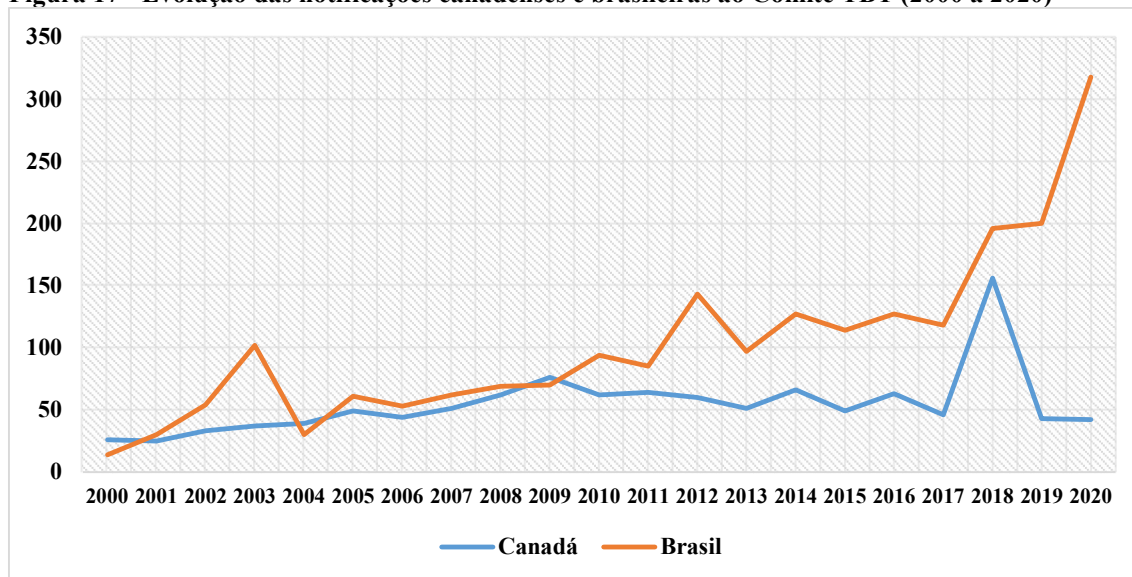
²⁸ No Brasil a função é exercida pelo INMETRO.

²⁹ GOVERNMENT OF CANADA. 2019. Disponível em: <https://www.canada.ca>. Acesso em: 04/01/2022.

³⁰ WORLD TRADE ORGANIZATION. Trade Policy Review: Report by the Secretariat, Canada. WT/TPR/S/314/Rev.1 30 September 2015. Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/s314_e.pdf. Acesso em: 04/01/2022.

³¹ GOVERNMENT OF CANADA. 2019. Disponível em: <https://www.canada.ca>. Acesso em: 04/01/2022.

Figura 17 - Evolução das notificações canadenses e brasileiras ao Comitê TBT (2000 a 2020)



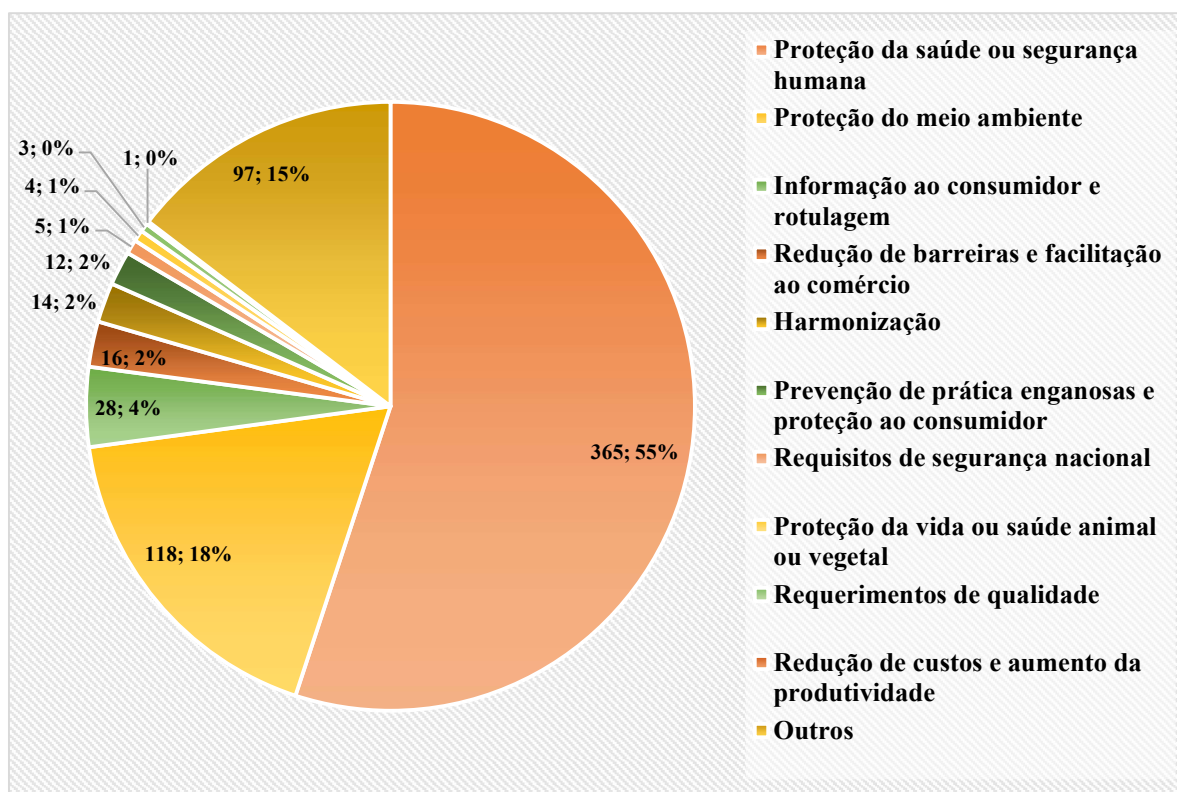
Fonte: OMC. Elaboração: CCGI-EESP/FGV.

Quanto aos temas das notificações, em cada uma delas o Canadá pode ou não ter expressamente especificado seus objetivos. Dentre as 1045 notificações apresentadas de 2000 a 2020, o país identificou seus objetivos em 540, enquanto as demais 439 não estão com seus objetivos expressamente identificados. Quanto às demais 540 notificações, algumas são referentes a um único objetivo, outras acumulam mais um de um objetivo especificado.

Os temas abordados, por ordem de maior quantidade de menções nas notificações, são: **1)** proteção da saúde ou segurança humana (365 notificações), **2)** proteção do meio ambiente (118 notificações), **3)** informação ao consumidor e rotulagem (28 notificações), **4)** redução de barreiras e facilitação ao comércio (16 notificações), **5)** harmonização (14 notificações), **6)** prevenção de práticas enganosas e proteção ao consumidor (12 notificações), **7)** requisitos de segurança nacional (5 notificações), **8)** proteção da vida ou saúde animal ou vegetal (4 notificações), **9)** requerimentos de qualidade (3 notificações), **10)** redução de custos e aumento de produtividade e **11)** outros (97 notificações).

O gráfico abaixo considera apenas as 540 notificações que identificaram seus objetivos de forma expressa e demonstra quantas vezes cada objetivo foi especificado nas notificações:

Figura 18 - Objetivos principais dos atos regulamentares notificados pelo Canadá ao Comitê TBT – de 2000 a 2020



Fonte: OMC. Elaboração: CCGI-EESP/FGV.

Como se verifica na análise dos dados acima, o objetivo mais frequente dos atos regulatórios notificados pelo Canadá ao Comitê TBT é o de proteção à saúde humana. Mais de 50% dos projetos de regulamentos ou de normas técnicas notificadas ao órgão da OMC têm o escopo de garantir a proteção da saúde humana.

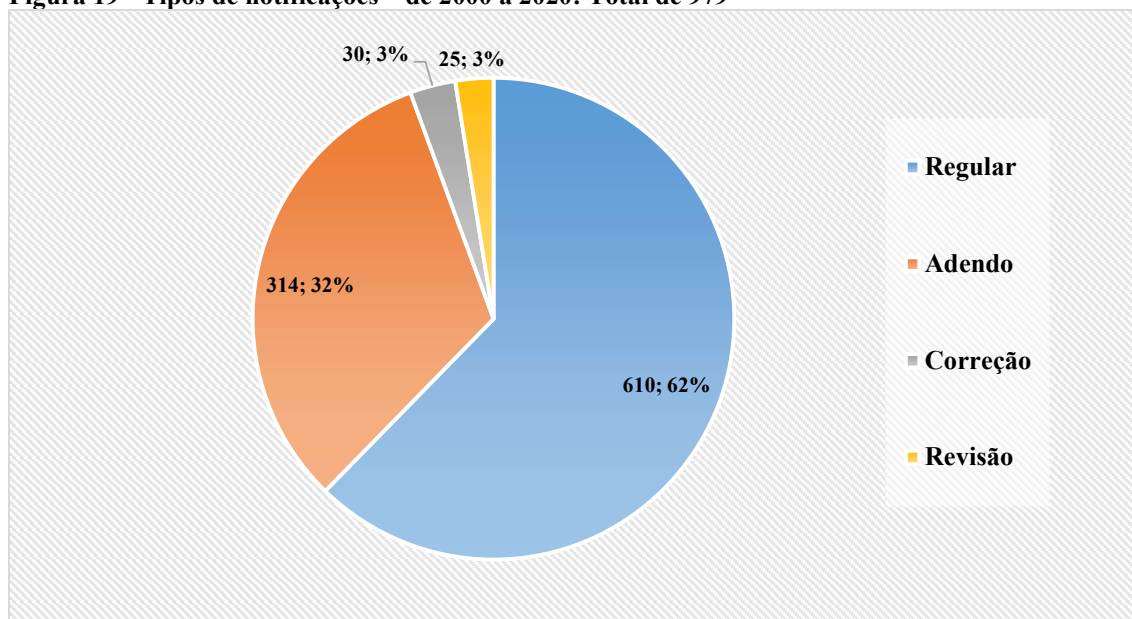
Quanto ao tipo, as notificações podem ser classificadas em duas grandes categorias: notificação de 1) medida nova ou notificação de 2) medida anteriormente notificada que, neste caso, poderá ser adicionada de novas informações, corrigida ou revisada. São, portanto, 4 tipos: i) nova notificação - regular (*new notification*), usada para informar o texto de uma medida inteiramente nova; ii) adendo (*addendum*) para adicionar informações à notificação original; iii) correção (*corrigendum*) de erros não substantivos em uma notificação original; iv) revisão (*revision*) quando a medida originalmente notificada passou por mudanças substanciais.³²

Qualquer que seja o tipo da notificação, sempre tem sido permitido um período para comentários, que são recebidos pela Autoridade de Notificação e Ponto Focal e fornecidos ao regulador para consideração e resposta, que garantem sua transmissão para o Membro emissor e todos os demais Membros. Os comentários recebidos por outras pessoas sobre as notificações canadenses serão recebidos pela Autoridade de Notificação e Ponto de Consulta e fornecidos ao regulador relevante para sua consideração e resposta.

O gráfico abaixo demonstra o conteúdo das notificações realizadas no mesmo período de 2000 a 2020:

³² GOVERNMENT OF CANADA. 2019. Disponível em: <https://www.canada.ca>. Acesso em: 04/01/2022.

Figura 19 - Tipos de notificações – de 2000 a 2020: Total de 979



Fonte: OMC. Elaboração: CCGI-EESP/FGV.

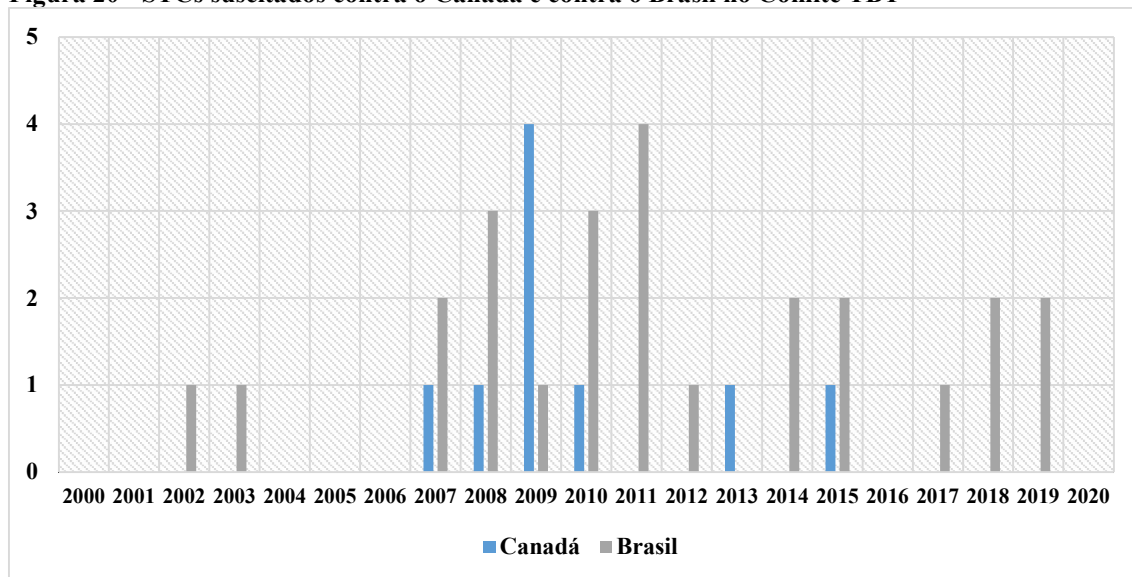
Como o gráfico demonstra, a maior parte das notificações canadenses ao Comitê TBT é constituída de notificações regulares, que indicam inovação do quadro regulamentar e normativo do país. No total, 62% das notificações são acerca de novas regras e medidas adotadas no Canadá. São também relevantes as notificações de adendos (32%), que, em geral, trazem algum tipo de informação nova ou mais precisa acerca da regulação ou da norma notificada. O país apresentou poucas notificações para corrigir (3%) ou revisar (3%) as anteriores.

Outra forma de se averiguar a convergência entre o sistema regulatório canadense e o de outros países, bem como sua compatibilidade com as regras do Acordo TBT, é analisar os denominados *Specific Trade Concerns* (STCs). O mecanismo dos STCs consiste em forma não contenciosa de solução de possíveis controvérsias, mediante demanda de esclarecimento pelos Estados membros da OMC acerca de medida regulatória potencialmente obstrutiva ao comércio. Por meio dos STCs, os Estados podem requerer explicações acerca de medidas que aparentem alguma desconformidade com as disposições do Acordo TBT. Nesse sentido, ao concentrar a análise na condição ativa e passiva de determinado Estado, pode-se vislumbrar o grau de compatibilidade de seu sistema regulatório com o de outros países e com as regras do sistema multilateral.

Os dois gráficos abaixo indicam os STCs suscitados contra e pelo Canadá no âmbito do Comitê TBT.

No período de 2000 a 2020, apenas 9 STCs foram levantados contra o Canadá (contra o Brasil foram suscitadas 25 STCs).

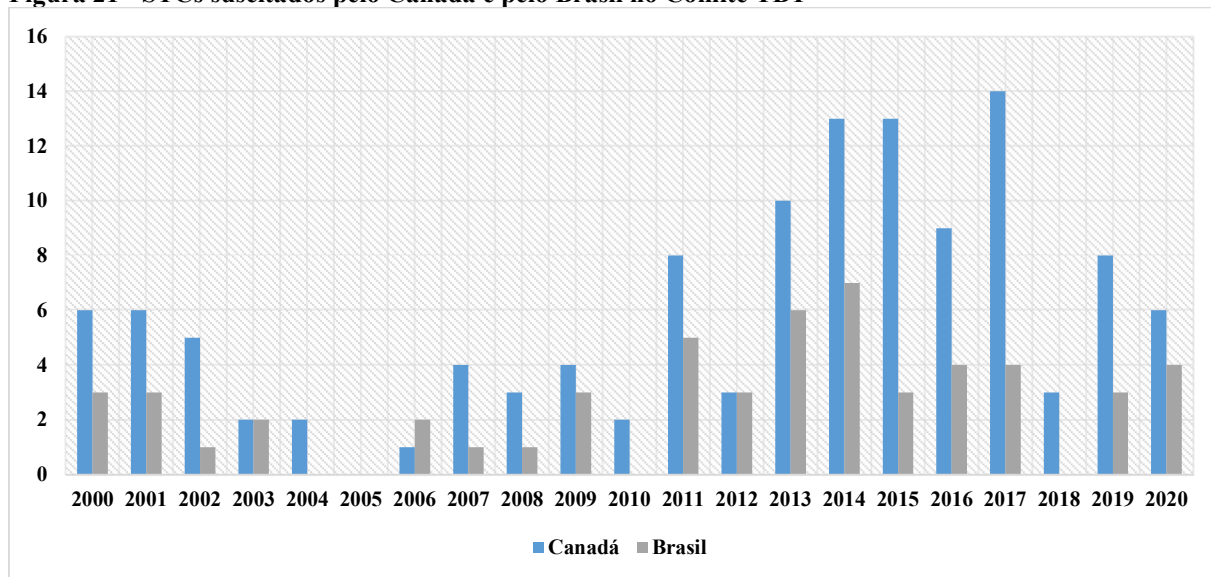
Figura 20 - STCs suscitados contra o Canadá e contra o Brasil no Comitê TBT



Fonte: OMC. Elaboração: CCGI-EESP/FGV.

O Canadá é relativamente ativo no Comitê TBT, tendo levantado 123 novos STCs contra os demais países, no período de 2000 a 2020 (o Brasil, por sua vez, suscitou 60 STC nesse interregno).

Figura 21 - STCs suscitados pelo Canadá e pelo Brasil no Comitê TBT



Fonte: OMC. Elaboração: CCGI-EESP/FGV.

5.1.3. Regulações Técnicas

O processo de preparação dos regulamentos técnicos no Canadá é descentralizado (mais do que no Brasil, que tem o Inmetro como organismo regulatório preponderante). Várias autoridades federais e provinciais desenvolvem regulações, inclusive regulamentos técnicos.

Em âmbito federal, o desenvolvimento de regulações técnicas deve seguir as regras contidas na Diretiva do Gabinete sobre Regulação (*Cabinet Directive on Regulation*) e

na Política de Desenvolvimento Regulatório (*Policy on Regulatory Development*), ambas da Secretaria do Conselho do Tesouro do Canadá.³³ Estas regras são aplicáveis a todos os departamentos federais, agências e entidades sobre as quais o Gabinete tenha autoridade geral ou uma autoridade específica relacionada à elaboração de regulamentos em geral.³⁴

A Diretiva do Gabinete sobre Regulação está em vigor desde 1/9/2018, quando substituiu a antiga Diretiva do Gabinete sobre Gestão Regulatória (*Directive on Regulatory Management*), e define as expectativas e requisitos do Governo do Canadá ao desenvolvimento, gerenciamento e revisão de regulamentos federais (artigo 1).

A Diretiva define as exigências do governo do Canadá acerca do desenvolvimento, gerenciamento e revisão de regulamentações federais em geral.³⁵ Na definição do *Statutory Instruments Act*, regulamentos (regulations)³⁶ são instrumentos legislativos estabelecidos pelo Parlamento e que podem resultar na imposição de sanções legais se forem violados. Não se trata, portanto, de uma Diretiva específica para regulamentos técnicos, mas para regulamentos como um todo, dentre os quais, os regulamentos técnicos.

Em seu artigo 3, a Diretiva estabelece quatro princípios orientadores para serem seguidos por agências e entidades para a política regulatória federal: **1)** as regulações devem proteger e promover o interesse público e um bom governo; **2)** o processo de regulamentação deve ser moderno, aberto e transparente, envolvendo o público e partes interessadas; **3)** a tomada de decisão regulatória é baseada em evidências; **4)** as regulações devem apoiar uma economia justa e competitiva e, sempre que possível, devem promover a cooperação e o alinhamento entre regulamentos.

Os departamentos e agências devem examinar e analisar regulações em todas as fases do ciclo, o que inclui as etapas do: i) desenvolvimento das regulações, ii) gestão de estoque regulatório, iii) revisão de estoque regulatório e iv) acompanhamento dos resultados (artigo 4), avaliando a efetividade de instrumentos regulatórios e não regulatórios para o alcance de objetivos políticos. Durante todas essas etapas, as partes interessadas (*stakeholders*) devem ter oportunidades de envolvimento e participação, e os reguladores devem buscar cooperação e alinhamento sempre que apropriado, promovendo coordenação entre todos os níveis governamentais, e reduzindo eventuais impactos sobre os canadenses, indústrias e economia.

Similarmente à disciplina jurídica introduzida, no Brasil, pelo artigo 5 da Lei de Liberdade Econômica³⁷, em todas as propostas regulamentares canadenses deve ser realizada uma Análise de Impacto Regulatório (*Regulatory Impact Analysis - RIA*), que

³³ GOVERNMENT OF CANADA. 2019. Disponível em: <https://www.canada.ca>. Acesso em: 04/01/2022.

³⁴ WORLD TRADE ORGANIZATION. Trade Policy Review: Report by the Secretariat, Canada. WT/TPR/S/389 17 April 2019. Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/s389_e.pdf. Acesso em: 04/01/2022.

³⁵ GOVERNMENT OF CANADA. 2019. Disponível em: <https://www.canada.ca>. Acesso em: 04/01/2022.

³⁶ Como consta, por exemplo, no nome da Diretiva do Gabinete sobre Regulamento (*Cabinet Directive on Regulation*).

³⁷ O Art. 5º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, prescreve: as propostas de edição e de alteração de atos normativos de interesse geral de agentes econômicos ou de usuários dos serviços prestados, editadas por órgão ou entidade da administração pública federal, incluídas as autarquias e as fundações públicas, serão precedidas da realização de análise de impacto regulatório, que conterá informações e dados sobre os possíveis efeitos do ato normativo para verificar a razoabilidade do seu impacto econômico.

objetiva identificar e avaliar as implicações e os potenciais efeitos negativos e positivos de uma proposta de regulamentação para consideração do público, parte interessadas, e pelo Gabinete (artigo 5.2). Na avaliação inicial, chamada triagem, as propostas são categorizadas de acordo com o nível esperado de impacto, determinado pelo custo da proposta.³⁸ No caso de propostas regulamentares federais, benefícios e custos podem ser descritos como: qualitativos, quantitativos e monetizados (análise custo-benefício). As autoridades federais devem levar em consideração as oportunidades para incorporação por referência de normas e/ou regulamentos internacionalmente aceitos ou outros instrumentos apropriados. Departamentos e agências devem explicar nas Análises de Impacto Regulatório - RIAs qual o propósito e objetivos regulatórios do regulamento proposto.³⁹

Para garantir o cumprimento dos compromissos internacionais, a Diretiva incentiva as agências e departamentos que preparam as normas técnicas para solicitar o parecer do Departamento de Relações Exteriores Comércio e Desenvolvimento – DFATD (*Department of Foreign Affairs, Trade and Development*) sobre a compatibilidade dos regulamentos propostos com as obrigações comerciais do Canadá. Assim, departamentos e as agências devem aproveitar as oportunidades de cooperação, bilaterais ou fóruns multilaterais, para compartilhar conhecimento, adotar ou contribuir com o desenvolvimento e atualização de normas internacionais e de procedimentos de avaliação de conformidade, além de desenvolver e buscar abordagens compatíveis com contrapartes internacionais.⁴⁰ Ainda, as agências são instruídas a minimizar diferenças regulatórias com os principais parceiros comerciais (por exemplo, Estados Unidos), inclusive por meio de alinhamento regulatório, reconhecimento mútuo e desenvolvimento de abordagens compatíveis.⁴¹

Os departamentos e agências devem submeter a proposta de regulamento para ser considerada pelo Conselho do Tesouro *Treasury Board (Governor in Council)*, ou à autoridade reguladora, para pré-publicação no *Canada Gazette*, Parte I. O período de comentários sobre o projeto é de 30 dias. Um período mínimo de 70 dias pode ser necessário para consultas sobre regulamentos técnicos que tenham um efeito significativo sobre o comércio internacional.

Após aprovação pelo Conselho do Tesouro, o Governador Geral assina o regulamento e o Registrador de Instrumentos Estatutários o registra. As regulações entram em vigor imediatamente após registradas, ou na data especificamente estipulada no texto

³⁸ São três os níveis de impacto: 1) baixo impacto quando o valor presente dos custos da proposta ao longo de dez anos é inferior a 10 milhões e o custo anual é inferior a 1 milhão; 2) impacto médio, quando o valor presente em dez anos é entre CAD 10 milhões e CAD 100 milhões, e o custo anual é entre 1 milhão e 10 milhões; e 3) alto impacto, quando o valor presente em dez anos é mais do que 100 milhões, e o custo anual é superior a CAD 10 milhões. WTO. WT/TPR/S/389. 2019. Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/s389_e.pdf, p.99. Acesso em: 14/01/2022.

³⁹ WORLD TRADE ORGANIZATION. Trade Policy Review: Report by the Secretariat, Canada. WT/TPR/S/389 (April 17th, 2019). Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/s389_e.pdf. Acesso em: 04/01/2022.

⁴⁰ WORLD TRADE ORGANIZATION. Trade Policy Review: Report by the Secretariat, Canada. WT/TPR/S/389 (April 17th, 2019). Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/s389_e.pdf. Acesso em: 04/01/2022.

⁴¹ WORLD TRADE ORGANIZATION. Trade Policy Review: Report by the Secretariat, Canada. WT/TPR/S/389 (April 17th, 2019). Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/s389_e.pdf. Acesso em: 04/01/2022.

normativo, e tornam-se obrigatórias assim que publicadas no *Canada Gazette*, Parte II, sendo que referida publicação deve ocorrer em até 23 dias após o registro.

Assim como o Brasil, o Canadá não mantém um catálogo oficial de regulamentos técnicos. As informações podem ser encontradas no diário oficial do país, o *Canada Gazette*, na seção do Index Consolidado de Instrumentos Legais Federais (*Consolidated Index of Federal Statutory Instruments*), que inclui todos os instrumentos, inclusive os regulamentos técnicos. O Index Consolidado é republicado quatro vezes ao ano e inclui todas as leis federais do país, dentre as quais, as regulações técnicas.⁴² As regulações técnicas, contudo, não estão expressamente indicadas ou assim categorizadas.

5.1.4. Normas Técnicas

O Sistema Nacional de Normas (*National Standards System, NSS*) é o conjunto de organizações e de indivíduos que participam do desenvolvimento, da promoção e da implementação de normas técnicas no Canadá. O sistema é supervisionado pelo Conselho de Normas do Canadá – SCC (*Standards Council of Canada*).⁴³ A supervisão governamental está ausente no Brasil, embora o governo participe das atividades de normalização, que são dirigidas principalmente pela ABNT e por seus comitês técnicos.

O Conselho de Normas do Canadá (*Standard Council of Canada, SCC*) é um órgão federal da Coroa, estabelecido pela Lei *Standards Council of Canada Act*, em 1985, com o mandato de promover a normalização eficiente e efetiva no Canadá. Está localizado em Ottawa, possui 13 membros em seu conselho governamental e 112 funcionários. É independente do governo em suas políticas e operações, embora seja parcialmente financiado pelo Parlamento.

No cumprimento de seu mandato, o SCC reporta-se ao Departamento Federal de Inovação, Ciência e Desenvolvimento Econômico do Canadá (*Innovation, Science and Economic Development Canada, ISED*) e supervisiona a rede de normas canadense. As funções do SCC são: 1) prescrever políticas e procedimentos para o desenvolvimento de normas privadas voluntárias nacionais, 2) coordenar a participação do Canadá no sistema internacional de normas, representando os interesses do país, 3) e acreditar os vários órgãos do sistema.⁴⁴

Deste modo, o SCC lidera e facilita o desenvolvimento e o uso de normas nacionais e internacionais para o Canadá. É o órgão que representa o país na *International Organization for Standardization – ISO* e na *International Electrotechnical Commission – IEC*, e em quaisquer fóruns e assuntos referentes a normas internacionais. Busca envolver diretamente em suas atividades todas as partes interessadas da indústria, governo e organizações de consumidores.

O SCC e o *National Research Council of Canada – NRC* dividem a responsabilidade pelo programa de *Calibration Laboratory Assessment Service – CLAS* por meio de um acordo

⁴² GOVERNMENT OF CANADA. 2019. Disponível em: <https://www.canada.ca>. Acesso em: 04/01/2022.

⁴³ SCC. SCC – We open a world of possibilities. Disponível em: <https://www.scc.ca/>. Acesso em: 25/02/2021.

⁴⁴ WORLD TRADE ORGANIZATION. Trade Policy Review: Report by the Secretariat, Canada. WT/TPR/S/314/Rev.1 (September 30th, 2015). Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/tptr_e/s314_e.pdf. Acesso em: 25/02/2021.

de colaboração. O NRC é responsável por todos os aspectos da avaliação laboratorial de calibração, incluindo a vigilância de laboratórios acreditados, enquanto o SCC é responsável pela decisão de acreditação.

Importante ressaltar que o SCC não elabora as normas, mas é responsável por acreditar os diversos organismos no sistema. Assim, o desenvolvimento de normas privadas é realizado pelas chamadas Organizações de Desenvolvimento de Normas – SDOs (*Standards Development Organizations*), acreditadas pelo Conselho de Normas do Canadá - SCC. Atualmente, são dez SDOs, a seguir inseridas na ilustração⁴⁵:

Figura 22 - Organizações de Desenvolvimento de Normas – SDOs (Standards Development Organizations)



Fonte: OMC. Elaboração: CCGI-EESP/FGV.

Cada Organização de Desenvolvimento de Normas (SDO) poderia desenvolver normas em qualquer área, mas elas atuam em áreas específicas, conforme a *expertise* de seus comitês técnicos. Assim como ocorre nos Comitês Brasileiros (CB), da ABNT, no Brasil, os comitês técnicos das organizações canadenses de normalização geralmente incluem representantes de consumidores, representantes de grupos de interesse, funcionários do governo e produtores. Fazem a revisão de normas internacionais existentes, para análise de possível adoção ou revisão.

Além do SCC, há outros órgãos e organismos envolvidos no desenvolvimento de normas.⁴⁶ São eles:

- o *Innovation, Science and Economic Development Canada* - ISED;

⁴⁵ WORLD TRADE ORGANIZATION. Trade Policy Review: Report by the Secretariat, Canada. WT/TPR/S/389 (April 17th, 2019). Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/s389_e.pdf. Acesso em: 04/01/2022.

⁴⁶ WORLD TRADE ORGANIZATION. Trade Policy Review: Report by the Secretariat, Canada. WT/TPR/S/389 (April 17th, 2019). Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/s389_e.pdf. Acesso em: 04/01/2022.

- *Measurement Canada*, que administra e executa as Leis *Electricity and Gas Inspection Act* e *Weights and Measures Act* por meio da autoridade exclusiva constitucional do governo do Canadá;
- *Telecommunications Standards Advisory Council of Canada* - TSACC, formado de uma parceria indústria-governo, com o objetivo de desenvolver direcionamento estratégico para normalização nos setores de Tecnologia da Informação e Telecomunicações;
- *National Research Council Canada* - NRC;
- *Institute for National Measurement Standards* - INMS, o Instituto de Metrologia canadense;
- *National Institute for Nanotechnology* - NINT.

O desenvolvimento de novas normas ocorre por meio de processos decisórios baseados em consenso por comitês, formados pelos *stakeholders* interessados, que são organizados e geridos pela SDO envolvida. A cada norma preliminar desenvolvida, o público é convidado para apresentar revisão e comentários, sendo concedido um prazo mínimo de 60 dias para as partes interessadas – inclusive de fora do Canadá – se manifestarem e apresentarem comentários antes da publicação da norma.⁴⁷ Todos os comentários recebidos devem ser analisados pelo comitê técnico e respondidos, se assim for requerido.

A participação das partes interessadas no processo de desenvolvimento de normas é absolutamente incentivada, possuindo, inclusive, chamada do *website* do SCC para que as partes participem nos comitês técnicos, enviem comentários aos projetos ou enviem propostas de projetos.⁴⁸

Assim que é desenvolvida, a nova norma deve ser submetida ao Conselho de Normas do Canadá - SCC (*Standard Council of Canada*) para que seja avaliado se possui os critérios para ser considerada como uma Norma Nacional do Canadá (*National Standard of Canada* – NSC). Para que a norma seja aceita como NSC, os critérios do SCC incluem: a) a norma deve ter sido desenvolvida por consenso por um balanceado comitê de *stakeholders*; b) deve ter sido sujeita à revisão da opinião pública; c) deve estar disponível nas duas línguas oficiais, inglês e francês; d) não deve duplicar ou sobrepor-se ao trabalho de outras SDOs, incluindo outras SDOs internacionais ou regionais; e) não deve criar barreiras ao comércio internacional. Podem, ainda, ser submetidas a organizações internacionais de desenvolvimento de normas para que sejam consideradas e adotadas como normas internacionais.⁴⁹

É importante destacar, em análise comparativa com o Brasil, que o processo de produção de normas técnicas canadense é híbrido. As iniciativas e projetos de normas são elaboradas por organismos privados, mas existe supervisão e aprovação de órgão público. No Brasil, a dimensão da normalização técnica é dirigida, essencialmente, por organismo privado (a ABNT), ainda que esta integre o Sinmetro e tenha função pública reconhecida

⁴⁷ WORLD TRADE ORGANIZATION. Trade Policy Review: Report by the Secretariat, Canada. WT/TPR/S/314/Rev.1 (September 30th, 2015). Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/s314_e.pdf. Acesso em: 25/02/2021.

⁴⁸ SCC. SCC – We open a world of possibilities. Disponível em: <https://www.scc.ca/>. Acesso em: 25/02/2021.

⁴⁹ WORLD TRADE ORGANIZATION. Trade Policy Review: Report by the Secretariat, Canada. WT/TPR/S/389 (April 17th, 2019). Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/s389_e.pdf. Acesso em: 04/01/2022.

por lei. No Canadá, mesmo a atividade de elaboração de normas pelas entidades privadas requer prévia acreditação destas por parte do SCC. No Brasil, a acreditação é especialmente direcionada aos organismos de avaliação da conformidade, mantendo-se a liberdade da ABNT e das associações empresariais que integram para o desempenho autônomo da atividade de normalização, inclusive com a possibilidade de criação, extinção e modificação de Comitês.

O SCC representa o Canadá na *International Organization for Standardization* – ISO e na *International Electrotechnical Commission* – IEC⁵⁰, garantindo que o país participe nas atividades destas organizações e em seus comitês técnicos. Ao participar em atividades de normalização internacional o país, geralmente, segue os Estatutos ISO/ IEC, regras de procedimentos e diretivas.

Em suas atividades, examina questões de políticas de normalização e seus objetivos, tanto nacionais como internacionais, o que inclui analisar normas e gênero, como a taxa de participação de mulheres em comissões técnicas, em comparação com as taxas de mão-de-obra setoriais, e as orientações políticas sobre como incorporar as normas por referência em âmbito federal, provincial e territorial para que os objetivos de política pública sejam alcançados.⁵¹

Importa destacar que, conforme análise do Departamento de Comércio dos EUA, as normas privadas do Canadá e dos Estados Unidos são semelhantes. Deste modo, produtos fabricados em conformidade com as normas dos EUA tendem a estar em conformidade com as normas do Canadá, sem nenhuma ou com pequena necessidade de modificação. Estas semelhanças, contudo, não eximem o exportador dos Estados Unidos da obrigação de cumprir as normas canadenses.⁵²

5.1.5. Avaliação de conformidade

O Canadá possui uma variedade de instrumentos para garantir a conformidade com os regulamentos técnicos, dependendo de uma série de fatores, como os riscos e as características particulares de cada setor. Geralmente, os próprios regulamentos técnicos especificam os procedimentos de avaliação de conformidade.

O SCC é o órgão de acreditação que acredita os Organismos de Avaliação de Conformidade – CABs (*Conformity Assessment Bodies*), trabalho que, no Brasil, é realizado pela Coordenação Geral de Acreditação (Cgcre), do Inmetro. De maneira bastante similar à atividade da Cgcre no Brasil⁵³, o SCC realiza os seguintes tipos de acreditação e programas de reconhecimento: i) órgãos de certificação de sistemas de gestão, ii) órgãos de certificação de produtos, processos e serviços; iii) organismos de validação/verificação de gases de efeito estufa; iv) organismos que realizam a certificação de pessoas, laboratórios de testes e calibração; v) laboratórios de testes médicos; e vi)

⁵⁰ Na ISO, o Brasil é representado pela ABNT. Na IEC, o Brasil é representado pelo Comitê Brasileiro de Eletricidade, que também integra o CB 03, da ABNT.

⁵¹ WORLD TRADE ORGANIZATION. Trade Policy Review: Report by the Secretariat, Canada. WT/TPR/S/389 (April 17th, 2019). Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/s389_e.pdf. Acesso em: 04/01/2022.

⁵² EXPORT.GOV. Standards for Trade. Disponível em: <https://www.trade.gov/country-commercial-guides/canada-standards-trade>. Acesso em: 04/01/2022.

⁵³ Mais detalhes em <http://www.inmetro.gov.br/redirecionar.asp?link=/assuntos/acreditacao>. Acesso em: 12 de maio de 2021.

provedores de teste de proficiência. O SCC ainda oferece dois programas de acreditação não baseados em ISO: 1) o SCC atua como autoridade do Canadá para reconhecimento de boas práticas de laboratório da OCDE (*good laboratory practices - GLP*), e 2) acredita organizações de desenvolvimento de normas.⁵⁴

Os serviços de acreditação do SCC incluem acreditar as organizações diretamente, como laboratórios, e acreditar as organizações que certificam a conformidade de normas de outros. O SCC presta seus serviços de acreditação para clientes canadenses que trabalham no Canadá e no exterior, e para clientes internacionais que fazem negócios no Canadá. Acredita diversos tipos de laboratórios de testes, incluindo testes de alimentos, testes de água potável, testes de amostras ambientais, teste mineral, e laboratório de testes de materiais. Também acredita sistema de gestão de qualidade, meio ambiente, energia, segurança alimentar, saúde ocupacional e segurança. Acredita a certificação de produtos elétricos, de proteção contra incêndios, de equipamentos de segurança, eficiência energética, componentes para residências móveis, sistemas elétricos, sistemas de tubulação de gás medicinal e inspeções comerciais de aparelhos a gás.⁵⁵

A acreditação de laboratórios de calibração é de responsabilidade compartilhada entre o SCC e o Serviço de Avaliação de Laboratório de Calibração (*Calibration Laboratory Assessment Service - CLAS*) do Conselho Nacional de Pesquisa do Canadá (*National Research Council Canada's - NRC*). O CLAS oferece serviços de avaliação técnica e de sistema de qualidade, e certificação de capacidades específicas de medição de laboratórios de calibração em apoio ao *Canadian National Measurement System*. A elegibilidade para a certificação CLAS é necessária para a acreditação SCC de laboratórios de calibração. O CLAS mantém um Diretório de Laboratórios de Calibração Credenciados (*Directory of Accredited Calibration Laboratories*), fornecendo uma rede de laboratórios de calibração para garantir que clientes em todo o Canadá tenham acesso a serviços de calibração com rastreabilidade certificada para padrões de medição nacionais e internacionais. Laboratórios de calibração certificados pelo CLAS oferecem mediações rastreáveis pelo Sistema Internacional de Unidades – SI (*International System of Units*). Os laboratórios de calibração certificados pelo CLAS e acreditados pelo SCC são reconhecidos por mais de 50 sistemas de acreditação em todo o mundo.⁵⁶

O Conselho Nacional de Pesquisa do Canadá – NRC, enquanto laboratório de normas nacionais, mantém laços estreitos com o *Bureau International de Poids et Mesures* – BIPM e várias outras organizações internacionais como o Sistema Interamericano de Metrologia – SIM, a ILAC, o IAAC, e laboratórios nacionais de outros países.

Além do SCC, outros órgãos participam no sistema de normalização e acreditação no Canadá:

- ISED;
- *Measurement Canada*;

⁵⁴ WORLD TRADE ORGANIZATION. Trade Policy Review: Report by the Secretariat, Canada. WT/TPR/S/389 (April 17th, 2019). Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/s389_e.pdf. Acesso em: 04/01/2022.

⁵⁵ WORLD TRADE ORGANIZATION. Trade Policy Review: Report by the Secretariat, Canada. WT/TPR/S/389 (April 17th, 2019). Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/s389_e.pdf. Acesso em: 04/01/2022.

⁵⁶ WORLD TRADE ORGANIZATION. Trade Policy Review: Report by the Secretariat, Canada. WT/TPR/S/389 (April 17th, 2019). Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/s389_e.pdf. Acesso em: 04/01/2022.

- *Telecommunications Standards Advisory Council of Canada* - TSACC;
- NRC;
- *Metrology Research Center*;
- *National Institute for Nanotechnology* - NINT.

O SCC é membro de diversas organizações que possuem acordos de reconhecimento mútuo para assistir na aceitação dos resultados de avaliação de conformidade. O Canadá, ainda, participa de diversos acordos internacionais de avaliação de conformidade.

Com relação aos resultados de avaliação de conformidade, o Canadá, assim como Brasil, pode aceitar avaliações de conformidade de primeira, segunda ou terceiras partes, a depender do produto. Quando os setores são sujeitos à avaliação de conformidade por terceiros, a maioria das autoridades regulatórias canadenses conta com o trabalho de organismos de avaliação de conformidade acreditados pelo Conselho de Normas do Canadá – SCC (*Standard Council of Canada*), cujos critérios são baseados nas normas ISO/IEC e incluem requisitos adicionais para atender às necessidades das autoridades reguladoras do Canadá. Em alguns casos, é requisito regulamentar que o organismo ou pessoa certificadora seja acreditado pelo SCC e/ou seja reconhecido por um acordo de reconhecimento mútuo ou um acordo multilateral.⁵⁷

O tipo de certificação aceito também depende de fatores como riscos e características particulares do setor. Quando a avaliação de conformidade de terceiros é usada, as autoridades regulatórias dependem, principalmente, de organismos de avaliação de conformidade credenciados pela SCC, cujos critérios são baseados nos padrões ISO / IEC, e incluem requisitos adicionais para atender às necessidades das autoridades reguladoras canadenses.⁵⁸

A avaliação de conformidade por terceiros é aplicável em setores diversos, como segurança, dispositivos médicos e materiais de construção. O Canadá usa a declaração de conformidade emitida por fornecedores para veículos motorizados, compatibilidade eletromagnética e alguns produtos de telecomunicação. As autoridades reguladoras são diretamente responsáveis pela avaliação de conformidade para alguns produtos, como farmacêuticos e alguns dispositivos médicos.⁵⁹

Os princípios da avaliação de conformidade no Canadá são: a) contribuir para a salvaguarda da saúde pública, meio ambiente e segurança; b) respeito aos padrões internacionais, acordos e protocolos sem discriminação nacional; c) respeito ao Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio – TBT da OMC e não criação de obstáculos desnecessários ao comércio; d) atuar de maneira explícita, confiável e transparente, acessível, equitativa e justa no tratamento de todos os usuários; e) prestar serviços pontualmente e profissionalmente, conforme código de ética aceito; f) tornar as

⁵⁷ WORLD TRADE ORGANIZATION. Trade Policy Review: Report by the Secretariat, Canada. WT/TPR/S/389 (April 17th, 2019). Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/s389_e.pdf. Acesso em: 04/01/2022.

⁵⁸ WORLD TRADE ORGANIZATION. Trade Policy Review: Report by the Secretariat, Canada. WT/TPR/S/389 (April 17th, 2019). Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/s389_e.pdf. Acesso em: 04/01/2022.

⁵⁹ WORLD TRADE ORGANIZATION. Trade Policy Review: Report by the Secretariat, Canada. WT/TPR/S/314/Rev.1 (September 30th, 2015). Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/s314_e.pdf. Acesso em: 25/02/2021.

informações sobre avaliação de conformidade, requisitos, procedimentos de acreditação e resultados publicamente disponíveis (assegurada a confidencialidade conforme necessário); e g) caráter voluntário; no entanto, demandas de mercado e / ou regulamentação governamental podem exigir requisitos específicos de avaliação de conformidade.⁶⁰

É o SCC que, normalmente, negocia e assina os acordos de reconhecimento mútuo, já firmados com diversos órgãos de normas estrangeiras, como:

- o *American National Standards Institute* - ANSI,
- a *Korean Agency for Standards and Technology* - KATS,
- a *Mongolian Agency for Standardization and Metrology* - MASM,
- a *Standardization Administration of China* - SAC,
- o *European Committee for Standardization* - CEN, e
- o *European Committee for Electro-Technical Standardization* - CENELEC.

Entre os acordos de cooperação já negociados pelo SCC, destacam-se os acordos celebrados com os seguintes organismos:

- Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (assinado em 2018);
- *British Standards Institute* – BSI (assinado em 2018);
- *Ukrainian Research and Training Center for Standardization, Certification and Quality* – UkrNDNC (assinado em 2018);
- *Peru's Instituto Nacional de Calidad* - INACAL (assinado em 2017);
- *Plurinational State of Bolivia's Instituto Boliviano de Normalización y Calidad* - IBNORCA (assinado em 2017);
- *Costa Rica's Instituto de Normas Técnicas de Costa Rica* – INTECO (assinado em 2016);
- *American National Standards Institute* - ANSI (renovado em 2018);
- *Mexico's Dirección General de Normas* – DGN (renovado em 2018);
- *United Kingdom Accreditation Service* – UKAS (assinado em 2017);
- *Standards Administration of China* – SAC (renovado em 2016); e com a
- *Korean Agency for Standards and Technology* - KATS (assinado em 2018).

O SCC também:

- Possui Acordo bilateral de cooperação com o *European co-operation for Accreditation* – EA, para facilitar a implementação do *Protocol on the Mutual Acceptance of the Results of Conformity Assessment*, celebrado com o CETA;
- Possui acordo de cooperação conjunta celebrado com o *European Committee for Standardization* – CEN; e com o *European Committee for Electrotechnical Standardization* – CENELEC;
- É membro do *CEN Companion Standardization Body*;
- É signatário de vários acordos de acreditação voluntária, como: i) o *International Accreditation Forum* - IAF, ii) o *Asia-Pacific Laboratory Accreditation Cooperation* - APLAC, e iii) o *Inter-American Accreditation Cooperation* - IAAC.

⁶⁰ WORLD TRADE ORGANIZATION. Trade Policy Review: Report by the Secretariat, Canada. WT/TPR/S/389 (April 17th, 2019). Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/s389_e.pdf. Acesso em: 04/01/2022.

5.1.6. Coerência e Convergência Regulatória

O governo canadense empreende esforços para promover a coerência e convergência dos regulamentos, em âmbito interno e externo.

A Diretiva do Gabinete sobre Regulação (*Cabinet Directive on Regulation*), em vigor desde 2018, deixa claras as expectativas e requerimentos do governo canadense para o desenvolvimento, gestão e revisão das regulações federais. Importante frisar que a Diretiva é aplicável ao desenvolvimento dos regulamentos em geral, dentre os quais, incluem-se os regulamentos técnicos.

Ao estabelecer as regras para o ciclo do desenvolvimento de regulamentos, deixa clara a necessidade de departamentos e agências promoverem a cooperação regulatória, alinhamento regulatório e coordenação de regulamentos. A diretiva também inclui considerações internacionais e obrigações que devem ser levadas em consideração durante o desenvolvimento e revisão de propostas regulatórias com o objetivo de evitar barreiras ao comércio, além de promover a cooperação regulatória e a incorporação por referência.

Ao tratar de **cooperação e alinhamento regulatório**, o artigo 4.2 da Diretiva estabelece que agências e departamentos devem avaliar oportunidades de cooperação com outras jurisdições sobre regulamentos e atividades regulatórias associadas, tanto em âmbito nacional, como internacional.⁶¹ Para tanto, é necessário que seja examinado o alinhamento de políticas regulatórias com os resultados dos principais parceiros comerciais, com o intuito de reduzir a carga regulatória sobre os negócios canadenses, mantendo ou melhorando a saúde, segurança, bem-estar social e econômico dos canadenses e protegendo o meio ambiente.

A Diretiva destaca que se deve entender por cooperação regulatória o processo para encontrar eficiências em todas as jurisdições, reduzindo diferenças regulatórias desnecessárias e alcançando metas políticas internas, com o objetivo de facilitar o comércio e o investimento, promover o crescimento econômico, a criação de empregos, e a possibilidade de escolha do consumidor. Um pilar central da cooperação regulatória é a manutenção ou o aprimoramento de padrões de saúde pública, segurança e proteção ambiental.

Alinhamento regulatório, por sua vez, ocorre quando há um acordo, coordenado ou não, que reduza ou elimine as diferenças entre sistemas reguladores independentes e atividades regulatórias, incluindo inspeções, certificação, adoção de normas, e aprovações de produtos e testes.

Ao tratar de **coordenação** (artigo 4.3), a Diretiva destaca que agências e departamentos são responsáveis para trabalhar uns com os outros para coordenar os esforços de regulamentação dentro do governo canadense, quando engajados com os *stakeholders* (partes interessadas), incluindo os povos indígenas.

⁶¹ GOVERNMENT OF CANADA. 2019. Disponível em: <https://www.canada.ca>. Acesso em: 04/01/2022.

Deste modo, agências e departamentos devem atuar de forma a: i) reduzir duplicação regulamentar; ii) promover eficiências; iii) compartilhar informações relevantes; iv) considerar os impactos cumulativos dos regulamentos nas partes interessadas; v) reduzir os relatórios e outros encargos administrativos, sempre que possível.

O artigo 5.2.5 da Diretiva trata de **cooperação regulatória**, estabelecendo que departamentos e agências devem examinar sistemas regulatórios de jurisdições relevantes, tais como os de parceiros domésticos ou parceiros comerciais chaves, especialmente aqueles com os quais o Canadá possua acordo de cooperação regulatória coordenada, com o intuito de identificar áreas potenciais para alinhamento ou cooperação. Essa avaliação deve incluir uma revisão do trabalho realizado pelas organizações internacionais de desenvolvimento de padrões para possível incorporação por referência. Nas hipóteses de necessidade de diferença nas abordagens, departamentos e agências devem fornecer uma justificativa para uma abordagem específica pelo Canadá.

O chamado acordo de cooperação regulatória coordenada é aquele celebrado entre o Canadá e outra jurisdição ou grupo de jurisdições que tenha sido formalizado em um acordo de livre comércio ou por meio de algum outro mecanismo, como um memorando de entendimento ou acordo entre líderes. Um acordo coordenado de cooperação regulatória geralmente terá procedimentos estabelecidos, como termos de referência.

O artigo 5.2.6 da Diretiva trata da **incorporação por referência**⁶². O dispositivo estabelece que a incorporação por referência pode ser uma ferramenta efetiva para alcançar resultados regulatórios. Departamentos e agências devem levar em consideração potenciais oportunidades para incorporação por referência de normas, regulações técnicas ou outros instrumentos apropriados, que sejam internacionalmente aceitos. Neste caso, devem explicar no Relatório de Análise de Impacto Regulatório – RIA o motivo desta opção estar sendo utilizada e de que forma alcançará seus objetivos regulatórios.

Ao fazer uso desta disposição, os departamentos e agências devem assegurar que os documentos incorporados são acessíveis, conforme requerido pelo *Statutory Instruments Act*, e sejam facilmente compreensíveis. Também devem assegurar que as línguas oficiais sejam respeitadas, incorporando material em inglês e em francês – a incorporação em uma única língua poderá ser admitida apenas mediante razão legítima para tal.

Periodicamente, agências e departamentos devem revisar o material incorporado para garantir que as obrigações sejam cumpridas e os documentos estejam atualizados.

5.2. Medidas sanitárias e fitossanitárias no Canadá

5.2.1. Considerações gerais

O Canadá possui várias Agências e órgãos relacionados com as regulações sobre as medidas SPS em âmbito federal e em âmbito sub-federal, o que inclui as províncias e os territórios.

Destaca-se a aplicação do *Hazard Analysis Critical Control Point*, HACCP para a análise de risco para a saúde animal e humana, inclusive, para produtos importados depois da

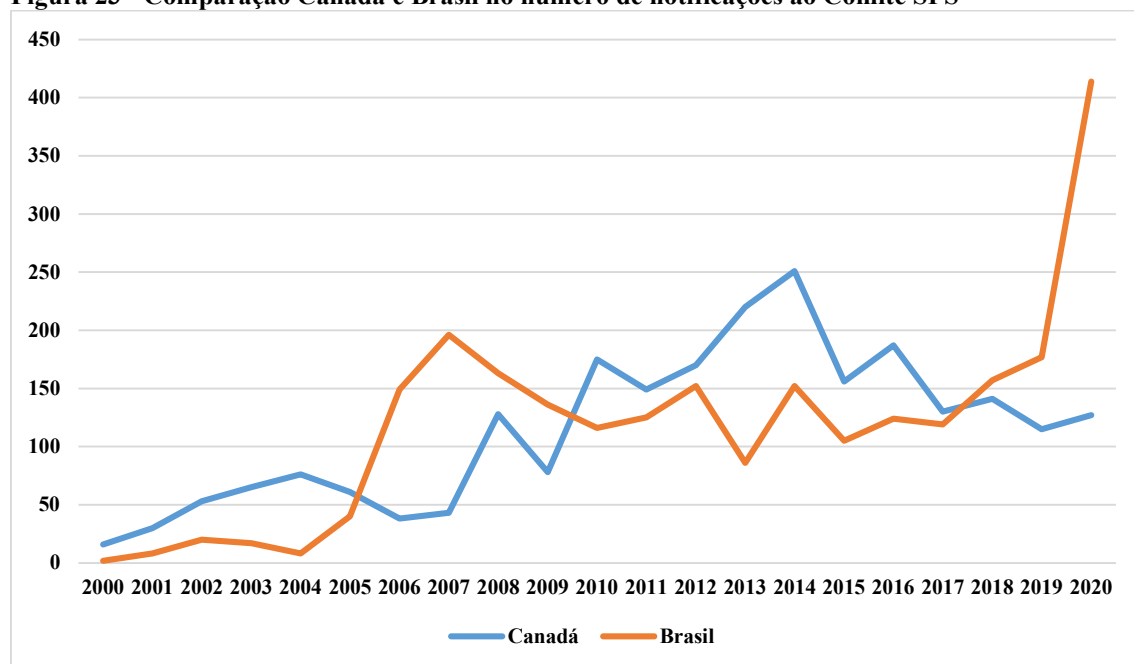
⁶² Procedimento por meio do qual o conteúdo prescritivo de norma ou regulamento técnico internacional é incorporado à norma ou regulamento técnico nacional, sem a necessidade de internalização formal.

revisão regulatória de 2019, que instituiu o *Safe Food for Canadian Regulation* (SFCR). Além disso, o Canadá procura incluir capítulo sobre medidas SPS nos Acordos Regionais de Comércio para evitar questões sobre a implementação de medidas SPS. Exemplos de Acordos são o CUSMA, o CETA e o CPTPP.

5.2.2. Atividade do Canadá no Comitê SPS

Desde o ano 2000, o Canadá realizou mais de duas mil notificações ao Comitê SPS da OMC. O gráfico abaixo mostra o número anual de notificações do Canadá e do Brasil. Verifica-se que, excetuando os dois últimos anos, nos quais o número de notificações brasileiras aumentou consideravelmente, os dois países apresentam atividade parecida em termos de notificação ao Comitê SPS.

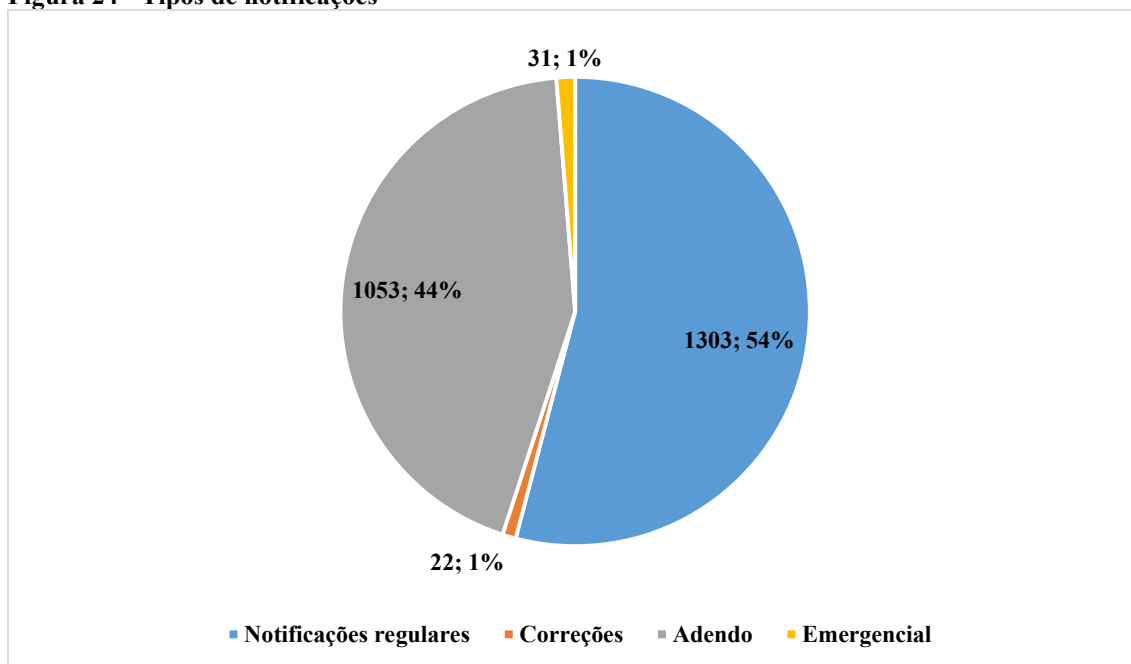
Figura 23 - Comparação Canadá e Brasil no número de notificações ao Comitê SPS



Fonte: OMC. Elaboração: CCGI-EESP/FGV.

No que concerne ao tipo de notificação, verifica-se que a maior parte é constituída de notificações regulares e adendos.

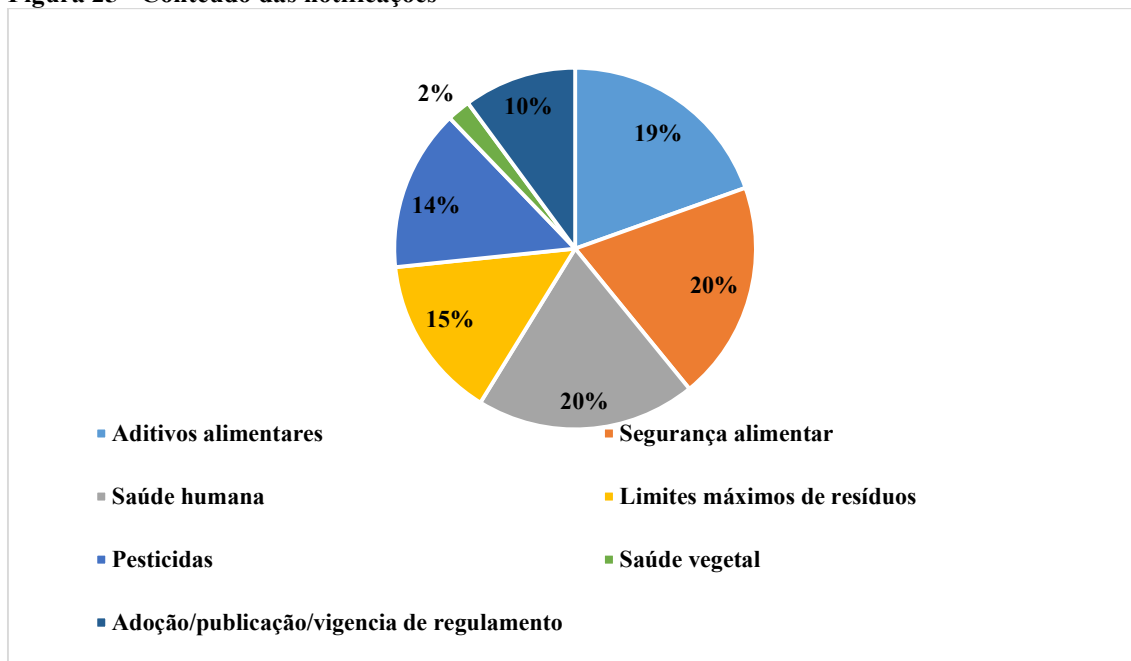
Figura 24 - Tipos de notificações



Fonte: OMC. Elaboração: CCGI-EESP/FGV.

Os principais objetos das notificações são os seguintes: aditivos alimentares, segurança alimentar, saúde humana, limites de resíduos, pesticidas, saúde vegetal, adoção de regulamento. Segurança alimentar e saúde humana são os dois temas mais frequentes nas notificações.

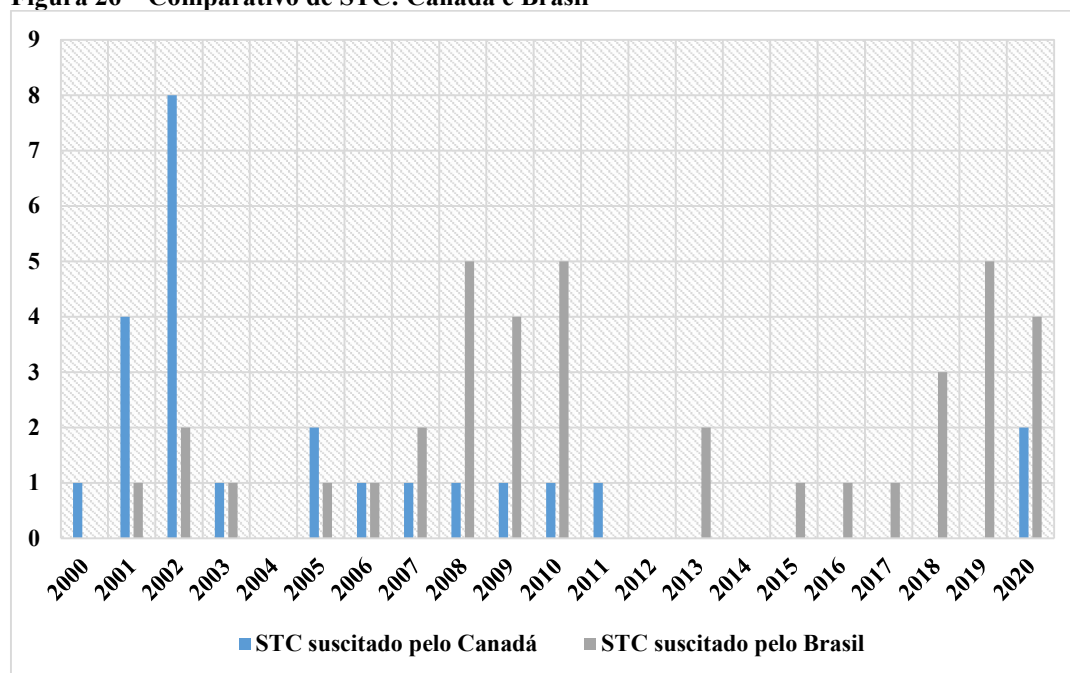
Figura 25 - Conteúdo das notificações



Fonte: OMC. Elaboração: CCGI-EESP/FGV.

O Canadá, desde o início da OMC, tem suscitado preocupações comerciais específicas e tem sido objeto dessas manifestações no Comitê do Acordo de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias. Os gráficos abaixo mostram o número anual de preocupações suscitadas pelo Canadá em comparação com o número brasileiro.

Figura 26 – Comparativo de STC: Canadá e Brasil



Fonte: OMC. Elaboração: CCGI-EESP/FGV.

Como se verifica no gráfico acima, nos primeiros anos dos anos 2000, o Canadá suscitava mais preocupações comerciais do que o Brasil. Nos últimos, a situação se inverte, e o Brasil passa a suscitar preocupações específicas com mais frequência.

Tabela 7 - STC suscitado pelo Canadá

Membros que apoiaram o STC	Membro objeto do STC	Início	Palavras-chave
Chile; Japan; Korea, Republic of; United States of America	European Union	01/11/2000	International Standards / Harmonization; Plant health;
	Hungary	01/03/2001	Animal health; Human health; International Standards / Harmonization; Zoonoses;
	Hungary	01/03/2001	Animal health; Human health; Zoonoses;
United States of America	European Union	01/07/2001	Animal health; Human health; International Standards / Harmonization; Risk assessment; Zoonoses; Bovine Spongiform Encephalopathy (BSE);
United States of America	European Union	01/10/2001	Animal health; Human health; Zoonoses; Bovine Spongiform Encephalopathy (BSE); International Standards / Harmonization;
Australia	European Union	01/03/2002	Food safety; Genetically modified organisms (GMOs); Human health; International Standards / Harmonization; Technical Barriers to Trade (TBT); Transparency;
	Panama	01/03/2002	Members' Regulatory information; Other concerns;
Chile; United States of America	Venezuela, Bolivarian Republic of	01/03/2002	Animal health; Other concerns; Plant health; Risk assessment; Transparency;
United States of America	Argentina	01/06/2002	Animal health; Human health; Risk assessment; Zoonoses;
United States of America	Brazil	01/06/2002	Plant health; Risk assessment; Transparency;
Australia; European Union; New Zealand;	Brazil	01/11/2002	Plant health; Risk assessment;

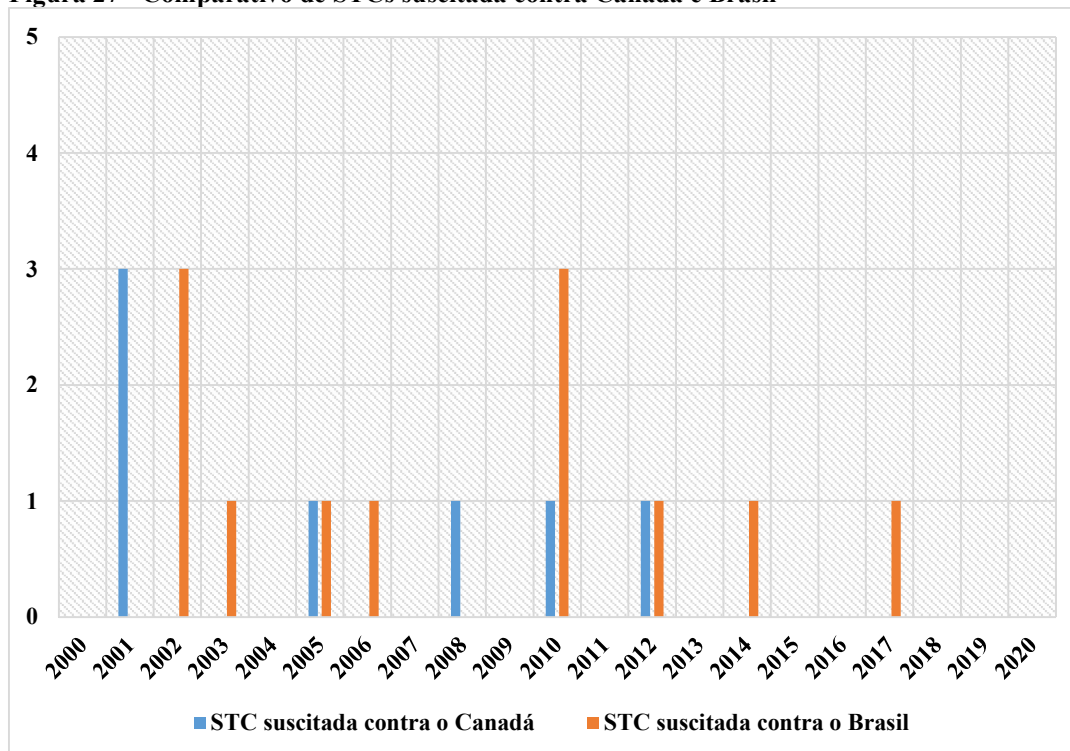
Peru; United States of America			
Australia; European Union; Korea, Republic of; New Zealand; United States of America	Philippines	01/11/2002	Control, Inspection and Approval Procedures; Food safety; Human health; HACCP Plan requirements;
European Union	Uruguay	01/11/2002	Animal health; Food safety; Human health; International Standards / Harmonization; Risk assessment; Zoonoses; Bovine Spongiform Encephalopathy (BSE);
United States of America	Brazil	01/04/2003	Animal health; Human health; International Standards / Harmonization; Risk assessment; Zoonoses; Bovine Spongiform Encephalopathy (BSE);
	European Union; Greece	01/03/2005	Control, Inspection and Approval Procedures; Food safety; Genetically modified organisms (GMOs); Human health;
Jamaica; United States of America	European Union	01/03/2005	Animal health; Food safety; Human health; HACCP Plan requirements;
	Dominican Republic	01/06/2006	Plant health;
European Union	Korea, Republic of	28/02/2007	Animal health; Human health; International Standards / Harmonization; Zoonoses;
	Korea, Republic of	08/10/2008	Animal health; Food safety; Human health; International Standards / Harmonization; Risk assessment; Sufficiency of scientific evidence; Zoonoses;
Australia; Brazil; Chile; Dominican Republic; Japan; New Zealand	Armenia; Bahrain, Kingdom of; China; Gabon; Indonesia; Jordan; Suriname	23/06/2009	Animal health; Human health; Other concerns; Provisional Measures;
European Union; United States of America	Chinese Taipei	17/03/2010	Animal health; Food safety; Human health; Zoonoses;
European Union; United States of America	Mexico	30/06/2011	Animal health; Food safety; Human health; Zoonoses; Bovine Spongiform Encephalopathy (BSE);
Australia; Brazil; Mexico; Paraguay; United Kingdom	China	05/11/2020	Risk assessment; Sufficiency of scientific evidence; COVID-19 SPS; Provisional Measures;
Russian Federation	India	05/11/2020	Equivalence; Transparency; Plant health; Pests; International Standards / Harmonization; Risk assessment;

Fonte: OMC. Elaboração: CCGI-EESP/FGV.

As preocupações comerciais suscitadas pelo Canadá tratam de diferentes aspectos concernentes às medidas sanitárias e fitossanitárias. Saúde animal e humana, zoonose, medidas provisionais, segurança alimentar, Covid-19, limite máximo de resíduos, harmonização, inspeção, transparência, avaliação de risco, normas internacionais, aprovação de procedimentos, suficiência de evidência científica são alguns dos aspectos constantes das preocupações suscitadas contra o Canadá.

O Canadá também tem sido objeto de preocupações comerciais específicas no âmbito do Comitê SPS da OMC. O gráfico abaixo compara as STCs suscitadas contra Canadá e Brasil.

Figura 27 - Comparativo de STCs suscitada contra Canadá e Brasil



Fonte: OMC. Elaboração: CCGI-EESP/FGV.

Comparado com o Brasil, o Canadá apresenta quantidade menor de STCs suscitados contra suas medidas sanitárias e fitossanitárias. Nos últimos anos, as medidas de ambos os países não foram contestadas ou questionadas por meio de preocupações comerciais específicas.

Tabela 8 - STCs contra o Canadá

Number of Specific Trade Concern	Title	Member(s) raising the concern	Member(s) supporting the concern	First date raised	Subject keywords
4	Measures related to BSE	Switzerland		01/05/1996	Animal health; Human health; International Standards / Harmonization; Risk assessment; Zoonoses; Bovine Spongiform Encephalopathy (BSE);
6	Importation of cheese	European Union	Switzerland	01/05/1996	Equivalence; Food safety; Human health;
15	Zoosanitary import policies pertaining to BSE	European Union		01/03/1997	Animal health; Human health; International Standards / Harmonization; Zoonoses; Bovine Spongiform Encephalopathy (BSE);
84	Import restrictions affecting BSE-free countries	Bulgaria; Croatia; Czech Republic; Estonia; Latvia; Poland; Romania; Slovak Republic; Slovenia	European Union; United States of America	01/03/2001	Animal health; Food safety; Human health; Zoonoses; Bovine Spongiform Encephalopathy (BSE);
87	Measures affecting imports of products containing Brazilian beef	Brazil		01/03/2001	Animal health; Transparency; Zoonoses; Risk assessment; Bovine Spongiform Encephalopathy (BSE);

88	Import restrictions due to FMD	European Union; Hungary		01/03/2001	Animal health; Pest or Disease free Regions / Regionalization; International Standards / Harmonization; Foot and mouth disease;
183	Implementation of ISPM 15	Chile; Uruguay	Argentina; Bolivia, Plurinational State of; China; Colombia; Mexico; Paraguay	01/10/2003	International Standards/ Harmonization; Plant health;
229	Import restrictions on Enoki mushrooms	Chinese Taipei		01/10/2005	International Standards / Harmonization; Plant health; Risk assessment;
277	NAPPO draft standard for ships and cargoes from areas infested with Asian gypsy moth	China	Indonesia; Japan; Korea, Republic of	08/10/2008	Control, Inspection and Approval Procedures; International Standards / Harmonization; Invasive species; Plant health; Sufficiency of scientific evidence; Territory protection;
297	Registration requirement for pet food export enterprises	China		29/06/2010	Animal health; Control, Inspection and Approval Procedures; Food safety;
304	Proposed MRL for 1-Methylcyclopropane in bananas	Ecuador	Colombia; Costa Rica; Venezuela, Bolivarian Republic of	17/03/2010	Food safety; Human health; Maximum residue limits (MRLs);
337	Delay in finalizing inspection procedures on bovine and poultry meat from Argentina	Argentina		18/10/2012	Animal health; Pest or Disease free Regions / Regionalization; Foot and mouth disease;

Fonte: OMC. Elaboração: CCGI-EESP/FGV.

As preocupações comerciais suscitadas contra o Canadá tratam de diferentes aspectos concernentes às medidas sanitárias e fitossanitárias. Saúde animal e humana, segurança alimentar, limite máximo de resíduos, harmonização, inspeção, transparência, normas internacionais, aprovação de procedimentos, suficiência de evidência científica são alguns dos aspectos constantes das preocupações suscitadas contra o Canadá. O Brasil, em específico, suscitou apenas uma preocupação contra as medidas canadenses.

5.2.3. Estrutura de normalização

A implementação das normas de segurança alimentar, de saúde animal e de fitossanidade em nível federal é de competência da Health Canada e da Agência Canadense de Inspeção de Alimentos (*Canadian Food Inspection Agency* CFIA). As atividades das duas agências assemelham-se, em termos de competência e autonomia, às desenvolvidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e pelo Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

De maneira relativamente similar à ANVISA no Brasil, a Health Canada determina as normas e as políticas que orientam a segurança e a qualidade nutricional de alimentos do Canadá, determina e conduz a avaliação de risco à saúde relacionada a alimentos, incluindo a determinação de limites máximos de resíduos para pesticidas. Além disso, avalia a segurança dos medicamentos veterinários que são utilizados em animais produtores de alimentos para os seres humanos.

Assim como o MAPA no Brasil, a Agência Canadense de Alimentos determina os requisitos de inspeção, conformidade e quarentena sobre alimentos, saúde animal e fitossanidade de acordo com a orientação do governo federal. É a Agência o principal órgão avaliador de risco para a saúde animal e vegetal e incentiva a implementação e manutenção de sistemas como o de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (*Hazard Analysis Critical Control Point*, HACCP).

Além disso, a Agência Canadense lidera o Programa de Reconhecimento de Segurança Alimentar (*Food Safety Recognition Program*, FSRP) e conta com a participação dos governos provinciais e territoriais. Esse Programa inclui outros, como o Programa de Reconhecimento de Segurança Alimentar *On-Farm* e o Programa de Reconhecimento de Segurança Alimentar *Pos-Farm*. Desse modo, conseguem proporcionar o reconhecimento governamental dos sistemas de segurança alimentar que são desenvolvidos e implementados por organizações nacionais da indústria. Assim, conseguem garantir a confiança dos consumidores canadenses bem como facilitar o acesso ao mercado.

5.2.4. Medidas sanitárias e fitossanitárias

Em 15 de janeiro de 2019, entraram em vigor no Canadá o *Safe Food for Canadians Act* (SFCA) e o *Safe Food for Canadian Regulation* (SFCR) após a revisão sobre os regulamentos de segurança alimentar. O SFCA possui disposições sobre controles preventivos, licenciamento, rastreabilidade, requisitos específicos de commodities, produtos orgânicos, reconhecimento de sistemas estrangeiros, embalagem, rotulagem, apreensão e detenção e isenções ministeriais. Dispõe ainda sobre poderes de inspeção. A partir do SFCA, há a consolidação das autoridades nas seguintes legislações:

- Lei de Produtos Agrícolas do Canadá;
- Lei de Inspeção de Peixes;
- Lei de Inspeção de Carne;
- Lei de Embalagem e Rotulagem do Consumidor.

Em comparação ao Brasil, as medidas sanitárias e fitossanitárias canadenses têm base legal mais clara. Em outros termos, significa que os diversos temas concernentes à SPS têm disciplina legal e, posterior complementação por meio de normas infralegais. No Brasil, a ANVISA, por exemplo, regulamenta, diretamente os temas, por meio de resoluções e de outros atos normativos infralegais de sua competência.

O SFCR reflete a aplicação dos padrões internacionais. Diante do SFCR, o sistema HACCP deverá ser exigido de todos os alimentos importados, preparados para o comércio provincial ou exportados. Por sua vez, também é de competência da *Canadian Food Inspection Agency* (CFIA) a definição de políticas e regulamentos para a importação de alimentos, para insumos agrícolas e produtos agrícolas, incluindo, animais vivos, produtos e subprodutos animais, plantas e produtos vegetais.

Quanto ao reconhecimento de sistemas estrangeiros, os requisitos sobre equivalência de produtos de carne e de frutos do mar não foi alterado com a revisão regulatória. Todos os produtos exportados pelo Canadá seguem a regulação sobre segurança alimentar do Canadá e requisitos estabelecidos por governo estrangeiro.

A realização da inspeção inicial na importação de alimentos, insumos agrícolas e produtos agrícolas nos pontos de entrada canadense é da Agência Canadense de Serviços de Fronteiras (*Canadian Border Service Agency*, CBSA). O trabalho da Agência é auxiliado mediante um banco de dados da CFIA sobre os requisitos de importação para o controle de produtos vegetais, animais e alimentos importados.

Por sua vez, a Estratégia de Saúde Vegetal e Animal (*Plant and Animal Health Strategy*, PAHS), adotada em 2017, é resultado de parcerias entre os departamentos do governo federal, das províncias e territórios e das demais partes interessadas para formar um sistema eficaz e integrada sobre análise de risco.

As medidas SPS não despertaram preocupação dos países membros da OMC bem como o Canadá não apresentou qualquer preocupação sobre medidas de outros países. O Canadá procura incluir capítulo sobre medidas SPS nos Acordos Regionais de Comércio para evitar questões sobre a implementação de medidas SPS. Exemplo de Acordos são o CUSMA, o CETA e o CPTPP.

5.2.5. Harmonização

As medidas SPS são baseadas nos padrões internacionais, diretrizes e recomendações reconhecidos pela Organização Mundial de Saúde. O Canadá é membro da Comissão do *Codex Alimentarius*, da Organização Mundial de Saúde Animal e da Convenção Internacional de Proteção das Plantas.

5.3. Canadá e Desenvolvimento Sustentável

5.3.1. Considerações Gerais

O Canadá é considerado um importante ator na área da sustentabilidade. A legislação do Canadá sobre desenvolvimento sustentável é bastante vasta e inclui programas e estudos de pesquisa sobre: mudanças climáticas, recursos naturais, pesca, poluição e gestão de resíduos, energia, práticas agrícolas, biodiversidade (vida selvagem e plantas), conservação e proteção ambiental. Entre essas áreas, a temática de mudanças climáticas é sempre trabalhada de forma direta ou indireta.

Sobre comércio e meio ambiente, pontua-se que o Canadá possui o compromisso em inserir as obrigações ambientais nos acordos comerciais bilaterais e plurilaterais que venha a negociar; o processo de negociação é acompanhado tanto pelo setor público quanto pelo privado, incluindo, organizações não governamentais, em processo de avaliação ambiental; há forte interesse do Canadá em negociar o Acordo sobre Bens Ambientais da OMC, entre outros fatores, por ser país com significativo desenvolvimento em tecnologia ambiental (energia renovável, gestão de resíduos, entre outros).

Os Acordos Comerciais que o Canadá faz parte possuem disposições sobre desenvolvimento sustentável, meio ambiente e bem-estar do trabalhador, cada qual, com capítulo específico. Há ainda alguns como o Acordo Canadá-Chile e o Canadá-Israel que possuem capítulo sobre Comércio e Gênero. Se o texto dos Acordos Comerciais principais não possuir capítulos sobre sustentabilidade, o Canadá possui Acordos

bilaterais como o que possui com o Panamá sobre Cooperação ambiental e um Acordo sobre Cooperação sobre Trabalho.

5.3.2. Política Ambiental do Canadá: visão panorâmica

A Política Ambiental do Canadá envolve compromissos internacionais e nacionais além de programas e legislação sobre os seguintes temas: clima, variações do clima e desastres climáticos; recursos naturais; pesca; poluição e gestão de resíduos; energia; práticas agrícolas; vida selvagem, plantas e espécies; conservação e proteção ambiental. Segue resumo das temáticas na tabela abaixo:

Tabela 9 - Temas da Política Ambiental do Canadá

Clima, variações e desastres	Trata-se das condições atuais, das previsões, dos dados históricos e dos alertas relacionados às mudanças climáticas e perigos naturais. Analisam-se ainda, as ações do Canadá quanto às mudanças climáticas, elaboram-se relatórios de emissões, analisam-se a qualidade do ar e os efeitos da poluição para a saúde, utilizam-se indicadores de sustentabilidade.
Recursos naturais	Sobre os recursos naturais, a política ambiental trata da indústria e de produtos florestais, incluindo políticas de importação e exportação, pragas e programas relacionados à silvicultura. Trata-se ainda dos mercados para mineração, incluindo mineração verde. Sobre água, o Canadá possui pesquisa, políticas e programas, incluindo indicadores de sustentabilidade da água, níveis da água, limpeza de lagos e rios, proteção da água doce, monitoramento da qualidade da água doce, proteção dos oceanos e o Programa de Classificação de Marisco. Sob recursos naturais, há ainda o desenvolvimento de recursos e infraestrutura, o que inclui oleodutos, portos, ferrovias e estradas.
Pesca	Sobre pesca, o Canadá possui sistemas de autorização e programas de financiamento relacionados à pesca, à aquicultura e a colheita de recursos mamíferos. Desse modo, o trabalho canadense abrange desde a pesca aborígene, a recreativa, até a pesca comercial. Outro ponto é a atribuição de selos e lacres sobre a colheita de focas no Canadá e sobre a colheita de mariscos. Também está incluído a realização da aquicultura, as licenças, regulamentos e estatísticas considerando práticas sustentáveis.
Poluição e gestão de resíduos	O objetivo dessa área é rastrear e reduzir a poluição e o desperdício. Nesse sentido, preveem-se ações para gerenciar e reduzir o desperdício de materiais perigosos, resíduos sólidos urbanos, lixo doméstico e programas de reciclagem; e para identificar fontes de poluição e prevenção. O Canadá também realiza o gerenciamento de substâncias no meio ambiente, por exemplo, produtos químicos e polímeros e mecanismos para relato de emergências de poluição. Outro trabalho do Canadá é a redução dos resíduos plásticos. Há o Inventário Nacional de Liberação de Poluentes (<i>National Pollutant Release Inventory</i>), o Registro da Lei de Proteção Ambiental Canadense (<i>Canadian Environmental Protection Act Registry</i>), Compreendendo a Lei Canadense de Proteção Ambiental (<i>Understanding the Canadian Environmental Protection Act</i>) e sobre as alterações climáticas.
Energia	Sobre energia, o trabalho do Canadá abrange combustível e eficiência energética, incluindo produtos e o transporte com eficiência energética, fontes de energia e energia renovável de fonte solar, eólica, entre outras. Há ainda programas sobre energia renovável no Canadá.
Práticas agrícolas	O trabalho canadense sobre práticas agrícolas abrange a agrofloresta, solo e terra, agricultura e clima e agricultura e água. Em relação a agrofloresta, trata-se dos benefícios do cultivo de árvores ou arbustos nos campos; sobre solo e terra, aborda-se a melhoria da qualidade do solo e das culturas de gestão eficaz de água e de nutrientes; sobre agricultura e clima, abordam-se as condições climáticas que se relacionam à agricultura; e, por fim, sobre agricultura e água, trata-se de práticas agrícolas que funcionam para proteger a qualidade das águas subterrâneas, as lagoas e as bacias hidrográficas.
Vida selvagem,	Nessa temática, a atenção do Canadá é bastante ampla, incluindo, espécies em risco, espécies invasivas, biodiversidade, conservação da vida selvagem e habitat, comércio

plantas e espécies	internacional de animais e plantas protegidos, espécies aquáticas, aves migratórias e pesquisa da vida selvagem e ciência da paisagem, geografia e dados da água.
Conservação e proteção ambiental	O tema da conservação e proteção ambiental abrange a sustentabilidade, os oceanos, a avaliação de impacto, as áreas protegidas, o financiamento ambiental e a fiscalização. Desse modo, o trabalho do Canadá inclui a proteção de oceanos, lagos e rios, alvos de conservação marinha, biorregiões e áreas protegidas; projetos e avaliação de impacto em atividades econômicas como minas e oleodutos. Em áreas protegidas, abrangem-se os parques nacionais, os santuários de aves migratórias, as áreas de vida selvagem nacional e as áreas de proteção marinha. Em sustentabilidade, trata-se das metas e das estratégias de sustentabilidade, incluindo indicadores ambientais, com o objetivo de tornar as operações governamentais verdes. Sobre financiamento ambiental, trata-se dos projetos ambientais e de sua participação nas avaliações de impacto. Sobre mudanças climáticas, o Canadá estabelece parcerias sobre adaptação, saúde e relatórios de emissões. Na fiscalização ambiental e da vida selvagem, há a aplicação de leis de proteção ambiental e da vida selvagem para comunidades mais limpas e selvagens.

Fonte: Canadá(c), 2021

Entre as temáticas abordadas em desenvolvimento sustentável, especial atenção é dispensada às Mudanças Climáticas, que são abordadas direta ou indiretamente em todas as áreas da política ambiental. O Canadá faz parte da *UN Framework Convention on Climate Change*, *Paris Climate Agreement*; *Climate and Clean Air Coalition*; *Global Methane Initiative*.

O país se compromete em trabalhar em prol do fornecimento de dados sobre emissões de gases de efeito estufa anualmente; relatórios sobre o progresso da redução das emissões líquidas de gases de efeito estufa; fornecimento de recursos financeiros e técnicos aos países em desenvolvimento. Além disso, o Canadá é participante ativo do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (*The Intergovernmental Panel on Climate Change – IPCC*).⁶³

Em resposta à adesão ao Acordo de Paris, o Canadá apresentou a sua estratégia de desenvolvimento de gases de efeito estufa de longo prazo (*Canada's Mid-century long-term low-greenhouse gas development strategy*), em 2016. Na Estratégia, declarou-se que o Canadá está comprometido a criar uma economia mais limpa e inovadora, que reduza as emissões, proteja o meio ambiente, os empregos e promova o crescimento econômico.⁶⁴

Os compromissos do Canadá sobre mitigação dos efeitos negativos das mudanças climáticas incluem a parceria voluntária de governos, do setor privado e das partes interessadas da sociedade civil. Trata-se da *Climate and Clean Air Coalition* que, desde sua criação, funciona como fórum sobre aceleração dos esforços para reduzir os poluentes climáticos de curta duração.⁶⁵

⁶³ CANADA(a), government of Canada. United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC). Disponível em: <https://www.canada.ca/en/environment-climate-change/services/climate-change/united-nations-framework-convention.html> Acesso em: 25/01/2021.

⁶⁴ CANADA, Minister of Environment and Climate Change. Canada's Mid-century long-term low-greenhouse gas development strategy, in 2016. Disponível em: https://unfccc.int/files/focus/long-term_strategies/application/pdf/canadas_mid-century_long-term_strategy.pdf. Acesso em: 25/01/2021.

⁶⁵ CANADA(c), government of Canada. Climate and Clean Air Coalition. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/environment-climate-change/services/climate-change/climate-clean-air-coalition.html>, Acesso em: 25/01/2021.

Junto com o México, o Canadá é membro do *Global Methane Initiative*, parceria global para a redução da poluição por metano. Os membros da Iniciativa incluem o setor privado, a comunidade de pesquisa, os bancos de desenvolvimento e outras organizações governamentais e não governamentais. O foco da Iniciativa está sobre os setores de sistema de óleo e gás, aterros, esgoto, agricultura e mineração de carvão.⁶⁶

O Canadá ainda possui várias legislações de âmbito federal em sustentabilidade. Entre elas, destacam-se: *Canada's Clean Air and Climate Change Act*; *Canada's Energy Efficiency Act*; *The National Energy Board Act*; *Canada's Regulatory Framework for Air Emissions*; *Pan-Canadian Framework on Clean Growth and Climate Change*, *Canadian Environmental Protection Act* (1999), *Canadian Environmental Assessment Act* (2012), *Arctic Waters Pollution Prevention Act* (1985), *Canada Shipping Act* (2001), *Fisheries Act*. O forte compromisso com o desenvolvimento sustentável é encontrado no *Cabinet Directive on the Environmental Assessment of Policy, Plan and Program Proposals* (*Directive*, 1999), onde há a expectativa dos ministros na avaliação ambiental de propostas de políticas, planos e programas.

5.3.3. Comércio e Meio Ambiente

O Canadá se compromete a assegurar que sua política comercial esteja alinhada ao objetivo de proteção e preservação ambiental de modo que ambos se apoiem. Logo, o *Global Affairs Canada*, junto ao *Environment Canada*, objetiva incorporar as obrigações ambientais nos acordos de livre comércio.

Reconhece o trabalho da Organização Mundial do Comércio (OMC), da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (APEC) sobre comércio e meio ambiente.

No quadro abaixo, há os acordos vinculados a comércio e meio ambiente mencionados pelo *Global Affairs Canada*:

Tabela 10 - Acordos vinculados ao comércio e meio ambiente relevantes para o Canadá

Acordo Plurilateral de Bens Ambientais (<i>Plurilateral Environmental Goods Agreement</i>)	Trata-se de iniciativa sobre as tarifas de bens ambientais para futuro acordo entre vários membros da Organização Mundial do Comércio. A proposta de lista de bens ambientais, frente à OMC, foi apresentada em 2014 junto com a China, a União Europeia, o Japão e os Estados Unidos.
Acordos de Livre Comércio Bilaterais e Regionais (<i>Bilateral and Regional Free Trade Agreements - FTAs</i>)	O objetivo do Canadá é comprometer os seus parceiros comerciais para que mantenham altos níveis de proteção ambiental ao passo em que também auxiliam na promoção da liberalização do comércio e dos investimentos. O Canadá realiza avaliações ambientais sobre as negociações comerciais como ferramenta para contribuir no processo de tomada de decisão, envolvendo os níveis de governo, o setor público, o privado e as organizações não governamentais. Os requisitos e procedimentos para Avaliação Ambiental são previstos no <i>Framework for Conducting Environmental Assessments of Trade Negotiations</i> (Framework) (2001) revisado pela <i>Environmental Assessments of Trade Agreements: Process and Revised Framework</i> de 2020. O objetivo, portanto, é o de “auxiliar os negociadores canadenses a integrar as considerações ambientais ao processo de negociação, fornecendo informações sobre os impactos ambientais do acordo comercial proposto; e para abordar as preocupações do público, documentando

⁶⁶ CANADA(d), government of Canada. About the Global Methane Initiative. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/environment-climate-change/services/climate-change/global-methane-initiative.html>. Acesso em: 25/01/2021.

	como os fatores ambientais estão sendo considerados no curso das negociações comerciais.” ⁶⁷ (tradução livre)
Organização Mundial do Comércio (<i>World Trade Organization - WTO</i>)	O Canadá reforça seu apoio às negociações da Rodada de Doha que inclui aspectos relacionados ao comércio e meio ambiente. Desse modo, afirma que busca maior coerência nas regras ambientais e comerciais internacionais bem como a redução de barreiras tarifárias e não tarifárias aos bens de comércio ambiental.
Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (<i>Asia Pacific Economic Cooperation - APEC</i>)	O Canadá promove o comércio e o investimento em bens e serviços necessários para a proteção do meio ambiente da disseminação de tecnologias ambientais. Nesse sentido, faz referência aos bens ambientais da lista da APEC.

Fonte: CANADA(f), 2021; CANADA(h), 2021

Importante enfatizar ainda a negociação de acordos preferencias de comércio do Canadá com outros países e suas obrigações em comércio e meio ambiente; comércio e desenvolvimento sustentável; comércio e trabalho; comércio e gênero. Veja o quadro abaixo:

Tabela 11 - Acordos Comerciais do Canadá vigentes e as obrigações de meio ambiente e de desenvolvimento sustentável

Canada-UK Trade Continuity Agreement (Canada-UK TCA)	Canadá e Reino Unido. O Acordo possui três capítulos relacionados ao desenvolvimento sustentável. O Capítulo 22 (Comércio e Desenvolvimento Sustentável) reconhece a necessidade de concretizar objetivos ambientais, sociais e econômicos. O objetivo do capítulo é o de garantir o crescimento econômico, mediante o acordo comercial, sem causar danos à concretização dos objetivos sociais e ambientais. O Capítulo 23 (Comércio e trabalho) busca garantir o reforço mútuo entre a liberalização do comércio e a proteção dos direitos trabalhistas. Há replicação das obrigações do CETA (EU-CANADA <i>Comprehensive Economic and Trade Agreement</i>). Por fim, o Capítulo 24 (Comércio e Meio Ambiente), reafirma que comércio e meio ambiente devem se apoiar mutuamente. Replica-se os compromissos assumidos no CETA.
Comprehensive and Progressive Agreement for Trans-Pacific Partnership (CPTPP)	Canadá e mais 10 países da Ásia-Pacífico (Austrália, Brunei, Chile, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Peru, Cingapura e Vietnã). No Capítulo 19 (Trabalho), o CPTPP aborda sobre a melhora dos padrões de trabalho e as condições de trabalho de acordo com a Declaração da OIT de 1998, não derrogação das leis trabalhistas, trabalho forçado ou obrigatório, conscientização pública e garantias processuais. No Capítulo 20 (Meio Ambiente), o CPTPP procura garantir que a liberalização comercial seja realizada sem enfraquecer a proteção ambiental. Desse modo, o capítulo apresenta compromissos com o objetivo de manter altos padrões de proteção ambiental, apoio aos acordos multilaterais de comércio, responsabilidade social corporativa e mecanismos voluntários para melhorar o desempenho ambiental, biodiversidade, espécies exóticas, pesca, transição para economias de baixo carbono.
Canada-Chile Free Trade Agreement	O Acordo Canadá Chile foi modernizado e possui, pela primeira vez, um capítulo sobre comércio e gênero. Sob o Acordo, abriga-se <i>Canada - Chile Agreement on Environmental Cooperation</i> (CCAEC), cujo objetivo é fomentar a proteção e a melhoria do meio ambiente, promover o desenvolvimento sustentável, aumentar a cooperação, apoiar as metas e os objetivos do Acordo Canadá Chile, evitar distorções ao comércio ou a criação de novas barreiras, fortalecer a cooperação e o aprimoramento de leis, regulamentos, procedimentos, políticas e práticas ambientais, aumentar o cumprimento das legislações, promover a transparência, promover medidas ambientais que sejam economicamente eficientes e promover políticas e práticas de prevenção da poluição. Além do Acordo em meio ambiente, há o <i>Canada - Chile Agreement on Labor Cooperation</i> (CCALC) que

⁶⁷ CANADA(h), Environmental Assessments. Disponível em: <https://www.international.gc.ca/trade-agreements-accords-commerciaux/env/env-ea.aspx?lang=eng>. Acesso em: 26/01/2021.

	objetiva a melhora das condições de trabalho e de vida, a promoção dos princípios laborais, o encorajamento da cooperação para promoção da inovação e dos níveis de produtividade, o encorajamento da publicação e troca de informações cooperativas, promover a transparência e o cumprimento da legislação trabalhista.
Canada-Colombia Free Trade Agreement	Canadá e Colômbia: <i>Canada-Colombia Labour Cooperation Agreement</i> <i>Canada-Colombia Environment Agreement</i>
Canada-Costa Rica Free Trade Agreement	Canadá e Costa Rica. O Acordo possui acordos bilaterais associados sobre comércio e trabalho: <i>Canada-Costa Rica Agreement on Environmental Cooperation</i> ; <i>Canada-Costa Rica Agreement on Labour Cooperation</i>
Canada-European Free Trade Association (EFTA) Free Trade Agreement	Canadá e os Estados da Associação Europeia de Livre Comércio (Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça). Não possui capítulo específico ao acordo bilateral ou plurilateral sobre meio ambiente.
Canada-European Union: Comprehensive Economic and Trade Agreement (CETA)	Canadá e União Europeia. O capítulo 22 (Comércio e Desenvolvimento Sustentável) reforça o reconhecimento das partes da interdependência do desenvolvimento econômico, social e da proteção ambiental. Neste sentido, possui compromissos para garantir que o crescimento econômico alcançado mediante as disposições do Acordo não cause danos ao alcance dos objetivos sociais e ambientais. Entre as provisões chave inclui a cooperação e a promoção do comércio em apoio ao desenvolvimento; estabelecimento de comitê para supervisionar o cumprimento desse capítulo, o de meio ambiente e o capítulo de trabalho e um fórum da sociedade civil. No Capítulo 23 (Comércio e Trabalho), dispõe sobre o fornecimento de garantias adicionais para alcançar altos padrões de proteção do trabalho bem como o respeito aos direitos e princípios que são reconhecidos internacionalmente. Já no Capítulo 24 (Comércio e meio ambiente), aborda-se o alcance dos objetivos de proteção do meio ambiente e de aumento do crescimento econômico de forma mútua. Entre os objetivos principais estão o desenvolvimento sustentável, o fortalecimento da governança ambiental e o apoio aos acordos multilaterais de meio ambiente, promoção da cooperação e do acesso a soluções e a informações públicas.
Canada-Honduras Free Trade Agreement	Canadá e Honduras. O Acordo possui regras bilaterais que associam comércio e trabalho: <i>Agreement on Labour Cooperation Between Canada and the Republic of Honduras</i> ; <i>Agreement on Environmental Cooperation Between Canada and the Republic of Honduras</i>
Canada-Israel Free Trade Agreement (CIFTA)	Canadá e Israel. O Capítulo 11 (Comércio e Meio Ambiente), onde reconhecem a necessidade conservar e de proteger o meio ambiente, a cooperação e o apoio mútuo das obrigações relacionadas aos acordos ambientais multilaterais e as políticas comerciais. O Capítulo 12 (Comércio e Trabalho) determina que as Partes garantirão as práticas e legislações trabalhistas incorporando a Declaração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e seus Acompanhamento, feito em Genebra em 18 de junho de 1998 ("Declaração da OIT de 1998"). Há ainda o Capítulo 13 (Comércio e Gênero) onde reconhecem a necessidade de incorporar a perspectiva de gênero na promoção do crescimento econômico e do desenvolvimento sustentável. O capítulo está em consonância com o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 5 da Agenda 2030 das Nações Unidas.
Canada-Jordan Free Trade Agreement	Canadá e Jordânia. O Acordo possui acordos bilaterais associados sobre comércio e trabalho: <i>Canada-Jordan Agreement on the Environment</i> ; <i>Canada-Jordan Agreement on Labour Cooperation</i> .
Canada-Korea Free Trade Agreement (CKFTA)	Canadá-Coreia. O Capítulo 17 (Ambiente) faz referência à Agenda 21 da Conferência do Rio de 1992 bem como ao Plano de Implementação de Johannesburg para o Desenvolvimento Sustentável de 2002. Reforça os compromissos das partes em promover o desenvolvimento sustentável e o comércio internacional, reconhecendo a interdependência do crescimento econômico e da proteção do meio ambiente. O Capítulo 18 (Trabalho) reconhece

	os direitos das Partes em estabelecer os seus direitos trabalhistas de acordo em seu território e reconhece a Declaração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e seus Acompanhamento, feito em Genebra em 18 de junho de 1998 ("Declaração da OIT de 1998")
North American Free Trade Agreement (NAFTA) Canada-United States-Mexico Agreement (CUSMA)	Canadá, Estados Unidos e México. A renegociação do NAFTA deu origem ao CUSMA. No Capítulo 23 (Trabalho) aponta-se para a melhoria das condições de trabalho de acordo com a Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e seu Seguimento de 1998. Objetiva ainda garantir a aplicação das leis do trabalho, o não encorajamento de redução das proteções trabalhistas em razão do comércio, entre outros. No Capítulo 24 (Meio Ambiente), objetiva promover políticas e práticas comerciais que se apoiem mutuamente bem como a promoção de altos níveis de proteção ambiental, aumento das capacidades das Partes em abordar questões ambientais que se relacionem com o comércio e promover a cooperação. Neste sentido, as Partes reconheceram o papel da proteção do meio ambiente para a promoção do comércio.
Canada-Panama Free Trade Agreement	Canadá e Panamá. O Acordo possui acordos bilaterais associados sobre comércio e trabalho: <i>Canada-Panama Agreement on Environmental Cooperation</i> e <i>Canada-Panama Agreement on Labour Cooperation</i>
Canada-Peru Free Trade Agreement	Canadá e Peru. O Acordo possui acordos bilaterais associados sobre comércio e trabalho: <i>Canada-Peru Agreement on Environmental Cooperation</i> e <i>Canada-Peru Agreement on Labour Cooperation</i>
Canada-Ukraine Free Trade Agreement (CUFTA)	Canadá e Ucrânia. O Capítulo 12 (meio ambiente) possui disposições sobre como avaliação de impacto ambiental, responsabilidade social corporativa, medidas para melhora do desempenho ambiental. O objetivo do capítulo é de afirmar suas obrigações ambientais e internacionais de acordo com os acordos multilaterais do meio ambiente reconhecendo o apoio mútuo com as políticas comerciais. O Capítulo 13 dispõe sobre o compromisso das partes sobre os direitos dos trabalhadores, reconhecendo os compromissos da Declaração de 1988 da OIT.

Fonte: CANADA(i), 2021.

Considerando esses Acordos Comerciais, abaixo segue uma análise panorâmica sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Tabela 12 - Análise panorâmica dos Acordos Comerciais do Canadá quanto ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável⁶⁸

Acordos	Mecanismo de solução de controvérsias	Painel peritos	Princípios da precaução	Prevalência dos acordos multilaterais ambientais frente aos dispositivos do Acordo em caso de conflito
Canada-UK Trade Continuity Agreement (Canada-UK TCA)	Não⁶⁹	Sim	Não	

⁶⁸ Para realizar uma análise mais aprofundada sobre esse tema, é necessário a elaboração de um trabalho específico.

⁶⁹ Artigo 24.16 - Resolução de disputas. 1. Para qualquer controvérsia que surja no âmbito deste Capítulo, as Partes somente poderão recorrer às regras e procedimentos previstos neste Capítulo. 2. As Partes farão todos os esforços para chegar a uma solução mutuamente satisfatória para uma controvérsia. A qualquer momento, as Partes podem recorrer a bons ofícios, conciliação ou mediação para resolver essa disputa. Adota-se: Artigo 24.13 - Mecanismos institucionais; Artigo 24.14 – Consultas; Artigo 24.15 - Painel de especialistas

				Sim ⁷⁰
Comprehensive and Progressive Agreement for Trans-Pacific Partnership (CPTPP)	Sim	Sim	Não	Não
Canada-Chile Free Trade Agreement	Não	Não	Não	Não
Canada-Colombia Free Trade Agreement	Não	Não	Não	Não
Canada-Costa Rica Free Trade Agreement	Não	Não	Não	Não
Canada-European Free Trade Association (EFTA) Free Trade Agreement	- ⁷¹	-	-	-
Canada-European Union: Comprehensive	Não ⁷²	Sim	Não	Sim ⁷³

⁷⁰ Artigo 24.4 - Acordos ambientais multilaterais. 1. As Partes reconhecem o valor da governança ambiental internacional e dos acordos como uma resposta da comunidade internacional aos problemas ambientais globais ou regionais e enfatizam a necessidade de aumentar o apoio mútuo entre as políticas, regras e medidas comerciais e ambientais. 2. Cada Parte reafirma seu compromisso de implementar efetivamente em suas legislações e práticas, em todo o seu território, os acordos multilaterais ambientais de que seja parte. 3. As Partes comprometem-se a consultar e cooperar conforme apropriado no que diz respeito às questões ambientais de interesse mútuo relacionadas com acordos ambientais multilaterais e, em particular, questões relacionadas com o comércio. Este compromisso inclui a troca de informações sobre: a implementação de acordos ambientais multilaterais, dos quais uma Parte seja parte; negociações em andamento de novos acordos ambientais multilaterais; e as respectivas visões de cada Parte sobre como se tornar parte de acordos ambientais multilaterais adicionais. **4. As Partes reconhecem seu direito de usar o Artigo 28.3 (exceções gerais) em relação a medidas ambientais, incluindo aquelas tomadas em conformidade com acordos ambientais multilaterais dos quais sejam partes.** (grifo nosso)

⁷¹ Não há capítulo sobre comércio e meio ambiente. A redação do Acordo menciona medidas ambientais ao fazer referência à aplicação do art. XX(b) do GATT- 94, em seu artigo 22; e, no preâmbulo afirma que reconhece a necessidade de políticas comerciais e ambientais se apoiarem mutuamente para atingir o objetivo do desenvolvimento sustentável.

⁷² Artigo 24.16 - Resolução de disputas. 1. Para qualquer controvérsia que surja no âmbito deste Capítulo, as Partes somente poderão recorrer às regras e procedimentos previstos neste Capítulo. 2. As Partes farão todos os esforços para chegar a uma solução mutuamente satisfatória para uma controvérsia. A qualquer momento, as Partes podem recorrer a bons ofícios, conciliação ou mediação para resolver essa disputa. Adota-se: Artigo 24.13 - Mecanismos institucionais; Artigo 24.14 – Consultas; Artigo 24.15 - Painel de especialistas

⁷³ Artigo 24.4 - Acordos ambientais multilaterais. 1. As Partes reconhecem o valor da governança ambiental internacional e dos acordos como uma resposta da comunidade internacional aos problemas ambientais globais ou regionais e enfatizam a necessidade de aumentar o apoio mútuo entre as políticas, regras e

Economic and Trade Agreement (CETA)				
Canada-Honduras Free Trade Agreement	Não	Não	Não	Não
Canada-Israel Free Trade Agreement (CIFTA)	Sim	Sim	Não	Sim ⁷⁴
Canada-Jordan Free Trade Agreement	Não	Não	Não	Não
Canada-Korea Free Trade Agreement (CKFTA)	Não ⁷⁵	Sim	Não	Não
North American Free Trade Agreement (NAFTA)	Sim	Sim	Não	Não
Canada-United States-Mexico Agreement (CUSMA)				
Canada-Panama Free	Não	Não	Não	Sim ⁷⁶

medidas comerciais e ambientais. 2. Cada Parte reafirma seu compromisso de implementar efetivamente em suas legislações e práticas, em todo o seu território, os acordos multilaterais ambientais de que seja parte. 3. As Partes comprometem-se a consultar e cooperar conforme apropriado no que diz respeito às questões ambientais de interesse mútuo relacionadas com acordos ambientais multilaterais e, em particular, questões relacionadas com o comércio. Este compromisso inclui a troca de informações sobre: a implementação de acordos ambientais multilaterais, dos quais uma Parte seja parte; negociações em andamento de novos acordos ambientais multilaterais; e as respectivas visões de cada Parte sobre como se tornar parte de acordos ambientais multilaterais adicionais. **4. As Partes reconhecem seu direito de usar o Artigo 28.3 (exceções gerais) em relação a medidas ambientais, incluindo aquelas tomadas em conformidade com acordos ambientais multilaterais dos quais sejam partes.** (grifo nosso)

⁷⁴ Artigo 11.17: Relação com Acordos Ambientais. Este Capítulo não afeta os direitos e obrigações existentes de qualquer das Partes no âmbito de acordos ambientais internacionais.

⁷⁵ **Artigo 17.15:** Solução de controvérsias. Uma Parte não poderá recorrer ao Capítulo Vinte e Um (Solução de Controvérsias) para qualquer questão decorrente deste Capítulo, exceto se de outra forma disposto neste Capítulo.

⁷⁶ **Artigo 1.06:** Relação com acordos ambientais e de conservação: Em caso de inconsistência entre uma obrigação neste Acordo e uma obrigação de uma Parte nos termos de um acordo listado no Anexo 1.06, a última obrigação prevalecerá, desde que a medida tomada seja necessária para cumprir essa obrigação, e não seja aplicada em uma forma que constituiria, sempre que prevalecessem as mesmas condições, uma discriminação arbitrária ou injustificável ou uma restrição dissimulada ao comércio internacional.

Anexo 1.06: Acordos ambientais multilaterais: a Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Fauna e Flora Selvagem, feita em Washington em 3 de março de 1973, conforme emendada em 22 de junho de 1979; O Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, feito em Montreal em 16 de setembro de 1987, conforme emendado em 29 de junho de 1990, emendado em 25 de novembro de 1992, emendado em 17 de setembro de 1997, emendado em 3 de dezembro de 1999; A Convenção de Basileia sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e sua Eliminação, feita em Basileia em 22 de março de 1989; a Convenção de Rotterdam sobre o Procedimento

Trade Agreement				
Canada-Peru Free Trade Agreement	Não	Não	Não	Não
Canada-Ukraine Free Trade Agreement (CUFTA)	Sim	Sim	Não	Não

Importante a constituição da *Commission for Environmental Cooperation* (CEC) pelo Canadá junto com o México e os Estados Unidos. Os objetivos do Acordo são de: aumentar a eficácia da cooperação ambiental entre as Partes, utilizar a cooperação ambiental para promover políticas comerciais e ambientais que sejam capazes de se apoiar mutuamente, fortalecer a cooperação entre as Partes no intuito de conservar, proteger e melhorar o meio ambiente, promover a cooperação e a participação pública no desenvolvimento de leis, regulamentos, procedimentos e práticas ambientais e, por fim, fortalecer a cooperação no cumprimento e na aplicação das leis e dos regulamentos ambientais.

Sobre bens ambientais, o Canadá possui interesse na formulação de lista de bens ambientais sob a OMC, considerando que é líder de mercado global de tecnologias sustentáveis. O valor estimado do setor, entre 2012 e 2022, é de crescimento de US \$ 1,1 trilhão para cerca de US \$ 2,5 trilhões. Entre as tecnologias canadenses ambientais, incluem-se a produção de energia renovável, equipamentos de tratamento de ar, tecnologias de tratamento de água, gerenciamento de resíduos ou equipamentos de reciclagem e, ainda, instrumentos de monitoramento ambiental e atmosférico.⁷⁷

6. Serviços no Canadá

Esta seção foi baseada no Trade Policy Review do Canadá e em outros relatórios temáticos, como, por exemplo, o Relatório de Competitividade Econômica, publicado pelo Fórum Econômico Mundial.

O setor de serviços é responsável por mais de 67% do PIB do Canadá e por 76% dos empregos no país. Atividades comunitárias, comerciais e pessoais, que abarcam grande variedade de serviços, como, por exemplo, educação, saúde, hotéis e entretenimento, representam 22% do PIB do Canadá, sendo a maior fonte de renda do país. Operações financeiras são a segunda maior fonte de renda do país. Toronto e Montreal são os principais centros financeiros do Canadá. Toronto abriga a principal bolsa de valores do país, a *Toronto Stock Exchange*, que é a segunda mais movimentada de todo o continente americano, e a sexta mais movimentada do mundo. Em termos de disciplina jurídica, o setor de serviços tem regulação específica, de acordo com a atividade. Parte relevante da

de Consentimento Prévio Informado para Certos Produtos Químicos e Pesticidas Perigosos no Comércio Internacional, feita em Rotterdam em 10 de setembro de 1998; a Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes, realizada em Estocolmo em 22 de maio de 2001.

⁷⁷ CANADA(g), WTO Environmental Goods Agreement (EGA). Disponível em: <https://www.international.gc.ca/trade-agreements-accords-commerciaux/topics-domaines/env/plurilateral.aspx?lang=eng>. Acesso em: 25/01/2021.

disciplina jurídica dos serviços, no Canadá, está em acordo com os compromissos internacionais do país.⁷⁸

Nos itens seguintes, serão detalhadas as regras específicas dos principais serviços no Canadá.

6.1. Serviços Financeiros

6.1.1. Quadro geral

O Canadá é considerado detentor de uma das indústrias de serviços financeiros mais sólidas do mundo, ocupando a 7ª posição entre 137 economias em termos de desenvolvimento do mercado financeiro, conforme o *World Economic Forum* (WEF) 2017-2018 *Global Competitiveness Report*.⁷⁹

O setor é um dos principais contribuintes para a economia, respondendo por mais de 6% do PIB em 2017. É relativamente concentrado, com algumas instituições grandes sendo responsáveis pela maior parte dos ativos totais. No setor de negociação de depósitos, os seis principais bancos regulados pelo governo federal (mais o *Desjardins Group*, uma organização de *caisses populaires* e uniões de crédito) são responsáveis por 94% do total de ativos de negociação de depósitos. Da mesma forma, cerca de 90% dos ativos das seguradoras de vida e de saúde regulamentadas pelo governo federal são detidos pelas três maiores empresas nacionais.

6.1.2. Marco legal

Os principais documentos legais que disciplinam as instituições financeiras federais são: a Lei de Bancos, a Lei das Companhias de Seguros e a Lei das Sociedades Fiduciárias e de Empréstimo. Essas leis contêm disposições de caducidade que requerem a sua renovação pelo Parlamento de cinco em cinco anos. Essas disposições incentivam a revisão periódica da estrutura da seção financeira federal, para garantir que permaneça robusta e tecnicamente sólida.

Em 2017, como parte de sua revisão regular da estrutura federal, a *Canada Finance* realizou amplo processo de consultas com as partes interessadas. As partes interessadas indicaram que a estrutura federal funciona bem, mas recomendaram emendas direcionadas à permanente atualização em relação às tendências e questões emergentes, incluindo inovação tecnológica e mudanças nos modelos de negócios das instituições financeiras. As duas primeiras fases de medidas da revisão da estrutura federal foram anunciadas no Orçamento 2018 e introduzidas na Lei de Implementação do Orçamento 2018, nº 1 e na Lei de Execução Orçamentária de 2018, nº 2. O quadro abaixo contém as medidas contidas nas duas fases:

⁷⁸ WORLD TRADE ORGANIZATION. Trade Policy Review: Report by the Secretariat, Canada. WT/TPR/S/389 (April 17th, 2019). Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/s389_e.pdf. Acesso em: 04/01/2022.

⁷⁹ WORLD ECONOMIC FORUM. The Global Competitiveness Report 2017-2018. Disponível em: <https://www3.weforum.org/docs/GCR2017-2018/05FullReport/TheGlobalCompetitivenessReport2017%E2%80%932018.pdf>. Acesso em: 05/01/2022.

Tabela 13 - Revisão da regulação financeira

Primeira fase	Adaptar a estrutura federal ao surgimento da tecnologia financeira; introduzir uma nova autoridade de investimento em infraestrutura para seguradoras de vida e saúde; e fornecer flexibilidade para que as instituições reguladoras de comunicação de depósitos não bancários usem terminologia bancária para descrever seus produtos e serviços.
Segunda fase	Incluíram-se limites abaixo dos quais as instituições financeiras podem adquirir investimento substancial de certas entidades sem ter que buscar a aprovação do Superintendente de Instituições Financeiras. O que reduz a carga administrativa sobre as instituições financeiras, ao mesmo tempo que permite que a Superintendência de Instituições Financeiras (OSFI) concentre os recursos na aprovação de transações que envolvam riscos materiais.

Fonte: OMC. Elaboração: CCGI/EESP-FGV.

Outros diplomas legais do setor financeiro federal, como o *Canadian Payments Act* de 2001, o *Payment Clearing and Settlement Act* e o *Pension Benefits Standards Act*, não estão sujeitos à revisão automática. Em 2015, a Lei de Pagamentos Canadense foi alterada para melhorar a tomada de decisão independente do Conselho da *Canada Payment* (antiga Associação Canadense de Pagamentos), tornando-a mais responsável perante o governo e o público.

A regulamentação e a supervisão das instituições financeiras são compartilhadas entre as autoridades federais, provinciais e territoriais. Na esfera federal, o Ministro da Fazenda é responsável pela estabilidade geral do setor. A função de supervisão prudencial é desempenhada pela OSFI - Superintendência de Instituições Financeiras, agência independente, que reporta ao Parlamento por meio do Ministro das Finanças. O Banco do Canadá é responsável por promover a estabilidade e eficiência do sistema financeiro, além de seu mandato de condução da política monetária. Ele cumpre este mandato, *inter alia*, fornecendo liquidez ao sistema financeiro; supervisionando sistemas críticos de limpeza e pagamento; identificando riscos sistêmicos para o sistema financeiro; e supervisionando sistemas críticos de compensação e pagamento.

A *Financial Consumer Agency of Canada* (FCAC) é a agência do governo federal responsável por proteger os consumidores de serviços e produtos financeiros. A *Canada Deposit Insurance Corporation* (CDIC), empresa federal ligada à Coroa, é encarregada de oferecer seguro para certos depósitos feitos com suas instituições membros e é a autoridade de resolução para os seus membros. Todas essas instituições federais colaboram por meio do Comitê de Supervisão de Instituições Financeiras (FISC).

Os sistemas de compensação e liquidação (também conhecidos como Infraestruturas do Mercado Financeiro ou FMIs) são componentes essenciais do sistema financeiro do Canadá, pois processam cerca de CAD 200 bilhões em transações diariamente.⁸⁰

Embora operem livremente, aqueles que têm o potencial de representar risco sistêmico ou risco do sistema de pagamentos estão sujeitos a uma supervisão mais rigorosa da Lei de Compensação e Liquidação de Pagamentos do Banco do Canadá. Eles são obrigados a observar os padrões de gestão de riscos e informar o Banco do Canadá com antecedência sobre qualquer mudança significativa em suas operações, regras ou procedimentos.

⁸⁰ Informações visualizadas no sítio eletrônico do Departamento Financeiro do Canadá: <https://www.fin.gc.ca/activity/consult/rcpa-elcp-eng.asp>. O valor de CAD 200 bilhões é apenas para o valor dos principais sistemas de pagamento. A média diária de valores e volumes para todos os sistemas designados, incluindo derivativos, atinge CAD 13,2 trilhões diários; sem derivativos, corresponde a CAD 1,1 trilhão por dia.

Embora o Banco do Canadá tenha permissão para cobrar taxas por serviços de supervisão, atualmente não o faz.⁸¹

A OSFI participa no desenvolvimento de regras internacionais no setor financeiro. É membro do Conselho de Estabilidade Financeira, dos Comitês de Supervisão Bancária da Basiléia e da Associação Internacional de Supervisores de Seguros. A OSFI também participa de acordos de compartilhamento de informações com autoridades supervisoras estrangeiras que regulam operações significativas de bancos e seguradoras canadenses. Até o momento, a OSFI concluiu cerca de 40 acordos de compartilhamento de informações. Alguns destes acordos e memorandos de entendimento mais recentes incluem aqueles assinados com a Comissão Reguladora de Seguros e Bancos da China, a Autoridade Monetária de Singapura e a Superintendencial Financeira de Columbia.

6.2. Serviços Bancários - Bancos Comerciais

6.2.1. Quadro geral

O setor bancário do Canadá é considerado um dos mais sólidos do mundo, de acordo com o Relatório de Competitividade Global do WEF.⁸² No final de 2018, o setor bancário regulado pelo governo federal compreendia 35 bancos nacionais, 21 subsidiárias de bancos estrangeiros, 28 agências bancárias de serviço completo, 4 agências de empréstimos a bancos estrangeiros e 23 escritórios de representação de bancos estrangeiros.

Os bancos estrangeiros são ativos em empréstimos corporativos, financiamento comercial e mercados de capitais. Os bancos regulamentados pelo governo federal respondem pela maioria (91%) do total dos ativos das instituições que aceitam depósitos. As cooperativas financeiras (cooperativas de crédito e *caisses populaires*) respondem por 9%. O setor continua altamente concentrado, com os seis maiores bancos domésticos detendo cerca de 90% dos ativos totais das instituições captadoras de depósitos regulamentadas pelo governo federal.

6.2.2. Marco legal

⁸¹ Os sistemas a seguir identificados foram designados como FMIs sistemicamente importantes para estabelecerem um Regime de Resolução para as Infraestruturas do Mercado Financeiro do Canadá. In: Banco do Canadá (2018). *Financial System Review*, junho de 2018. Woodman, E., Chung, L., e Chande, N. Vide: <https://bankofcanada.ca/wp-content/uploads/2018/06/fsr-june2018.pdf>; *The Large Value Transfer Systems* (LVTS) de propriedade e operado pela *Canada Payments* (*Canada Payments* não é para-organização com fins lucrativos, criada sob o *Canadian Payments Act*, 2001. Seus membros incluem o Banco do Canadá, todas as instituições de negociação de depósitos, bancos estrangeiros autorizados, companhias de seguro de vida, negociantes de valores e fundos mútuos do mercado monetário); CDSX, um sistema de compensação de dívidas e títulos, operado pelo *Canadian Depository for Securities Limited*; e a compensação *Canadence Derivatives Clearing Service*, operado pela *Canadian Derivatives Clearing Corporation*. O *Automated Clearing Settlement System* (ACSS) também pertence e é operado pela *Canada Payments* e foi designado como um sistema de pagamento proeminente.

⁸² De acordo com o Relatório de Competitividade Global, 2017-2018, o Canadá ocupa o 2º lugar em termos de solidez de seus bancos, que é um componente do pilar de Desenvolvimento do Mercado Financeiro do GCI. Veja: Fórum Econômico Mundial (2017), *The Global Competitiveness Report*, 2017-18. Fórum Econômico Mundial, Genebra. Visualizado em: <http://www3.weforum.org/docs/GCR20172018/05FullReport/TheGlobalCompetitivenessReport2017%E2%80%932018.pdf>. Acesso em: 29/02/2021.

No Canadá, os bancos só podem ser incorporados em nível federal de acordo com a Lei Bancária⁸³. Um banco estrangeiro pode operar por meio de uma subsidiária, uma agência ou um escritório de representação. Os processos de constituição de um banco, ou subsidiária de um banco estrangeiro, ou de estabelecimento de uma agência bancária estrangeira são semelhantes. Envolvem depósito e requerimento junto ao OSFI, com ampla informação sobre os requerentes e seus planos de conduta futura e desenvolvimento dos negócios do banco.

A incorporação está sujeita à aprovação do Ministro das Finanças e à emissão de uma Ordem de Início e Exercício de Negócios pela OSFI. Após o recebimento da Ordem para Iniciar e Continuar Negócios, os bancos domésticos e empresas fiduciárias e subsidiárias de bancos estrangeiros tornam-se automaticamente membros da *Canada Deposit Insurance Corporation* (CDIC). A CDIC garante depósitos como aqueles em contas de poupança, contas correntes, depósitos a prazo com prazos originais até o vencimento de menos de cinco anos e ordens de pagamento, até um máximo de CAD 100.000 por depositante por categoria segura. As entidades que aceitam apenas depósitos integrais (ou seja, depósitos acima de CAD 150.000) podem optar por não ser membros da CDIC.

As instituições captadoras de depósitos regulamentadas por províncias que conduzem negócios substancialmente semelhantes aos negócios de uma empresa à qual se aplica a Lei de Empresas de Empréstimo e Fideicomisso podem, mediante solicitação bem-sucedida, tornar-se membros da CDIC. Visto que estão proibidos de aceitar depósitos de varejo, os bancos estrangeiros que operam no Canadá como agências não podem se tornar membros da CDIC. Todos os membros da CDIC recebem prêmios anuais da CDIC, de acordo com uma Estrutura de Prêmios diferenciada que é definida na Lei CDIC e nos Estatutos da CDIC.

Os bancos canadenses são geralmente proibidos de se envolver em qualquer negócio que não seja bancário. Várias restrições da Lei Bancária resultam na separação entre os setores bancário, de serviços comerciais (não financeiros), de seguros, de *leasing* de automóveis e de negociação de valores mobiliários. Os negócios do banco incluem a prestação de serviços financeiros, a atuação como agente financeiro, a prestação de serviços de aconselhamento de investimento e gestão de carteiras e a emissão e operação de cartões de pagamento, crédito ou débito. Um dos principais problemas observados na revisão mais recente da estrutura federal é o envolvimento de instituições financeiras (incluindo bancos) no setor de tecnologia financeira (FinTech).

Embora a estrutura tenha evoluído ao longo do tempo para refletir o aumento do uso de tecnologia na prestação de serviços financeiros, ela ainda restringe as instituições financeiras de realizar serviços comerciais ou de investir em empresas que oferecem serviços comerciais por meio da tecnologia. As partes interessadas observaram que estas limitações impedem atividades e investimentos na FinTech, que frequentemente combinam atividades de serviços financeiros com atividades de serviços comerciais.

⁸³ Comparar alguns aspectos da regulação brasileira mediante consulta das seguintes normas: Constituição da República Federativa do Brasil, Artigo 192 e Título X art. 52; Resolução 4122/2012 do Banco Central do Brasil, que estabelece requisitos e procedimentos para constituição, autorização para funcionamento, cancelamento de autorização, alterações de controle, reorganizações societárias e condições para o exercício de cargos em órgãos estatutários ou contratuais das instituições que especifica, Lei 4131/1962 (Lei da Disciplina a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior)

Com base nessa contribuição das partes interessadas, o Parlamento aprovou legislação que fornece maior flexibilidade às instituições financeiras regulamentadas pelo governo federal (incluindo bancos), para realizar atividades comerciais internas relacionadas à prestação de serviços financeiros e para investir em empresas que combinam serviços financeiros e comerciais.⁸⁴

As subsidiárias de bancos estrangeiros são constituídas sob a Lei Bancária e estão sujeitas aos mesmos requisitos regulamentares e prudenciais que os bancos nacionais. As filiais de serviços completos e de empréstimo de bancos estrangeiros estão sujeitas a requisitos regulamentares e prudenciais mais leves, mas estão sujeitas a restrições proporcionais ao tipo de operações que podem realizar. Eles não têm permissão para aceitar depósitos de varejo no Canadá. As agências de serviço completo podem cobrar depósitos de atacado e são obrigadas a manter ativos em depósitos equivalentes a pelo menos 5% de seus passivos (com um mínimo de CAD 5 milhões). As agências de crédito estão proibidas de tomar emprestado ou aceitar depósitos, exceto de outras instituições financeiras. Elas são obrigadas a manter ativos em depósitos iguais ou superiores a CAD 100.000.

A aquisição de controle ou participação significativa em bancos está sujeita a fiscalização e restrições que se aplicam igualmente a adquirentes nacionais e estrangeiros. A aprovação do Ministro das Finanças é necessária para qualquer aquisição de participação significativa (mais de 10%) das ações, com ou sem direito a voto, de qualquer banco. Algumas restrições dependem de o banco ser categorizado como pequeno (ou seja, com capitalização patrimonial de menos de CAD 2 bilhões), médio (com uma capitalização entre CAD 2 bilhões e CAD 12 bilhões), ou grande (com uma capitalização de CAD 12 bilhões ou mais).

Os bancos pequenos podem ter capital fechado. A menos que isento pelo Ministro, os bancos médios são obrigados a listar pelo menos 35% de suas ações com direito a voto em bolsa de valores no Canadá, e essas ações devem estar distribuídas por uma pluralidade de investidores. A propriedade de grandes bancos deve ser pulverizada por múltiplos acionistas. Nenhum investidor pode deter mais de 20% de qualquer classe de ações com direito a voto ou 30% das ações sem direito a voto. Os seis maiores bancos do Canadá⁸⁵ são atualmente os únicos classificados como “grandes” por sua capitalização. Embora o *Laurentian Bank of Canada* e o *Canadian Western Bank* tenham, cada um, capitalização inferior a CAD 12 bilhões, a Lei do Banco os considera “grandes” (embora o Ministro tenha o poder de classificar cada um deles como um banco pequeno ou médio).

A regulação prudencial dos bancos é da responsabilidade da OSFI. Em linha com a Estrutura da Basileia III do Comitê de Basileia, os bancos estão sujeitos a requisitos de capital mínimo. Na prática, as ações de capital dos bancos canadenses estão bem acima dos requisitos mínimos de 4,5% para o *Common Equity Tier 1* (CET1), 6% para o capital Tier 1 e 8% para o capital total. Os bancos também devem reter liquidez cobrindo 100% de suas necessidades de liquidez por 30 dias corridos.⁸⁶

⁸⁴ Projeto de Lei C-74, Lei de Implementação do Orçamento, 2018. nº 1.

⁸⁵ Banco de Montreal, Banco da Nova Escócia, Banco Imperial Canadense de Comércio, Banco Nacional do Canadá, Banco Real do Canadá e Banco Toronto-Dominion.

⁸⁶ OSFI. Capital Adequacy Requirements (CAR) 2018 Capítulo 1 - Overview. Visualizado em: http://osfi-bsif.gc.ca/Eng/Docs/CAR18_chpt1.pdf. Acesso em: 06/01/2022.

Bancos domésticos sistemicamente importantes (D-SIBs) estão sujeitos a requisitos regulatórios mais elevados, incluindo sobretaxa de 1% sobre seu CET1. Em novembro de 2018, o *Royal Bank of Canada* foi designado pelo *Financial Stability Board* como um banco global sistemicamente importante (G-SIB). É o único designado pelo *Financial Stability Board* como banco global sistemicamente importante (G-SIB). É o único reconhecido G-SIB canadense. No nível provincial, *Desjardins Group Central 1 Credit Union*, *SaskCentral*, *Conexus Credit Union* e *Affinity Credit Union* foram designados, respectivamente, por seus reguladores provinciais como instituições financeiras domésticas sistemicamente importantes.

D-SIBs também são obrigados a manter uma reserva (*buffer*) de conservação de capital equivalente a 2,5% de seus ativos ponderados pelo risco, a fim de minimizar os riscos de violação dos requisitos mínimos de capital.⁸⁷ Os D-SIBs canadenses também estão sujeitos a um *buffer* de estabilidade doméstico (DSB). O DSB é revisado semestralmente, em junho e dezembro, está atualmente fixado em 1,75%, e deve ser atendido apenas com capital *Common Equity Tier 1* (VET1).⁸⁸

Decisões sobre a calibração do *buffer* são baseadas no julgamento do supervisor, informado por trabalho analítico sobre uma série de vulnerabilidades e são realizadas em consulta com o Comitê de Supervisão das Instituições Financeiras. O nível do *buffer* alcança um máximo de 2,5% do total de ativos ponderados pelo risco de um banco (RWA), calculado de acordo com a Diretriz CAR. O nível é o mesmo para todos os D-SIBs e deve ser atendido apenas com capital *Common Equity Tier* (CET1). As vulnerabilidades específicas cobertas pelo *buffer* devem evoluir com o tempo, e devem ter um impacto em todo o sistema que pode se materializar em um futuro previsível. O conjunto de vulnerabilidades atualmente abordadas pelo *buffer* inclui: (i) endividamento do consumidor canadense; (ii) desequilíbrios de ativos no mercado canadense; e (iii) endividamento institucional canadense.⁸⁹

Os D-SIBs também devem manter um *buffer* anticíclico (CCyB), de acordo com a Seção 1.6 da Diretriz de Requisitos de Adequação de Capital (CAR). O OSFI decidiu não ativar o CcyB, visto que o DSB já captura alguns dos mesmos riscos. Embora a CCyB não tenha sido ativada no Canadá, os bancos canadenses estão sujeitos aos acordos de reciprocidade aplicáveis aos *buffers* contracíclicos (CcBs) ativados pelas jurisdições membros do Comitê da Basileia.

Em setembro de 2018, entrou em vigor o Regime de Recapitalização de Bancos do Canadá (Bail-in), fortalecendo a estrutura de resolução bancária para D-SIBs. O objetivo do Regime é fornecer alternativa aos resgates financiados pelo contribuinte. O regime de fiança do Canadá permite que as autoridades convertam rapidamente parte da dívida do D-SIB em falência em ações ordinárias, a fim de recapitalizar o banco e restaurá-lo à viabilidade. O quadro legislativo para o Regime recebeu o consentimento real em junho de 2016.

⁸⁷ OSFI. Capital Adequacy Requirements (CAR) 2018 Capítulo 1 - Overview. Visualizado em: http://osfi-bsif.gc.ca/Eng/Docs/CAR18_chpt1.pdf. Acesso em: 06/01/2022.

⁸⁸ O Domestic Stability Buffer se aplica apenas a D-SIBs e se destina a cobrir uma gama de vulnerabilidades sistêmicas que, no julgamento de supervisão da OSFI, não são adequadamente capturadas nos requisitos de capital do Pilar 1 descritos na Diretriz CAR da OSFI.

⁸⁹ OSFI. Guidelines for Banks (D-SIBs). Disponível em: <http://www.osfi-bsif.gc.ca/Eng/Docs/dsb.pdf>. Acesso em: 06/01/2022.

Os regulamentos de *Bail-in*, que entraram em vigor em setembro de 2018, definiram as principais características do regime, incluindo que as regras apenas se aplicam a dívidas emitidas por D-SIBs que não são garantidas, negociáveis, transferíveis e têm um prazo original de vencimento de pelo menos 400 dias. Essa dívida é detida predominantemente por investidores institucionais estrangeiros e domésticos, como gestores de ativos e fundos, normalmente como uma pequena parte da carteira geral desses investidores. Os regulamentos de fiança não se aplicam a depósitos, incluindo contas correntes, contas de poupança e depósitos a prazo, como Certificados de Investimento Garantido, que continuarão a se beneficiar da estrutura do CDIC. Os depósitos não são convertíveis ao abrigo do Regime.

Tabela 14 - Conteúdo dos regulamentos de Bail-in

(a) o processo e as considerações a serem seguidas na realização de uma conversão;
(b) os requisitos de divulgação aplicáveis a instrumentos emitidos por bancos sujeitos a conversão; e
(c) o processo de indenização dos investidores que pioraram em decorrência de conversão, e das respectivas ações de resolução, relativas à liquidação do banco. Outras instituições captadoras de depósitos - Empresas fiduciárias e de empréstimo e cooperativas financeiras - são uma característica importante do sistema financeiro do Canadá. Os estatutos das instituições financeiras federais estabelecem regras para as instituições captadoras de depósitos regulamentadas pelo governo federal, que, além dos bancos, também incluem as cooperativas de crédito federais e as empresas de fideicomissos e empréstimos. As cooperativas de crédito, as <i>caisses populaires</i> e as empresas de crédito e fideicomisso incorporadas na província são instituições captadoras de depósitos reguladas pelas províncias.

As sociedades fiduciárias e de empréstimo podem se constituir no âmbito provincial e operar apenas dentro da jurisdição dessa província, ou no âmbito federal, e operar em todas as províncias e territórios. Na prática, a maioria deles é incorporada no nível federal. Algumas províncias e territórios, por exemplo, os Territórios do Noroeste e Ontário, não preveem a incorporação provincial de sociedades fiduciárias e de empréstimo. Algumas províncias, no entanto, ainda exigem que as empresas de crédito e fideicomisso federais se registrem nas autoridades provinciais ou territoriais, como, por exemplo, no caso de Ontário.

As cooperativas financeiras podem ser constituídas sob as leis provinciais ou territoriais, ou ao escrutínio da Lei Bancária federal (quer como uma nova instituição, quer por meio da transição do quadro provincial para o federal).⁹⁰ Atualmente, a maioria delas é regulamentada provincialmente. São, normalmente, filiados por meio de centrais de cooperativas de crédito, que fornecem liquidez e serviços de pagamento aos seus membros corporativos. A *Canadian Credit Union Association* (anteriormente denominada *Credit Union Central of Canada*) é a associação comercial nacional que representa as cooperativas financeiras (exceto as de Quebec).

Em 2016, o governo alterou a Lei Bancária para abordar os riscos de transição únicos que as cooperativas de crédito que entram na estrutura federal podem enfrentar, devido às diferenças entre os regimes federal e provincial. Estão relacionados aos requisitos de procedimentos técnicos e fornecem autoridade para oferecer uma garantia de empréstimo transitória. Em 2016, a Cooperação Financeira UNI⁹¹ tornou-se a primeira estrutura

⁹⁰ Seja como uma nova instituição, seja por meio da transição do quadro provincial para o federal.

⁹¹ Um amálgama de 15 *caisses populaires* de New Brunswick.

colombiana britânica federal. No entanto, a maioria das cooperativas financeiras continua a operar a nível provincial.

De acordo com a atual revisão da legislação do setor financeiro, a data de expiração da Lei das Associações de Crédito Cooperativo não foi renovada, o que significa que nenhuma associação será autorizada a exercer atividades nos termos da Lei após 29 de março de 2019. A Lei rege as associações de varejo. Essas associações são organizadas e operadas com base em princípios cooperativos e podem atuar como instituições de captação de depósitos, sujeitas às mesmas restrições e salvaguardas que outras instituições de captação de depósitos. Eles podem fornecer serviços e receber depósitos de não membros. Não há instituições ativas atualmente sujeitas à lei.

6.3. Serviços de Seguros

6.3.1. Quadro geral

No final de 2018, havia 68 seguradoras de vida incorporadas pelo governo federal, com ativos totalizando cerca de CAD 1,5 trilhão. As 29 filiais de seguradoras de vida no exterior representavam cerca de 2% dos ativos totais do setor. O setor de seguro de vida também compreende oito sociedades canadenses e cinco sociedades estrangeiras de benefícios mútuos, constituídas em nível federal. Há também uma sociedade de benefícios mútuos em Ontário. O setor de seguros é altamente concentrado, com as três maiores seguradoras de vida e saúde regulamentadas pelo governo federal respondendo por cerca de 90% dos ativos e receita líquida do setor regulamentado pelo governo federal.⁹²

O segmento de ramos elementares da indústria é atendido por 152 seguradoras constituídas pelo governo federal e várias companhias constituídas em níveis provinciais/territoriais. Existem 70 empresas estrangeiras regulamentadas pelo governo federal e 3 seguradoras de hipotecas: a *Canada Mortgage and Housing Corporation* (CMHC), uma empresa Crown com mais de 60% do mercado hipotecário segurado e duas empresas privadas: *Canada Guaranty Mortgage Insurance Company* e *Genworth Financial Mortgage*.

6.3.2. Marco legal

A regulamentação prudencial das seguradoras reguladas federativamente é conduzida pela OSFI, enquanto os reguladores provinciais e territoriais tratam das atividades de conduta de mercado e da supervisão prudencial das seguradoras incorporadas nos níveis provincial e territorial. Na maioria dos casos, os mediadores de seguros também são supervisionados no nível provincial por organizações autorreguladoras (SROs). SROs supervisionam agentes de seguros, corretores e avaliadores em Alberta, British Columbia, Manitoba e Saskatchewan, enquanto as autoridades reguladoras executam esta função em New Brunswick, Newfoundland e Labrador, Yukon e Prince Edward Island.

A Lei das Companhias de Seguros é o principal estatuto que rege as seguradoras no Canadá⁹³. As seguradoras podem ser constituídas como uma seguradora canadense, com

⁹² *Great-West Life Assurance Company, Manulife Financial Corporation e Sun Life Financial Inc.*

⁹³ Para comparar com a regulação brasileira, ver: [Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966](#), Dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros.

as seguradoras estrangeiras tendo a opção de estabelecer filial no Canadá. As seguradoras podem constituir sociedades federais ou provinciais. As aprovações para estabelecer seguradora canadense ou filial no Canadá estão sujeitas a revisão pela OSFI e à aprovação do Ministro das Finanças.

Uma vez estabelecidas no âmbito federal, as seguradoras devem ser licenciadas em cada jurisdição provincial na qual pretendem exercer suas atividades. O processo geral tem duração entre 12 e 18 meses, desde o pedido inicial até a conclusão. As seguradoras estão sujeitas a requisitos de capital mínimo. As duas seguradoras de hipotecas privadas são designadas como seguradoras de hipotecas aprovadas de acordo com a Lei de Proteção à Hipoteca Residencial de Seguro Hipotecário.

O requisito de licenciamento para empresa estrangeira vincula-se ao fato de a empresa ser considerada uma “seguradora de risco no Canadá” ou não. O *Advisory* da OSFI⁹⁴ estabelece critérios que determinam se a atividade de empresa estrangeira é considerada como de risco no Canadá ou não. Esses critérios normalmente não se concentram na localização do risco, mas, sim, na extensão em que a atividade de negócios de seguros ocorre no Canadá.

Figura 28 - Principais Requisitos para os Negócios envolvendo Seguros

	Incorporation of a Canadian insurance company	Establishment of a Canadian branch of a foreign company	Establishment of a provincial insurance company
Application steps	Letters Patent (from the Finance Minister). Issuance of the Order to Commence and Carry on Business (by the OSFI). Application for and obtention of licence from provincial jurisdictions in which to operate, as necessary.	Order approving the insuring in Canada of risks by a foreign entity (by the OSFI, with the approval of the Finance Minister).	Incorporate as per the requirements of the province in which incorporating and apply to provincial regulator for licence. Apply for and obtain licence from additional provincial jurisdictions in which to operate, as necessary.
Fees	OSFI service fees: CAD 32,000. Provincial licence fees.	OSFI service fees: CAD 32,000. Provincial licence fees.	Provincial licence fees, where applicable.
Minimum capital/asset standards	Paid-in capital: minimum of CAD 5 million. Solvency ratio of 300% for non-life insurers and 150% for life insurers for the first three years of operation.	Assets vested in Canada: minimum of CAD 5 million. Solvency ratio of 300% for non-life insurers and 150% for life insurers for the first three years of operation. Consolidated assets of CAD 1 billion for life insurers and CAD 200 million for non-life insurers.	As required by the incorporating province.

Fonte: World Trade Report 2019.

A legislação federal de seguros do Canadá proíbe o estabelecimento de empresas “compostas”. As seguradoras devem obter licenças para as classes de seguro que pretendem subscrever. No entanto, algumas províncias, como no caso de Ontário, permitem o estabelecimento de companhias de seguros compostas, embora nenhuma esteja atualmente licenciada.

A Lei das Companhias de Seguros fornece ampla flexibilidade para as companhias de seguros incorporadas pelo governo federal se engajarem em atividades de serviços financeiros, seja internamente ou por meio de investimentos em outras entidades, mas, por razões prudenciais e de política, geralmente restringe sua capacidade de se envolver em atividades comerciais não financeiras. Com o tempo, foi oferecida flexibilidade

⁹⁴ OSFI Advisory 2007-01 - *Insurance in Canada of Risks*, última revisão em 2009.

direcionada às seguradoras para que pudessem se envolver em determinadas atividades não comerciais.

Como exemplo, a Lei de Implementação do Orçamento de 2018, nº 2, introduziu emendas à Lei das Companhias de Seguros, a fim de assegurar flexibilidade para as seguradoras investirem em infraestrutura pública. Em fevereiro de 2019, referidas emendas ainda não haviam entrado em vigor e os regulamentos necessários para implementá-las estavam em fase de desenvolvimento. No contexto da revisão da estrutura financeira federal, a Lei das Companhias de Seguros foi posteriormente alterada para fornecer às seguradoras regulamentadas pelo governo federal uma maior flexibilidade para empreender, investir e consultar os Serviços FinTech. Existem também algumas restrições em âmbito provincial. Como exemplo, as seguradoras incorporadas em Alberta, incluindo seguradoras de vida, estão limitadas a deter uma participação substancial (mais de 10%) em uma entidade não incorporada ou uma entidade corporativa, a menos que seja uma entidade prescrita (atualmente, não há entidades prescritas).

A aquisição do controle ou propriedade de qualquer seguradora com patrimônio de CAD 2 bilhões ou mais está sujeita a restrições. A menos que sejam isentas pelo Ministro das Finanças, essas empresas devem ter 35% de suas ações com direito a voto listadas em uma bolsa de valores reconhecida no Canadá, e essas ações devem ser amplamente detidas. Além disso, as seguradoras que forem desmutualizadas, e detenham “capitalização” de CAD 5 bilhões ou mais imediatamente antes da desmutualização, devem ser amplamente detidas: nenhum investidor individual pode possuir mais de 20% de qualquer classe de ações com direito a voto ou 30% das ações sem direito a voto.⁹⁵ Esse é o caso da *Sun Life Assurance Company* do Canadá e da *Manufacturers Life Insurance Company*.

Em geral, as seguradoras estão sujeitas aos mesmos regimes fiscais gerais que outras empresas. Alguns impostos são cobrados como taxas específicas do setor. Um imposto federal sobre instituições financeiras é cobrado sobre companhias de seguro de vida, à alíquota de 1,25% sobre seu capital tributável empregado no Canadá (sujeito a uma dedução de capital de CAD 1 bilhão). Um imposto de consumo de 10% é cobrado sobre certos prêmios pagos a seguradoras que não estão localizadas no Canadá e não têm licença para vender seguros no Canadá.

Desde janeiro de 2018, as seguradoras de vida regulamentadas pelo governo federal estão sujeitas às novas diretrizes de capital da OSFI, o *Life Insurance Capital Adequacy Test* (LICAT).⁹⁶ De acordo com a LICAT, o CAR pode variar dependendo de uma série de fatores, incluindo mudanças no ambiente de negócios e econômico. A expectativa de vida ou os efeitos de um ambiente de baixa taxa de juros podem impactar os índices LICAT das seguradoras, e o grau do impacto pode variar com base, por exemplo, no tipo de produto da seguradora, nos riscos assumidos e nas estratégias e operações de negócios. O índice LICAT agregado das principais seguradoras de vida nos primeiros três trimestres de 2018 foi de aproximadamente 130%, o que está acima da meta de 100% da OSFI.

⁹⁵ Desmutualização é o processo pelo qual uma organização mútua ou cooperativa de propriedade do cliente muda a forma jurídica para uma empresa conjunta.

⁹⁶ O Teste de Adequação de Capital de Seguros - LICAT - substitui os Requisitos Mínimos de Capital Contínuo e Excedente - MCCR - índice.

Determinadas coberturas para seguro marítimo, hipotecário, de aviação, nuclear e garantia ambiental, podem ser obrigatórias, com base em regras e regulamentos federais em alguns setores. Outros requisitos de seguro obrigatório, incluindo seguro de automóvel, variam de jurisdição para jurisdição. Na Colúmbia Britânica, Saskatchewan e Manitoba, o seguro automóvel de responsabilidade civil mínimo obrigatório é fornecido por uma seguradora governamental de monopólio. Em algumas províncias, a cobertura mínima também pode ser obrigatória. Como exemplo, a Lei de Seguros da Prince Edward Island estabelece uma cobertura mínima obrigatória de seguro de responsabilidade civil de automóveis de CAD 200.000.

As seguradoras definem seus prêmios livremente. As taxas de prêmio para seguros de automóveis são monitoradas por alguns tribunais administrativos provinciais, conselhos de serviços públicos e reguladores de seguros. Não há imposto federal sobre prêmios de seguro; os impostos são cobrados a nível provincial. As províncias e territórios cobram seus próprios impostos sobre os prêmios de seguro.

6.4. Títulos

6.4.1. Quadro geral

O mercado de câmbio no Canadá é segmentado e inclui a Bolsa de Valores de Toronto, que oferece o principal mercado para títulos de ações sênior, e a *Aequitas Neo Exchange*, outra bolsa de valores sênior reconhecida. Outras bolsas incluem a *TSX Venture Exchange*, uma bolsa para títulos de empresas em estágio inicial, a *Canadian Securities Exchange* para emissores emergentes e a *Montreal Exchange Inc./Bourse de Montréal*, que facilita o comércio de produtos derivados. Existem também vários sistemas de negociação alternativos no Canadá, os quais reúnem compradores e vendedores de títulos.

6.4.2. Marco legal

Os Administradores de Valores Mobiliários canadenses (CSA) são organização guarda-chuva de reguladores de valores mobiliários provinciais e territoriais, cujo objetivo é melhorar, coordenar e harmonizar a regulamentação dos mercados de capitais canadenses. Duas organizações auto-reguladoras também operam em várias jurisdições: a Organização Reguladora da Indústria de Investimentos do Canadá (IIROC) e a Associação de Negociantes de Fundos Mútuos do Canadá (MFDA). As funções do IIROC incluem o estabelecimento e aplicação de regras e padrões relativos a firmas de corretores de investimento e seus funcionários e a regulamentação das atividades de negociação nos mercados de títulos e valores mobiliários no Canadá. No final de 2018, havia 171 corretores de investimento registrados no IIROC, ligeiramente abaixo de 2014.⁹⁷ A Associação de Negociantes de Fundos Mútuos do Canadá (MFDA) supervisiona os concessionários que distribuem fundos mútuos e isentam produtos de renda fixa.

Existem três categorias principais de registros, nos termos da legislação estadual de valores mobiliários para empresas: distribuidores, consultores e administradores de

⁹⁷ Informações on-line do IIROC. Disponível em: http://www.iiroc.ca/industry/Documents/PeerGroupList_en.pdf. Acesso em: 06/01/2022.

fundos de investimento.⁹⁸ Todos eles são obrigados a se registrar junto à autoridade reguladora de valores mobiliários em cada província ou território onde fazem negócios. Para facilitar o processo de registro, os reguladores criaram um regime de registro comum, nos termos do Instrumento Nacional 31-103 Requisitos de Registro, Isenções e Obrigações Contínuas do Registrante.

Uma vez registradas, as firmas distribuidoras geralmente são obrigadas a se tornarem membros do IIROC da MFDA, conforme aplicável. Há províncias que delegaram determinadas atividades de registro ao IIROC. Como exemplo, em Alberta, British Columbia, Saskatchewan, New Brunswick e Newfoundland and Labrador, as firmas de revendedores podem se registrar diretamente no IIROC. Da mesma forma, Ontário e Quebec delegaram ao IIROC seus poderes de registro com relação a indivíduos que estão realizando certas funções com corretores de investimento.

Todos os reguladores provinciais, exceto Ontário, participam do “sistema de passaporte”, que, para as questões cobertas pelo passaporte, dá a aprovação dos participantes do mercado em todas as jurisdições de passaporte, obtendo uma decisão de seu regulador principal e atendendo aos requisitos de leis harmonizadas específicas. Embora Ontário não participe do sistema, os reguladores de passaportes aceitam as decisões da *Ontario Securities Commission* sob passaporte. Os participantes do mercado fora de Ontário podem obter acesso ao mercado de Ontário por meio de um sistema de interface, no qual a *Ontario Securities Commission* toma sua própria decisão, mas geralmente depende da revisão do regulador principal.

O *Canadian Investor Protection Fund* (CIPF) e a *MFDA Investor Protection Corporation* são fundos de compensação ou contingência do IIROC e da MFDA, respectivamente, que protegem os investidores em caso de insolvência ou falência de um de seus respectivos membros. A cobertura é paga pelos associados. A cobertura para clientes está geralmente disponível no valor de até CAD 1 milhão.⁹⁹

Os administradores de valores mobiliários canadenses também participam de organizações internacionais e regionais, como a Organização Internacional de Comissões de Valores Mobiliários, o Conselho de Reguladores de Valores Mobiliários das Américas e a *North American Securities Administrators Association*. Não existem impostos federais específicos para o setor de valores mobiliários.

6.5. Telecomunicações

6.5.1. Quadro geral

O setor de comunicações no Canadá é integrado por dois subsectores: telecomunicações e *broadcasting*, com o último incluindo rádio, TV, distribuição de radiodifusão (ou seja, cabo, TV via protocolo da Internet e transmissão direta para casa por satélite) e serviços sob demanda. Cada subsector está sujeito a leis e regulamentos separados. Em 2017, o

⁹⁸ Existem três categorias principais de registro, mas cada uma dessas categorias é subdividida em diferentes grupos, dependendo das características do registrante, para um total de oito categorias de intermediários de mercado.

⁹⁹ Mais informações podem ser encontradas em: para CIPF: <http://cipf.ca/Public/CIPFCoverage/WhatAretheCoverageLimits.aspx>; para MFDA IPC: <http://mfda.ca/mfda-investor-protection-corporation/mfda-ipc-cobertura/>.

setor teve receitas de CAD 67,6 bilhões, com o subsetor de telecomunicações respondendo por cerca de 74% e o setor de radiodifusão por 26%.¹⁰⁰. A Comissão Canadense de Rádio-televisão e Telecomunicações (CRTC) regulamenta as telecomunicações e a transmissão, mas não regulamenta a transmissão online.¹⁰¹

Desenvolvimentos recentes no subsetor de telecomunicações incluem a preparação para a implantação gradual do padrão 5G em todo o Canadá. O Ministério da Inovação, Ciência e Desenvolvimento Econômico (ISED) divulgou um roteiro de espectro em junho de 2018 para a liberação de espectros nos próximos cinco anos. Procedeu-se também à revisão da principal legislação de comunicações, com vista à sua modernização, mas, em dezembro de 2018, o processo de consulta ainda se encontrava em curso.

6.5.2. Marco legal

O quadro jurídico para o setor permaneceu relativamente inalterado durante o período de revisão, visto que a maioria das leis já existe há muitos anos, embora tenha havido algumas alterações. No entanto, novos regulamentos foram emitidos sobre exclusão e substituição de serviços de programação simultânea e serviços discricionários em 2015 e 2017. Os principais atos continuam sendo a Lei das Telecomunicações de 1993 e a Lei da Radiodifusão de 1991¹⁰².

A Lei das Telecomunicações contém disposições sobre critérios de elegibilidade; taxas, instalações e serviços; administração; aparelhos de telecomunicações; investigação e execução de abd.¹⁰³ A Lei de Telecomunicações foi alterada pela última vez em 2014 para fornecer ao CRTC autoridade para impor certas condições relativas à prestação de serviço a prestadores de serviços de telecomunicações que não sejam portadores de telecomunicações. Buscou-se conceder ao CRTC autoridade para impor sanções pecuniárias administrativas e para fornecer ao Ministro do ISED autoridade para estabelecer um sistema de registo e atualizar outros processos relacionados com aparelhos de telecomunicações para avaliar a conformidade com os requisitos técnicos.

A Lei de Radiodifusão fornece a estrutura legislativa para radiodifusão no Canadá sob a qual o CRTC emite licenças de radiodifusão e formula regulamentos. Os regulamentos emitidos ao abrigo do *Broadcasting Act* que regulam a eliminação e substituição de serviços de programação simultânea e serviços discricionários foram alterados em 2015. Em 2017, o CRTC fundiu os regulamentos de televisão paga de 1991 e os regulamentos de serviços especializados de 1990 com os regulamentos de serviços discricionários (Tabela F5). Os Ministros da Inovação, Ciência (ISED) e Desenvolvimento Econômico e a *Canadian Heritage* estabeleceram em conjunto um painel independente para revisar

¹⁰⁰ Informações on-line do CRTC. Visualizado em: <https://crtc.gc.ca/eng/publications/reports/PolicyMonitoring/2018/index.htm#4.0> e informações fornecidas pelas autoridades. O link mencionado foi acessado em 14/01/2022.

¹⁰¹ Em 2012, a CRTC emitiu o *Digital Media Exemption Order* (DMEO) isentando as empresas de radiodifusão de mídia digital da regulamentação.

¹⁰² Para efetuar comparação com a disciplina jurídica brasileira do setor, recomenda-se a consulta das seguintes normas: Decreto 2617/1998 (Dispõe sobre a composição do capital de empresas prestadoras de serviços de telecomunicações); Lei 9472/1997 (Lei que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais).

¹⁰³ Informações online sobre Leis de Justiça. Visualizado em: <https://laws-lois.justice.gc.ca/eng/acts/T-3.4/>. Acesso em: 14/01/2022.

a Lei de Telecomunicações, a Lei de Radiodifusão e a Lei de Radiocomunicações em junho de 2018.

Em 2017, o Governo também lançou uma revisão de sua Lei Anti-Spam.¹⁰⁴ Em 2017, o Comitê Permanente da Indústria, Ciência e Tecnologia (INDU) da Câmara dos Comuns realizou uma revisão estatutária da Legislação Anti-Spam do Canadá (CASL). O relatório final do Comitê INDU sobre o CASL apresentou 13 recomendações, incluindo o esclarecimento de certas disposições legislativas do CASL. Em junho de 2018, o Ministro do ISED lançou consultas nacionais sobre dados e transformação digital. Espera-se que os resultados dessas consultas orientem as mudanças legislativas relacionadas à privacidade, bem como a outras políticas de estrutura do mercado, como o CASL.

O CASL prevê um direito privado de ação, que estava programado para entrar em vigor em julho de 2017. Indivíduos e organizações tiveram legitimidade para ajuizar ação privada em tribunal contra indivíduos ou organizações que supostamente violaram a lei. Alguns representantes da indústria canadense expressaram preocupações sobre o escopo do direito privado de ação sob o CASL. A data de entrada em vigor da disposição foi suspensa em 2017, enquanto se aguarda a revisão do CASL.

O CRTC é um tribunal administrativo que regula e supervisiona a radiodifusão e as telecomunicações canadenses no interesse público. No subsetor de radiodifusão, as responsabilidades do CRTC incluem a aprovação de fusões, aquisições e mudanças de propriedade de empresas de radiodifusão; emissão, renovação e alteração de licenças para empresas de programação e distribuição de radiodifusão; assim como, de resolução de disputas competitivas.¹⁰⁵ *The Commissioner for Complaints for Telecommunications Services Inc.* (CCTS), sob a autoridade do CRTC, lida com reclamações de telecomunicações que se enquadram nos parâmetros do Código sem fio e do Código de depósito e desconexão.

O Canadá também possui sete Acordos de Reconhecimento Mútuo (MRAs) para o setor de telecomunicações.¹⁰⁶ Esses acordos permitem a aceitação mútua dos resultados da avaliação da conformidade de equipamentos de telecomunicações.

6.6. Transporte

6.6.1. Transporte Aéreo

6.6.1.1. Quadro geral

O transporte aéreo é um componente importante do conjunto geral de transporte do Canadá, com companhias aéreas locais, regionais, nacionais e internacionais

¹⁰⁴ Informações online da *House of Commons*. Visualizado em: <http://www.ourcommons.ca/Content/Committee/421/INDU/Brief/BR9155285/br-external/RogersCommunicationsInc-e.pdf>. Acesso em: 14/01/2022.

¹⁰⁵ Informações on-line do CRTC. Visualizado em: <https://crtc.gc.ca/eng/publications/reports/dp2018/dp2018.htm>. Acesso em: 29/01/2021.

¹⁰⁶ Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC); Interamericana (CITEL); Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA); Comunidade Europeia; Suíça; México; e Israel. Informações on-line do Governo do Canadá. Visualizado em: https://www.ic.gc.ca/eic/site/mra-arm.nsf/eng/h_nj00026.html. Acesso em: 14/01/2022.

transportando passageiros e cargas para destinos em todo o país e em todo o mundo. O Canadá tem o terceiro maior mercado de transporte aéreo do mundo e 18 milhões de Km² de espaço aéreo administrado pelo segundo maior provedor de serviços de navegação aérea do mundo, o NAV CANADA.

O transporte aéreo é o segundo maior subsetor de transporte comercial, depois do transporte por caminhão. Conforme indica a Tabela D5, a seguir, em 2018 o transporte aéreo contribuiu com 0,5% para o PIB. O número total de passageiros embarcados e desembarcados atingiu 149,6 milhões em 2017, um aumento de 8,7% em relação ao ano anterior, representando o oitavo aumento anual consecutivo no tráfego de passageiros aéreos após a desaceleração econômica de 2009.¹⁰⁷ Em 2017, as horas de voo combinadas das companhias aéreas canadenses ultrapassaram 2,1 milhões de horas. O volume de carga aérea carregada e descarregada foi de 1,31 milhão de toneladas métricas no mesmo ano, representando 11,8% do comércio internacional do Canadá.¹⁰⁸

6.6.1.2. Marco legal

A *Canada Transport* tem a responsabilidade primária pela política de transporte em setores regulados pelo governo federal, incluindo a estrutura econômica, legislativa e política relacionada ao transporte aéreo. Duas leis principais regem o setor de aviação: a Lei da Aeronáutica e a Lei dos Transportes do Canadá¹⁰⁹. Administra o regime de licenciamento de transporte aéreo, que exige que os operadores de serviços aéreos domésticos sejam majoritariamente detidos e controlados por canadenses e tenham seguro de responsabilidade civil adequado.

Além de terem certificado operacional emitido pela *Canada Transport*, a Agência Canadense de Transporte também verifica a viabilidade financeira dos candidatos que iniciam as operações, supervisiona o licenciamento de serviços internacionais regulares e não regulares de e para o Canadá e administra o sistema de autorização para operações internacionais de fretamento. A Agência também é responsável por resolver disputas por facilitação, mediação, arbitragem e julgamento.

A Autoridade Canadense de Segurança do Transporte Aéreo (CATSA) é responsável pela inspeção de segurança em aeroportos canadenses designados e opera de acordo com as disposições da Lei da Aeronáutica. A CATSA é uma corporação da Coroa canadense criada em 2002 sob a Lei da Autoridade de Segurança do Transporte Aéreo Canadense e se reporta ao Governo do Canadá por meio do Ministro dos Transportes. O Departamento de Aviação Civil do Canadá (TCCA) regula e supervisiona a segurança do sistema de transporte aéreo do país.

¹⁰⁷ Informações online sobre Estatísticas do Canadá. Visualizado em: <https://www150.statcan.gc.ca/n1/daily-quotidien/180802/dq180802b-eng.htm>. Acesso em: 29/01/2021.

¹⁰⁸ Informações online do *Canada Statistics*. Visualizado em: <https://www144.statcan.gc.ca/tdi/cdit/index-eng.htm>. Acesso em: 14/01/2022.

¹⁰⁹ Para comparação com a disciplina legal do setor no Brasil, ver: Lei 7565/1986 (Lei sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica); e Lei 4131/1962 (disciplina a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior). A partir de dezembro de 2018, inicialmente por meio da Medida Provisória nº 816, posteriormente convertida na Lei nº 13.842 de 2019 que altera o Código Brasileiro de Aeronáutica, os investidores estrangeiros podem deter até 100% do capital social de empresas do setor de serviços de transporte aéreo.

Em 2012, o Governo do Canadá e a indústria da aviação lançaram o Plano de Ação do Canadá para Reduzir as Emissões de Gases de Efeito Estufa da Aviação.¹¹⁰ Este plano de ação voluntário estabelece uma meta para a melhoria média da eficiência anual no combustível da aviação de pelo menos 1,5% até 2020, de uma linha de base de 2008.¹¹¹ Além disso, o Plano de Ação identifica uma série de medidas de apoio, as quais, espera-se, exerçam um maior impacto na redução das emissões de gases de efeito estufa ao longo do tempo.¹¹² Durante o período em análise, o setor de transporte aéreo continuou a implementar estas medidas de apoio, o que resultou numa melhoria de cerca de 6% na eficiência de combustível entre 2015 e 2017.

O transporte aéreo é integrado por companhias aéreas locais, regionais, nacionais e internacionais, que transportam passageiros e cargas para destinos domésticos e globais. Em 2018, havia 600 transportadoras aéreas licenciadas no Canadá. Algumas das principais companhias aéreas domésticas incluem *Air Canada*, *WestJet*, *Porter Airlines* e *Air Transat*.

De acordo com a Lei de Transporte do Canadá, apenas canadenses são elegíveis para obterem uma licença de fornecimento de voos domésticos. No entanto, a Lei de Modernização do Transporte (Projeto de Lei C-49), de 23 de maio de 2018, alterou a anterior para introduzir novas medidas relacionadas ao transporte aéreo. Em particular, aumentou a percentagem máxima de votos estrangeiros em transportadoras aéreas canadenses de 25% para 49%, sujeito a restrições.¹¹³

No entanto, nenhum não canadense pode possuir ou controlar, direta ou indiretamente, mais de 25% das participações com direito a voto nessa corporação. Além disso, não mais do que 25% da participação com direito a voto em uma transportadora aérea canadense pode ser propriedade de transportadoras aéreas estrangeiras. Espera-se que a Agência de Transporte Canadense continue a garantir que todas as transportadoras aéreas canadenses cumpram a exigência de que os licenciados de serviços aéreos sejam de propriedade e controlados por canadenses.

6.6.1.3. Acordos de Serviços Aéreos

Em dezembro de 2018, o Canadá tinha acordos ou arranjos bilaterais de transporte aéreo com mais de 100 parceiros. Durante o período em análise, o Canadá concluiu acordos ampliados com vários mercados, incluindo Argélia, Austrália, Bahamas, Etiópia, Israel, Costa do Marfim, México, Marrocos, Catar, Emirados Árabes Unidos, Egito, Tailândia e África do Sul. Também foram celebrados acordos pela primeira vez com: Antígua e Barbuda, Belize, Benin, Camarões, Guiné, Maurício, Mongólia, Seychelles, Sri Lanka, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas e Tanzânia.

¹¹⁰ Informações do Governo do Canadá. Visualizado em: <http://www.tc.gc.ca/eng/policy/aviation-emissions-3005.htm>. Acesso em: 14/01/2022.

¹¹¹ Informações do Governo do Canadá. Disponível em: <https://www.tc.gc.ca/eng/policy/transportation-canada-2017.html#toc3>. Acesso em: 14/01/2022.

¹¹² Como exemplo: renovações e atualizações de frotas, recursos aprimorados de gerenciamento de tráfego aéreo e combustíveis alternativos.

¹¹³ Informações disponibilizadas pela Agência de Transporte Canadense. Visualizado em: <https://otc-cta.gc.ca/eng/implement-tation-recent-amendments-canada-transportation-act>. Acesso em: 29/01/2021.

Os acordos de transporte também podem ser assinados pela *Transport Canada Civil Aviation* (TCCA) com uma autoridade estrangeira, para permitir a realização de manutenção no território de cada um com base na aceitação da estrutura regulatória de cada autoridade. A TCCA também tem a capacidade de aprovar organizações de manutenção individuais em países onde não há acordos em vigor, para permitir que realizem a manutenção em produtos aeronáuticos canadenses. Quando a TCCA aprova organizações de manutenção individuais fora do Canadá, ela se refere a elas como Organizações de Manutenção Aprovadas Estrangeiras (FAMOs).

As FAMOs são obrigadas a cumprir o Regulamento de Aviação Canadense (CAR) 573.13, que contém critérios estritos de interesse público. Atualmente, o TCCA emitiu aprovações FAMO apenas para três organizações, mas desenvolveu acordos internacionais de manutenção com nove países diferentes.¹¹⁴ O TCCA realiza supervisão direta de suas três aprovações FAMO para garantir a conformidade com os regulamentos canadenses. Os nove contratos de manutenção dependem da supervisão das autoridades nacionais pertinentes para garantir a conformidade de suas organizações com os requisitos regulamentares aplicáveis.

Em 2017, a Alfândega e Proteção de Fronteiras dos EUA pré-liberou aproximadamente 13 milhões de passageiros com destino aos EUA nos oito aeroportos de pré-liberação do Canadá sob o atual Acordo bilateral de Pré-liberação de Transporte Aéreo. A legislação que permite o novo Acordo pendente sobre pré-autorização de transporte terrestre, ferroviário, marítimo e aéreo entre o Governo do Canadá e o Governo dos EUA¹¹⁵, o *Preclearance Act* de 2016 recebeu o consentimento real em 12 de dezembro de 2017, o que aproximou a implementação do novo acordo abrangente de pré-autorização pelos dois países.¹¹⁶

A fim de fornecer operações de manutenção e reparo em aeronaves registradas no Canadá, os fornecedores são obrigados a obter a aprovação prévia da *Transport Canada*, de acordo com os Regulamentos da Aviação Canadense, ou com os regulamentos do Estado estrangeiro parte de um acordo ou acordo técnico com Canadá. Isso é necessário, pois os requisitos da *Transport Canada* para pessoal de manutenção excedem os padrões da Organização de Aviação Civil Internacional (ICAO). Alternativamente, a manutenção pode ser realizada por uma organização canadense de manutenção de aeronaves (AMO) localizada fora do Canadá, mas somente se a canadense AMO fornecer a supervisão necessária para garantir a conformidade com os requisitos de segurança canadenses. Até o momento, a *Transport Canada* aprovou 869 AMOs.

6.6.2. Serviços marítimos e fluviais

6.6.2.1. Quadro geral

¹¹⁴ Os acordos podem ser consultados no site da TCCA: <https://www.tc.gc.ca/eng/civilaviation/standards/int-ta-menu-3674.htm>. Acesso em: 14/01/2022.

¹¹⁵ Informações obtidas junto ao sítio da *Newswire*. Visualizado em: <https://www.newswire.ca/news-releases/canada-is-one-step-closer-to-expanding-preclearance-operations-with-the-us-663928013.html>. Acesso em: 14/01/2022.

¹¹⁶ Informações disponíveis em *Newswire*. Visualizado em: <https://www.newswire.ca/news-releases/canada-is-one-step-closer-to-expanding-preclearance-operations-with-the-us-663928013.html>. Acesso em: 14/01/2022.

As águas territoriais do Canadá são uma parte significativa de sua área, compreendendo cerca de 70% de sua massa de terra ou cerca de 7,1 milhões de Km².¹¹⁷ O *Ocean Act* de 1997 delinea a área marítima do Canadá onde tem soberania de controle de imposições, ou seja, sobre suas águas internas, mar territorial, zona contígua, zona econômica exclusiva e plataforma continental. Além de fornecer recursos tradicionais como peixes, os oceanos e os cursos de água são partes essenciais do sistema de transporte.

Aproximadamente 20% do valor total do comércio internacional do Canadá (incluindo os EUA) foi embarcado por transporte marítimo em 2017.¹¹⁸ Excluindo os EUA, o transporte marítimo transportou aproximadamente 47% do valor total do comércio do Canadá.¹¹⁹ A maior parte é carga a granel, como produtos de petróleo, produtos agrícolas, petróleo bruto, minério de ferro e óleo combustível, mas também inclui maquinários e produtos manufaturados.¹²⁰

O comércio marítimo do Canadá depende fortemente de embarcações de bandeira estrangeira e dos serviços do mercado internacional. Em 2017, o Canadá ocupou o 31º lugar em propriedade da frota mundial (possuindo 369 navios, 149 dos quais eram nacionais e 220 dos registrados no exterior).¹²¹ Poucas transportadoras nacionais fornecem serviços de transporte marítimo internacional, respondendo por apenas 0,1% do comércio em termos de volume.¹²² Em contraste, os navios canadenses dominam o comércio doméstico, transportando aproximadamente 98% da tonelagem doméstica, de acordo com as proteções da Lei do Comércio Costeiro.¹²³ No entanto, tem havido alguma liberalização de serviços marítimos domésticos sob a Lei, para implementar o CETA e a Lei de Modernização dos Transportes.

6.6.2.2. Marco legal

O *Canada Shipping Act* de 2001¹²⁴ (CSA, 2001) é a principal legislação sobre transporte marítimo e fluvial no Canadá¹²⁵ e, juntamente com os seus mais de 50 regulamentos, exige que todas as embarcações comerciais sejam registradas e que todas as embarcações

¹¹⁷ Informações contidas na *Fisheries and Oceans Canada*. Visualizado em: <http://www.dfo-mpo.gc.ca/oceans/publications/cos-soc/index-eng.html>.

¹¹⁸ Tabela EC5: Ações modais no comércio internacional do Canadá, 2008-2017. Transporte no Canadá Relatório anual de 2017. Governo de informações online do Canadá. Visualizado em: <https://www.tc.gc.ca/eng/policy/transportation-canada-2017.html>. Acesso em: 14/01/2022.

¹¹⁹ Tabela M19: Principais mercadorias enviadas no comércio marítimo internacional do Canadá. “Relatório anual da *Transport Canada* 2017”. Informações on-line do governo do Canadá. Visualizado em: <https://www.tc.gc.ca/eng/policy/transportation-canada-2017.html>. Acesso em: 14/01/2022.

¹²⁰ Tabela EC07: Mpda; Ações no Comércio Canadá-Outros Países, 2008-2017. “2017 Transporte no Canadá Relatório Anual 2017. Informações on-line do Governo do Canadá. Visto em: <https://www.tc.gc.ca/eng/policy/transportation-canada-2017.html>. Acesso em: 14/01/2022.

¹²¹ “Revisão do Transporte Marítimo 2018”, Tabela 2.3. Informações online da UNCTAD. Visualizado em: <https://unctad.org/en/pages/PublicationWebflyer.aspx?publicationid=2245>. Acesso em: 14/01/2022.

¹²² Informações on-line da *Clearseas Organization*. Visualizado em: https://clearseas.org/wp-content/uploads/2017/05/ValueMarineShipping_fullreport_EN.pdf. Acesso em: 14/01/2022.

¹²³ Informações on-line da *Clearseas Organization*. Visualizado em: https://clearseas.org/wp-content/uploads/2017/05/ValueMarineShipping_fullreport_EN.pdf. Acesso em: 14/10/2022.

¹²⁴ Para efeitos de comparação com a regulação brasileira, ver: Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997 que dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário.

¹²⁵ A comparação com a legislação brasileira pode ser feita mediante consulta dos seguintes diplomas legais: Lei 9432/1997 (dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário); Lei 4131/1962 (disciplina a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior); Lei 10406/2002 (Lei que institui o Código Civil, Título II, Subtítulo II, Capítulo XI, Seção III).

não comerciais sejam licenciadas ou registradas, com poucas exceções.¹²⁶ A lei também contém disposições sobre pessoal; segurança; serviços de navegação; incidentes, acidentes e vítimas; naufrágios; prevenção de poluição; e aplicação. O registro de embarcações exige que o proprietário da embarcação seja cidadão canadense, residente permanente, empresa canadense ou empresa estrangeira com representante autorizado canadense. Além disso, os navios de bandeira canadense devem ser tripulados por pessoas que possuam Certificado de Competência Canadense, que é emitido apenas para cidadãos canadenses ou residentes permanentes.

A *Coasting Trade Act* fornece as regras para embarcações que operam nas águas costeiras do Canadá, conduzindo atividades marítimas comerciais. Aqueles que operam acima da plataforma continental devem estar participando de atividades relacionadas ao transporte, exploração ou aproveitamento dos minerais e recursos naturais não vivos da plataforma continental. A lei prioriza os navios canadenses sobre os estrangeiros, exigindo que os navios canadenses não pagos e os estrangeiros obtenham uma licença. Os navios canadenses com direitos pagos não exigem tal licença.¹²⁷ Embarcações canadenses não pagas e estrangeiras somente terão estas licenças concedidas quando nenhum navio canadense for adequado ou disponível para tais serviços.

Além disso, essas embarcações devem ter direitos de importação e impostos pagos na embarcação para seu uso temporário no Canadá. A importação temporária de embarcações está geralmente sujeita a um imposto alfandegário de 25%. No entanto, muitas embarcações estão atualmente isentas ou sujeitas a taxas reduzidas devido ao regulamento sobre Redução de Direitos de Embarcação ou Regulamentos de Remoção (SOR / 90-304).¹²⁸ De acordo com a Agência de Transporte Canadense, entre 75 e 88 licenças eram emitidas por ano entre 2015 e 2018.¹²⁹ Há, também, procedimentos ou autorizações a serem obtidas para a utilização de trabalhadores estrangeiros como tripulantes em embarcações de cabotagem.

A Lei de Proteção à Navegação (NPA) é a principal legislação federal que pode autorizar interferências na navegação. Seu objetivo principal é garantir que o direito público de navegar seja protegido, no contexto de projetos de desenvolvimento econômico (como exemplo, pontes e barragens) em águas navegáveis.

O *Canada Transportation Act* estabelece os objetivos do transporte nacional, incluindo uma declaração de que o sistema de transporte aumenta o bem-estar dos canadenses e permite a competitividade e o crescimento econômico em todo o Canadá.¹³⁰

A Lei de Modernização do Transporte de 2018 fez mudanças importantes no setor marítimo, de modo a melhorar a eficiência da cadeia de abastecimento e a

¹²⁶ Os navios comerciais com menos de 15 toneladas brutas não precisam ser registrados. Informações sobre o transporte do Canadá. Visualizado em: <http://www.tc.gc.ca/eng/marinesafety/oep-vesselreg-menu-728.htm>. Acesso em: 14/01/2022.

¹²⁷ Informações do Governo do Canadá. Visualizado em: <https://www.tc.gc.ca/eng/policy/acf-acfs-menu-2215.htm>. Acesso em: 14/01/2022.

¹²⁸ Informações do Governo do Canadá. Disponível em: <https://laws-lois.justice.gc.ca/eng/regulations/SOR-90-304/page-1.html#docCont>. Acesso em: 14/01/2022.

¹²⁹ Em 2015 eram 75; em 2016, 85; em 2017, 79; e em 2018, 88. Informações da Agência de Transporte Canadense. Visualizado em: <https://www.otc-cta.gc.ca/eng>. Acesso em: 14/01/2022.

¹³⁰ *Canada Transportation Act* (S.C. 1996, c. 10) Informações sobre Leis de Justiça. Visualizado em: <https://laws-lois.justice.gc.ca/eng/acts/C-10.4/index.html>. Acesso em: 14/01/2022.

competitividade dos portos canadenses como portas de entrada para a América do Norte. Com relação ao comércio de cabotagem, a partir de 10 de dezembro de 2018, de acordo com a *Coasting Trade Act*¹³¹, todos os navios (independentemente da bandeira ou propriedade) agora têm permissão para reposicionar seus contêineres vazios próprios ou alugados de locais no Canadá sem receita e sem licença de cabotagem. Espera-se que isso reduza os custos de comércio e resolva a atual escassez de contêineres disponíveis para exportação.

O *Marine Liability Act* foi alterado em dezembro de 2018 para modernizar o *Ship-source Oil Pollution Fund*, o fundo de compensação de danos por poluição doméstica do Canadá. Entre outras coisas, as alterações preveem uma compensação ilimitada, financiamento de emergência (em caso de incidente significativo) e modernização da arrecadação do Fundo.

6.7. Turismo

6.7.1. Quadro geral

A indústria do turismo no Canadá é um setor importante no conjunto geral de serviços. O setor de viagens e turismo fornece um estímulo vital para o crescimento comercial do Canadá por meio da economia de visitantes. Isso se dá devido ao valor da atividade econômica que o setor atrai para o país. Em 2017, sua contribuição direta para o PIB foi de CAD 41,3 bilhões, ou 2% do PIB total. O setor também tem um impacto importante no emprego. Em 2017, apoiou diretamente 739.000 empregos (4% do emprego total). Além disso, um em cada 10 empregos - mais de 1,8 milhão - depende da economia do turismo. O investimento em viagens e turismo em 2017 foi de CAD 17,5 bilhões, o que corresponde a 3,6% do investimento total.

6.7.2. Quadro Legal e Regulamentar

O turismo no Canadá é promovido nos níveis federal, provincial, territorial e municipal, com o envolvimento do setor privado. No nível do governo federal, o departamento de Inovação, Ciência e Desenvolvimento Econômico do Canadá supervisiona a política de turismo do Canadá, em um esforço para aumentar a visitação internacional. Outros departamentos e agências federais estão envolvidos em atividades e serviços turísticos. A Delegação Canadá, legalmente a Comissão Canadense de Turismo, é um importante ator no setor de serviços. Foi criado em 1995 para promover o turismo em geral e o Canadá como destino internacional em particular. É uma corporação da Coroa, propriedade do Governo do Canadá, que se reporta ao Ministro do Turismo, Línguas Oficiais e *La Francophonie*.

Como comerciante de turismo nacional do Canadá, o *Destination Canada* comercializa o Canadá no exterior para turistas e viajantes a negócios, para aumentar as chegadas e frear a economia do turismo no Canadá. Ele utiliza estratégias de *marketing* baseadas em dados para estimular a demanda internacional e a receita de exportação de turismo para o Canadá em 10 países: Áustria, China, França, Alemanha, Índia, Japão, México, República

¹³¹ Conteúdo sobre Leis da Justiça. Visualizado em: https://laws-lois.justice.gc.ca/eng/AnnualStatutes/2018_10/page-10.html#h-7. Acesso em: 14/01/2022.

da Coreia, Reino Unido e EUA. As campanhas do *Destination Canada* são direcionadas para refletir os contornos do mercado individual e os interesses dos viajantes. Em colaboração com seus parceiros da indústria do turismo, o Canadá está sendo promovido como o principal destino turístico para as quatro estações.¹³²

A Associação de Turismo Indígena do Canadá (ITAC) tem como principal objetivo apoiar o crescimento do turismo indígena no Canadá e atender à demanda para o desenvolvimento e comercialização de experiências indígenas autênticas. Ele se concentra na criação de parcerias entre associações, organizações, departamentos governamentais e líderes da indústria de todo o Canadá. O ITAC tem um processo de associação estabelecido que permite que os parceiros da indústria do turismo indígena se envolvam e mostrem apoio ao turismo indígena.¹³³

Os governos provinciais e territoriais também desempenham um papel ativo no desenvolvimento e promoção do turismo em nível subnacional em todas as partes do país. Os ministros responsáveis pelo turismo de cada jurisdição se reúnem como Conselho Canadense de Ministros do Turismo, anualmente, para discutir tendências e questões de interesse para o setor de turismo e trabalhar juntos para buscar soluções. As províncias e territórios têm seus próprios regulamentos e leis para o setor do turismo.

6.8. Comércio Eletrônico

6.8.1. Quadro geral

As vendas de varejo eletrônico, tanto de lojas físicas quanto de não-lojas, aumentaram 14,7% de 2017 para CAD 19,0 bilhões em 2018.¹³⁴ O mercado de comércio eletrônico é, no entanto, provavelmente muito maior, já que esse número não inclui as compras online feitas por consumidores de varejistas localizados fora do Canadá. As compras online de bens por consumidores de varejistas localizados no exterior estão incorporadas na série de dados de importação de bens da *Statistics Canada*. Em 2015, o valor de todas as importações postais, que inclui as importações de compras on-line, foi estimado em 1,8 bilhão de CAD.¹³⁵ Resultados de uma pesquisa de 2016 do *Canada Post* mostrou que metade dos canadenses (53%) fez pelo menos uma compra internacional, com a maioria comprando dos EUA, seguida da região da Ásia-Pacífico e da Europa.

6.8.2. Marco legal e regulamentar

O comércio eletrônico é uma questão de jurisdição compartilhada entre o Governo Federal e as províncias / territórios. A regulamentação que o afeta inclui, entre outras coisas, proteção de informações pessoais, equivalência jurídica de documentos e assinaturas eletrônicas, proteção ao consumidor, publicidade e proteção de propriedade intelectual (PI).

¹³² Informações sobre o *Destination Canada*. Visualizado em: <https://www.destinationcanada.com/en/about-us>. Acesso em: 14/01/2022.

¹³³ Associação de Turismo Indígena do Canadá. Visualizado em: <https://indigenoustourism.ca/corporate/>. Acesso em: 14/01/2022.

¹³⁴ Informações do *Statistics Canada*. Visualizado em: <https://www150.statcan.gc.ca/n1/daily-quotidien/190222/dq190222a-eng.htm>. Acesso em: 29/01/2021.

¹³⁵ Informações coletadas em Estatísticas do Canadá. Visualizado em: <https://www150.statcan.gc.ca/n1/pub/11-621-m/11-621-m2016101-eng.htm>. Acesso em: 29/01/2021.

Diversos estatutos e regulamentos federais fornecem uma estrutura geral para o comércio, incluindo o comércio eletrônico. Em geral, todas as leis existentes que se aplicam ao comércio tradicional também regulamentam os negócios conduzidos pela Internet. As leis que regem a constituição de empresas, registro de nome comercial, tributação, proteção ao consumidor, publicidade, importação ou exportação, segurança do produto e padrões de produto aplicam-se ao *e-business*. Essa estrutura de mercado também consiste em leis que abrangem áreas como direito corporativo e de insolvência, investimento estrangeiro, privacidade, proteção eletrônica, concorrência, direitos autorais, marcas registradas e direitos industriais e patentes. Juntas, essas políticas, leis e regulamentos fornecem a base para o mercado digital, incluindo atividades essenciais para aprimorar o comércio eletrônico, como a regulamentação do uso de dados pessoais, PI e concorrência.

As leis federais de privacidade de dados do Canadá incluem a Lei de Privacidade e a Lei de Proteção de Informações Pessoais e Documentos Eletrônicos (PIPEDA). As províncias e territórios do Canadá também têm leis de privacidade. O *Privacy Act* é a lei que rege as práticas de tratamento de informações pessoais de instituições do governo federal. A lei se aplica a todas as informações pessoais que as instituições federais coletam, usam e divulgam. A lei também concede aos indivíduos o direito de acessar e solicitar a correção de informações pessoais com a ajuda de instituições do governo federal.

A PIPEDA se aplica a empresas / organizações e prevê que deve haver um consentimento para coletar, usar ou divulgar informações pessoais. O Canadá recentemente reforçou as proteções relacionadas à privacidade e segurança de dados, por meio de emendas à PIPEDA e da modificação de regulamentos de salvaguardas de segurança que a acompanha. A partir de 1º de novembro de 2018, as organizações do setor privado que vivenciarem uma violação da proteção de segurança de dados envolvendo informações pessoais devem notificar os indivíduos assim que possível de qualquer violação que represente um risco real de danos significativos. Eles também devem relatar a violação de dados ao Comissário de Privacidade do Canadá.

A legislação de comércio eletrônico provincial/territorial segue o modelo da Lei de Comércio Eletrônico Uniforme (UECA). A UECA foi adotada em 1999 pela *Uniform Law Conference of Canada* e é baseada na Lei Modelo da UNCITRAL de 1996 sobre Comércio Eletrônico. Assim, cada uma das províncias/territórios tem a sua própria legislação de comércio eletrônico semelhante à Lei Modelo da UNCITRAL, com exceção de Quebec, que possui legislação não fundada na UECA, mas influenciada pelos princípios da Lei Modelo da UNCITRAL. Os principais elementos das leis provinciais / territoriais são o reconhecimento legal da informação eletrônica e uma abordagem “media neutral” conferida aos documentos eletrônicos. Documentos e assinaturas eletrônicas têm a mesma aceitação e aplicabilidade às suas contrapartes em papel.

7. Propriedade intelectual no Canadá

O texto desta seção foi baseado principalmente no relatório do *Trade Policy Review do Canadá*, publicado no âmbito da OMC. Parte das informações foi cotejada com dados disponíveis na OMPI e em órgãos do governo canadense.

7.1. Aspectos gerais

Segundo o *Trade Policy Review* da OMC de 2019, os temas relacionados à propriedade intelectual têm papel importante na política de comércio do Canadá. O Canadá está entre os 20 países mais inovadores, situação que tem reflexos na importância atribuída à propriedade intelectual.

O Canadá participa em vários tratados da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). Recentemente, o Canadá integrou-se ao Tratado de Marrakesh, que entrou em vigor em 30 de setembro de 2016 e o Acordo de Haia, que entrou em vigor em 5 de novembro de 2018. O governo canadense estabeleceu acordos bilaterais e plurilaterais com outros países, nos quais assuntos relacionados à propriedade intelectual foram cobertos, incluindo o *Canada-European Union Comprehensive Economic and Trade Agreement* (CETA), o novo Acordo EUA-Canadá e México (USMCA) e o *Comprehensive and Progressive Agreement for Trans-Pacific Partnership* (CPTPP). A implementação desses Acordos introduz uma série de mudanças significativas no sistema de proteção dos direitos de propriedade intelectual do Canadá.

Na tabela abaixo, é possível observar de quais acordos sobre propriedade intelectual o Canadá é parte.

Tabela 15 - Participação do Canadá em acordos internacionais sobre propriedade intelectual

Participação do Canadá e do Brasil em acordos de propriedade intelectual		
Tratados administrados pela OMPI	Data de vigência: Brasil	Data de vigência: Canadá
Acordo de Haia sobre o Registro Internacional de Projetos Industriais (1925)	Não é parte	5 de novembro de 2018
Tratado de Marrakesh para facilitar o acesso a obras publicadas para pessoas cegas (2013)	10 de dezembro de 2015	30 de setembro de 2016
Tratado de direitos autorais da OMPI (1996)	Não é parte	13 de agosto de 2014
Tratado de Performances e Fonogramas da OMPI (1996)	Não é parte	13 de agosto de 2014
Convenção de Roma para a Proteção de Artistas, Produtores de Fonogramas e Organizações de Radiodifusão (1961)	28 de setembro de 1965	4 de junho de 1998
Tratado de Budapeste sobre o Reconhecimento Internacional do Depósito de Microrganismos para fins de Procedimento de Patente (1977)	Não é parte	21 de setembro de 1996
Acordo de Estrasburgo relativo à Classificação Internacional de Patentes (1971, com última emenda em 1979)	6 de outubro de 1975	11 de janeiro de 1996

Tratado de Cooperação de Patentes (1970, com última emenda em 2001)	8 de abril de 1978	2 de janeiro de 1990
Protocolo de Madrid do Registro Internacional de Marcas de (1989)	1 de outubro de 2019	16 de junho de 2019
Convenção Estabelecendo a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (1967)	19 de dezembro 1974	26 de junho de 1970
Convenção de Berna para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas (1886)	8 de fevereiro de 1922	10 de abril de 1928
Convenção de Paris para a Proteção da Propriedade Industrial (1883)	6 de julho de 1884	1 de setembro de 1923
Acordo de Madrid para a Repressão de Indicações Falsas ou Enganosas (1891)	21 de junho de 2013	Não é parte
Tratados multilaterais relacionados à Propriedade Intelectual	Data de entrada em vigor: Brasil	Data de entrada em vigor: Canadá
Convenção de Budapeste sobre Crimes Cibernéticos (2001)	Não é parte	1 de novembro de 2015
Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005)	18 de março de 2007	18 de março de 2007
Convenção Internacional de Proteção Vegetal	2 de outubro de 2005	2 de outubro de 2005
Tratado Internacional sobre Recursos Genéticos Vegetais para Alimentos e Agricultura	20 de agosto de 2006	29 de junho de 2004
Convenção para a Proteção da Propriedade Cultural em Evento de Conflito Armado	23 de dezembro de 2005	11 de março de 1999
Acordo da OMC sobre aspectos relacionados ao comércio dos direitos de propriedade intelectual (Acordo TRIPS)	1 de janeiro de 1995	1 de janeiro de 1995
Convenção sobre Diversidade Biológica	29 de dezembro de 1993	29 de dezembro de 1993
Convenção das Nações Unidas sobre Contratos para a Venda Internacional de Mercadorias (1980)	4 de março de 2013	1 de maio de 1992
Convenção Internacional para a Proteção de Novas Variedades de Plantas (UPOV)	23 de maio 1999	4 de março de 1991

Fonte: OMPI, 2021.

Nos últimos anos, o Canadá introduziu mudanças significativas a suas leis de propriedade intelectual, em especial em seu Ato de Direitos Autorais (por exemplo na distribuição dos direitos, direitos do autor, *performers* e operadores de som, exceções do direito autoral, e sítios seguros para provedores de serviço de Internet). Também houve mudanças em seu Ato de Patente, por exemplo, em relação às datas requeridas para depósito de patentes,

sobre o regime de abandono e reinstalação; restauração de prioridades, revogação das patentes concedidas e a proteção das terceiras partes.¹³⁶

O comprometimento do governo canadense com a propriedade intelectual está previsto em diversos documentos. O Plano de Inovação e Habilidades do Governo do Canadá e o Escritório de Propriedade Intelectual canadense (CIPO- *Canadian Intellectual Property Office*) desenvolveram novos Planos quinquenais de Estratégias de Negócios para 2017-2022. Como parte do Plano, a agência governamental ISED (Inovação, Ciência e Desenvolvimento Econômico do Canadá) lançou uma Estratégia de Propriedade Intelectual em 26 de abril de 2018. A Estratégia é primariamente focada em desenvolver novas ferramentas para negócios, aumentando a conscientização em relação à proteção da propriedade intelectual e tem como objetivo combater seu mau uso. Também lida com reformas legislativas necessárias e requisições para alterações em leis de PI específicas para garantir a remoção das barreiras à inovação, particularmente quaisquer brechas que permitam àqueles que queiram usar a propriedade intelectual de má-fé. Prevê a criação de um órgão independente para supervisionar os agentes de marcas e patentes, de forma a garantir que os padrões éticos e profissionais sejam mantidos.¹³⁷

A estratégia ainda inclui o apoio a engajamento doméstico e internacional entre indígenas e líderes políticos, assim como atividades de pesquisa e construção de capacidade. Ainda apoia o treinamento para empregados federais que lidam com a governança da propriedade intelectual e expõe a necessidade de mais ferramentas para apoiar as empresas canadenses, à medida que elas conhecem mais sobre a propriedade intelectual e desenvolvem suas próprias estratégias.

O balanço comercial canadense em serviços intensivos em tecnologia decresceu, aumentando o déficit nesse item, principalmente devido a um maior aumento das exportações. As categorias correspondentes a computação e serviços da informação, além de P&D são os maiores componentes dos serviços intensivos em tecnologia exportados, juntos representando 56,7% de todas as receitas intensivas em tecnologia e 21,4% de todos os serviços comerciais canadenses em 2017.¹³⁸

7.2. Quadro institucional e regulatório canadense na área de propriedade intelectual

O CIPO é uma Agência de Operação Especial, responsável pela administração e processamento de grande parte do direito de propriedade intelectual no Canadá¹³⁹. As

¹³⁶ WORLD TRADE ORGANIZATION. Trade Policy Review Body. Trade Policy Review: Report by the Secretariat, CANADA. WT/TPR/S/389 17 April 2019. Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/s389_e.pdf. Acesso em: 05/01/2022.

¹³⁷ WORLD TRADE ORGANIZATION. Trade Policy Review Body. Trade Policy Review: Report by the Secretariat, CANADA. WT/TPR/S/389 17 April 2019. Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/s389_e.pdf. Acesso em: 05/01/2022.

¹³⁸ WORLD TRADE ORGANIZATION. Trade Policy Review Body. Trade Policy Review: Report by the Secretariat, CANADA. WT/TPR/S/389 17 April 2019. Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/s389_e.pdf. Acesso em: 05/01/2022.

¹³⁹ No Brasil, a formulação de políticas na área de direitos de propriedade industrial era de responsabilidade do antigo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), cujas competências foram incorporadas pelo Ministério da Economia. As responsabilidades relacionadas aos direitos autorais são de responsabilidade do Ministério da Cultura no Brasil. O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) administra o sistema de direitos de propriedade industrial, em atividade bastante similar à desempenhada

áreas cobertas pelo órgão incluem marcas, indicações geográficas (IGs), patentes, direitos autorais, desenhos industriais e topografias de circuito integrado. O mandato do CIPO é prover serviços de propriedade intelectual de alta qualidade para os consumidores e aumentar a conscientização, conhecimento e efetivo uso da propriedade intelectual pelos canadenses.¹⁴⁰

O Canadá atualizou todas as suas leis de propriedade intelectual¹⁴¹, principalmente para implementar os acordos da OMPI (Organização Mundial da Propriedade Intelectual) e as disposições presentes nos acordos de livre-comércio. O principal quadro regulatório no nível federal do Canadá é composto de seis diferentes leis e suas emendas e regulamentos: o Ato de Patentes, o Ato de Marcas comerciais, o Ato de Direitos do Autor, o Ato de Desenho Industrial, o Ato de Topografia de Circuitos Integrados, e o Ato dos Direitos dos Agricultores. Essas leis já foram emendadas ao longo do tempo para se adaptar aos tratados internacionais e em resposta aos desenvolvimentos tecnológicos globais, requisições de acesso público, bem como a necessidade de modernizar a legislação para facilitar sua implementação.

A agência governamental ISED é responsável pelos primeiros cinco atos, juntamente com a administração do CIPO, mantendo bases de dados de patentes registradas, direitos do autor, marcas, desenhos industriais e topografias de circuitos integrados, assim como uma lista de indicações geográficas protegidas. A Agência de Inspeção Alimentar Canadense (CFIA) administra o Ato dos Direitos dos Desenvolvedores de variedades de plantas, que se aplica a certas variedades de plantas.

Em janeiro de 2014, o governo do Canadá iniciou processos de acesso dos seguintes acordos relacionados à propriedade intelectual: i) o Protocolo ao Acordo de Madrid relativo ao registo internacional de marcas ("Protocolo de Madrid"); (ii) o Tratado de Cingapura sobre o Direito de Marcas ("Tratado de Cingapura"); (iii) o Acordo de Nice Relativo à Classificação Internacional de Bens e Serviços para Fins de Registro de Marcas ("Acordo de Nice"); (iv) o Ato de Genebra do Acordo de Haia relativo ao Registro Internacional de Desenhos Industriais ("Ato de Genebra"); e (v) o Tratado da Lei de Patentes. Embora o projeto de legislação tenha sido adotado para sua implementação, no final de novembro de 2018, apenas um desses cinco tratados entrou em vigor: O Acordo de Haia Sobre o Registro Internacional de Desenhos Industriais, em 5 de novembro de 2018.

pelo NOIP e pelo COV, no Vietnã. Destaca-se também o papel de diversas associações privadas na gestão e remuneração de direitos autorais.

¹⁴⁰ WORLD TRADE ORGANIZATION. Trade Policy Review Body. Trade Policy Review: Report by the Secretariat, CANADA. WT/TPR/S/389 17 April 2019. Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/s389_e.pdf. Acesso em: 05/01/2022.

¹⁴¹ No Brasil, a legislação de propriedade intelectual embasa-se na Lei de Propriedade Industrial (Lei nº 9.279 de 14 de maio de 1996, emendada pela Lei nº 10.196 de 14 de fevereiro de 2001 e pela Lei nº 13.123 de 20 de maio de 2015), que concerne patentes, designs industriais, marcas registradas, indicações geográficas, além da propriedade industrial. Essa lei revogou e substituiu a Lei nº 5.772, de 21 de dezembro de 1971 (Código da Propriedade Industrial-CPI). Para direitos do autor e conexos, há a lei nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998, emendada pela Lei nº 12.853 de 14 de agosto de 2013; Lei nº 9.609 de 19 de fevereiro de 1998, a Lei nº 10.695 de 01 de julho de 2003 e a Lei nº 12.965 de 23 de abril de 2014. A lei de direitos autorais também abarca os softwares de computador. Na área de biotecnologia, existe a Lei No. 9.456 de 25 de abril de 1997, a chamada Lei de Novas Variedades de Plantas. Além dos textos legais, há normas inferiores que detalham as disposições das leis.

O governo canadense negociou vários acordos bilaterais e plurilaterais com outros países, onde questões sobre propriedade intelectual foram cobertas. Esses acordos incluem o CETA, o CUSMA e o CPTPP.

O CETA, acordo com a UE, entrou provisoriamente em vigor em 21 de setembro de 2017. Promove proteção efetiva para detentores de direitos de propriedade intelectual da UE e do Canadá por meio de compromissos específicos, incluindo direitos autorais e direitos conexos, marcas registradas, designs, patentes, indicações geográficas e variedades de plantas. Em particular, o CETA reconhece o status especial e oferece proteção no mercado canadense para certos produtos agrícolas europeus de regiões geográficas específicas da UE, protegidos como indicação geográfica. O capítulo sobre propriedade intelectual do CETA também procura reforçar as medidas de fronteira do Canadá contra produtos falsificados e que violem o direito da propriedade intelectual.

O Acordo Quadro e Progressivo para a Parceria Transpacífica (CPTPP) contém um capítulo abrangente sobre PI, que inclui disposições em quase todas as áreas de proteção e aplicação do direito de propriedade intelectual, estabelecendo um padrão regional para a proteção e aplicação destes na região da Ásia-Pacífico. Estabelece um padrão claro e previsível para criadores, inovadores e investidores que operam na região da Ásia-Pacífico. As partes do CPTPP também concordaram em suspender uma série de disposições do Acordo de Parceria Trans-Pacífico original, em áreas como patentes, produtos farmacêuticos, direitos autorais, responsabilidade do provedor de serviços de Internet (ISP) e aplicação do direito de propriedade intelectual. Um acordo menos ambicioso foi conseguido no CPTPP dos mesmos países sem os EUA.

Já o CUSMA – Acordo entre Canada, EUA e México, que substituiu o NAFTA, introduziu novas cláusulas nos regimes de PI. Exige que as Partes forneçam dez anos de proteção de dados para medicamentos com base biológica e introduz uma definição de medicamentos biológicos elegíveis para proteção. Conforme aponta o TPR, o Canadá oferece atualmente oito anos de proteção de dados e tem um período de transição de cinco anos para cumprir essa obrigação, após a entrada em vigor do Acordo. O CUSMA também inclui a obrigação de fornecer um tempo de ajuste no prazo de patente (PTA- *Patent Time Adjustment*) em relação a atrasos "não razoáveis". O Canadá atualmente não fornece PTA em seu regime doméstico e tem um período de transição de 4 anos e meio para cumprir essa obrigação, conforme consta no TPR de 2019.

Com relação ao prazo de proteção de direitos autorais e direitos relacionados, o CUSMA exige ainda que as Partes forneçam um prazo de proteção de "vida do autor mais 70 anos". O Canadá atualmente oferece um prazo de "vida mais 50 anos" e tem um período de transição de 2,5 anos para cumprir essa obrigação. O CUSMA também exige que o Canadá estenda o prazo de proteção para gravações de som de 70 para 75 anos, sem um período de transição.

7.3. Patentes

O CIPO implementou um Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) para patentes¹⁴². As principais peças da legislação sobre patentes são a Lei de Patentes de 1985 (conforme

¹⁴² Na área de patentes, no Brasil, destaca-se o papel do INPI, uma autarquia federal, criada em 1970, vinculada ao antigo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), com personalidade jurídica administrativa, financeira e patrimonial, com sede no Rio de Janeiro. Seu principal

emenda) e as Regras de Patentes de 1996 (conforme emenda). O período de proteção das patentes é de 20 anos a partir da data do depósito. A cobertura da proteção inclui invenções novas e úteis ou melhorias novas e úteis às invenções existentes (TPR de 2019).

Mudanças importantes foram introduzidas, resultando em emendas substanciais à legislação de patentes do Canadá, algumas das quais já entraram em vigor. A Lei de Implementação Orçamentária II, um projeto de lei que torna a Lei de Patentes consistente com compromissos internacionais, principalmente com as disposições processuais do Tratado do Direito de Patentes (“Bill C-43”), recebeu a aprovação real em 12 de dezembro de 2014.

Já o Projeto de lei C-30, a lei para implementar o Acordo Econômico e Comercial Abrangente entre o Canadá e a União Europeia e seus Estados-Membros, recebeu o consentimento real em 16 de maio de 2017.

O Tratado de Direito de Patentes (PLT) ainda não foi ratificado. A data de entrada em vigor das emendas da Lei de Patentes introduzidas no Projeto de Lei C-43 será estabelecida após as emendas relevantes às Regras de Patentes terem sido preparadas e após os sistemas de tecnologia da informação do CIPO terem sido devidamente atualizados.¹⁴³

O projeto de lei C-43 foi notificado à OMC em abril de 2015. Em sua notificação à OMC, o Canadá afirmou que a data de entrada em vigor das alterações será estabelecida nas Regras de Patentes, que estão atualmente em elaboração. As autoridades observaram que o regime de patentes canadense já está em conformidade com muitos aspectos do PLT. No entanto, para ratificar o PLT, algumas alterações são necessárias para a Lei de Patentes, por exemplo, com relação aos requisitos de data de depósito, reivindicação de prioridade de data, atribuição e representação. As alterações propugnadas visam a eliminar a possibilidade de invalidar uma patente por lacunas administrativas.

O Acordo CETA contém novos compromissos sobre propriedade intelectual e patentes farmacêuticas que introduziram mudanças na legislação canadense existente para permitir proteção adicional (*sui generis*) para patentes farmacêuticas elegíveis. Sob o CETA, o Canadá concordou em fornecer até dois anos de proteção *sui generis*. O Projeto de Lei C-30 alterou a Lei de Patentes para introduzir um sistema de Certificado de Proteção Suplementar (CSP), para permitir um período de proteção adicional, limitado a um máximo de dois anos, para patentes elegíveis cobrindo produtos como medicamentos humanos e veterinários.

objetivo é a implementação, a nível nacional, das normas que regem a propriedade industrial. Tem como responsabilidade o registro de marcas, desenhos industriais, indicações geográficas, programas de computador e topografias de circuitos, concessões de patentes e endossos de contratos de franquia e as diferentes modalidades de transferência de tecnologia. Os atos normativos e resoluções do INPI estabelecem normas gerais de procedimento sobre a aplicação da Lei da Propriedade Industrial e demais legislações e tratados internacionais relacionados à propriedade industrial. Mais informações em: [Manual de Propriedade Intelectual da Abimaq](https://abimaq.org.br/). Disponível em: [Microsoft Word - Manual Propriedade Industrial.doc \(abimaq.org.br\)](https://abimaq.org.br/), p.4. Acesso em: 08/05/2021.

¹⁴³ WORLD TRADE ORGANIZATION. Trade Policy Review Body. Trade Policy Review: Report by the Secretariat, CANADA. WT/TPR/S/389 17 April 2019. Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/tptr_e/s389_e.pdf. Acesso em: 05/01/2022.

As patentes elegíveis devem estar relacionadas com um "insumo medicinal" ou uma "combinação de ingredientes medicinais", e apenas uma patente pode ser objeto de um CSP para um determinado ingrediente ou combinação medicamentosa. O projeto de lei também substituiu os procedimentos sumários anteriores de acordo com os Regulamentos de Medicamentos Patenteados (Notificação de Conformidade) por ações completas, resultando em uma determinação final de violação e validade da patente e fornecendo acesso igual a direitos de recurso efetivos.¹⁴⁴

A proporção de pedidos de patentes nacionais e estrangeiras aumentou significativamente de 2006 a 2015. Os canadenses apresentaram 4,6 vezes mais pedidos de patentes no exterior do que no mercado interno em 2015, um aumento de 3 vezes mais em 2006.

7.4. Desenhos Industriais

A Lei de Desenho Industrial e os Regulamentos de Desenhos Industriais regulam a proteção de desenhos industriais. A lei foi alterada em 2014 para permitir que o Canadá aderisse ao Acordo de Haia e modernizar o regime de desenho industrial do Canadá. De acordo com a Lei, um requerente pode obter proteção para forma, configuração, padrão ou ornamento e qualquer combinação dessas características. Para ser registrável, um projeto deve ser novo, ou seja, não deve ter sido divulgado ao público, no Canadá ou em outro lugar.¹⁴⁵

Essa modernização da Lei trouxe benefícios para as empresas, entre eles: a) ampliação do prazo de proteção, passando de 10 para 15 anos; b) menos burocracia, por meio da simplificação e agilização dos requisitos de aplicação e de data de depósito, e aumento da flexibilidade para correção de erros e nomeação de agentes e representantes para atendimento; e c) serviços eletrônicos aprimorados, melhorando a interface de arquivamento eletrônico para clientes e fornecendo funcionalidades aprimoradas.

Um marco relevante foi a adesão do Canadá ao Acordo de Haia em 5 de novembro de 2018. O Acordo de Haia fornece um mecanismo para adquirir, manter e gerenciar direitos de desenho em países membros e organizações intergovernamentais por meio de um único pedido internacional protocolado no Bureau Internacional da OMPI. O Acordo de Haia permite que candidatos de países membros registrem até 100 desenhos industriais em várias jurisdições usando um único aplicativo, idioma e moeda.

Finalmente, a lei canadense também prevê que os aplicativos sejam agora disponibilizados ao público no momento do registro ou 30 meses a partir da data de prioridade mais próxima, o que ocorrer primeiro.

Os novos regulamentos de desenho industrial também entraram em vigor em 5 de novembro de 2018. As mudanças incluem: a) data de depósito simplificada e requisitos de aplicação para alinhá-los com os padrões internacionais; b) a supressão da exigência de que os candidatos estrangeiros tenham um representante para os serviços; c) a

¹⁴⁴ WORLD TRADE ORGANIZATION. Trade Policy Review Body. Trade Policy Review: Report by the Secretariat, CANADA. WT/TPR/S/389 17 April 2019. Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/s389_e.pdf. Acesso em: 05/01/2022.

¹⁴⁵ WORLD TRADE ORGANIZATION. Trade Policy Review Body. Trade Policy Review: Report by the Secretariat, CANADA. WT/TPR/S/389 17 April 2019. Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/s389_e.pdf. Acesso em: 05/01/2022.

supressão da exigência de apresentação de autorização assinada para designar mandatário; d) a introdução de disposições aplicáveis apenas aos registros internacionais da OMPI que designam o Canadá; e e) a introdução de disposições transitórias para processar os pedidos apresentados antes de 5 de novembro de 2018.

7.5. Marcas

O Ato das Marcas de 1985 e os Regulamentos das Marcas de 1996 continuam a ser os principais instrumentos legais em relação às marcas no Canadá. A proteção temporal às marcas é de 15 anos, renováveis por mais 15 mediante pagamento das taxas de renovação. O conceito de marca no Canadá inclui marcas de certificação, traços distintivos e marcas propostas.¹⁴⁶

Algumas alterações na legislação de marcas foram feitas nos últimos anos para adequar a legislação canadense a tratados internacionais que o país procurava ratificar: o Protocolo de Madrid, o Tratado de Cingapura e o Acordo de Nice. Por exemplo, a redução do prazo de inscrição e do período de renovação de 15 a 10 anos, eliminando a exigência de fornecer uma declaração de uso da marca como condição para registro e a modernização do processo de candidatura e oposição da marca, expandindo o escopo do que pode ser registrado.

A nova legislação provê uma definição mais ampla de marca de forma a incluir: um sinal ou combinação de sinais que são propostos para serem usados por uma pessoa com o propósito de distinguir seus produtos ou serviços dos de terceiros; e uma certificação da marca. Um sinal será definido como uma palavra, um nome pessoal, um desenho, uma letra, um numeral, uma cor, um elemento figurativo, uma forma tridimensional, um holograma, uma imagem em movimento, um modo de embalagem bens, um som, um perfume, um sabor, uma textura ou o posicionamento de um signo.

Em relação ao Protocolo de Madri, ao Tratado de Cingapura e ao Acordo de Nice, o Canadá concluiu o trabalho legislativo e regulatório necessário para aderir a esses tratados. Ao aderir ao Protocolo de Madrid, o Canadá terá a possibilidade de obter proteção de marcas em diversos países por meio de um único pedido internacional da OMPI. Através da participação no Tratado de Cingapura, espera-se que o registro da marca seja facilitado e os custos reduzidos. Já com a entrada no Acordo de Nice, a busca e a comparação de diferentes marcas serão facilitadas. A adesão do Canadá a esses acordos promoverá a modernização do regime de marcas.

7.6. Indicações Geográficas

As indicações geográficas (IGs) no Canadá são protegidas pela legislação de marcas registradas, mais especificamente, a Lei de Marcas Registradas de 1985 (emendada) e os Regulamentos de Marcas Registradas de 1996 (emendada). A lei proíbe a adoção e o uso de IGs protegidas para vinhos e destilados, como marca comercial ou não, e de certos produtos agrícolas e produtos alimentícios que não sejam originários do território indicado pela IG ou, ainda que originários desse território, não sejam produzidos ou

¹⁴⁶ WORLD TRADE ORGANIZATION. Trade Policy Review Body. Trade Policy Review: Report by the Secretariat, CANADA. WT/TPR/S/389 17 April 2019. Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/tptr_e/s389_e.pdf. Acesso em: 05/01/2022.

fabricados de acordo com as leis aplicáveis desse território. Uma vez colocado na lista de IGs protegidas, não há prazo de proteção.¹⁴⁷

Tabela 16 - Indicações geográficas do Canadá

Indicações geográficas	Produto
BC Gulf Islands	Vinho
Beamsville Bench	Vinho
British Columbia	Vinho
Canadian Rye Whisky	Whisky
Canadian Whisky	Whisky
Creek Shores	Vinho
Fraser Valley	Vinho
Four Mile Creek	Vinho
Lake Erie North Shore	Vinho
Lincoln Lakeshore	Vinho
Maïs sucré de Neuville	Milho
Niagara Escarpment	Vinho
Niagara Lakeshore	Vinho
Niagara Peninsula	Vinho
Niagara River	Vinho
Niagara on the Lake	Vinho
Okanagan Valley	Vinho
Ontario	Vinho
Ontario Icewine	Vinho de gelo (produzido com uvas congeladas)
Prince Edward County	Vinho
Similkameen Valley	Vinho
Short Hills Bench	Vinho
Vancouver Island	Vinho
Vinemount Ridge	Vinho

Fonte: Governo do Canadá. Elaboração: CCGI-EESP/FGV.

A Lei de Marcas fornece a proteção de IGs para bens que não sejam vinhos e destilados e certos produtos agrícolas, além de produtos alimentícios por meio de marcas de certificação, que têm o mesmo escopo de proteção das marcas. O proprietário da marca de certificação, no entanto, apenas estabelece o padrão para o produto, sem se envolver, diretamente, na fabricação, venda, locação das mercadorias indicadas pela IG¹⁴⁸. O Canadá disponibiliza lista de produtos cuja denominação é protegida por indicação geográfica.

O Acordo CETA contém disposições relacionadas a IGs que vão além da proteção concedida pelo Acordo TRIPS. O artigo 7.º do CETA estabelece a proteção de uma lista de IGs alimentares contida em anexo e, em certos casos, prevê exceções para certas IGs da lista. Foi criado um Comitê CETA de Indicações Geográficas, que pode recomendar alterações à lista de IGs.

Após a assinatura do CETA, em relação à proteção de indicações geográficas, a Lei de Marcas foi alterada pela última vez pela Lei de Implementação do CETA (Projeto de Lei C-30), que, por sua vez, alterou a Lei de Marcas para proteger certos produtos agrícolas e produtos alimentícios como IG e forneceu uma via para outros atores interessados dos setores de agricultura e alimentos a se candidatarem a proteções de IG.

¹⁴⁷ WORLD TRADE ORGANIZATION. Trade Policy Review Body. Trade Policy Review: Report by the Secretariat, CANADA. WT/TPR/S/389 17 April 2019. Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/s389_e.pdf. Acesso em: 05/01/2022.

¹⁴⁸ Mais detalhes em: <https://laws-lois.justice.gc.ca/eng/acts/t-13/page-8.html>. Acesso em: 14/01/2022.

A Lei de Implementação do CETA introduziu um novo teste para avaliar o conflito entre um IG e uma marca comercial. De acordo com o Projeto de Lei C-30, a adoção comercial ou o uso de uma palavra que seja uma IG protegida, seja como marca comercial ou de outra forma, é proibida se os bens associados não forem produzidos de acordo com as regras do território da IG ou se os bens não forem originários desse território.

Conforme artigo 20.21 do CETA¹⁴⁹, as IGs que estão no Anexo 20-A não podem impedir o uso dos termos listados com um asterisco, se acompanhadas de palavras como “*kind*”, “*Type*”, “*style*” ou “*imitation*” ou semelhantes e em combinação com uma indicação legível e visível da origem geográfica do produto em questão. Também não impede a utilização no território do Canadá de qualquer uma dessas indicações por quaisquer pessoas, incluindo seus sucessores e cessionários, que tenham feito uso comercial dessas indicações para produtos da classe de “queijos” anteriores à data de 18 de outubro de 2013.

Além disso, as IGs identificadas por dois asteriscos não podem impedir o uso desta indicação por quaisquer pessoas, que fizeram utilização comercial desta indicação no que concerne produtos da classe de “carnes frescas, congeladas e transformadas” durante, pelo menos, cinco anos anteriores à data de 18 de outubro de 2013. Um período transitório de cinco anos a contar da data de entrada em vigor do CETA será aplicado a qualquer pessoa que tenha feito uso comercial dessas indicações no que diz respeito a tais produtos.

A proteção das indicações geográficas listadas na Parte A do Anexo 20-A e identificadas por três asteriscos não deve impedir o uso dessas indicações por quaisquer pessoas, que fizeram utilização comercial dessas indicações no que diz respeito a produtos das classes de “carnes curadas” e “queijos”, respetivamente, durante pelo menos dez anos anteriores à data de 18 de outubro de 2013. Um período transitório de cinco anos a contar da data de entrada em vigor do acordo, durante o qual o uso das indicações acima não deve ser impedido, aplicar-se-á a quaisquer outras pessoas, que fizeram uso comercial dessas indicações.

O artigo também estipula que, se a tradução de uma indicação geográfica for idêntica ou contiver dentro dela um termo habitual na língua comum como o nome comum para um produto no território de uma Parte, ou se uma indicação geográfica não for idêntica, mas contiver tal um termo, as disposições do artigo não prejudicarão o direito de qualquer pessoa de usar esse termo em associação com aquele produto no território dessa Parte.

Por fim, nada impedirá o uso no território de uma Parte, com relação a qualquer produto, de um nome costumeiro de uma variedade vegetal ou de uma raça animal, existente no território dessa Parte a partir da data de entrada em vigor desta Subseção.

Na tabela abaixo, podem ser analisadas as Indicações geográficas que apresentam tais exceções¹⁵⁰:

Tabela 17 – IG com exceções no CETA

Indicação Geográfica	País	Produto
----------------------	------	---------

¹⁴⁹ Disponível em: [Text of the Comprehensive Economic and Trade Agreement – Intellectual property \(international.gc.ca\)](https://www.international.gc.ca/trade-agreements-accords-commerciaux/text.aspx?lang=eng&docId=123456789). Acesso em: 14/01/2022.

¹⁵⁰ Ver: [Text of the Comprehensive Economic and Trade Agreement – Annex 20 \(international.gc.ca\)](https://www.international.gc.ca/trade-agreements-accords-commerciaux/text.aspx?lang=eng&docId=123456789). Acesso em: 14/01/2022.

Nürnberger Bratwürste**	Alemanha	carne fresca, congelada e processada
Beaufort***	França	Queijo
Φέτα* (Feta)	Grécia	Queijo
Jambon de Bayonne***	França	carnes curadas a seco
Asiago*	Itália	Queijo
Fontina*	Itália	Queijo
Gorgonzola*	Itália	Queijo

O uso das seguintes indicações geográficas europeias não será restringido no Acordo: Valencia Orange, Orange Valencia, Valencia, Black Forest Ham, Jambon Forêt Noire, Tiroler Bacon, Bacon Tiroler, Parmesan, St. George Cheese, Fromage St-George(s), conforme consta no Anexo 20-B.

A Lei de Marcas registradas inclui várias exceções destinadas a proteger os direitos de marcas canadenses. Essas exceções permitem: o uso de nomes pessoais, a menos que o nome seja usado de uma forma que possa enganar o público; o uso de indicações geográficas na publicidade comparativa, exceto para rótulos e embalagens; e os nomes de vinhos ou bebidas espirituosas que foram usados por canadenses antes de abril de 1994. Finalmente, o *Trademark Act* fornece um mecanismo para as partes interessadas solicitarem ao Tribunal Federal a remoção da IG da lista protegida. Os motivos são semelhantes aos que podem ser contrários às indicações geográficas.

7.7. Segredos de Comércio Proteção de Dados (inclusive dados de ensaios clínicos)

No Canadá, a Lei Federal de Segurança de Informações criminaliza o roubo de segredos comerciais que esteja associado a estrangeiros. O Código Penal criminaliza a fraude em geral e pode, em alguns casos, tornar a apropriação indevida de segredos comerciais um crime. Além disso, os segredos comerciais são protegidos na maior parte do Canadá apenas pela lei comum e, na província de Quebec, pelo Código Civil. A proteção dos segredos comerciais, desde que não sejam divulgados a ninguém, é por prazo indeterminado.

As disposições de proteção de dados estão incluídas nas *Food and Drug Regulations*, que estabelecem a medicamentos inovadores oito anos de proteção. De acordo com os Regulamentos de Proteção de Dados de Produtos de Controle de Pragas, dez anos de proteção de uso exclusivo são concedidos (dados até cinco anos adicionais) para dados que suportam o registro de um novo produto contendo um novo ingrediente ativo. Isso se aplica a novos produtos farmacêuticos contendo ingredientes medicinais não previamente aprovados no Canadá.

As disposições de proteção de dados estão incluídas nos Regulamentos de Alimentos e Medicamentos do Canadá C.R.C., c.870, conforme aponta o TPR¹⁵¹. A legislação canadense estabelece que medicamentos inovadores tenham oito anos de proteção contra cópia. Esse período pode ser estendido por seis meses, quando também são fornecidos dados sobre o uso pediátrico do medicamento.

Já de acordo com os Regulamentos de Proteção de Dados de Produtos de Controle de Pragas (SOR / 2006-124)¹⁵², são concedidos dez anos de proteção de uso exclusivo (mais até cinco anos adicionais se usos menores forem registrados) para dados que suportam o registro de um novo produto contendo um novo ingrediente ativo. Isso se aplica a novos produtos farmacêuticos contendo ingredientes medicinais não previamente aprovados no Canadá. Outros dados que suportam o registro recebem um status compensável de 12 anos.

7.8. Proteção de Variedades de Plantas

O Canadá é membro da UPOV- *International Union for the Protection of New Varieties of Plants* de 1991. A Lei dos Direitos dos Criadores de Plantas, 1990 (emendada) e os Regulamentos dos Direitos dos Criadores de Plantas, 1991 (emendada) são os principais instrumentos que garantem a proteção de variedades vegetais. A lei foi alterada pela última vez pelo projeto de lei C-18 (27 de fevereiro de 2015). Permite a proteção de novas variedades de plantas, desde que as variedades sejam novas, distintas, uniformes e estáveis.

Todas as espécies de plantas são elegíveis para proteção. Algas, bactérias e fungos não são protegidos. Os candidatos devem ser cidadãos, residentes ou ter um escritório residente no Canadá, um Estado membro da UPOV ou um Estado membro da OMC. Algumas restrições aos direitos dos detentores se aplicam. Por exemplo, variedades protegidas podem ser usadas para criar e desenvolver novas variedades de plantas, e os agricultores podem guardar e usar a semente colhida de uma variedade protegida para replantar em suas próprias terras, sem infringir os direitos do proprietário.

O prazo de proteção sob a Lei PBR é de até 18 anos, a partir da data de emissão do certificado de direitos. O projeto de lei C-18 estendeu o período de proteção de 18 para 25 anos para árvores, vinhas ou quaisquer categorias especificadas, e para 20 anos para todas as outras culturas, a menos que o criador as cancele antes.

7.9. Direitos Autorais

A Lei de Direitos Autorais de 1985 (emendada) e os Regulamentos de Direitos Autorais de 1997 (emendada) constituem a principal legislação com respeito à proteção de direitos autorais no Canadá. A Lei de Direitos Autorais foi alterada pela última vez pelo Projeto de Lei C-86 (13 de dezembro de 2018), que é a Lei de Implementação Orçamentária do Governo do Canadá, 2018, nº 2. O *Copyright Modernization Act* alterou o regime de

¹⁵¹ WORLD TRADE ORGANIZATION. Trade Policy Review Body. Trade Policy Review: Report by the Secretariat, CANADA. WT/TPR/S/389 17 April 2019. Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/s389_e.pdf. Acesso em: 05/01/2022.

¹⁵² WORLD TRADE ORGANIZATION. Trade Policy Review Body. Trade Policy Review: Report by the Secretariat, CANADA. WT/TPR/S/389 17 April 2019. Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/s389_e.pdf. Acesso em: 05/01/2022.

direito autoral canadense, introduzindo novos direitos e exceções mais bem adaptados ao ambiente online.¹⁵³

A proteção de direitos autorais se aplica a obras literárias, dramáticas, musicais e artísticas originais; performance; sinais de comunicação; e gravações de som. A proteção é fornecida a países com os quais o Canadá tem um tratado ou outro acordo.

As mudanças legislativas também implementaram no Canadá os tratados da OMPI sobre Internet, que entraram em vigor no Canadá em agosto de 2014. A Lei de Modernização de Direitos Autorais permitiu que autores, intérpretes e criadores de gravações de som desfrutassem de "direitos de primeira distribuição" para material protegido por direitos autorais em forma tangível, sujeitos a esgotamento de direitos; dando explicitamente a autores, artistas e criadores de gravações de som o direito exclusivo de controlar a liberação de seu material protegido por direitos autorais online; e fornecendo proteção legal para medidas de proteção tecnológica e informações de gestão de direitos.

A lei também esclarece a estrutura de exceções de direitos autorais para o benefício de instituições educacionais, incluindo a permissão de certos usos de conteúdo da Internet e tecnologias de telecomunicações em contextos de aprendizagem, sujeitos a salvaguardas. A Lei de Modernização de Direitos Autorais também estabeleceu disposições de sítios seguros para Provedores de Serviços de Internet (ISPs) e mecanismos de pesquisa, além de estipular a responsabilidade civil para aqueles que permitem a violação de direitos autorais online.

De acordo com a Lei de Direitos Autorais, a proteção é concedida por 50 anos após a morte do autor para obras de autoria. O Governo estenderia esse prazo para 70 anos com a implementação do CUSMA. A implementação desta extensão de proteção está sujeita a um período de transição de 2 anos e meio a partir da entrada em vigor do CUSMA.

Em junho de 2015, o Projeto de Lei C-59, "Lei para implementar certas disposições do orçamento apresentada no Parlamento em 21 de abril de 2015", alterou a Lei de Direitos Autorais para fornecer às gravações de som e performances fixadas em gravações de som (publicadas antes da expiração dos direitos autorais) 20 anos adicionais de proteção de direitos autorais, estendendo o prazo de proteção de 50 anos até o final de 70 anos após o final do ano civil em que ocorre a primeira publicação, e ao final de 100 anos após o final do ano em que ocorre a primeira fixação da obra em uma gravação de som. Se a gravação de som não for publicada antes da expiração do direito autoral, o prazo de proteção expira 50 anos após o final do ano civil em que ocorre a primeira fixação da gravação de som.

O projeto de lei C-11 procura alterar a lei de direitos autorais do Canadá e recebeu o consentimento real em 22 de junho de 2016. Ele alterou as seções da Lei de Direitos Autorais que estabelecem exceções à violação de direitos autorais para pessoas com deficiência sensorial, bem como aquelas que estabelecem exceções para pessoas com deficiência sensorial às proibições de contornar medidas de proteção tecnológica. As emendas contidas no Projeto de Lei C-11 foram elaboradas para permitir que o Canadá adira ao Tratado de Marrakesh. O Canadá aderiu ao Tratado em 30 de junho de 2016. O tratado entrou em vigor internacionalmente em 30 de setembro de 2016.

¹⁵³ WORLD TRADE ORGANIZATION. Trade Policy Review Body. Trade Policy Review: Report by the Secretariat, CANADA. WT/TPR/S/389 17 April 2019. Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/s389_e.pdf. Acesso em: 05/01/2022.

Em dezembro de 2018, o projeto de lei C-86 reformou o Conselho de Direitos Autorais do Canadá, uma espécie de tribunal administrativo quase judicial que fixa *royalties* para o uso de conteúdo protegido por direitos autorais, administrado por uma organização de gestão coletiva. As reformas visaram garantir mais previsibilidade e clareza dos processos de tomada de decisão; estabelecer cronogramas simplificados; e aumentar a eficiência ao permitir que mais partes entrem em acordos diretos para garantir que o Conselho esteja julgando apenas questões mais complexas ou quando as partes não conseguirem chegar a um acordo.

7.10. Conhecimento Tradicional e Recursos Genéticos

No Canadá, há leis específicas que protegem a propriedade intelectual, incluindo o Ato de Patentes, o Ato de Direitos Autorais, o Ato de Marcas, o Ato de Design Industrial e o Ato dos Criadores de Plantas. Essas leis estabelecem os diferentes tipos de propriedade intelectual, a natureza dos direitos, os critérios de proteção, o escopo da proteção, a duração, entre outros. Em certas circunstâncias, essas ferramentas legais podem ser aproveitadas para proteger o conhecimento e as expressões culturais indígenas. É importante reconhecer que a propriedade intelectual associada com criações artísticas e inovadoras é uma área de preocupação e desafio para as comunidades indígenas.

No que diz respeito a nomes, sinais e símbolos, as leis canadenses que protegem as marcas registradas e relacionadas à concorrência desleal podem ser as mais relevantes.

Várias comunidades indígenas, organizações e órgãos representativos no Canadá têm marcas registradas, marcas de certificação, marcas oficiais e rótulos de autenticidade, incluindo a marca oficial e marca de certificação Genuine Cowichan, a marca Igloo Tag e o logotipo da Assembleia das Primeiras Nações.

Tais marcas usualmente estão relacionadas a símbolos e nomes tradicionais e são usadas para identificar uma ampla gama de produtos e serviços, que vão desde arte tradicional e obras de arte a produtos alimentícios, roupas, serviços turísticos e empresas administradas por comunidades indígenas.

Da mesma forma, muitas formas de expressões culturais são trabalhos literários e artísticos, além de performances, direitos autorais e conexos. As proteções disponíveis sob o Ato de Direitos Autorais do Canadá são usadas por artistas indígenas, performers, compositores e escritores de obras literárias baseadas na tradição indígena. Cita-se nesse rol: máscaras de madeira e esculturas de totem de artistas da costa do Pacífico, joias, esculturas inuítes e canções e gravações de som de artistas indígenas. Por fim, há espaço para as comunidades indígenas e empresas protegerem o conhecimento indígena como um segredo comercial de acordo com contratos e acordos de não divulgação.

A lógica da propriedade intelectual não é facilmente adaptável para o contexto indígena, em que o conhecimento tradicional (TK) e as expressões culturais tradicionais (TCEs) são de propriedade coletiva. Essas diferenças resultam em diferenças potenciais, em que as proteções formais de propriedade intelectual não se estendem a certas formas de conhecimento indígena tradicional e expressões culturais.

As leis e programas não pertencentes à PI que tratam da salvaguarda e promoção do patrimônio imaterial também podem desempenhar um papel útil ao complementar as leis que tratam da proteção à PI. Isso poderia incluir, por exemplo, o uso eficaz de arranjos contratuais e o desenvolvimento de mecanismos locais dentro das comunidades para controlar e proteger o conhecimento indígena.

Em 2018, o Ministério de Inovação, Ciência e Desenvolvimento Econômico do Canadá anunciou a Estratégia de Propriedade Intelectual, que seria complementar aos compromissos do Governo com a implementação da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP) e o reconhecimento dos direitos indígenas. Dentro desse contexto, a Estratégia de PI busca apoiar ainda mais o conhecimento e a conscientização dos povos indígenas sobre PI por meio de iniciativas lideradas em parceria com povos indígenas, com foco em educação, conscientização e capacitação. Também busca oferecer oportunidades para os indígenas defenderem seus interesses por meio de atividades de engajamento, maior participação em discussões nacionais e internacionais sobre propriedade intelectual, conhecimento indígena e expressões culturais, além de explorar opções para tornar o sistema de proteção da propriedade intelectual mais inclusivo e acessível aos indígenas.

No que concerne aos recursos genéticos, o Canadá ratificou a Convenção da Diversidade Biológica em 29/12/1993. O Secretariado da Convenção tem sede em Montreal¹⁵⁴. A Convenção tem como objetivo a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização de recursos genéticos.¹⁵⁵ Importante destacar, no Canadá, a existência do Banco Nacional de Sementes do Canadá chamado *Plant Gene Resources of Canada* (PGRC). O PGRC cobre as mais importantes funções de um banco genético incluindo aquisição, manutenção, conservação, distribuição, regeneração, caracterização, avaliação e documentação de germoplasma de espécies de plantas importantes para a alimentação e a agricultura. O PGRC também tem um programa para adquirir e conservar espécies de plantas nativas existentes no Canadá.¹⁵⁶ O Canadá assinou e ratificou o Tratado Internacional de Plantas da FAO para facilitar o uso do germoplasma¹⁵⁷.

7.11. Enforcement dos direitos de propriedade intelectual

O Canadá modificou a Lei de Combate a Produtos Falsificados alterando o Código Penal, que passou a criminalizar infrações relacionadas à violação de direitos autorais e infrações relacionadas a produtos, rótulos, embalagens ou serviços abrangidos pela Lei de Marcas. A lei também prevê novas medidas de fiscalização na fronteira, permitindo que os funcionários aduaneiros detenham mercadorias que sejam suspeitas de infringir direitos autorais ou direitos de marca registrada e permitindo que funcionários aduaneiros compartilhem informações relacionadas às mercadorias detidas com os proprietários de

¹⁵⁴ Disponível em: [Environment and Climate Change Canada - Canada.ca](https://environmentandclimate.gc.ca/canada-ca). Acesso em: 14/05/2021.

¹⁵⁵ Ver: [Text of the Convention \(cbd.int\)](https://www.cbd.int/text/convention/). Acesso em: 14/05/2021.

¹⁵⁶ Botanic Gardens. Disponível em: <https://tools.bgci.org/garden.php?id=4510>. Acesso em: 14/05/2021.

¹⁵⁷ Entende-se como Germoplasma o material que constitui a base física da herança sendo transmitida de uma geração para outra. Significa a matéria onde se encontra um princípio que pode crescer e se desenvolver, sendo definido ainda, como a soma total dos materiais hereditários de uma espécie. Disponível em: [Intercâmbio de Germoplasma - Portal Embrapa](https://portal.embrapa.br/intercambio-de-germoplasma/). Acesso em: 14/05/2021.

direitos que apresentaram um pedido de assistência, a fim de dar aos detentores dos direitos a oportunidade de buscar um remédio judicial.¹⁵⁸

A importação e exportação de cópias e mercadorias por pessoas físicas para seu uso pessoal estão isentas da aplicação de tais medidas de fronteira. As disposições da Lei de Combate aos Produtos Falsificados foram implementadas pela Agência de Serviços de Fronteiras do Canadá (CBSA), que lançou o programa de Combate aos Produtos Falsificados para essa finalidade. De acordo com este programa, os detentores de direitos de PI podem registrar um requerimento pedindo ao CBSA que detenha temporariamente mercadorias suspeitas de falsificação e/ou pirataria encontradas na fronteira, enquanto os detentores/proprietários de direitos buscam reparação legal.

A *Royal Canadian Mounted Police* (RCMP) é responsável por conduzir quaisquer investigações criminais relacionadas à contrafação e pirataria em escala comercial. As investigações relativas a infrações criminais sob a Lei de Direitos Autorais e infrações de marcas registradas sob o Código Criminal são realizadas sob o subprograma de crimes de Direitos de Propriedade Intelectual (DPI) da RCMP, uma parte do Programa de Execução Federal. O principal objetivo do subprograma é proteger a comunidade de produtos infringidos que representam riscos à saúde e à segurança.

O Programa de Alfândega e Impostos Especiais da RCMP é voltado para fazer cumprir as leis dentro do Canadá e ao longo da fronteira Canadá/Estados Unidos com relação a: o movimento internacional de mercadorias; a fabricação, distribuição ou posse ilícita de produtos contrabandeados; o tráfico ilícito de produtos estratégicos e de alta tecnologia, como componentes químicos, biológicos, radiológicos e nucleares e seus sistemas de distribuição; e regulamentos que impõem controles de permissão sobre o movimento internacional de commodities.

7.12. Proteção dos direitos de propriedade intelectual no Canadá na visão americana

Os Estados Unidos produzem anualmente importante relatório sobre barreiras comerciais de seus principais parceiros comerciais – os *Trade Barriers Report*. Conforme o relatório de 2020 chamado *National Trade Report on Foreign Trade Barriers*¹⁵⁹, o Canadá foi colocado na Lista de Vigilância no Relatório sobre a Seção 301 dos EUA em 2019. O relatório aponta que o mais significativo avanço dado pelo Canadá é a concordância com as disposições previstas no Acordo USMCA. Isso inclui o combate a falsificações, inspeção de mercadorias em trânsito, transparência em relação a novas indicações geográficas (IG) e aplicação de tratamento nacional completo para direitos autorais. Em relação às indicações geográficas, o governo americano deu especial atenção, enfatizando sua preocupação com as negociações do país com a União Europeia.

O governo americano enfatiza a preocupação com questões relacionadas a produtos falsificados ou pirateados na fronteira e dentro do Canadá, dificuldade para registros de

¹⁵⁸ WORLD TRADE ORGANIZATION. Trade Policy Review Body. Trade Policy Review: Report by the Secretariat, CANADA. WT/TPR/S/389 17 April 2019. Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/s389_e.pdf. Acesso em: 05/01/2022.

¹⁵⁹ ESTADOS UNIDOS. 2020 National Trade Estimate Report on Foreign Trade Barriers. Disponível em: https://ustr.gov/sites/default/files/2020_National_Trade_Estimate_Report.pdf. Acesso em: 29/01/2021.

novas patentes e proteção deficiente de direitos autorais e em relação a novas regras concernentes a produtos farmacêuticos no Canadá.

8. Investimento

O texto desta seção foi baseado principalmente no relatório do Trade Policy Review do Canadá, publicado no âmbito da OMC. Parte das informações foi cotejada com dados disponíveis em organizações internacionais e em órgãos do governo canadense.

O investimento estrangeiro direto é um importante aspecto da economia do Canadá. O Canadá vem realizando esforços para aumentar a atração de investimentos em seu território, com o estabelecimento do *Invest in Canada*, o desenvolvimento de Diretrizes sobre a Avaliação Nacional de Segurança dos Investimentos (*Guidelines on the National Security Review of Investments*), e a eliminação de procedimentos formais de aprovação para investimentos em potencial através do aumento do limite de revisões de investimento. No entanto, a maioria das restrições de investimento já existentes permanecem em vigor. O *framework* de investimentos do Canadá contém o Ato de Investimento do Canadá (*Investment Canada Act* – ICA), de 1985, o qual permanece majoritariamente inalterado; 45 tratados bilaterais de investimento; e 22 acordos de livre comércio com capítulos dedicados a investimento¹⁶⁰.

O *framework* de investimentos do Canadá consiste: no Ato de Investimento do Canadá (*Canada Investment Act* – ICA), de 1985, o qual é a principal lei que regula o investimento estrangeiro no Canadá; tratados bilaterais de investimento, conhecidos como Acordos de Proteção e Promoção do Investimento Estrangeiro (*Foreign Investment Promotion and Protection Agreements* – FIPAs); e diversos Acordos de Livre Comércio que contêm provisões ou capítulos dedicados a investimentos.

O ICA continua sendo a principal lei de investimentos estrangeiros no Canadá. Foi emendada cinco vezes, incluindo uma emenda recente para liberalizar o limite de revisão de benefícios e adicionar transparência na revisão de segurança nacional. O propósito declarado da lei é “oferecer sustentação para a revisão de investimentos significativos no Canadá por não canadenses, de modo a encorajar o investimento, crescimento econômico e oportunidades de trabalho no Canadá e para oferecer sustentação à revisão de investimentos no Canadá por não canadenses que possam ser considerados danosos à segurança nacional”¹⁶¹. Em suma, a lei exige que todos os não canadenses com intenção de estabelecer ou adquirir controle de um negócio do Canadá devem preencher uma notificação ou aplicação para revisão pelas autoridades competentes, a não ser que uma exceção seja aplicável.

O ICA requer que certos investimentos de não canadenses sejam notificados ou revisados acerca de seu potencial benefício econômico para o Canadá. A análise dos possíveis fatores benéficos de um investimento também está disposta na lei. Além disso, o ICA contém regras e procedimentos para proteção da segurança nacional, e potenciais investimentos de qualquer dimensão estão sujeitos à revisão para análise de potenciais danos à segurança nacional.

¹⁶⁰ Informações obtidas no WTO Trade Policy Review: Canadá. 2019. Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/s389_e.pdf. Acesso em: 14/05/2021.

¹⁶¹ Em inglês: "...to provide for the review of significant investments in Canada by non-Canadians in a manner that encourages investment, economic growth and employment opportunities in Canada and to provide for the review of investments in Canada by non-Canadians that could be injurious to national security".

Até dezembro de 2018, o Canada possuía 37 Acordos de Proteção e Promoção do Investimento Estrangeiro (FIPAs), com o intuito de promover ou proteger investimentos de investidores de uma parte no território em outra. Até 2018, novos FIPAs entraram em vigor com Burkina Faso, Camarões, Costa do Marfim, Guiné, Hong Kong, China, Kosovo, Mali, Mongólia, Senegal e Sérvia. Até dezembro de 2018, o Canadá havia completado negociações com outros 7 países, porém os acordos ainda não haviam entrado em vigor no período, e tinha negociações em curso com outros 14 países. O Canadá costuma conduzir negociações de FIPAs de acordo com um modelo de acordo. FIPAs concluídos recentemente possuem disposições sobre tratamento nacional, Nação Mais Favorecida (*Most Favoured Nation* – MFN), standard mínimo de tratamento, compensação por perdas, taxaço, resolução de disputas, saúde, segurança, e medidas ambientais, etc. Novidades nos FIPAs mais recentes incluem artigos sobre resolução de disputas entre um investidor e a parte receptora.¹⁶²

Tabela 18 - Acordos bilaterais de investimentos

	Título resumido	Data de assinatura	Data de entrada em vigor
1	Canada - Moldova, Republic of BIT	12/06/2018	23/08/2019
2	Canada - Mongolia BIT	08/09/2016	24/02/2017
3	Canada - Hong Kong, China SAR BIT	10/02/2016	06/09/2016
4	Canada - Guinea BIT	27/05/2015	27/03/2017
5	Burkina Faso - Canada BIT	20/04/2015	11/10/2017
6	Canada - Côte d'Ivoire BIT	30/11/2014	14/12/2015
7	Canada - Mali BIT	28/11/2014	08/06/2016
8	Canada - Senegal BIT	27/11/2014	05/08/2016
9	Canada - Serbia BIT	01/09/2014	27/04/2015
10	Canada - Nigeria BIT	06/05/2014	
11	Cameroon - Canada BIT	03/03/2014	16/12/2016
12	Canada - United Republic of Tanzania BIT	17/05/2013	09/12/2013
13	Benin - Canada BIT	09/01/2013	12/05/2014
14	Canada - China BIT	09/09/2012	01/10/2014
15	Canada - Kuwait BIT	26/09/2011	19/02/2014
16	Canada - Slovakia BIT	20/07/2010	14/03/2012
17	Canada - Jordan BIT	28/06/2009	14/12/2009
18	Canada - Romania BIT	08/05/2009	23/11/2011
19	Canada - Czech Republic BIT	06/05/2009	22/01/2012
20	Canada - Latvia BIT	05/05/2009	24/11/2011
21	Canada - Peru BIT	14/11/2006	20/06/2007
22	Canada - Costa Rica BIT	18/03/1998	29/09/1999
23	Canada - Uruguay BIT	29/10/1997	02/06/1999
24	Armenia - Canada BIT	08/05/1997	29/03/1999
25	Canada - Lebanon BIT	11/04/1997	19/06/1999
26	Canada - Croatia BIT	03/02/1997	30/01/2001
27	Canada - Thailand BIT	17/01/1997	24/09/1998
28	Canada - Egypt BIT	13/11/1996	03/11/1997
29	Canada - Panama BIT	12/09/1996	13/02/1998
30	Canada - Venezuela, Bolivarian Republic of BIT	01/07/1996	28/01/1998
31	Barbados - Canada BIT	29/05/1996	17/01/1997
32	Canada - Ecuador BIT	29/04/1996	06/06/1997 (encerrado)
33	Canada - Romania BIT	17/04/1996	11/02/1997
34	Canada - South Africa BIT	27/11/1995	
35	Canada - Philippines BIT	10/11/1995	01/11/1996

¹⁶² WORLD TRADE ORGANIZATION. Trade Policy Review Body. Trade Policy Review: Report by the Secretariat, CANADA. WT/TPR/S/389 17 April 2019. Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/s389_e.pdf. Acesso em: 05/01/2022.

36	Canada - Trinidad and Tobago BIT	11/09/1995	08/07/1996
37	Canada - Latvia BIT	26/04/1995	27/07/1995
38	Canada - Ukraine BIT	24/10/1994	24/07/1995
39	Argentina - Canada BIT	05/11/1991	29/04/1993
40	Canada - Hungary BIT	03/10/1991	21/11/1993
41	Canada - Uruguay BIT	16/05/1991	(encerrado)
42	Canada - Czech Republic BIT	15/11/1990	09/03/1992 (encerrado)
43	Canada - Slovakia BIT	15/11/1990	09/03/1992 (encerrado)
44	Canada - Poland BIT	06/04/1990	22/11/1990
45	Canada - Russian Federation BIT	20/11/1989	27/06/1991

Fonte: Unctad. Elaboração: CCGI-EESP/FGV.

9. Compras governamentais

9.1. Regras gerais

As regras legais que se aplicam às compras governamentais em nível federal são diferentes daquelas que se aplicam às províncias e territórios. A política de compras federais é estabelecida pelo Conselho do Tesouro do Canadá, de acordo com a Lei de Administração Financeira (FAA), e a aquisição real é conduzida pelas entidades públicas, bem como duas por duas organizações específicas, Obras Públicas e Serviços Governamentais do Canadá (*Public Works and Government Services Canada*, PWGSC) e Serviços Compartilhados do Canadá (*Shared Services Canada*). O Conselho do Tesouro (*Treasury Board*, TB) é responsável por estabelecer estrutura de política de compras e por aprovar propostas de contratos acima dos níveis delegados para os departamentos. A Secretaria do Conselho do Tesouro é responsável por revisar estratégias que requerem aprovação do Gabinete ou do Conselho do Tesouro, para verificar consistência com os requisitos da política do TB.

As atividades de aquisição do Governo do Canadá são realizadas de acordo com uma normativa composta de leis, regulamentos, acordos comerciais, políticas e diretrizes. Os documentos principais que disciplinam as aquisições (no âmbito federal nível) são a Lei de Administração Financeira (FAA) e os Regulamentos de Contratos Governamentais (GCRs). A FAA contém disposições gerais e os GCRs contém disposições mais específicas.

O Tribunal de Comércio Internacional Canadense (CITT) tem jurisdição sobre as reclamações feitas por fornecedores em relação às aquisições federais contempladas por qualquer um dos acordos comerciais celebrados pelo Canadá. Para fornecedores canadenses, reclamações sobre compras federais para mercadorias avaliadas em mais de CAD 25.300, ou serviços avaliados em mais de CAD 101.100, estão dentro da jurisdição do CITT.

9.2. Arranjos interprovinciais em compras públicas

Até 2017, o Capítulo 5 do Acordo sobre Comércio Interno (AIT) disciplinava as compras em todo o Canadá. Seu objetivo era garantir condições iguais de acesso às compras públicas aos fornecedores "canadenses", ou seja, aqueles que têm estabelecimento no Canadá. O Capítulo contemplou as aquisições dos signatários da AIT, quais sejam, o Governo Federal, 10 governos provinciais e dois territórios. O Capítulo também abarcou aquisições por municípios, organizações municipais, conselhos escolares e entidades acadêmicas, de saúde e de serviços sociais com financiamento público (MASH). O AIT aplicava-se a todas as compras governamentais de bens avaliados em CAD 25.000 ou mais, e de serviços e construção avaliados em CAD 100.000 e mais. Para entidades MASH, os limites eram CAD 100.000 para bens e serviços e CAD 250.000 para construção.

O Acordo Canadense de Livre Comércio (CFTA), que contém disposições bastante similares ao GPA, entrou em vigor em 1 de julho de 2017 e substituiu o AIT, que se aplicava ao comércio interprovincial desde 1995. Seu objetivo é reduzir e eliminar, na medida do possível, as barreiras à livre circulação de pessoas, bens, serviços e

investimentos dentro do Canadá, inclusive em todos os setores emergentes da economia, e estabelecer ambiente doméstico aberto, eficiente e estável. As principais características do CFTA relacionadas às compras governamentais são a expansão do escopo de entidades governamentais cobertas por regras de compras abertas, o estabelecimento de novos mecanismos independentes de protesto de licitação em cada jurisdição e o compromisso de desenvolver sistema eletrônico em todo o Canadá (portal online), para acesso a informações sobre contratos de aquisição, em consonância com as previsões do CETA.

9.3. Compras governamentais do Canadá: compromissos plurilaterais e preferenciais

O Canadá é parte do Acordo de Compras Governamentais (*Government Procurement Agreement*, GPA) desde 1996. O Canadá participou das negociações que conduziram ao GPA revisado, que entrou em vigor para o Canadá em 6 de abril de 2014. Embora, para o âmbito federal, a revisão do GPA não tenha acarretado mudanças substanciais na programação de acesso ao mercado do Canadá, houve mudanças substanciais no nível subnacional. Desde 2014, todas as províncias e territórios e 10 corporações federais da Coroa estão incluídas nos compromissos do Canadá no GPA.

Os compromissos canadenses em matéria de compras governamentais são corroborados e, em certos casos, ampliados nos acordos preferenciais de comércio. Destacam-se três acordos: CETA, CPTP e USMCA.

No âmbito do CETA, o Canadá e a União Europeia comprometeram-se a garantir que entidades governamentais adquiram bens e serviços mediante processos não discriminatórios, imparciais e transparentes. Como signatário do CETA, o Canadá concordou em estender aos fornecedores da UE oportunidades iguais de participação em licitações para aquisições de bens e de serviços, incluindo serviços de construção. O acordo abarca ampla gama de entidades governamentais canadenses nos níveis federal, provincial e municipal.

Conforme especificado no Artigo 19.6 do CETA, no Capítulo sobre compras públicas, o Canadá é responsável por estabelecer Ponto Único de Acesso (SPA), no formato de plataforma eletrônica de compras públicas. Na plataforma, são divulgados, gratuitamente, avisos de aquisições previstas e planejadas, inclusive interesse de compras de entidades subnacionais. Segundo previsão do CETA, o Canadá tem até 21 de setembro de 2022 para implementar o SPA, obrigação que tem demandado negociações e padronização de regras entre as províncias.

No CPTPP, os compromissos canadenses em matéria de compras governamentais são amplamente baseados no GPA. Na prática, o Canadá estende tratamento ofertado no GPA aos parceiros do CPTPP que não participam do GPA.

No CUSMA, os arranjos de aplicação das normas de compras públicas possibilitam o uso do GPA, do CPTPP e próprio CUSMA. As disposições sobre compras governamentais no âmbito do CUSMA se aplicam apenas entre os Estados Unidos e México. Canadá e Estados Unidos mantêm acesso às compras de seus recíprocos mercados, inclusive no nível subcentral, por meio de suas obrigações nos termos do GPA. Entre México e Canadá a matéria de compras é disciplinada pelo CPTPP.

Aquisições no nível sub-central são disciplinadas por normas provinciais ou outras sub-centrais. As províncias têm suas próprias agências de compras, e suas próprias políticas de compras. O Canadá não apresentou oferta no GPA original no nível sub-central, mas incluiu compromissos no GPA que entrou em vigor em 2014. Províncias e territórios também têm compromissos de compras governamentais no âmbito da CFTA, do CETA e do CPTPP.

10. Acordos de livre comércio do Canadá

A presente seção foi baseada em informações contidas no Trade Policy Review do Canadá de 2019, e material sobre cada um dos principais acordos apresentados nos sites do governo do Canadá

Os Acordos de Livre Comércio (*Free Trade Agreements* – FTAs) do Canadá, segundo relatório do governo canadense, contribuem para a construção de um *framework* de investimentos e comércio do país com diversos parceiros internacionais. De acordo com site do governo canadense, em seção dedicada à rede de acordos de comércio e investimento do país¹⁶³, há negociações concluídas ou em curso de acordos de promoção e proteção de investimentos com a Albânia, Bahrein, Congo, Gabão, Geórgia, Gana, Índia, Cazaquistão, Quênia, Macedônia, Madagascar, Mauritânia, Moçambique; e discussões exploratórias sobre possíveis acordos de livre comércio entre o Canadá e ASEAN, e entre Canadá e China.

Nesta seção destacam-se alguns dos mais importantes acordos do Canadá com União Europeia, Reino Unido, Parceria Trans-Pacífica, Estados Unidos e México.

10.1. Acordo Integral de Economia e Comércio (*Comprehensive Economic and Trade Agreement* – CETA) e Acordo de Continuidade do Comércio Canadá-Reino Unido (*Canada-UK Trade Continuity Agreement* – Canada-UK TCA)

O Acordo Integral de Economia e Comércio (*Comprehensive Economic and Trade Agreement* – CETA), acordo firmado entre Canadá e União Europeia entrou em vigor em setembro de 2017.

O CETA é um acordo bilateral e foi idealizado para ser o *gold standard* em matéria de relações econômicas e cooperação entre as partes signatárias. O acordo cobre virtualmente todos os setores e aspectos do comércio entre Canadá e União Europeia, com o objetivo de eliminar ou reduzir barreiras. O CETA estabeleceu novos *standards* para o comércio de bens e serviços, barreiras não tarifárias, investimento, compras públicas, e outras áreas como trabalho e meio ambiente. Ao abrir novos mercados na União Europeia para os exportadores canadenses, o CETA oferece uma vantagem competitiva ao país no mercado global, a qual beneficia os canadenses. Simultaneamente, o acordo oferece maiores oportunidades de negócios para companhias europeias no Canadá.

Ambas as partes signatárias ressaltaram a importância econômica desse acordo e das atividades econômicas desenvolvidas sob um *framework* regulatório claro e transparente, definido por autoridades públicas com competência para regular em prol do interesse público em seus territórios, aspecto considerado com princípio básico do acordo¹⁶⁴.

O CETA cobre o comércio de bens, eliminando tarifas e reduzindo barreiras para todos os setores e aspectos do comércio entre Canadá e União Europeia. Antes desse acordo, apenas 25% das linhas tarifárias da União Europeia sobre bens canadenses eram livres de

¹⁶³ Disponível em: <https://www.international.gc.ca/trade-commerce/trade-agreements-accords-commerciaux/agr-acc/index.aspx?lang=eng#dataset-filter>. Acesso em: 14/05/2021.

¹⁶⁴ Disponível em: http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2017/september/tradoc_156043.pdf. Acesso em: 10/01/2022.

encargos (*duty-free*). Com o acordo, 98% das tarifas europeias deixaram de ser aplicadas aos bens canadenses¹⁶⁵. As disposições sobre regras de origem concedem aos exportadores canadenses regras claras e favoráveis que consideram as cadeias de suprimentos canadenses para determinar quais produtos são considerados originários e, assim, elegíveis para tratamento preferencial. O mesmo aplica-se à União Europeia, ou seja, 98% das tarifas canadenses sobre exportações provenientes da União Europeia são eliminadas de acordo com o texto do acordo¹⁶⁶, o que irá fazer com que os negócios europeus economizem cerca de 590 milhões de euros por ano em tarifas alfandegárias canadenses com o passar do tempo. Isso fará com que os exportadores europeus se tornem mais competitivos. O CETA também remove certas tarifas alfandegárias canadenses sobre produtos de exportação chave para a União Europeia, sendo estes vestuários e têxteis (de 16% para 0%), veículos e peças (de 9,5% para 0%), maquinário e equipamento elétrico (de 9,5% para 0%), equipamentos médicos e instrumentos ópticos (de 8% para 0%), e químicos (de 6,5% para 0%).

O acordo, nas disposições acerca da cooperação regulatória e análise de conformidade, ajuda a evitar exigências regulatórias desnecessárias ou discriminatórias. Os oficiais canadenses e da União Europeia colaboram para criar medidas regulatórias que facilitam os negócios entre as duas partes. O mecanismo criado para guiar a cooperação entre as partes é o Fórum de Cooperação Regulatória (*Regulatory Cooperation Forum*), o qual permite aos reguladores a troca de experiências e informações relevantes. O papel desse fórum é consultivo apenas, de modo que não restringe o poder de tomada de decisões dos representantes do Canadá ou União Europeia no âmbito do acordo.

As disposições do CETA sobre investimentos foram desenhadas para dar aos investidores maior certeza, estabilidade e proteção para os seus investimentos e garantir acesso a um mecanismo independente de resolução de disputas. Com isso pretende-se encorajar mais investimentos entre União Europeia e Canadá nas duas direções.

No campo de serviços, acordo abre o mercado canadense para a União Europeia nas áreas de serviços financeiros, serviços postais, telecomunicações e transportes.

Com poucas exceções, as companhias canadenses fornecedoras de serviços receberão o mesmo tratamento daquelas originárias da União Europeia. Há, também maior previsibilidade e transparência em diversos setores, incluindo os de arquitetura, engenharia, e pesquisa e desenvolvimento. Nesse sentido, as provisões do acordo sobre trabalho temporário oferecem aos fornecedores de serviços canadenses mais oportunidades de negócios na União Europeia e facilita o trabalho temporário de profissionais com certas habilidades para que possam trabalhar na União Europeia.

O CETA também inclui compromissos claros para manter os altos padrões do Canadá e da União Europeia acerca de desenvolvimento sustentável, trabalho e meio ambiente, de modo que estas áreas não sejam enfraquecidas para ganho comercial. A linguagem clara do acordo conforma o direito de regular essas áreas para todos os níveis do governo. É importante ressaltar, ainda, que o texto do acordo não altera os *standards* já estabelecidos pelas partes em outras áreas como segurança dos alimentos, segurança dos produtos,

¹⁶⁵ Disponível em: https://www.international.gc.ca/trade-commerce/trade-agreements-accords-commerciaux/agr-acc/ceta-aecg/ceta_explained-aecg_apercu.aspx?lang=eng. Acesso em 14/05/2021.

¹⁶⁶ Disponível em: https://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2017/september/tradoc_156056.pdf. Acesso em: 10/01/2022.

proteção do consumidor, saúde, etc. Todos esses *standards* permanecem intocados. Sem exceção, todas as importações vindas do Canadá para a União Europeia, e vice-versa, devem continuar a satisfazer as regulações e regras sobre produtos.

O recente capítulo de investimentos do Acordo Integral de Economia e Comércio (*Comprehensive Economic and Trade Agreement* – CETA) oferece uma cobertura mais abrangente do que outros acordos anteriores sobre o tema de investimentos e difere de forma marcante de acordos de livre comércio prévios, tanto em conteúdo como em estrutura. Esse Acordo elevou o limite de pré-análise de investimento para CAD 1,5 bilhão, o que por sua vez aumentou o limite para investidores do setor privado em FTAs já existentes para o mesmo valor, devido a disposições sobre MFN. Além disso, o CETA estabelece um tribunal permanente e órgão de apelação para a resolução de disputas sobre investimentos. Inclui, ainda, disposições sobre um mecanismo de mediação, para resolver disputas sobre investimentos. As duas últimas inovações apresentam-se como claras rupturas com o antigo Sistema de Solução de Disputas entre Investidor e Estado (*Investor-State Dispute Settlement* – ISDS).

O Acordo de Continuidade do Comércio Canadá-Reino Unido (*Canada-UK Trade Continuity Agreement* – Canada-UK TCA)

O Acordo de Continuidade do Comércio Canadá-Reino Unido (*Canada-UK Trade Continuity Agreement* – Canada-UK TCA) replica o Acordo Integral de Economia e Comércio (*Comprehensive Economic and Trade Agreement* – CETA) em regime bilateral. O TCA tem como objetivo manter o *status quo* da relação comercial entre Canadá e Reino Unido. O Reino Unido deixou a União Europeia oficialmente em 31 de janeiro de 2020, e o CETA perdeu sua vigência sobre o comércio entre Canadá e Reino Unido em 1 de janeiro de 2021. Para evitar uma lacuna no acesso ao comércio preferencial em seus respectivos mercados, os países negociaram um acordo de continuidade do comércio que garante aos exportadores canadenses, fornecedores de serviços e agricultores acesso contínuo ao mercado do Reino Unido¹⁶⁷.

O CETA já havia removido 98% das tarifas sobre bens canadenses e com o tempo eliminaria cerca de 99% das tarifas, além de outros benefícios previstos, incluindo maior acesso a serviços, aumento da transparência, proteção para investimentos e propriedade intelectual. Na ausência do TCA, o comércio bilateral entre os dois países seria regido apenas pelas regras da OMC, e o comércio de bens entre o Canadá e o Reino Unido seguiria as regras de Nação Mais Favorecida (MFN). Em maio de 2020 o Reino Unido anunciou a aplicação de tarifas MFN, chamando-as de *UK Global Tariff* (UKGT), que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2021. Sendo assim, nem Canadá e nem Reino Unido se beneficiariam dos benefícios do acesso preferencial a mercados oferecido sob o CETA.

Modelagens econômicas indicaram que caso o comércio bilateral de bens fosse revertido para incidência das tarifas MFN dos dois países, o PIB do Canadá iria declinar \$427 milhões (US\$ 322 milhões) até 2025, e as perdas no comércio bilateral poderiam atingir \$2 bilhões (US\$ 1.5 bilhões). Os bens canadenses exportados para o mercado britânico

¹⁶⁷ Disponível em: https://www.international.gc.ca/trade-commerce/trade-agreements-accords-commerciaux/agr-acc/cuktca-accru/economic_impact_assessment-evaluation_impact_economique.aspx?lang=eng. Acesso em: 10/01/2022.

que seriam mais afetados incluem gêneros alimentícios, produtos químicos, roupas, maquinário e equipamentos.

Assinando e implementando o TCA, o Canadá evita as perdas no PIB e comércio bilateral. Preserva seu acesso preferencial ao mercado do Reino Unido incluindo a aplicação transparente e consistente de regras comerciais. Além de replicar substancialmente os benefícios principais do CETA para garantir a continuidade do comércio do Canadá com o Reino Unido, garante aos negócios, a exportadores e investidores canadenses a continuidade do acesso preferencial ao mercado britânico, enquanto mantém todos os *standards* do CETA para consumidores, trabalhadores e o meio-ambiente. O TCA inclui compromisso e negociações subsequentes com o objetivo de alcançar um novo acordo de livre comércio que pode refletir melhor a relação bilateral e os interesses do Canadá e Reino Unido.

O TCA oferece aos exportadores canadenses acesso preferencial contínuo ao mercado britânico e inclui a eliminação de 98% das tarifas incidentes sobre exportações canadenses para o Reino Unido e a eliminação de um adicional de 1% das tarifas sobre exportações canadenses para o Reino Unido até 1 de janeiro de 2024. O TCA protege completamente os setores de laticínios, frango e ovos do Canadá e não oferece acesso adicional a mercados para produtos com fornecimento administrado.

Para os fornecedores de serviços canadenses, o TCA mantém o acesso ao mercado britânico, e mantém o acesso ao mercado do Reino Unido em melhores condições do que o país já conferiu para seus parceiros comerciais. O TCA também oferece proteção contínua aos investidores, enquanto preserva o direito do Governo do Canadá de regular em prol do interesse público.

Sob o TCA, os fornecedores canadenses têm acesso garantido ao mercado de compras públicas do governo britânico, o qual estima-se valer Can\$118 bilhões. O TCA mantém e replica os altos padrões do CETA sobre trabalho, meio ambiente e resolução de disputas. E os governos dos dois países se comprometeram a entrar em negociações subsequentes dentro de um ano após a entrada em vigor do TCA com o objetivo de firmar um novo acordo de livre comércio dentro de três anos.

10.2. Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífica (*Comprehensive and Progressive Agreement for Trans-Pacific Partnership – CPTPP*)

Após a extinção do Acordo da Parceria Transpacífica (*Trans-Pacific Partnership- TPP*), com a recusa dos EUA, no governo Trump, de enviá-lo ao Congresso para ratificação, os países que integravam o TPP, com exceção dos Estados Unidos, integraram um novo acordo, o Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífica (*Comprehensive and Progressive Agreement for Trans-Pacific Partnership – CPTPP*), mais recente.

O CPTPP é um acordo de livre comércio ambicioso e com *standards* elevados, cobrindo virtualmente todos os aspectos de comércio e investimentos. O acordo contém compromissos de acesso a mercados para comércio de bens, serviços, investimento, mobilidade de trabalho e compras públicas. O acordo estabelece regras que auxiliam a criação de um ambiente de negócios consistente, transparente e justo nos mercados

abrangidos pelo CPTPP, com capítulos dedicados a questões centrais como barreiras técnicas ao comércio, medidas sanitárias e fitossanitárias, administração alfandegária, transparência e empresas estatais.

Na área de investimentos, inclui novas exceções que permitem às partes dispensar pedidos de resolução de disputas entre investidor e estado, e novas obrigações que limitem a possibilidade de as partes imporem requisitos de desempenho ligados à tecnologia.

O CPTPP cobre, virtualmente, todos os setores e aspectos do comércio entre Canadá e os países signatários para reduzir barreiras e facilitar o comércio. O acordo está em vigor em sete países atualmente: Canadá, Austrália, Japão, México, Nova Zelândia, Cingapura e Vietnã. Para os outros signatários (Brunei, China, Malásia e Peru), o CPTPP irá entrar em vigor 60 dias após a sua ratificação pelos Estados¹⁶⁸.

Segundo o governo canadense, o CPTPP contribui para a criação de empregos, fortalecimento das relações econômicas e impulsionar o comércio do Canadá com parceiros importantes. Após completamente implementado, o CPTPP irá formar um bloco comercial representando 500 milhões de consumidores e 13,5% do PIB global, fornecendo ao Canadá acesso preferencial a mercados essenciais na Ásia e América Latina.

Adicionalmente, o CPTPP contém capítulos sobre proteção do meio ambiente e direitos trabalhistas, com *enforcement* realizado através de resolução de disputas para garantir que os membros do CPTPP não desviem dos seus compromissos nessas áreas e para aumentar o comércio ou investimentos. O acordo também inclui uma variedade de capítulos destinados à cooperação técnica ligada ao comércio entre os membros, incluindo disposições sobre pequenas e médias empresas, coerência regulatória e desenvolvimento econômico.

O CPTPP possui processo de acessão que permite a expansão dos membros do acordo após a sua entrada em vigor. Qualquer economia capaz de atingir os *standards*, regras e compromissos de acesso a mercados do CPTPP pode se unir aos membros já existentes, com negociações sobre termos e condições com os signatários iniciais. Como resultado, o CPTPP pode oferecer ao Canadá acesso preferencial a outros mercados na região da Ásia e Pacífico no futuro.

No comércio de bens, o CPTPP elimina tarifas e reduz barreiras para 98% das exportações para países membros do CPTPP. Os exportadores e produtores canadenses passam a ter regras claras e favoráveis que determinam quais bens são considerados originários e os procedimentos que estabelecem obrigações para importadores. Se o importador quiser fazer uma demanda para tratamento tarifário preferencial, as empresas podem se comunicar com a administração alfandegária no mercado visado para receber uma decisão avançada sobre a origem dos seus produtos.

O Canadá e outros membros do CPTPP trabalham para manter os procedimentos da alfândega simples, efetivos, claros e previsíveis, para reduzir o tempo de processamento na fronteira e facilitar o transporte de bens entre países. O CPTPP procura reduzir

¹⁶⁸ Disponível em: https://www.international.gc.ca/trade-commerce/trade-agreements-accords-commerciaux/agr-acc/cptpp-ptpgp/cptpp_explained-ptpgp_apercu.aspx?lang=eng. Acesso em: 10/01/2022.

requisitos regulatórios desnecessários e incluir medidas que facilitem os negócios canadenses na Ásia e Pacífico. As empresas canadenses recebem o mesmo tratamento que os fornecedores domésticos quando concorrem em oportunidades de compras públicas em outros países membros do CPTPP.

O acordo aumenta a previsibilidade e elimina barreiras nas fronteiras, como cotas e testes do mercado de trabalho, para facilitar viagens de pessoas de negócios ou trabalho temporário em outros membros do CPTPP.

As regras de investimentos do acordo foram desenhadas para dar aos investidores maior certeza, estabilidade e proteção para os seus investimentos e assegurar acesso aos mercados canadense e da Ásia e Pacífico. O acordo também estabelece um *standard* regional para proteção da propriedade intelectual e *enforcement* na região da Ásia e Pacífico, oferecendo um quadro regulatório transparente e previsível para operar dentro dos países membros.

O CPTPP prevê compromissos claros para manter os *standards* dos membros acerca de trabalho e meio-ambiente e evitar o enfraquecimento dessas áreas para fins comerciais. O acordo também avança a abordagem inclusiva do Canadá ao comércio com disposições que garantem que os benefícios do comércio sejam amplamente compartilhados, incluindo os grupos sub-representados, como mulheres, indígenas e pequenas e médias empresas.

10.3. Acordo de Livre Comércio da América do Norte (North American Free Trade Agreement – NAFTA) e Acordo Canadá-Estados Unidos-México (CUSMA)

O Acordo de Livre Comércio da América do Norte (*North American Free Trade Agreement* – NAFTA) é um dos acordos mais abrangentes do qual o Canadá fez parte. O acordo entrou em vigor em 1994 e levou à eliminação da maioria das barreiras tarifárias e não tarifárias ao comércio e investimento entre os três signatários. O NAFTA, cuja vigência expirou oficialmente em agosto de 2018, possuía amplo escopo, abrangendo temas ligados à acesso a mercados de bens e serviços, proteção de investimentos e propriedade intelectual, facilitação de viagens de negócios, acesso a compras públicas, e disposições sobre regras e origem. O acordo também incluía disposições sobre resolução de disputas administradas pelo Secretariado do NAFTA. Os parceiros no acordo adicionalmente negociaram acordos laterais sobre cooperação ambiental e trabalhista.

O novo Acordo Canadá-Estados Unidos-México (CUSMA) entrou em vigor em 1 de julho de 2020. Assinado em Buenos Aires em novembro de 2018, em paralelo a reunião do G 20, o acordo preserva elementos chave da longa relação comercial entre os países membros e incorpora disposições novas e atualizadas que buscam tratar de questões ligadas ao comércio no século XXI e promover oportunidades para quase meio bilhão de pessoas na América do Norte¹⁶⁹.

Em 1994, Estados Unidos, México e Canadá criaram a maior região de livre comércio no mundo com o Acordo de Livre Comércio na América do Norte (*North American Free*

¹⁶⁹ Disponível em: <https://www.international.gc.ca/trade-commerce/trade-agreements-accords-commerciaux/agr-acc/cusma-aceum/index.aspx?lang=eng>. Acesso em: 10/01/2022.

Trade Agreement – NAFTA), gerando crescimento econômico e auxiliando na elevação dos padrões de qualidade de vida para as pessoas dos três países membros. Através do fortalecimento de regras e procedimentos de governança sobre o comércio e investimentos, esse acordo se mostrou uma fundação sólida para a construção da prosperidade do Canadá e estabeleceu um exemplo importante dos benefícios da liberalização do comércio para o restante do mundo. O CUSMA reforça os laços econômicos do Canadá com os Estados Unidos e México.

As previsões do Governo do Canadá sobre efeitos da implementação do CUSMA indicam resultados que podem assegurar ganhos no PIB de cerca de \$6.8 bilhões (US\$5.1 bilhões) ou 0,249%. Os ganhos consideram novas regras de origem para produtos automotivos, acesso incremental aos setores de suprimentos do Canadá, novas disposições sobre administração alfandegária e facilitação do comércio, procedimentos de origem e compromissos acerca da localização de dados para serviços financeiros¹⁷⁰.

A maioria dos ganhos no PIB viria do consumo doméstico, o qual aumentaria em cerca de 0,244%, seguido por um aumento de 0,119% nos investimentos. O total de exportações do Canadá aumentaria em 0,505%, enquanto as importações sofreriam expansão de 0,641%. O CUSMA deve assegurar empregos que de outro modo seriam perdidos, representando a preservação de postos em 0,160%. Os salários reais também devem subir em cerca de 0,504%.

No setor automotivo, entre Canadá e Estados Unidos, os impactos do término do NAFTA foram evitados. As novas regras de origem para o setor automotivo sob o CUSMA devem aumentar a produção de peças automotivas na América do Norte, mas também podem elevar a custos de produção. O modelo econômico adotado pelos estudos do Governo do Canadá projeta que as exportações de veículos motorizados do Canadá para os Estados Unidos iriam declinar em cerca de US\$1.5 bilhão em comparação ao regime de comércio do NAFTA, e as importações dos Estados Unidos para o Canadá iriam sofrer redução de US\$1.2 bilhão. Ao mesmo tempo, as importações de automotivos de países não localizados na América do Norte podem aumentar, resultando em um declínio da produção automotiva canadense em 1,7%¹⁷¹.

Para produtos agrícolas, assume-se que as novas cotas tarifárias de acesso do Canadá aos Estados Unidos sobre açúcar refinado e produtos contendo açúcar seriam completamente utilizadas. Como resultado, as exportações canadenses de açúcar e produtos contendo açúcar para os Estados Unidos iriam aumentar em US\$20 milhões. Ainda se estima que, enquanto o CUSMA assegura para os Estados Unidos o acesso aos mercados de frango e ovos do Canadá, e poderia aumentar o acesso global do Canadá ao mercado de peru, de modo geral haveria impacto limitado no setor canadense com relação ao aumento volume importado de frango e ovos com a implementação do CUSMA.

Assume-se também que a cota de acesso dos Estados Unidos ao mercado de laticínios do Canadá seria totalmente utilizada. Como resultado, estima-se que as importações canadenses de laticínios dos Estados Unidos aumentariam em cerca de US\$300 milhões. Sob o CUSMA, prevê-se que não haverá mudanças significativas em padrões de comércio

¹⁷⁰ Disponível em: <https://www.international.gc.ca/trade-commerce/assets/pdfs/agreements-accords/cusma-aceum/CUSMA-impact-repercussion-en.pdf>. Acesso em: 10/01/2022.

¹⁷¹ Disponível em: <https://www.international.gc.ca/trade-commerce/assets/pdfs/agreements-accords/cusma-aceum/CUSMA-impact-repercussion-en.pdf>, p. 6 e 61. Acesso em: 10/01/2022.

em relação aos laticínios canadenses exportados para os Estados Unidos. Isso porque, apesar do novo acesso ao mercado americano pelo CUSMA para certos produtos derivados de leite, os ganhos advindos das exportações serão limitados primariamente devido a baixos retornos no mercado americano e medidas não tarifárias que continuam a limitar o acesso de exportações canadenses aos Estados Unidos para produtos laticínios.

Com relação ao comércio entre Canadá e México, o CUSMA deve preservar o comércio dos dois países com os Estados Unidos. Nesse contexto, o modelo do Governo do Canadá projeta um declínio das exportações para o México em cerca de US\$1.5 bilhões e um declínio das importações de produtos vindos do México em cerca de US\$4 bilhões.

No mercado de trabalho canadense, o impacto previsto do CUSMA é positivo. Comparado ao NAFTA, o CUSMA iria assegurar ganhos de 0,249% no PIB, preservação de empregos em 0,160% e aumento da renda em 0,504%, o que em retorno levaria a níveis maiores de consumo em cerca de 0,244%. Esses ganhos seriam perdidos se o CUSMA não fosse implementado.

Quadro geral de acordos

Uma visão geral de acordos preferenciais assinados pelo Canadá é dada a seguir.

Tabela 19 - Tratados de Acordos Preferenciais

	Título Resumido	Status	Partes	Data de assinatura	Data de entrada em vigor
1	Canada - United Kingdom Trade Continuity Agreement	Assinado (não está em vigor)	Reino Unido	09/12/2020	
2	USMCA	Em vigor	México, Estados Unidos da América	30/11/2018	01/07/2020
3	Comprehensive and Progressive Agreement for Trans-Pacific Partnership (CPTPP)	Em vigor	Austrália, Brunei, Chile, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Peru, Singapura, Vietnã	08/03/2018	30/12/2018
4	Canada - EU CETA	Assinado (não está em vigor)	União Europeia	30/10/2016	
5	TPP	Assinado Anulado pelos EUA (não está em vigor)	Austrália, Brunei, Chile, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Peru, Singapura, EUA, Vietnã	04/02/2016	Anulado
6	Canada - Korea, Republic of FTA	Em vigor	Coreia do Sul	22/09/2014	01/01/2015
7	Canada - Honduras FTA	Em vigor	Honduras	05/11/2013	01/10/2014
8	Canada-Panama FTA	Em vigor	Panamá	14/05/2010	01/04/2013
9	Canada - Colombia FTA	Em vigor	Colômbia	21/11/2008	15/08/2011
10	Canada-Peru FTA	Em vigor	Peru	29/05/2008	01/08/2009
11	Canada-EFTA FTA	Em vigor	Associação Europeia de Comércio Livre (AECL, EFTA em inglês)	26/01/2008	01/07/2009
12	Canada-Costa Rica FTA	Em vigor	Costa Rica	23/04/2001	01/11/2002
13	ANDEAN-Canada Cooperation Agreement	Em vigor	ANCOM (Comunidade Andina)	31/05/1999	31/05/1999

14	Canada-South Africa Cooperation Agreement	Assinado (não está em vigor)	África do Sul	24/09/1998	
15	Canada-MERCOSUR Cooperation Agreement	Em vigor	Mercosul	16/06/1998	16/06/1998
16	Canada-Iceland Cooperation Agreement	Em vigor	Islândia	24/03/1998	24/03/1998
17	Canada-Switzerland Cooperation Agreement	Em vigor	Suíça	09/12/1997	09/12/1997
18	Canada-Norway Cooperation Agreement	Em vigor	Noruega	03/12/1997	03/12/1997
19	Canada - Chile FTA	Em vigor	Chile	05/12/1996	05/07/1997
20	Australia-Canada Cooperation Agreement	Em vigor	Austrália	15/11/1995	15/11/1995
21	Canada-Ukraine Cooperation Agreement	Em vigor	Ucrânia	24/10/1994	24/10/1994
22	NAFTA	Encerrado	México, Estados Unidos da América	17/12/1992	01/01/1994

Fonte: UNCTAD

11. Conclusões

O comércio é um pilar fundamental da economia canadense, correspondendo a quase dois terços da sua produção nacional e provendo direta ou indiretamente cerca de 3.3 milhões de empregos, conforme dados de 2019. No entanto, o comércio internacional é bastante concentrado, pois México e EUA representam mais de 70% das trocas comerciais do país.

Assim como a maioria dos países desenvolvidos, o Canadá tem médias de tarifas consolidadas e aplicadas relativamente baixas, principalmente se comparadas com o Brasil. Apesar disso, mantém quotas tarifárias e elevado número de tarifas específicas e mistas.

Em matéria de regulação técnica, sanitária e ambiental, o Canadá apresenta regras rigorosas e processo transparente de adoção e de implementação de medidas restritivas ao comércio. O país notifica regularmente suas medidas aos Comitês TBT e SPS, assim como suscita, com frequência, preocupações específicas acerca de medidas adotadas por membros do sistema multilateral.

Em termos de propriedade intelectual, verifica-se que o Canadá tem reforçado leis e mecanismos de proteção a diversas dimensões da propriedade intelectual, de maneira coerente com tratados internacionais específicos sobre o tema e com os compromissos assumidos no âmbito de acordos de livre comércio.

A prestação de serviços é regulada de maneira detalhada, e considerada pouco discriminatória. As regras sobre serviços seguem compromissos multilaterais do Canadá e passam por constantes modificações para que sejam adequadas nos acordos preferenciais de comércio. Destaca-se, principalmente, a regulação detalhada, inclusive de natureza prudencial, para os setores financeiro e bancário, assim como a nova regulação concernente ao comércio digital.

O Canadá tem um conjunto importante de acordos preferenciais de comércio. O CUSMA, CPTPP e o CETA são três dos acordos mais relevantes. Os três apresentam características que extrapolam a dimensão comercial e tocam em temas como meio ambiente, investimento, comércio digital e concorrência.

Dos diversos temas aqui tratados, na perspectiva brasileira, destacam-se as possíveis dificuldades de acesso ao mercado canadense dos produtos contidos no Capítulo 04 (lácteos) do sistema harmonizado, especialmente leites e derivados. Adicionalmente, verifica-se que a legislação canadense sobre compras governamentais, a despeito dos arranjos provinciais, pode causar problemas ao acesso de empresas brasileiras aos contratos públicos. Em matéria de TBT, SPS, meio ambiente e propriedade intelectual, identifica-se convergência de regras brasileiras e canadenses, característica que favorece a aproximação econômica entre os setores produtivos dos dois países.

Em razão do nível de seu desenvolvimento e diversidade de sua economia, o Canadá é parceiro relevante para o processo de abertura comercial e de modernização do Brasil.

Eventual acordo entre Brasil e Canadá pode ampliar o acesso ao mercado canadense e beneficiar o consumidor brasileiro com a importação de produtos de elevada qualidade originários de um país da América do Norte. Em termos regulatórios, considerando que

o Canadá é parte de dois dos mais avançados acordos de livre comércio do mundo (CETA e CPTPP), a aproximação comercial formalizada em acordo bilateral poderá direcionar reformas legais e institucionais no Brasil.

A estratégia de abertura comercial do Brasil, ancorada em acordos comerciais, como seria o caso de um acordo com o Canadá, deveria ser considerada prioritária no momento atual. O país necessita não só de tarifas mais baixas, em níveis internacionais, mas também de maior avanço tecnológico e modernas políticas regulatórias. O exercício de adaptação dos setores industriais e de serviços com os congêneres canadenses, representa ganho intangível relevante muito além de saldos comerciais.

REFERÊNCIAS

- CANADA(a), government of Canada. United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC). Disponível em: <https://www.canada.ca/en/environment-climate-change/services/climate-change/united-nations-framework-convention.html>. Acesso em: 25/01/2021.
- CANADA(b), government of Canada. The Paris Agreement. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/environment-climate-change/services/climate-change/paris-agreement.html>. Acesso em: 25/01/2021.
- CANADA(c), government of Canada. Climate and Clean Air Coalition. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/environment-climate-change/services/climate-change/climate-clean-air-coalition.html>. Acesso em: 25/01/2021.
- CANADA(d), government of Canada. About the Global Methane Initiative. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/environment-climate-change/services/climate-change/global-methane-initiative.html>. Acesso em: 25/01/2021.
- CANADA(e), government of Canada. Environment and natural resources. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/services/environment.html>. Acesso em: 25/01/2021.
- CANADA(f), Global Affairs Canada. Trade and Environment. Disponível em: <https://www.international.gc.ca/trade-agreements-accords-commerciaux/topics-domaines/env/trade-commerce-env.aspx?lang=eng>. Acesso em: 25/01/2021.
- CANADA(g), WTO Environmental Goods Agreement (EGA). Disponível em: <https://www.international.gc.ca/trade-agreements-accords-commerciaux/topics-domaines/env/plurilateral.aspx?lang=eng>. Acesso em: 25/01/2021.
- CANADA(h), Environmental Assessments. Disponível em: <https://www.international.gc.ca/trade-agreements-accords-commerciaux/env/env-ea.aspx?lang=eng>. Acesso em: 26/01/2021.
- CANADA(i), Trade and investment agreements. Disponível em: <https://www.international.gc.ca/trade-commerce/trade-agreements-accords-commerciaux/agr-acc/index.aspx?lang=eng>. Acesso em: 26/01/2021.
- CANADA, Minister of Environment and Climate Change. Canada's Mid-century long-term low-greenhouse gas development strategy, in 2016. Disponível em: https://unfccc.int/files/focus/long-term_strategies/application/pdf/canadas_mid-century_long-term_strategy.pdf. Acesso em: 25/01/2021.
- CEC, Commission for Environmental Cooperation. Disponível em: <http://www.cec.org/>. Acesso em: 26/01/2021.
- CIA. World Factbooks: Canada. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/canada/>. Acesso em: 23/02/2021.
- ESTADOS UNIDOS. 2020 National Trade Estimate Report on Foreign Trade Barriers. Disponível em: https://ustr.gov/sites/default/files/2020_National_Trade_Estimate_Report.pdf. Acesso em: 29/01/2021.
- European Commission. CETA factsheet and guides: An overview of CETA. Disponível em: <http://trade.ec.europa.eu/doclib/press/index.cfm?id=1720>. Acesso em: 25/01/2021.
- EXPORT.GOV. 2019. Disponível em: <https://www.export.gov/article?id=Canada-Standards-for-Trade>. Acesso em: 14/01/2022.
- GOVERNMENT OF CANADA. 2019. Disponível em: <https://www.canada.ca>. Acesso em: 25/01/2021.
- GOVERNMENT OF CANADA. A new Canada-United States-Mexico Agreement. Disponível em: <https://www.international.gc.ca/trade-commerce/trade-agreements-accords-commerciaux/agr-acc/cusma-aceum/index.aspx?lang=eng>. Acesso em: 25/02/2021.
- GOVERNMENT OF CANADA. Canada-UK Trade Continuity Agreement (Canada-UK TCA) – Economic Impact Assessment. Disponível em: <https://www.international.gc.ca/trade-commerce/trade-agreements->

[accords-commerciaux/agr-acc/cuktca-accru/economic_impact_assessment-evaluation_impact_economique.aspx?lang=eng](#). Acesso em: 25/02/2021.

GOVERNMENT OF CANADA. CETA explained. Disponível em: https://www.international.gc.ca/trade-commerce/trade-agreements-accords-commerciaux/agr-acc/ceta-aecg/ceta_explained-aecg_apercu.aspx?lang=eng. Acesso em: 25/02/2021.

GOVERNMENT OF CANADA. CPTPP explained. Disponível em: https://www.international.gc.ca/trade-commerce/trade-agreements-accords-commerciaux/agr-acc/cptpp-ptpgp/cptpp_explained-ptpgp_apercu.aspx?lang=eng. Acesso em: 25/02/2021.

GOVERNMENT OF CANADA. The Canada-United States-Mexico Agreement: Economic Impact Assessment. Disponível em: <https://www.international.gc.ca/trade-commerce/assets/pdfs/agreements-accords/cusma-aceum/CUSMA-impact-repercussion-en.pdf>. Acesso em: 25/02/2021.

GOVERNMENT OF CANADA. Canada's State of Trade. Disponível em [State of trade 2020 \(international.gc.ca\)](#). Acesso em 18/01/2020.

GOVERNMENT OF CANADA. International Trade. Disponível em: https://www.international.gc.ca/trade-commerce/controls-controles/supply_managed-gestion_offre.aspx?lang=eng&type=Utilization%20Tables#data. Acesso em: 02/03/2021.

IIROC. Disponível em: http://www.iiroc.ca/industry/Documents/PeerGroupList_en.pdf. Acesso em: 06/01/2022.

MDIC. Comex Stat. 2019. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em: 11/01/2022.

OSFI. Capital Adequacy Requirements (CAR) 2018 Capítulo 1 - Overview. Visualizado em: http://osfi-bsif.gc.ca/Eng/Docs/CAR18_chpt1.pdf. Acesso em: 06/01/2022.

OSFI. Guidelines for Banks (D-SIBs). Disponível em: <http://www.osfi-bsif.gc.ca/Eng/Docs/dsb.pdf>. Acesso em: 06/01/2022.

PARLIAMENT OF CANADA. 2019. Disponível em: <https://www.parl.ca/>. Acesso em: 25/02/2021.

SCC. SCC – We open a world of possibilities. Disponível em: <https://www.scc.ca/>. Acesso em: 25/02/2021.

THE GOVERNOR GENERAL OF CANADA. 2019. Disponível em: <https://www.gg.ca/en/>. Acesso em: 25/02/2021.

UNCTAD INVESTMENT AGREEMENTS NAVIGATOR. Canada. Disponível em: <https://investmentpolicy.unctad.org/international-investment-agreements/countries/35/canada>. Acesso em: 25/02/2021.

WORLD ECONOMIC FORUM. The Global Competitiveness Report 2017-2018. Disponível em: <https://www3.weforum.org/docs/GCR2017-2018/05FullReport/TheGlobalCompetitivenessReport2017%E2%80%932018.pdf>. Acesso em: 05/01/2022.

WORLD TRADE ORGANIZATION. Trade Policy Review: Report by the Secretariat, Canada. WT/TPR/S/314/Rev.1 30 September 2015. Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/s314_e.pdf. Acesso em: 04/01/2022.

WORLD TRADE ORGANIZATION. Trade Policy Review Body. Trade Policy Review: Report by the Secretariat, Canada. WT/TPR/S/389 17 April 2019. Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/s389_e.pdf. Acesso em: 05/01/2022.

CADERNOS DE ACORDOS COMERCIAIS

BRASIL – CANADÁ

O Centro de Estudos do Comércio Global e Investimentos (CCGI) apresenta uma nova série de publicações, os Cadernos de Acordos Comerciais, onde os interessados terão acesso a dados de comércio e informações relevantes sobre temas de comércio de possíveis acordos com o Brasil. Essas informações incluem aspectos históricos e estrutura governamental, além de perfil tarifário, incluindo quotas tarifárias e restrições quantitativas, estrutura de regulação de medidas técnicas e sanitárias e fitossanitárias, incluindo meio ambiente; as políticas de sustentabilidade; regulação de serviços, de propriedade intelectual, investimentos, bem como acordos internacionais de comércio. Ao discorrer essas informações, apresenta-se, quando relevante, paralelo com a realidade brasileira.

Os textos permitem identificar diferenças e semelhanças de medidas de comércio entre os países sob análise de modo a aprofundar o conhecimento dos principais temas do processo de negociação e explicitar os possíveis pontos sensíveis a serem superados.

O presente livro apresenta uma síntese dos principais fatos de relevo da história do Canadá para enfatizar sua singularidade. Segue-se a análise da política comercial, fluxos de comércio e destaque para seus instrumentos: tarifas, barreiras técnicas, sanitárias e fitossanitárias, ambientais, serviços, investimentos, propriedade intelectual, comércio digital, bem como um quadro dos principais acordos preferenciais do Canadá.

